

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

CLARICE GONTARSKI ESPERANÇA

## *A greve da oficina de chumbo*

*O movimento de resistência dos trabalhadores da  
Empresa Jornalística Caldas Júnior  
(Porto Alegre, 1983-1984)*

PORTO ALEGRE

2007

CLARICE GONTARSKI ESPERANÇA

## *A greve da oficina de chumbo*

*O movimento de resistência dos trabalhadores da  
Empresa Jornalística Caldas Júnior  
(Porto Alegre, 1983-1984)*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Relações sociais de dominação e resistência.

ORIENTADOR:

PROF. DR. BENITO BISSO SCHMIDT

PORTO ALEGRE

2007

CLARICE GONTARSKI ESPERANÇA

# *A greve da oficina de chumbo*

*O movimento de resistência dos trabalhadores da  
Empresa Jornalística Caldas Júnior  
(Porto Alegre, 1983-1984)*

Esta dissertação foi julgada adequada para a  
obtenção do título de Mestre em História e  
aprovada pelo Orientador e pela Banca  
Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, UFRGS  
Dr. Unicamp – Campinas (SP), Brasil

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio David Cattani, UFRGS  
Dr. Université Paris I – França

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos, UFF  
Dr. UFF – Niterói (RJ), Brasil

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvia Petersen, UFRGS  
Dr<sup>ª</sup>. UNAM – México

Coordenadora do PPG História UFRGS: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Claudia Wassermann

Porto Alegre, 27 de abril de 2007

*Ao Edu, Pedro e Manu, meus homens e meus parceiros.*

## *Agradecimentos*

Ao professor Benito Bisso Schmidt, pela orientação segura, a inteligência estimulante, o incentivo incansável, o entusiasmo contagiante e a amizade confortadora.

Aos professores Regina Célia Lima Xavier e Temístocles Cezar, que me iniciaram pelos caminhos da História e me incentivaram a descobrir seus percursos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS pela provisão da bolsa de mestrado, que muito auxiliou no desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Sílvia Petersen e Antônio David Cattani, por terem abrilhantado o colóquio de qualificação com sua experiência, suas ponderações e suas críticas. Ao professor Marcelo Badaró Mattos, um dos guias involuntários deste trabalho, pela leitura e pela presença na banca de defesa.

À professora Lorena Holzmann, pelo incentivo e pelo interesse, e pelo livro de Cynthia Cockburn, essencial para o capítulo sobre processo de trabalho.

A todos os entrevistados para esta pesquisa, que disponibilizaram seu tempo e eventualmente seus documentos, compartilhando comigo suas memórias e sua experiência, transmitindo assim, mais do que o conhecimento, o sabor do passado.

Aos funcionários e dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica de Porto Alegre, por gentilmente permitirem a consulta ao acervo e aos documentos relativos ao período pesquisado.

Aos integrantes do Memorial da Justiça do Trabalho do TRT da 4ª Região, especialmente à juíza Magda Biavaschi e à historiadora Dinah Lemos, por intermediarem o acesso ao arquivo do tribunal, bem como pelas discussões produtivas.

Aos funcionários do Núcleo de Pesquisa em História (NPH), pelo auxílio junto ao valioso material do Centro de Documentação do Sindicalismo (CDS).

A todos os colegas do mestrado, pelas discussões, pelos cafés e pelas risadas.

A todos os colegas com quem convivi nestes 20 anos de trabalho, como bancária e como jornalista, sentindo na pele o que é a exploração e o que é a solidariedade.

À minha irmã Lúcia, que me ajudou com o acórdão da greve. À minha cunhada Adriane, que me ajudou com o abstract.

A meus pais, por sempre incentivarem a curiosidade e, talvez sem querer, o inconformismo.

Ao Edu, que fez mestrado junto, trabalhando e sendo pai, ainda achando tempo, paciência e carinho para quando eu entrava em pânico. Ao Pedro e ao Manuel, por me tirarem de cima do computador para ler histórias para eles dormirem, lembrando-me, assim, do que é o mais importante da vida.

Obrigada.

## RESUMO

A dissertação enfoca o movimento grevista ocorrido na Empresa Jornalística Caldas Júnior, em Porto Alegre, entre fins de 1983 e início de 1984, motivado por atrasos salariais. A greve durou 56 dias e acabou por ser declarada legal pela Justiça do Trabalho, com base na lei 4.330, legislação à época apelidada de lei “antigreve” pelos dirigentes sindicais. O trabalho discute como este acontecimento se tornou possível, a partir do exame de suas características específicas, entre elas a união de três categorias de trabalhadores (jornalistas, gráficos e rodoviários), relacionando-o com a análise do contexto sindical da época, marcado pela emergência e institucionalização do chamado novo sindicalismo. A investigação busca examinar quatro questões centrais: a relação entre a mudança tecnológica verificada no setor gráfico e a mobilização grevista, a ruptura das relações de dominação de caráter paternalista no nível da produção, a articulação possível entre os três sindicatos envolvidos e a questão jurídica.

**Palavras-chaves:** greves, reestruturação produtiva, relações de dominação, novo sindicalismo, Justiça do Trabalho.

## ABSTRACT

The present dissertation focus on the strike movement that took place at *Caldas Júnior News Company*, in Porto Alegre, between late 1983 and early 1984, motivated by belated wage payments. The strike lasted 56 days and it was declared to be legal by the Superior Labor Court, based on the law n° 4.330, legislation at that time known as “antistrike” law, name coined by the Union managers. This study discusses how this event was possible, from the examination of its specific characteristics, among them the union of three categories of workers (periodists, compositors, drivers), woven into the analysis of the trade union context at that period which was marked by the emergence and institutionalization of the “novo sindicalismo” (new syndicalism movement). The investigation examines four central questions: the relation among the technological change seen in the graphic sector and the mobilization of strikers, the rupture of the paternalism relations in the production level, the possible articulation among the three involved unions and the legal issues.

**Keywords:** strikes, technological change, domination relations, new syndicalism, labor laws.



# Sumário

<b>Abreviaturas dos arquivos consultados.....</b>	<b>11</b>
<b>Lista de gráficos.....</b>	<b>12</b>
<b>Lista de ilustrações.....</b>	<b>12</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I – A greve: uma visão geral.....</b>	<b>42</b>
1.1 O cerco no Centro.....	43
1.2 Um império em crise.....	46
1.3 O papel da Caldas Júnior.....	55
1.4 Um movimento inevitável?.....	65
1.5 Sobre o estudo de greves.....	75
<b>Capítulo II – A oficina de chumbo.....</b>	<b>82</b>
2.1 Os gráficos e a imagem de vanguarda operária.....	83
2.2 Os operários da Caldas Júnior.....	89
2.3 A reestruturação produtiva e o setor gráfico.....	97
2.4 As mudanças tecnológicas e a greve.....	103
<b>Capítulo III – Da dominação à resistência: a construção da solidariedade.....</b>	<b>113</b>
3.1 A vivência das relações de trabalho.....	114
3.2 A fila de vales.....	133
3.3 A destituição da autoridade .....	136
<b>Capítulo IV – A greve e a articulação sindical.....</b>	<b>145</b>
4.1 As cisões do movimento sindical .....	146
4.2 Os três sindicatos.....	153
4.3 A greve: um momento de união.....	160

<b>Capítulo V – O legal é mais do que o justo?</b> .....	176
5.1 Os caminhos da legalidade.....	177
5.2 O Direito e os direitos.....	188
5.3 Mais do que justo, legal.....	200
<b>Conclusão</b> .....	212
<b>Fontes e bibliografia</b> .....	219
<b>Anexo I – Cronologia</b> .....	232
<b>Anexo II – Reproduções de boletins de greve</b> .....	240

## Abreviaturas dos acervos consultados

APCE – Arquivo pessoal Clarice Esperança

APJBS – Arquivo pessoal João Borges de Souza

APRW – Arquivo pessoal Rubens Weyne

ASJPRGS – Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul

ASTIGPA – Acervo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Porto Alegre

ATRT4 – Acervo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região

BFabico – Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social da UFRGS

Bibeco – Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

BDir – Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS

CDS/NPH – Centro de Documentação do Sindicalismo, abrigado no Núcleo de Pesquisa Histórica do IFCH/UFRGS

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

## Lista de gráficos

1. Crescimento da inflação 1978-1985..... 68
2. Greves Brasil/RS 1978-1985.....69

## Lista de ilustrações

Figura 1: Brigada Militar impede acesso dos grevistas ao prédio da Caldas Júnior no 1º dia de greve. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 13/12/83 (ASJPRGS) ..... 43

Figura 2: O ministro João Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil da Previdência (governo Médici), visita o *Correio do Povo*, sendo recebido por Breno Caldas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/09/73, p. 30 (MCSHJC).....131

Figura 3: Governador Amaral de Souza visita o *Correio do Povo* prestando homenagem ao 85 anos do jornal, sendo recebido por Breno Caldas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º/10/80, p. 1 (MCSHJC)..... 131

Figura 4: Breno Caldas recebe os cumprimentos de representantes do V Comando Aéreo Nacional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/10/80, p. 28 (MCSHJC)..... 132

Figura 5: Três dias depois de tomar posse como governador, Jair Soares, vai até a Caldas Júnior para cumprimentar Breno Caldas. A foto é publicada com destaque na capa do *Correio do Povo* no dia seguinte. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/03/83, p. 1 (MCSHJC).....132

Figura 6: Caricatura de Breno Caldas agarrado a sacos de dinheiro publicada em boletim dos grevistas. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, 28/12/83 (ASJPRGS)..... 141

Figura 7: O poeta Mario Quintana com o jornal editado pelos grevistas, cuja capa traz a manchete “E agora, doutor Breno?”. Foto de Itamar Garcez. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, 05/01/84 (ASJPRGS)..... 142

Figura 8: “Vende a Caldas DR. Breno”. Cartaz empunhado por grevista em manifestação na frente do prédio da Caldas Júnior. Foto de Itamar Garcez. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, 03/01/84 (ASJPRGS).....142

Figura 9: Passeata dos grevistas no centro de Porto Alegre. Foto de Carlos A. Silva. (ASJPRGS).....173

Figura 10: Capa da *Folha da Tarde* com destaque para matéria acusando grevistas de violência. *Folha da Tarde*, 20/01/84 (MCSHJC).....174

# Introdução

Esta pesquisa tem um objetivo aparentemente simples: entender as condições de possibilidade de uma greve ocorrida na Empresa Jornalística Caldas Júnior, em Porto Alegre, entre dezembro de 1983 e fevereiro de 1984. Através desta intenção singela, porém, o trabalho pretende abordar temas mais amplos como legislação trabalhista, reestruturação produtiva, relações de dominação e novo sindicalismo.

A investigação começou despretensiosamente, a partir de uma inspiração ocorrida em 2003, durante uma aula do professor Benito Bisso Schmidt – que mais tarde se tornaria meu orientador –, na qual ele abordava estudos de história do trabalho. Naquele momento, lembrei de ter escutado, em outras ocasiões e em outros cenários, comentários vagos a respeito de uma greve ocorrida no jornal *Correio do Povo*.

O palco do movimento não me era estranho, como de resto à maioria das pessoas que morou em solo gaúcho no século XX. O *Correio* pode ser considerado, sem exageros, o jornal mais importante da história do Rio Grande do Sul, tanto por sua influência política quanto por sua penetração social. Mas eu não sabia a data, as circunstâncias, os desdobramentos daquela paralisação.

Entre várias outras possibilidades, o acontecimento acabou sendo eleito como tema de pesquisa por alguns motivos. Em primeiro lugar, o assunto oferecia uma relação com a minha vivência e minha sensibilidade de trabalhadora (sou jornalista e fui repórter e editora de um jornal diário, *Zero Hora*, por 14 anos, além de ter desempenhado, anteriormente, funções como bancária no Banco do Brasil). A história do trabalho me pareceu o elo capaz de unir o estudo da História e o conhecimento construído pelas minhas experiências de vida.

A segunda razão é de ordem prática: a abundância de fontes disponíveis para a pesquisa. Logo de início, obtive cópias de boletins de greve, folhetos, atas, trechos de um diário pessoal, ofícios enviados pelas entidades representativas dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e à Delegacia Regional do Trabalho, sentenças judiciais, fotos, um jornal editado pelos grevistas, reportagens e apêditos publicados na grande imprensa. Eram mais de uma centena de páginas de documentos que me permitiriam acompanhar praticamente em seu dia-a-dia a paralisação do trabalho ocorrida há duas décadas.

No decorrer da investigação, esse manancial foi acrescido pela possibilidade de contar com os depoimentos de testemunhas vivas, abrindo um campo de análise a partir da memória dos participantes da ação e do uso da história oral. Mais tarde, no arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, tive acesso a dezenas de processos trabalhistas movidos contra a Caldas Júnior com um arsenal de dados importantes, como as faixas salariais dos empregados, além de informações sobre os acontecimentos posteriores.

Em meio a toda aquela papelada, consegui finalmente entrever os contornos do movimento dos trabalhadores. Em linhas gerais, foi uma greve motivada por atrasos salariais; reuniu gráficos, motoristas e jornalistas que trabalhavam nos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*, em Porto Alegre; durou excepcionais 56 dias (número muito superior à média das paralisações na época<sup>1</sup>) e terminou com um julgamento na Justiça do Trabalho que a considerou legal. Havia acontecido num momento especial da mobilização dos trabalhadores brasileiros, integrando a onda de greves que se iniciou a partir da paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) em 1978, fenômeno batizado por sindicalistas e acadêmicos como *novo sindicalismo*.

Período de lutas e de construção de identidades operárias, o novo sindicalismo embasou a criação e o desenvolvimento de instituições que se revelaram vitais para a história subsequente do Brasil, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como fortaleceu lideranças das quais a expressão mais flagrante é o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A greve da Caldas Júnior, porém, integra o lado mais obscuro e menos heróico deste sindicalismo “combativo”, pelo menos se julgado a partir dos valores com os quais o fenômeno teve sua imagem construída: distanciamento da “velha estrutura sindical brasileira”<sup>2</sup>, crítica à legislação trabalhista, poder de pressão dado por paralisações de massa, identificação com a oposição ao regime militar.

O que os ofícios, jornais e boletins de greve mostraram eram “novos” sindicalistas que se aliavam a “velhos” e freqüentavam gabinetes de ministros militares em busca de apoio. Trabalhadores que não hesitavam em utilizar a legislação autoritária

---

<sup>1</sup> A média foi de quatro dias nas paralisações do setor público e três nas do setor privado em 1983 e cinco dias no público e três no privado em 1984, segundo NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR, A. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 108-135.

<sup>2</sup> Expressão usada nas RESOLUÇÕES do 1º Congresso Nacional da CUT, ocorrido em 24, 25 e 26 de agosto de 1984. In: *CUT 20 anos 1983-2003. Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/CUT, 2003. CD-ROM.

para garantir direitos e obter, nos tribunais, um sucesso que a paralisação do trabalho não lhes havia proporcionado.

Assim, à primeira vista, muitas das ações dos trabalhadores e dos sindicalistas pareciam contrárias à imagem do sindicalismo “combativo”. Era claramente, porém, um movimento do seu tempo, marcado pelo fim da ditadura militar, pela efervescência grevista, pela crise econômica. Este paradoxo se configurou numa questão geral: **como tal acontecimento se tornou possível naquele contexto?**

A partir do enfoque na ação coletiva dos trabalhadores, o estudo da paralisação ofereceu também a possibilidade de se entender um pouco mais um período tão importante da história brasileira recente. Portanto, na medida do possível, busquei ainda, através da análise do evento específico, **compreender nuances do contexto mais amplo** no qual ele ocorreu.

O trabalho se configurou, pois, num percurso contínuo entre o singular e o geral, sem nunca perder de vista, porém, a intenção inicial de compreender e explicar o acontecimento.

Apesar da abundância de fontes primárias, não encontrei nenhuma bibliografia de maior fôlego sobre esta greve, mesmo que a busca não tenha se restringido a obras acadêmicas<sup>3</sup>. No âmbito universitário, localizei apenas dois trabalhos tendo este acontecimento como tema, ambos apresentados por alunos de jornalismo em cursos de graduação de Comunicação Social, um na Universidade Federal de Santa Catarina e outro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

Esses autores têm o grande mérito de localizar e ouvir testemunhas da época; a pesquisa de Vítor de Brites apresenta também, no texto, indicações de uma extensa pesquisa em documentação (apesar do trabalho não contar com notas de referência em razão, inclusive, da escolha de seu formato, uma reportagem). Possuem, porém, não só

---

<sup>3</sup> A mobilização é citada rapidamente nos livros do jornalista Walter Galvani sobre a *Folha da Tarde* e o *Correio do Povo* (GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995 e \_\_\_\_\_. *Olha a Folha: amor, traição e morte de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002); no depoimento de Breno Caldas ao jornalista José Antônio Pinheiro Machado (CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo – Glória e agonia de um grande jornal – Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado*. Porto Alegre: LPM, 1987) e em PETERSEN, Aurea Terezinha Tomatis. *Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983)*. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE)/ PUCRS, Porto Alegre, 1984.

<sup>4</sup> GERMANO, Erika, MARONA, Leonardo et al. *O dia em que o jornal não saiu – a greve que parou o Correio do Povo*. Trabalho apresentado na disciplina de História da Imprensa no Brasil, Departamento de Comunicação Social, PUCRJ, Rio de Janeiro, maio de 2003 e BRITES, Vítor de. *Enfim, dignidade – os 20 anos da greve dos jornalistas da Caldas Júnior*. Projeto de conclusão de curso. Departamento de Jornalismo, Centro de Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), semestre 2003/2.



o limite de sua extensão e de seus propósitos, como também se restringem a uma descrição dos acontecimentos, buscando antes enquadrá-los num contexto sindical, econômico e político nacional já dado de antemão do que propriamente realizar uma análise histórica.

Esta relativa ausência de obras sobre o movimento reivindicatório contrasta com a relevância social e histórica da Caldas Júnior. Quatro meses depois do fim do movimento, ocorreu a interrupção da circulação do *Correio do Povo* (por dois anos) e da *Folha da Tarde* (em definitivo), seguida pela falência da empresa, comprada posteriormente em 1986 por outro empresário gaúcho e recentemente, em 2007, revendida para o Grupo Record<sup>5</sup>.

A pesquisa busca não só suprir esta lacuna, como também explorar sentidos, ações e personagens deste período de retomada da mobilização sindical no país a partir de problemas desenvolvidos pela pesquisadora na conformação do objeto. A problematização volta-se às condições de possibilidade do movimento dos trabalhadores e foi elaborada enfocando quatro aspectos. Apresento a seguir um resumo dos problemas de pesquisa, que serão aprofundados no primeiro capítulo:

**1. O PROCESSO DE TRABALHO** – De que forma a mudança técnica no setor de composição gráfica afetou o movimento de resistência? Quais os elementos associados ao uso do antigo local de produção (a chamada “oficina de chumbo”) para as assembleias? O que esse episódio pode nos revelar sobre a experiência da reestruturação produtiva entre os gráficos, em termos subjetivos e materiais?

**2. A MOBILIZAÇÃO** – Como a crise econômica da época reforçou laços de solidariedade e identidade entre os trabalhadores da empresa? De que forma esta mesma crise abriu fraturas no sistema de dominação paternalista da Caldas Júnior, que tinha como um de seus alicerces a figura do empresário Breno Caldas, o “doutor” Breno?

**3. O CONTEXTO SINDICAL** – Como foi possível a articulação entre “velhos” e “novos” sindicalistas dos sindicatos envolvidos no movimento de resistência? Até que ponto se produziram rupturas e onde se mantiveram elementos de continuidade na ação sindical?

---

<sup>5</sup> O anúncio público da venda das rádios Guaíba AM e FM, da TV2 Guaíba e do *Correio do Povo* para a Rede Record, propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, ocorreu entre fins de fevereiro e início de março de 2007.

**4. A QUESTÃO JURÍDICA** – Por que a opção pelo uso do arcabouço jurídico do período autoritário num movimento de resistência de trabalhadores? Quais os elementos do contexto que embasaram essa opção? Tais elementos são capazes de relativizar a imagem de ruptura tradicionalmente associada ao novo sindicalismo?

Como já abordado, o recorte concentra-se no acontecimento, ocorrido entre 1983 e 1984 em Porto Alegre, abrindo-se ao contexto que o tornou possível (o que requer seguidas vezes um recuo de décadas no tempo e um alargamento da visão para o panorama sindical nacional).

Uma de minhas principais preocupações é a de não reduzir esta greve e seus protagonistas “a meras cobaias para a solução de problemas de pesquisa”<sup>6</sup>. Da mesma forma, não tenho, obviamente, a pretensão de esgotar o tema do novo sindicalismo, mas almejo contribuir para as discussões históricas sobre o período, revelando posições, relações e ações perceptíveis neste acontecimento particular.

O trabalho se filia a uma perspectiva que busca articular trabalhos regionais, ângulo esse capaz de elevar os patamares analíticos da história do trabalho, como defendido por Sílvia Petersen em relação à historiografia do movimento operário da Primeira República. Tal articulação não significa a busca de uma visão homogênea, mas o enriquecimento das explicações, no sentido de “descobrir vínculos múltiplos e perdidos que possam enriquecer o perfil de atores e processos sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica”<sup>7</sup>

Meu recorte deixa de fora um dos assuntos relativos à greve mais discutidos na imprensa gaúcha e para o qual seguidamente surgem novas tentativas de explicação: as *razões* da “quebra” da Caldas Júnior nos anos 80. Tal lacuna se dá não por julgar o tema pouco importante, mas porque meu foco são as relações de dominação e resistência entre trabalhadores e patrões e não uma análise econômica ou administrativa da gestão empresarial em questão, para a qual me faltaria, por certo, competência e conhecimento. No entanto, *as circunstâncias e conformações* advindas com a crise estarão presentes em todo o desenvolvimento deste trabalho.

•••

---

<sup>6</sup> Expressão usada por SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004. p. 22.

<sup>7</sup> PETERSEN, Sílvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). *Trabalho, cultura e cidadania – um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 90.

A presente dissertação se refere a um tempo recente no qual o panorama sindical brasileiro e o modelo produtivo – por meio do processo de reestruturação produtiva – sofreram importantes transformações. Como eles, a discussão teórico-metodológica e temática no campo da história do trabalho passou por uma grande mudança nas últimas décadas.

De modo geral, os anos 80 foram marcados por um processo de alargamento teórico e de renovação dos modelos interpretativos nos estudos históricos no Brasil. Na área ampla e imprecisa da história social, onde tradicionalmente se inclui a história do trabalho, estas mudanças foram muito influenciadas pela difusão de autores europeus críticos do estruturalismo e que valorizam aspectos como a experiência e a cultura, em especial os britânicos E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. A disciplina do trabalho como forma de dominação passou também a ser pensada a partir da influência de Michel Foucault.

No Brasil, outro fator que moveu essa transformação foram as contingências históricas da época – o fim da ditadura, o aumento de cursos de pós-graduação em História e Ciências Sociais, e principalmente, a própria eclosão de movimentos grevistas por todo o país a partir de 1978. Greves e mobilizações operárias apontaram para um momento de “ruptura interpretativa” em relação a representações anteriores que salientavam a insuficiência, a imobilidade e a imaturidade da classe trabalhadora brasileira e a necessidade do Estado assumir o papel de agente da mudança social<sup>8</sup>.

Tais mudanças conduziram a um “boom” dos estudos históricos sobre o trabalho, multiplicando-se o número de pesquisas e os tipos de abordagem. Sindicatos, partidos e correntes cederam lugar à classe como foco dos estudos<sup>9</sup>. Os autores se voltaram assim preponderantemente para o cotidiano e para a formação das identidades culturais dos trabalhadores.

---

<sup>8</sup> Exemplos destas representações dos trabalhadores brasileiros como incapazes de fazer frente à estrutura burocrática do Estado brasileiro podem ser encontradas em obras como LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964 e RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966. A análise e a crítica a este paradigma são a tônica de dois artigos hoje clássicos na história do trabalho, que introduzem a noção de “ruptura interpretativa”: PAOLI, Maria Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v.3, nº 6, p. 129-149, setembro de 1983; e PAOLI, Maria Celia e SADER, Eder. Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67. Ver também HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*, São Paulo, nº 5, p. 96-120, 1985.

<sup>9</sup> BATALHA, Claudio H.M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 153.

No caso específico do Rio Grande do Sul, a trajetória dos estudos de história operária teve uma cronologia um pouco distinta. Segundo Petersen, na década de 70 houve um primeiro momento desta historiografia, quando ela obedecia às tendências analíticas e concepções teóricas então dominantes: predominavam trabalhos macro-orientados e nos quais a idéia de classe era derivada quase mecanicamente da estrutura produtiva. É desta autora um estudo acadêmico pioneiro sobre o proletariado urbano no final do século XIX e começo do XX<sup>10</sup> que praticamente inaugurou a escola regional sobre o operariado do estado na Primeira República.

Os anos 80 foram marcados pela localização de fontes antes dispersas, pela organização de arquivos e pelo início da produção de pesquisas numa perspectiva mais focada nas particularidades regionais.

O terceiro momento, no final dos 80 e início dos 90, se traduziu pela produção emergente dos recém-criados cursos de pós-graduação em História, produção esta integrada às renovações de caráter teórico já mencionadas. Tal mudança, segundo Petersen, incorporou a crítica à análise centrada exclusivamente nas manifestações formais de organização e reivindicação dos operários (sindicatos/partidos/greves). Influenciados pelas obras de E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, entre outros, os pesquisadores passaram “a investigar os aspectos culturais, a experiência dos sujeitos, as resistências informais e cotidianas, ou, via Foucault, os discursos e a microfísica do poder”. O foco se transferiu para os aspectos culturais, priorizando-se a noção de experiência e a vida cotidiana, numa abordagem que privilegia “*aspectos particulares da história dos trabalhadores gaúchos*”<sup>11</sup>. O trabalhador passou a ser incorporado às análises como sujeito, e a classe, como processo e relação.

Para Petersen, no entanto, os estudos desta última fase se afastaram de uma temática que havia sido analisada de forma insuficiente e fragmentada nos dois momentos anteriores: o “*estudo dos instrumentos formais-institucionais de organização e luta da classe operária, as associações, sindicatos, partidos e greves*”<sup>12</sup>.

Esta etapa da historiografia gaúcha coincidiu com um decréscimo significativo da produção sobre história operária em nível nacional – paralelamente à queda da

---

<sup>10</sup> PETERSEN, Silvia. *El proletariado urbano en Rio Grande do Sul: 1888-1919*. Dissertação (mestrado em História – Estudos Latino-Americanos) – UNAM, México, 1977.

<sup>11</sup> PETERSEN, Silvia. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: *história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre/Santa Maria: Ed. UFRGS/UFMS, 2001. p. 14. Grifo da autora.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*. p. 15. Grifo da autora.

mobilização sindical. No Rio Grande do Sul, ao contrário, aumentou a produção acadêmica, com predomínio de análises sobre a República Velha.

Aproximando-me mais do tema desta pesquisa, saliento que a maior parte dos trabalhos de historiadores gaúchos sobre greves se refere às paralisações de 1906 (primeira greve geral do estado) e de 1917 (considerada o auge da organização operária do período)<sup>13</sup>. Mesmo nestas obras, referentes a uma temática digamos “clássica”, a tendência atual é de diversificar os enfoques, trabalhando com novas abordagens, como a biografia.

Em uma perspectiva inspirada pela microhistória, por exemplo, Benito Schmidt foca o papel dos líderes operários Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco na greve de 1906, valorizando a repercussão social das escolhas e relações pessoais destes personagens<sup>14</sup>. O autor observa a paralisação como um momento de expressão dos trabalhadores e de construção de suas identidades: “ocupando os espaços públicos da cidade, os grevistas passaram a se ver e a serem vistos como classe”<sup>15</sup>.

No final dos anos 70 e início dos 80, a eclosão das greves foi essencial para a construção da imagem de novo sindicalismo entre os líderes sindicais e nos meios acadêmicos<sup>16</sup>. As paralisações do trabalho implicavam, em tal interpretação, numa idéia de promessa de ruptura definitiva dos trabalhadores com a estrutura legal corporativista vigente no país e com os limites impostos pela ditadura. Eder Sader, por exemplo, elaborou um trabalho hoje clássico sobre a resistência operária na Grande São Paulo entre 1970 e 1980, discutindo a matriz discursiva do que considerou um novo sujeito político<sup>17</sup>. Outro autor importante na afirmação do caráter de novidade do movimento é

---

<sup>13</sup> Sobre as greves de 1906 e 1917 no Rio Grande do Sul, ver por exemplo, PETERSEN, Sílvia. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (org). RS: *Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979; SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores – A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005; BODEA, Miguel. *A greve de 1917 – As origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: LPM, s/d; BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, EDUCS, v.2, n° 4, 2004; LONER, Beatriz A. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: UFPel/Unitrabalho, 2001; BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1999 e SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. “Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário (Porto Alegre, 1917). Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1994.

<sup>14</sup> SCHMIDT, Benito. *Em busca da ...*

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*. p. 177.

<sup>16</sup> Dois estudos pioneiros sobre novo sindicalismo são MOISÉS, José Álvaro. As estratégias do novo sindicalismo, *Revista de Cultura e Política*, n°s 5 e 6. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B. *et al. Sociedade e Política no Brasil pós-64*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>17</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Ricardo Antunes, que toma as greves como principal indício da transformação do sindicalismo nacional, embora admitindo um quadro de refluxo do movimento grevista entre 1980 e 1983 em comparação com o final da década anterior<sup>18</sup>.

A imagem de ruptura ajudou a fermentar a mobilização contra o governo, solidificou o uso do termo “novo” relacionado a este sindicalismo mobilizador e contribuiu fortemente para a desvalorização da atuação sindical pré-64. Porém, a visão de renovação perdeu de perspectiva as continuidades. Quando estas ficaram claras, com a manutenção da estrutura sindical na Constituição de 1988, surgiu a decepção.

A Constituição, aprovada e promulgada no momento em que o novo sindicalismo já estava institucionalizado no país, previu a manutenção da necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, da unicidade sindical, das contribuições sindicais obrigatórias e da estrutura da Justiça do Trabalho. Tais mecanismos legais, urdidos no primeiro governo Vargas, são o alicerce de uma estrutura sindical que mina o movimento dos trabalhadores, na opinião de Armando Boito Jr.<sup>19</sup>, e teriam sido aprovados diante da omissão (ausência) dos constituintes ligados à CUT.

Boito Júnior identifica no sindicalismo nacional uma relação estrutural com a burguesia, que fugiria ao controle dos sindicalistas. A destruição do que o autor chama de “sindicato de Estado” seria inseparável do fim da unicidade sindical, dos impostos sindicais e da ação normativa e tutelar da Justiça do Trabalho, ou seja “tudo aquilo que a Constituição de 1988 preservou”<sup>20</sup>. Escrevendo no início dos anos 90, Boito Jr. aponta:

(...) um certo triunfalismo que tomou conta dos dirigentes e de estudiosos do sindicalismo brasileiro. A amplitude que adquiriu a luta grevista nos anos 80, a existência de uma central sindical como a CUT e o afrouxamento do controle do Estado sobre os sindicatos têm contribuído para ocultar as debilidades de fundo do sindicalismo brasileiro, debilidades oriundas da permanência da estrutura sindical, ainda que reformada<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Merecem destaque três obras de ANTUNES sobre o período: *A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Unicamp, 1992; *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991 e *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.

<sup>19</sup> BOITO JR., Armando. “Reforma e persistência na estrutura sindical brasileira”. In: BOITO JR., A. (org). *O sindicalismo...* p. 90.

<sup>20</sup> *Idem*. *O sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991 p. 294.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*.p. 291-292.

Numa visão diversa, alguns estudos mais recentes, como o de Marcelo Badaró Mattos<sup>22</sup>, apontam elementos de continuidade entre o “velho” e o “novo” sindicalismo, porém questionando o caráter cupulista e pouco mobilizador tradicionalmente atribuído ao primeiro. Neste sentido, Mattos discute o atributo de novidade do novo sindicalismo a partir da identificação de permanências de práticas e representações entre militantes da época e do período 1955-1964. O autor conclui que “não se pode esquecer que identidades coletivas novas se formam sempre a partir de valores e referências culturais tradicionais, quer quando os recuperam, quer quando procuram negá-los”<sup>23</sup>.

Em artigo sobre a dicotomia entre velhos e novos sindicalismos no Brasil, Mattos observa que os anseios e as práticas de autodeterminação do movimento sindical seriam identificáveis não só entre os operários do final dos anos 70 e início dos 80, mas também em lutas transcorridas durante o período do chamado sindicalismo populista. Alguns elementos apontados como caracterizadores das mudanças geradas pelo novo sindicalismo são identificados numa pesquisa com dados relativos a três categorias importantes do Rio de Janeiro (têxteis, metalúrgicos e bancários) no período 1955-1964, numa amostra de continuidades entre o movimento sindical pré-64 e pós-78. Assim, o autor conclui que, com a Constituição de 1988,

[...] o sindicalismo brasileiro dos anos 80 de certa forma apenas completou, sem, é claro, se dar conta disso, o projeto dos líderes sindicais comunistas e trabalhistas mais combativos de quase três décadas antes. Negligenciando a experiência do pré-1964, pela importância estratégica de se contrapor a ela e afirmando-se como novidade, as lideranças não perceberam que os instrumentos de participação e mobilização apresentados agora como novos (os comitês de fábrica, por exemplo), eram muito mais desenvolvidos.<sup>24</sup>

Na sua visão, nem sempre a legislação corporativista teria conseguido engessar as ações de resistência operária no período populista, e por conseguinte, impedir por completo a emergência de um movimento sindical com algum grau de autonomia.

O exame das greves entre 1930 e 1964 também tem sido utilizado para questionar o caráter cupulista do chamado sindicalismo populista. É importante destacar, neste sentido, a produção de Alexandre Fortes, Paulo Fontes, Hélio da Costa, Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro. O trabalho desses historiadores caracteriza-se por mesclar a exploração de uma grande variedade e quantidade de fontes

---

<sup>22</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*. p. 221.

<sup>24</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil; discutindo dicotomias. *História*. São Paulo, v 17/18, p. 335, 1999.

primárias com uma discussão teórica aprofundada, questionando especialmente interpretações anteriores que desqualificavam o movimento sindical como cooptado pelo Estado e a própria classe trabalhadora (como passiva e manipulada)<sup>25</sup>.

Para o sociólogo Marco Aurélio Santana, o novo sindicalismo emerge num momento de intensa disputa entre projetos políticos e sindicais na esquerda brasileira (um exemplo é a rixa entre a Unidade Sindical e os chamados sindicalistas “autênticos”, aliados das Oposições Sindicais). Este autor vê no novo sindicalismo “uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo”<sup>26</sup> por setores progressistas, sem deixar de ressaltar a extrema importância do movimento na ampliação da participação dos trabalhadores na vida política do país.

A ênfase estratégica no novo necessitaria agora ser repensada, defende Santana, até para interpretar e enfrentar a persistência de antigas dificuldades políticas e organizacionais da classe trabalhadora. Ressalta o autor: “O próprio instrumento da greve, que antes era colocado como fato sempre imediato na quebra da intransigência patronal, e que distanciaria o ‘novo sindicalismo’ do sindicalismo de colaboração de classe do pré-64, necessita agora, segundo algumas indicações, ser revisto e repensado”<sup>27</sup>.

No Rio Grande do Sul, a maior parte da produção sobre novo sindicalismo está relacionada ao hoje extinto Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE) da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). O Centro de Documentação do Sindicalismo (CDS), criado em 1984 dentro do Instituto, proporcionou a execução de um projeto integrado de pesquisa sobre a ação sindical e a história dos movimentos dos trabalhadores. Os trabalhos oriundos do IESPE representam uma aproximação do grupo de cientistas sociais que o integrava com os então efervescentes movimentos sociais, suas práticas e lutas.

O instituto produziu extensos levantamentos da movimentação grevista no estado entre 1945 e 1983, bem como análises mais pontuais de alguns movimentos,

---

<sup>25</sup> Para um panorama desta produção, ver FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>26</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o ‘novo sindicalismo’ e a idéia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jacome. *O novo sindicalismo – vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 149.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 150.



como o trabalho de Marcos Flávio Soares, referência em relação às greves de 1979<sup>28</sup>. A interrupção do funcionamento do IESPE – resultado de um processo de repressão patronal – provocou um decréscimo na produção sobre o tema na área. Transferido para Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o rico arquivo do CDS foi alvo de um incêndio criminoso em agosto de 1993, que destruiu boa parte de seu acervo, instalado então na Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Além disso, pesquisadores receberam ameaças, numa amostra de como a redemocratização do país não significou a desarticulação imediata das estruturas e mecanismos de repressão política<sup>29</sup>. Recentemente, o arquivo do CDS, composto por coleções da imprensa alternativa e sindical dos anos 70 e 80, recortes de jornais da grande imprensa sobre a movimentação dos trabalhadores, panfletos e informativos de categorias, foi incorporado ao Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH) do IFCH.

No campo historiográfico do Rio Grande do Sul há poucos trabalhos sobre o período. Eles centram-se muito mais em categorias (em especial a dos professores) do que propriamente em greves<sup>30</sup>.

No presente estudo, partindo da inspiração de E. P. Thompson, a greve na Caldas Júnior é interpretada como um processo de enfrentamento classista, desencadeado por atores sociais que viveram uma situação de classe a partir de experiências comuns – determinadas em grande medida pelas relações de produção nas quais estavam inseridos. Nas conhecidas palavras do historiador britânico, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos

---

<sup>28</sup> SOARES, Marcos Flávio. *As greves de 1979 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, [1980?]. Cito ainda, entre alguns dos trabalhos importantes sobre o período oriundos do IESPE ou do grupo de pesquisadores que o integravam, os levantamentos de PETERSEN, A. *Op.cit*; PETERSEN, Áurea T. T. ; CADÓ, Elizabeth Maria Pedrosa *et al. Movimento grevista no Rio Grande do Sul (1945-1979)*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, 1980; e CATTANI, A. D. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMCultura, s/d, e CATTANI, A. D (org). *Sindicalismo: Ação-reflexão*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

<sup>29</sup> Um relato sobre o clima de desolação que se seguiu ao incêndio e o trabalho realizado pelos funcionários para recuperação do prédio e do acervo está em CAMPILONGO, Maria Assunta. *Corpo e simbólico: enunciados, representações, matrizes e cartografias de risco*. *Saúde*, Porto Alegre, v.1, p. 5-18, 1996.

<sup>30</sup> Como exemplos de trabalhos de historiadores gaúchos que se dedicaram ao tema, ver DUQUE, Luís Guilherme Ritta. *Hei de vencer, mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do RS (1972-1979)*. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1998 e PACHECO, Eliezer Moreira. *Sindicato e projeto pedagógico: a organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul (1945-1991)*. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1993.

culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”.<sup>31</sup>

A abordagem privilegia as experiências e as contingências de um número determinado de pessoas que, sujeitas a condições específicas, tomaram decisões, válidas em seus termos históricos, e *agiram* como grupo organizado. O conceito de experiência de Thompson não se confunde, ressalta Wood, com uma concepção idealista, um desligamento entre meio e ser social. Trata-se de uma “experiência de determinação” – ou seja, é na prática social, no viver, que se explicitam as relações impostas pelo modo de produção e as respostas dos agentes a estas condições. Nas palavras de Wood:

É tarefa do historiador e do sociólogo explorar o que essas “estruturas” fazem à vida das pessoas, como o fazem e como as pessoas reagem – ou, como Thompson poderia ter dito, como as pressões determinantes dos processos estruturados são sentidas e manipuladas pelas pessoas. O peso da mensagem teórica contida no conceito de “experiência” é, entre outras coisas, que a operação das pressões determinantes é uma questão histórica, portanto empírica e imediata.<sup>32</sup>

Tendo estas palavras e a questão inicial do trabalho em mente, **optei por partir do acontecimento e não da estrutura.** É o exame do evento e das ações dos envolvidos – grevistas, não-grevistas, patrão, representantes do Estado, entre outros, – que conduzirá ao necessário alargamento do olhar do pesquisador (e espero, dos leitores). No entanto, a experiência vivida destes personagens constitui e é limitada, simultaneamente, pelas estruturas.

Portanto, parto do objeto específico e busco, a partir dele, estender ao máximo a análise para o contexto a fim de percebê-lo e questioná-lo, quiçá complexificá-lo. O enfoque na experiência possibilita uma visão da forma histórica real – e imperfeita – da classe e de como as determinações estruturais são percebidas e instrumentalizadas na luta.

A seguir, indico as diretrizes teóricas que orientam a abordagem dos problemas de pesquisa antes enunciados, os quais serão desenvolvidos ao longo da dissertação. No capítulo inicial, para examinar a trajetória da Caldas Júnior, a constituição e a consolidação da imagem da empresa e de seu poder na sociedade gaúcha e o embate entre o patrão e os grevistas no início dos anos 80 por meio da imprensa, foram muito úteis leituras sobre imaginário social e sistemas simbólicos.

---

<sup>31</sup> THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa (Volume I)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

<sup>32</sup> WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.90.

Se as relações de força estão constantemente articuladas com relações de sentido<sup>33</sup>, em nenhum lugar isto é mais flagrante do que na imprensa. A compreensão da força e da influência exercidas pela imprensa pode ser alargada a partir da perspectiva de Bourdieu, para quem, segundo Miceli, “a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação”<sup>34</sup>.

Os meios de comunicação articulam a compreensão social da realidade por meio da definição de sentidos possíveis para a experiência. Seu papel, portanto, é central na sociedade contemporânea e baseia-se no reconhecimento de sua legitimidade para a produzir significações. Adotar esta perspectiva permite ir além da constatação da importância da Caldas Júnior e do próprio movimento grevista aqui enfocado como mero reflexo da penetração do *Correio do Povo* na sociedade gaúcha, possibilitando entender a forma pela qual a empresa construiu seu espaço de legitimidade e credibilidade, e como os grevistas tentaram justamente atingi-la nesse aspecto.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à transformação no processo de trabalho aqui encarada não como mera mudança tecnológica “inócua”, mas como integrante de uma estratégia de fortalecimento patronal em detrimento da perda de controle por parte do trabalhador<sup>35</sup>. Em relação ao progresso tecnológico, Marx já havia apontado que “poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que, a partir de 1830, surgiram apenas como armas do capital contra motins de operários”<sup>36</sup>.

A mobilização dos trabalhadores fermentada pela perda de controle sobre o trabalho gráfico entre fins do século XIX e início do XX foi analisada por Artur José Vitorino, que abordou a mudança da composição manual para a linotipia, no Rio de Janeiro e em São Paulo<sup>37</sup>. Nos anos 1970 e 1980, por sua vez, a adoção progressiva de novas tecnologias atingiu novamente em cheio essa categoria. Nas palavras de Cynthia

---

<sup>33</sup> MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. XIII.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*. p. XVI.

<sup>35</sup> Marglin chega ao ponto de afirmar que “não foi a fábrica a vapor que nos deu o capitalismo; foi o capitalismo que produziu a fábrica a vapor”, defendendo a determinação da tecnologia pela organização econômica e social. MARGLIN, Stephen A. Origens e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 37-77. Sobre a mudança na organização do trabalho como forma de controle do trabalhador no Brasil, ver estudo sobre a adoção do taylorismo em DECCA, Edgar S. de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, v. 3, nº 6, p. 47-79, setembro de 1983.

<sup>36</sup> MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Tomo I, capítulo XIII, p. 50.

<sup>37</sup> VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2000.

Cockburn, que estudou o impacto entre os gráficos da passagem da linotipia para a fotocomposição nos jornais londrinos dos anos 70, “fotocomposição e uso da informática na impressão não podem ser vistas separadamente; elas são parte de uma política de controle”<sup>38</sup>.

Nesta perspectiva, a mudança técnica no setor gráfico que coincide com o movimento grevista aqui examinado evidencia um momento extremamente significativo para os trabalhadores atingidos por ela, não apenas por envolver questões materiais objetivas, como salário e emprego, mas por que se refere também à identidade de trabalhadores especializados e ciosos de seu saber de ofício – caso dos gráficos.

Quanto às relações de dominação, trabalho com a perspectiva de que a política de controle na Caldas Júnior se apoiava tanto na concessão de benefícios materiais (salários mais altos do que os pagos no mercado, adiantamentos) quanto na mitificação da figura do empresário Breno Caldas. Tal mitificação se produzia a partir de uma série de artifícios, como aparições freqüentes junto a autoridades políticas nas páginas de seus jornais e o recurso continuado a mecanismos simbólicos e materiais na órbita interna da produção, como o uso exclusivo da caneta verde e do título de “doutor”.

Para a análise da política paternalista vigente na empresa, vali-me da noção de teatralização da dominação, desenvolvida por E. P. Thompson, e que alicerça boa parte do estudo de José Sérgio Leite Lopes sobre os trabalhadores da companhia de Tecidos Paulista, de Paulista (PE). Neste trabalho, Leite Lopes mostra a importância dos mecanismos de demonstração pública do próprio poder pela classe dominante como forma de reafirmação da autoridade empresarial<sup>39</sup>.

A experiência das empresas Renner e Varig, no Rio Grande do Sul dos anos 30, analisada por Fortes, foi uma amostra do sucesso da utilização da estratégia paternalista no controle dos empregados, representando um desafio para o movimento operário gaúcho. Uma das bases na qual estava assentada essa estratégia era justamente o

---

<sup>38</sup> COCKBURN, Cynthia. *Brothers – Male dominance and technological change*. Londres: Pluto Press, 1991. p. 89. As passagens transcritas desta obra, assim como de toda a bibliografia em língua estrangeira citada na presente dissertação, têm tradução minha.

<sup>39</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Brasília: Marco Zero/UNB – MCT/CNPq, 1988. Ver também artigo do mesmo autor \_\_\_\_\_. Uma teatralização tradicional da dominação industrial. In: ARAÚJO, A. M. C. (org.). *Op. cit.* p. 177-191. Leite Lopes faz uso do conceito formulado por Thompson em THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 25-85.

sentimento de lealdade dos trabalhadores em relação aos “capitães de indústria”<sup>40</sup>. Na Caldas Júnior, a crise econômica parece ter ruído as bases da adesão operária a um sistema muito semelhante.

A discussão sobre a articulação sindical ancora-se sobretudo nos autores já citados anteriormente, quando abordei a questão do novo sindicalismo. O enfoque da dissertação, como foi dito, volta-se ao momento específico no qual ocorre o movimento grevista na Caldas Júnior, período de institucionalização e de definição identitária dos grupos envolvidos com o processo de renovação do sindicalismo. Tal definição implicava embates com outras correntes, em especial nos encontros nacionais que procuravam criar uma articulação conjunta para o movimento. Segundo Santana, o momento era de “concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil”<sup>41</sup>.

As greves tinham papel essencial neste contexto. Como mostrou Mattos em relação ao sindicalismo carioca, a partir de meados da década de 80, “ser novo no sindicalismo era, também e talvez principalmente, fazer greves”<sup>42</sup>. Tal processo não era, como já abordado, isento de ambigüidades. A própria articulação dos movimentos requeria, por vezes, a união com grupos opostos. No caso da greve da Caldas Júnior, a articulação sindical reuniu correntes políticas de espectro bastante variado, o que determinou também características peculiares do movimento.

Thompson é a referência básica na abordagem da questão jurídica, com sua reflexão sobre o Estado de Direito. Ao analisar a noção de *domínio da lei* na obra *Senhores e Caçadores*, o autor britânico sustenta que, para ser vista como legítima, a legislação – instrumento da hegemonia de uma classe – precisa manter referenciais, nem que sejam mínimos, de justiça e igualdade. “Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma”, afirma o historiador<sup>43</sup>.

A questão, porém, não é apenas a lei como construção formal, mas a sua aplicação. Neste sentido, French defende que os trabalhadores brasileiros, “afogados em leis” desde o Estado Novo, subverteram os limites legais impostos na prática da luta

---

<sup>40</sup> Sobre a política de dominação na Renner e na Varig, ver FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004, especialmente o capítulo 5.

<sup>41</sup> SANTANA, M. A. *Op. cit.* p. 135.

<sup>42</sup> MATTOS, M. B. *Novos e velhos ...* p. 220.

<sup>43</sup> THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 354.

visando a efetivação dos direitos previstos nos códigos. “Em vez de começar pelo Estado ou pelas leis, devemos examiná-los do ponto de vista da vida e das lutas dos trabalhadores e dos empregadores no local de produção”<sup>44</sup>, observa.

Tendo por base este raciocínio, analisei a partir de que perspectiva a lei “antigreve” foi compreendida pelos grevistas, bem como sob que prisma os trabalhadores entenderam o recurso à Justiça do Trabalho. Mais do que examinar a legislação *em si*, ou seja, como Direito positivo, de aplicação automática, busca-se observar aqui um conflito social em torno das possíveis interpretações do texto jurídico. Dessa forma, pode-se entender a própria importância de se lutar pela legalização de uma greve numa época em que o movimento sindical pregava o combate à legislação trabalhista limitadora de sua autonomia.

...

Um historiador deve ser o primeiro a perceber a historicidade de sua ação e de sua compreensão. Deve ser o primeiro a tentar ver a si mesmo com distanciamento crítico, mesmo que isso não seja de todo possível. No meu caso específico, a explicitação de minha construção como pesquisadora passa por uma reflexão sobre as aproximações e distanciamentos entre os campos da história e do jornalismo.

As fronteiras entre essas duas áreas começaram a esfumaçar-se (e não sem controvérsias) há algumas décadas. Por um lado, os historiadores passaram a ver a história do presente como um objeto legítimo de seus estudos. Além disso, surgiram obras acadêmicas com pesquisas sérias enfocando temas “sensacionalistas” como crimes, escândalos ou catástrofes, ou seja, “o tipo de coisa que costumava ser a especialidade de tablóides e fascículos de romance policial, mas que agora aparece em livros de capa dura, portando o selo das editoras universitárias”, nas palavras de Robert Darnton<sup>45</sup>. De outro lado, jornalistas decidiram aventurar-se em temas “históricos”, aplicando a eles técnicas antes somente usadas para a investigação dos acontecimentos contemporâneos, em especial a reportagem.

---

<sup>44</sup> FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 81.

<sup>45</sup> DARNTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, p. 292, julho de 2005. Neste artigo, o historiador norte-americano discute o aparecimento de um novo gênero historiográfico (o da “análise de incidentes”) que inclui a circunscrição, a reconstrução e o relato de eventos e aponta como o mais conhecido trabalho com tal perspectiva a obra *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis (lançado no Brasil em 1987 pela editora Paz e Terra).

Esta invasão mútua de limites antes aparentemente consolidados e pacíficos – o presente, o efêmero cabiam ao jornalista, e os arquivos, o passado, as permanências, ao historiador – tornou-se possível, em última instância, devido a elementos comuns às duas práticas. Ambas elaboram uma representação escrita do passado (distante ou imediato) a partir de testemunhos, buscando um efeito de verdade. Prost observa similitudes entre o trabalho de “busca de provas” de historiadores e jornalistas: “Para estabelecer os encadeamentos, as causas e as responsabilidades, os historiadores se lançam a investigações, no sentido de que falamos de investigações de um juiz de instrução ou de um jornalista”<sup>46</sup>.

Tais semelhanças aparentes, porém, por vezes escondem diferenças profundas. Campo predominantemente prático, no qual a reflexão teórica pouco dialoga explicitamente com a ação, o jornalismo não aspira ao *status* de ciência. Seu exercício subordina-se de forma muito mais direta a uma estrutura de produção, até porque o texto jornalístico é, antes de tudo, um produto passível de ser vendido. Este texto se enquadra em moldes cujos critérios narrativos são definidos e onipresentes: atualidade, universalidade, periodicidade e difusão:

Por mais ambição de historiador que tenha o entrevistador, ele estará implicado em *tocar o presente* (atualidade); por mais psicólogo que queira ser diante de um interlocutor confessional, ele terá de se ater a traços significativos para muitas outras pessoas que, na *comunicação anônima*, se identifiquem com o entrevistado (universalidade); por mais profundo que queira ser no tempo e no espaço, tal qual um artista ao pintar seu modelo, não poderá se desvincular do timing “24 horas ou menos” (periodicidade); e por mais vanguardista que seja, seus ímpetos de ruptura artística não poderão colidir com a legibilidade da comunicação coletiva (difusão).<sup>47</sup>

Desta forma, o passado é adequado pelo jornalista a um molde construído a partir de “concepções culturais prévias do que é notícia”<sup>48</sup>. Tal molde serve-se, no entender de Robert Darnton, de modelos antigos de contar histórias, inspirados na cultura popular. Bebe em formas de narrar arcaicas, tentando cada vez mais torná-las estilisticamente renovadas, porém mantendo o caráter de estereótipo, facilmente assimilado pelo leitor. É interessante notar, por exemplo, a persistência de elementos já

---

<sup>46</sup> PROST, Antoine. Histoire, verités, méthodes. Des structures argumentatives de l’histoire. *Le Débat*. Paris, Gallimard, n° 92, p. 134, novembro-dezembro 1996.

<sup>47</sup> MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista – O diálogo possível*. São Paulo, Ática, 1990. p. 19. Grifos da autora.

<sup>48</sup> DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette – Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 96.

presentes nas narrativas de Heródoto como o “thôma” (o maravilhoso) na construção dos textos jornalísticos<sup>49</sup>.

Além de sua construção baseada em modelos pré-definidos e da preocupação dominante e onipresente com a comunicabilidade – “um universo dominado pelo temor de ser entediante e pela preocupação (quase pânico) de divertir a qualquer preço”, nas palavras de Bourdieu<sup>50</sup> –, o jornalismo difere da história na forma de apreensão do testemunho. Aparentemente submetido às palavras ditas pelo entrevistado, o repórter tem sobre elas um domínio muito maior do que o historiador. Este último precisa se subordinar à discussão teórico-metodológica da disciplina e à crítica das fontes. A prática jornalística, pelo contrário, procura adequar imediatamente o passado a mecanismos de valoração, enquadrando-o em uma expectativa formal e em um modelo narrativo que privilegiam, acima de tudo, a comunicabilidade.

Um dos mecanismos que garantem a autoridade do jornalista sobre o vivido é o que se refere a seus procedimentos metodológicos, numa prática completamente inversa à do historiador. Muitas vezes o efeito de credibilidade é obtido pela ilusão de um narrador oculto ou imparcial. Com este mecanismo de ocultamento, o jornalista apropria-se da autoridade *moral* de quem viu ou esteve junto a um acontecimento, sem perder a característica racional de seu ofício, porém indiferente a critérios de cientificidade já consolidados no campo do conhecimento histórico, como a explicitação das fontes e dos métodos de investigação<sup>51</sup>.

Para uma jornalista, fazer história em moldes acadêmicos significa submeter-se a um estranhamento constante e a um esforço minucioso de explicitação metodológica. Significa buscar incessantemente a problematização e a análise, e não o enquadramento do passado simplesmente como *uma história a ser bem contada*. Significa reafirmar a autoridade do pesquisador sobre o conhecimento produzido não a partir de seu

---

<sup>49</sup> Sobre o recurso do “thôma” em Heródoto ver HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Sobre o uso do “maravilhoso” na produção jornalística, em especial na filial gaúcha do jornal *Última Hora*, ver ELMIR, Cláudio Pereira. *O crime da Última Hora: Porto Alegre na passagem dos anos cinqüenta*. Dissertação (mestrado em história) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

<sup>50</sup> A expressão refere-se ao jornalismo televisivo, que hoje, no mundo inteiro, influencia e lidera as tendências jornalísticas dos outros veículos. BOURDIEU, Pierre. A televisão, o jornalismo e a política. In: \_\_\_\_\_. *Contrafogos – Dicas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 95.

<sup>51</sup> O uso das notas de pé de página, por exemplo, é uma das formas de expressar essa cientificidade, raramente utilizada no jornalismo. Para uma discussão sobre o uso das notas de pé de página e suas diversas funções através dos tempos (dar legitimidade ao texto, fugir à censura, enumerar dados para uso de outros pesquisadores ou polemizar), ver GRAFTON, Anthony. *Los orígenes trágicos de la erudición – Breve tratado sobre la nota al pie de página*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.



ocultamento como sujeito, e sim pela crítica do testemunho, pela metodologia e pelo diálogo com outros autores.

Esta postura não abre mão, porém, de valorizar elementos do jornalismo que me parecem fecundos quando vistos na perspectiva de uma relação com a história, entre eles, o olhar sempre crítico e curioso sobre o presente. Neste sentido, cito Jean-Pierre Rioux, para quem a história do presente

tomou emprestado e interiorizou, mais do que se diz, algumas boas receitas da imprensa. Na escolha de seus temas, impelida pela atualidade e submetida à pressão das testemunhas e dos atores que desejam que sua experiência seja lembrada numa produção ou numa co-produção históricas. Em suas práticas de pesquisa de campo e no uso do gravador. No estilo mais conciso de sua escrita e na cor, por vezes, mais cambiante de seu relato. Em suma, em seu contato permanente com a exigência dos vivos e a impetuosidade do atual.<sup>52</sup>

De fato, a história do presente abriu novos campos historiográficos e engendrou desafios teóricos e metodológicos. Entre as maiores dificuldades está justamente a diminuição da visão retrospectiva do historiador. Assim, o objeto de conhecimento precisa ser entendido em permanente movimento, passível de sofrer reinterpretações a partir de novas situações do presente. O que já ocorreu não muda, mas o significado do passado não pára de transformar-se à luz das durações sucessivas<sup>53</sup>.

Outra característica que precisa ser levada em conta em relação à história do presente é o envolvimento do pesquisador com o seu tempo e com o objeto investigado. Aqui, ele é também testemunha, mesmo que não o seja dos acontecimentos que estuda ou até do contexto no qual eles se inserem, mas pelo menos do “clima” da época. Se por um lado isto diminui o distanciamento, fator indispensável à construção do conhecimento histórico, por outro torna mais fácil a percepção da diferença entre o contexto de ontem e o de hoje, como observa Hobsbawm<sup>54</sup>.

Estudante secundária, não participei das greves do novo sindicalismo. Mas minha geração foi batizada politicamente pela grande mobilização social da época, pela campanha das Diretas-já, pela luta para sair de uma ditadura militar que parecia

---

<sup>52</sup> RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (org). *Questões para a história do presente*. Bauru (SP): Edusc, 1999. p. 125.

<sup>53</sup> Essa é, de resto, uma característica do conhecimento histórico em geral, como lembra Marc Bloch: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001. p. 75. No entanto, esta mutação constante nos significados atribuídos ao passado se acentua na história do presente, exatamente pela diminuição da visão retrospectiva.

<sup>54</sup> HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: \_\_\_\_\_ *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 243-255.

marcada muito mais pelo silêncio e pelo medo do que pela revolta. Não é difícil para mim, que fui adolescente nos anos 80, entender que o futuro, naquela época, relacionava-se fortemente à idéia de renovação: construir novos ideais, iniciar uma vida nova, investir em um tempo novo.

Em relação ao objeto, como já afirmei, um dos fatores que me atraiu foi a proximidade com a minha experiência de jornalista. Tal vivência torna mais simples, aparentemente, o entendimento de processos de trabalho e de funções próprias desta área de produção, a compreensão das relações internas dentro de uma empresa jornalística, o acesso às fontes. Mas não ignoro, por outro lado, as dificuldades e limitações que essa proximidade pode causar, principalmente em relação a visões comprometidas com uma certa construção heróica da memória daquele movimento e daquele período. Parece-me que a forma mais honesta e produtiva de lidar com esta situação é explicitá-la.

Segundo Hobsbawm,

(...) quando não escrevemos sobre a Antigüidade clássica ou o século XIX, mas sobre nosso próprio tempo, é inevitável que a experiência pessoal desses tempos modelem a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar.<sup>55</sup>

Colocando-se em alerta contra os efeitos danosos da subjetividade, é possível usufruir com mais tranqüilidade dos ganhos de conhecimento que ela proporciona. Porque, em menor ou maior grau, ela está sempre presente: “(...) os próprios nomes que usamos a fim de caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais evanescidas, que sentido teriam para nós se não houvésemos antes visto homens viverem?”<sup>56</sup>

...

A abundância de fontes, conforme já apontei mais acima, foi uma das razões que contribuíram para a escolha deste objeto de pesquisa. Um pedaço de papel e um depoimento oral só se tornam documentos, porém, a partir da intervenção do pesquisador. A seguir, vou tentar explicitar os pressupostos que me guiam nesta “transformação” dos rastros do passado em fontes históricas.

---

<sup>55</sup> *Idem, ibidem.* p. 245.

<sup>56</sup> BLOCH, M. *Op. cit.* p. 66.

Basicamente, as fontes primárias utilizadas nesta pesquisa podem ser divididas em quatro grupos:

1. documentos produzidos pelos grevistas – folhetos, jornais, boletins de greve, relatórios;
2. artigos e reportagens da grande imprensa ou da imprensa alternativa;
3. documentação produzida no âmbito da Justiça do Trabalho – sentenças e processos judiciais;
4. depoimentos – a maior parte oriunda de entrevistas feitas por mim.

A elas, acrescento ainda fontes secundárias importantes, como artigos de jurisprudência, que auxiliam na compreensão e contextualização dos documentos elencados no item 3, e obras sobre a Caldas Júnior, em especial dois livros escritos pelo jornalista Walter Galvani<sup>57</sup>. Galvani ocupava o mais alto cargo da redação da *Folha da Tarde* na época da greve (diretor de redação) e o seu posicionamento enfaticamente contrário ao movimento ajuda a entrever a argumentação esgrimida pela via patronal.

Em relação ao item 1, a maior parte dos documentos foi elaborada durante a greve, apresentando, portanto, as inquietações e embates no fragor do enfrentamento. Além dos boletins, folhetos e um jornal sobre o movimento produzido para ser *vendido* em bancas, destaco um relatório de 23 páginas e 27 anexos com documentos que englobam cópias de atas de assembleias e de audiências na Justiça do Trabalho, recortes de jornal, 10 ofícios enviados à Delegacia Regional do Trabalho informando a respeito do atraso de salários, entre outros.

Todo esse material (com exceção do relatório) foi encontrado no arquivo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul. Um número menor de documentos foi localizado no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Porto Alegre. Não foi encontrada documentação relativa ao episódio no Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário no Rio Grande do Sul<sup>58</sup>. Se isso reforça a indicação de protagonismo dos jornalistas no movimento, relatado em depoimentos e em outras fontes, não pode porém fazer ignorar a participação das demais categorias na greve, flagrante nas assembleias conjuntas e nos documentos legais, sempre assinados pelos três sindicatos.

---

<sup>57</sup> Ver os livros do autor citados na nota 3.

<sup>58</sup> Na época da greve, o sindicato dos jornalistas tinha o nome de Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre. Como medida simplificadora, os sindicatos serão a partir de agora nomeados neste trabalho como sindicato dos jornalistas, sindicatos dos gráficos e sindicato dos rodoviários.

As fontes sindicais permitem acompanhar a greve em seus desdobramentos quase diários e os esforços dos grevistas para angariar apoios. Ao pesquisador, porém, deve estar clara a sua função inicial de propaganda, obrigando a uma relativização das informações ali disponíveis. Além disso, tal material foi produzido por militantes. Para contrabalançar essa perspectiva, tive acesso a trechos de um diário de um grevista não-militante, que podem ajudar a observar a posição do trabalhador comum, além dos depoimentos colhidos oralmente.

Um contraponto necessário a essa documentação é o material publicado na chamada grande imprensa (os próprios veículos da Caldas Júnior e outros jornais e revistas). O cuidado aí é óbvio. Geralmente reportagens sobre greves na grande imprensa refletem o interesse das classes patronais, porém, em uma paralisação deste tipo, a grande imprensa é o patrão. Portanto, especialmente em relação ao *Correio do Povo* e à *Folha da Tarde*, os textos publicados têm claramente um efeito de criminalização direta dos grevistas, perdendo qualquer compromisso com a ilusão de objetividade ou imparcialidade. Observados desta forma, tornam-se ótimas fontes para retratar justamente isto: as estratégias simbólicas de afirmação do poder patronal.

Uma terceira perspectiva é dada pela imprensa alternativa, não explicitamente atrelada aos sindicatos, porém guardando por eles forte simpatia. O regime militar foi um período profícuo para esta imprensa: entre 1964 e 1980, foram fundados e desapareceram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição ao governo e a busca de alternativas de comunicação fora da grande imprensa<sup>59</sup>. Uma das experiências nacionais mais importantes neste sentido foi o *Coojornal*, uma cooperativa gaúcha de jornalistas que publicava um jornal mensal e que funcionou como agência de notícias, no período 1974-1983.

Com uma proposta diferente, o *Em Tempo*, fundado em 1977, se afirmou inicialmente como veículo nacional para uma frente de tendências de esquerda, mas acabou se transformando, após vários “rachas”, em um jornal de partido (Partido dos Trabalhadores, PT, em especial da tendência Democracia Socialista)<sup>60</sup>. Afinado com as propostas do novo sindicalismo, o *Em Tempo* foi um significativo veículo de difusão de notícias sobre greves e movimentos sindicais nos anos 70 e 80. Torna-se, assim, fonte essencial para o trabalho, porém com o cuidado de se perceber o alinhamento com uma

---

<sup>59</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 13.

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*. p. 403-428.

determinada linha sindical, o que direciona julgamentos, análises e informações publicadas.

Em relação à greve da Caldas Júnior, especificamente, há também um componente corporativista, de apoio da redação do *Em Tempo* e de outros periódicos da imprensa alternativa à organização da categoria dos jornalistas<sup>61</sup>. Tal especificidade faz desvanecer os limites entre imprensa alternativa e imprensa sindical. Um exemplo mais claro é a cessão, pelo editor do jornal alternativo *Denúncia*, de um número inteiro aos grevistas<sup>62</sup>. Eles produziram, escreveram e editaram o jornal, numa edição especial sobre a greve, que foi posteriormente vendida à população nas bancas de jornais, num processo completamente inusitado em relação às práticas usuais da imprensa sindical.

Em relação ao item 3, sentenças e processos judiciais, existe uma dificuldade inicial de decifração destas fontes, produzidas a partir de modelos estruturados de argumentação jurídica. Assim, torna-se essencial que o pesquisador não só busque o conhecimento das leis arrojadas enquanto argumentos e tenha uma idéia dos modelos jurisprudenciais, como entenda o que está “por trás” do formalismo às vezes excessivo de certos documentos. O maior cuidado é não entender sentenças e leis como realidades, e sim como retórica que pode ou não modificar a realidade, mas que tem um valor em si.

Depoimentos orais podem ajudar neste trabalho de decifração legal (no caso de entrevistas com juízes ou advogados, por exemplo) ou trazer informações de outra forma impossíveis de serem obtidas sobre as condições de produção de algum documento ou sobre algum evento específico. Porém, avalio que a maior contribuição que a história oral pode trazer a esta pesquisa não reside aí, mas sim no entendimento da memória como “fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> Um folheto manifestando o apoio dos “jornalistas integrantes da imprensa popular” à greve na Caldas Júnior foi encontrado no Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul. Além de profissionais do *Em Tempo*, assinam a nota, produzida para ser distribuída à população, jornalistas da *Tribuna da Luta Operária*, de *O Trabalho*, da *Hora do Povo*, da *Voz da Unidade* e de *Alicerce*. IMPRENSA popular apóia os funcionários da Caldas Júnior. Folheto, s/d (ASJPRGS).

<sup>62</sup> O jornal alternativo gaúcho *Denúncia* iniciou sua circulação em abril de 1982, sendo dirigido pelo jornalista Carlos Alberto Kolecza, ex-chefe de reportagem de *Zero Hora*. Segundo o *Coojornal*, “cansado da ‘falsa imparcialidade’ dos grandes jornais, Kolecza procura editar um jornal pequeno e combativo, situado na oposição e buscando chegar ao ‘povão’ através de um preço acessível (Cr\$ 30,00) e uma linguagem agressiva”. Conforme a mesma reportagem, a primeira edição do jornal teve como manchete o título “O incompetente”, sublinhando foto do então governador Amaral de Souza. “DENÚNCIA” não perdoa. *Coojornal*, Porto Alegre, junho de 1982, nº 74, p. 5 (BFabico).

<sup>63</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGC, v. 5, nº 10, p. 204, 1992.

Assim, diferentemente da entrevista jornalística, a história oral não visa primordialmente *extrair* uma informação de uma fonte, mas *construir um documento sobre um passado*. Um documento a ser produzido oralmente, de forma controlada, com um distanciamento razoavelmente racional que lhe assegure credibilidade científica. O historiador entende que, na fala da testemunha, o que se passou é elaborado pela memória; é ela o prisma que articula o ontem e o hoje, que insere o depoimento numa temporalidade específica. Esta reconstrução torna a memória o ponto de partida obrigatório para que se inicie a reflexão teórico-metodológica relativa à história oral<sup>64</sup>, hoje muito abundante.

Julgo que a melhor definição das possibilidades desta metodologia foi oferecida por Portelli: “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*”<sup>65</sup>. Esses significados são fornecidos não só pelas palavras, mas também pela própria construção da narrativa, os caminhos pelos quais se conta o que se fez ou o que se pensa que se fez incluindo os silêncios, os lapsos, os esquecimentos e as ambigüidades. A subjetividade do depoente é, pois, o fator fundamental.

O testemunho oral, como toda fonte histórica, não prescinde da crítica. A interpretação dos depoimentos exige um trabalho de desvendamento das representações criadas pelo depoente a partir de suas experiências passadas, das preocupações do presente e das associações entre elas, buscando não a confirmação de “fatos”, mas sobretudo a forma como os acontecimentos foram vividos e interpretados, e quais os fios que ligam tais experiências a durações mais longas e coletivas.

Em sua maior parte, as fontes orais que interessaram a esta pesquisa são os depoimentos de dirigentes sindicais, de trabalhadores comuns e de testemunhas da ação grevista ou de seus desdobramentos. As entrevistas realizadas foram basicamente do tipo *temático*, ou seja, versando prioritariamente sobre o objeto da pesquisa. Em alguns momentos e com determinados depoentes, no entanto, tais encontros acabaram apresentando características de entrevistas de *história de vida*, ou seja, enfocando toda a trajetória da pessoa<sup>66</sup>. Isso ocorreu pela própria iniciativa do entrevistado ou pela

---

<sup>64</sup> AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes, Apresentação. In: *Idem* (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. XV.

<sup>65</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, nº 14, p. 31, fev. 1997. Grifo do autor.

<sup>66</sup> Sobre tipos de entrevista, ver ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, especialmente as páginas 37 a 39.

percepção de que o relato das transformações da vida da testemunha se revestia de importância para a análise.

Os trechos dos depoimentos estão apresentados na dissertação em conjunto com as fontes escritas. Tentei sempre estabelecer uma reflexão sobre os significados que poderiam emergir dos relatos, sob inspiração de Portelli. Neste sentido, eventuais erros ou confusões cronológicas e factuais foram encaradas como momentos expressivos, ricos para desvendar os sentidos atribuídos às ações do passado pelos seus protagonistas.

Optei por manter a transcrição dos relatos o mais próximo possível ao discurso oral, sem ignorar, no entanto, que nem sempre o literal é o mais fiel. Decidi, contudo, por não adotar as técnicas da transcrição ou da textualização, sugeridas por alguns autores<sup>67</sup>, por julgar que há elementos extremamente importantes nas entrevistas que podem se perder a partir da interferência mais intensa do transcritor. Um exemplo é a própria participação do entrevistador, eliminada no registro escrito transcrito ou textualizado.

Também foram usadas entrevistas jornalísticas, em especial duas mais extensas feitas com o empresário Breno Caldas, diretor-presidente e proprietário da Caldas Júnior<sup>68</sup>. O material foi utilizado pelo seu valor documental e pela impossibilidade de realizar entrevistas com Caldas ou com seu filho, Francisco Antônio, diretor da empresa, ambos já falecidos. O emprego destas entrevistas na análise levou em conta as diferenças marcantes já apontadas entre o jornalismo e a história. São distinções referentes aos objetivos (no caso jornalístico, extrair uma informação, no caso da história, produzir um documento), ao enquadramento em modelos narrativos pré-estabelecidos (caso do jornalismo), preocupados sobretudo com a comunicabilidade, e sobretudo à forma de abordagem da testemunha ou fonte<sup>69</sup>.

Pelos próprios parâmetros limitados de uma dissertação de mestrado, optei por não fazer uso extenso de um tipo de documentação farta em relação à greve: as fotos

---

<sup>67</sup> Sobre transcrição, textualização e transcrição ver MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

<sup>68</sup> Uma delas é o depoimento a Pinheiro Machado, já citado (CALDAS, Breno. *Meio século de...*), com 139 páginas, e a outra é uma reportagem publicada em 1987 no hoje extinto jornal *Diário do Sul*, ocupando três páginas em tamanho standard. BRENO Caldas rompe o silêncio e explica o fim do *Correio*. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 26 e 27 de setembro de 1987, p. 15-17 (APCE).

<sup>69</sup> Sobre as distinções entre entrevistas nos âmbitos da história e do jornalismo ver ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. *Em Questão* (Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS), v. 12, nº 2, p. 235-251, junho-dezembro de 2006.

(boa parte das mobilizações grevistas foi documentada pelos fotógrafos profissionais que aderiram ao movimento) e outras imagens. Porém, em alguns momentos, fotografias, charges ou reportagens publicadas nos jornais são introduzidas no trabalho, para efeito de ilustração, a fim de tornar mais claro o entendimento dos fatos narrados.

•••

O conteúdo desta dissertação foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, apresento uma visão geral da greve e de seu palco, a Empresa Jornalística Caldas Júnior, mapeando também as questões teóricas centrais. Para tanto, começo com uma imagem específica: o cerco à empresa efetuado pela Brigada Militar durante a paralisação, no sentido de impedir o acesso dos grevistas a seu interior. A partir disso, o movimento é narrado como um evento integrado, numa ordem cronológica. A idéia é enfatizar a descrição e, a partir dela e da discussão sobre o argumento da inevitabilidade da greve, empunhado por alguns depoentes, levantar e aprofundar as questões que permitirão posteriormente a análise de facetas específicas do objeto. Ao final, reflito sobre as possibilidades teóricas do estudo de greves.

No segundo capítulo, trato da relação entre a transformação tecnológica ocorrida no setor gráfico da empresa e o movimento grevista. A abordagem enfoca a construção da imagem dos gráficos como vanguarda operária, o cotidiano destes trabalhadores na Caldas Júnior, o processo de reestruturação produtiva no setor e como a modificação foi sentida pelos operários. É a partir de tal percurso que se tentará entender o impacto desta transformação no processo de mobilização e o significado da oficina de chumbo<sup>70</sup> e de seu uso para a realização de assembléias dos grevistas.

O capítulo III trata da eclosão do movimento grevista, mostrando a fratura no equilíbrio aparente das relações de trabalho vigentes na empresa, expressa nos atrasos salariais e na crescente mobilização dos trabalhadores. Por meio dos depoimentos orais e da documentação sindical, reconstruo as relações de dominação na Caldas Júnior antes da crise. A seguir, são examinadas as experiências relacionadas aos atrasos salariais por parte dos trabalhadores e como estas vivências comuns ajudaram a construir a solidariedade diante da crise.

O capítulo IV discute as características das entidades de classe envolvidas na paralisação e seu posicionamento em relação à articulação sindical crescente no período. Observa como se deu o relacionamento entre estes sindicatos e os apoios e

---

<sup>70</sup> Nome dado pelos trabalhadores à oficina de composição tipográfica da Caldas Júnior.



solidariedades obtidos pelo movimento, refletindo sobre algumas características do novo sindicalismo.

O uso da lei como instrumento de resistência é o cerne do último capítulo. Nele, depois de fazer um relato detalhado dos caminhos jurídicos seguidos pelos grevistas, discuto a lei de greve então vigente e sua aplicação. O papel dos chamados operadores do Direito – juízes e advogados – e suas peculiaridades no início dos anos 80 são abordados, bem como a visão da alternativa legal como estratégia possível aos sindicalistas.

A dissertação inclui ao final dois anexos: uma cronologia do movimento e cópias de boletins de greve.

# Capítulo I

## A greve: uma visão geral

*A dignidade que resta  
a quem trabalha  
sem salários é a greve.*

**Extraído do texto “Fome no Natal, mas com dignidade”,  
publicado no jornal *Denúncia*, edição extra especial  
sobre a greve na Caldas Júnior, dezembro de 1983.**

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar, em linhas gerais, os principais eventos que constituíram o acontecimento enfocado na presente dissertação e elaborar uma reflexão sobre a trajetória e a importância da Empresa Jornalística Caldas Júnior no estado. A partir deste apanhado, são retomados os problemas citados na introdução e que serão alvo de análise nesta pesquisa, bem como discutidas as questões teóricas relativas ao estudo das greves.

A idéia é facilitar o entendimento do acontecimento pelo leitor e permitir ao pesquisador uma maior liberdade na posterior divisão analítica do objeto. Para isto, tento conjugar uma narração dos eventos com a discussão teórica necessária ao exame do tema.

O capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira, a partir de uma imagem específica (o cerco à empresa efetuado pela Brigada Militar durante a paralisação), reflito sobre o alcance do movimento. A seguir, empreendo a narração dos diversos episódios relacionados à greve em ordem cronológica, seguida pela análise do percurso e do significado da Caldas Júnior no Rio Grande do Sul.

Logo depois, discuto uma idéia aventada nas fontes e que merece, a meu ver, uma reflexão específica: a percepção da inevitabilidade do movimento. Por fim, faço um apanhado das possibilidades de abordagem das greves como objetos de estudo.



**Figura 1: Brigada Militar impede acesso dos grevistas ao prédio da Caldas Júnior no 1º dia de greve. Fonte: *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1983 (ASJPRGS)**

Amanhecer de uma terça-feira, 13 de dezembro de 1983. Dezenas de policiais militares cercam o edifício que ocupa uma quadra inteira entre a Rua dos Andradas e a Rua Sete de Setembro, em Porto Alegre. Postados lado a lado, com seus capacetes redondos, cassetetes em punho e revólveres na cintura, formam um cordão que isola o velho prédio do centro da capital gaúcha. Interditam o acesso à Rua Sete de Setembro e impedem o trânsito de pedestres pela calçada da Rua Caldas Júnior.

Algum passante distraído que circulasse pelo centro da cidade àquela hora poderia pensar numa represália da ainda vigente ditadura militar contra a imprensa, materializada ali no edifício onde eram pensados, redigidos e produzidos os dois mais tradicionais jornais gaúchos, o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde*.

Mas não era nada disso. Era uma greve.

O cerco não significava a ocupação militar ou a encampação dos veículos de comunicação pelo governo – algo que já havia acontecido muitos anos antes, em 1961, quando o então governador Leonel Brizola mandou duas Kombis lotadas por policiais do Batalhão de Choque da Brigada Militar (BM) e mais o chefe de Polícia da época requisitarem a Rádio Guaíba, emissora do mesmo grupo, para ser o centro da cadeia da

Legalidade<sup>71</sup>. Em 1983, o cordão de isolamento era endereçado a trabalhadores da própria empresa, paralisados desde a noite anterior em protesto pelo atraso de dois meses de salários, além do 13º salário e das parcelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Do alto das sacadas do edifício, gerentes e diretores observavam a conturbada saída dos caminhões que levavam jornais para as bancas de todo o estado e a movimentação nervosa dos brigadianos. Folhetos editados pelos grevistas relatam empurrões, intimidações e espancamento de trabalhadores<sup>72</sup>.

Nas semanas seguintes, os soldados da BM voltariam às calçadas da Caldas Júnior e interditarium inúmeras vezes a Rua da Praia e a Sete de Setembro. Segundo um jornal editado pelos grevistas, “nos fins de tarde, soldados da BM avançam até o meio da Rua Caldas Júnior, em fila dupla, para garantir o acesso dos fura-greve”<sup>73</sup>. O cerco da Brigada era constantemente confrontado com piquetes de trabalhadores munidos de faixas e cartazes, aos gritos de “Breno sacana, devolve a nossa grana”, palavra de ordem endereçada ao diretor-presidente da empresa, Breno Caldas. Passeatas pelo centro de Porto Alegre, com a participação de jornalistas célebres que aderiram à greve, como o crítico de cinema P.F. Gastal e o poeta Mario Quintana, contribuía para dar visibilidade à grave crise econômica na qual estava imersa a Empresa Jornalística Caldas Júnior.

Greves não eram novidade no início dos anos 80. Pelo contrário. Os movimentos de protesto dos trabalhadores brasileiros que haviam ressurgido na cena pública no final dos 70, com as paralisações metalúrgicas da região do ABC paulista, pareciam em plena consolidação no ano de 1983. Em julho, houve a primeira greve geral deflagrada depois do golpe militar de 1964. No mês seguinte, foi fundada, em São Bernardo do Campo (SP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), marco da institucionalização do novo sindicalismo. As paralisações de trabalhadores alcançaram em 1983 o número de 393 em todo o Brasil e, no Rio Grande do Sul, chegaram a 34, mais do que o dobro do total do ano anterior<sup>74</sup>. Houve greves em outras empresas de comunicação também, como a

---

<sup>71</sup> Para uma descrição jornalística do episódio, ver MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: Editora Senac, 2001. p. 196-197.

<sup>72</sup> A NOITE agitada, *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1983 (ASJPRGS).

<sup>73</sup> A VIOLÊNCIA de Breno Caldas. *Denúncia*, Porto Alegre, nº 28, edição extra especial, dezembro de 1983, p. 4 (ASJPRGS).

<sup>74</sup> PETERSEN, A. *Op. cit*; p. 81-82. Segundo o trabalho, o número de greves no Rio Grande do Sul no período chegou a 120, sendo 27 em 1980, 43 em 1981, 16 em 1982 e 34 em 1983. Em 1979, foram registradas 29 greves no Rio Grande do Sul.

paralisação de jornalistas na cidade de São Paulo em 1979<sup>75</sup>, a do ano seguinte na Rádio Gaúcha, em Porto Alegre, e a das empresas do grupo Diários Associados, também na capital paulista<sup>76</sup>.

O movimento na Caldas Júnior não foi total. Pararam cerca de 20% dos funcionários do total do grupo (rádio, TV, jornais). A greve se concentrou basicamente nos dois jornais, em especial na *Folha da Tarde*. Levantamentos da época calculam o número de grevistas entre 300 a 400 pessoas, conforme observadores e sindicatos envolvidos – a empresa admitiu um número bem menor, 10% ou 160 paralisados. O total de funcionários chegava a 1.600 (o número inclui os empregados da rádio e da TV Guaíba, cujos trabalhadores decidiram não aderir ao movimento)<sup>77</sup>.

Em relação à produção, o resultado mais palpável do movimento foi obtido nas primeiras 24 horas, e não mais repetido ao longo de seus 56 dias de duração. Apenas no primeiro dia a mobilização conseguiu impedir a circulação da *Folha da Tarde*. Fez também com que o *Correio* seguisse para os assinantes atrasado e diminuto<sup>78</sup>. Na capa do diário, então em seu 88º ano de circulação, foi impresso um aviso aos leitores:

---

<sup>75</sup> Esta greve, cuja principal reivindicação era 25% de aumento salarial e imunidade para delegados sindicais, durou seis dias, entre 23 e 29 de maio, e acabou com pelo menos 200 demissões, como a de Perseu Abramo, da *Folha de S. Paulo*. Para uma análise do movimento e seus antecedentes, ver SILVA, Marco Antônio Roxo da. *A greve dos jornalistas de 1979*. Dissertação (mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

<sup>76</sup> Sobre a greve na Rádio Gaúcha de Porto Alegre, ver depoimento do jornalista José Roberto Garcez à Agência Experimental de Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Disponível em: <[http://www.portal3.com.br/coletiva/2003/01/garcez\\_1.htm](http://www.portal3.com.br/coletiva/2003/01/garcez_1.htm)>. Acesso em 20/12/05. Os funcionários da TV Tupi de São Paulo, empresa dos Diários Associados (de Assis Chateaubriand), entraram em greve por atraso de salários. Para uma visão da crise dos Diários Associados, ver WAINBERG, Jacques. *Império das palavras*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997, especialmente as páginas 231-276, e MESQUITA, Humberto. *Tupi - A greve da fome*. São Paulo: Cortez, 1982. (Agradeço ao historiador e colega de mestrado Ricardo di Lorenzo por essas indicações).

<sup>77</sup> A greve teria tido adesão de 400 dos 1.600 empregados da Caldas Júnior, de acordo com PETERSEN, Áurea. *Op.cit.* O número de 300 trabalhadores (20% dos funcionários, entre jornalistas, gráficos e motoristas), segundo o sindicato dos jornalistas e 160 (10% dos empregados) conforme a empresa, é citado em JUSTIÇA garante a greve no Sul. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1983, sem indicação de página (ASJPRGS). Em outra reportagem publicada no mesmo dia, na *Folha de São Paulo* (QUINTANA deve ter alta até o fim do ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1983, sem indicação de página), há referência ao número de 300 grevistas, citando decisão jurídica que definiu pela reintegração dos mesmos (ASJPRGS).

<sup>78</sup> O *Correio do Povo* saiu com 16 páginas “e bastante atrasado (às duas horas da madrugada ainda estava em fase de composição)”, segundo o texto CALDAS parada, *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1983 (ASJPRGS). Este boletim está reproduzido no Anexo II do presente trabalho. Das 16 páginas da edição de 13 de dezembro de 1983 do *Correio do Povo*, cinco são de anúncios classificados e uma de notas e anúncios, sessões que prescindem do trabalho jornalístico (MCSHJC). A média de rotação do *Correio do Povo* durante a semana na época era de 24 páginas, conforme levantamento feito por mim em exemplares do jornal. Em depoimento a esta pesquisa, o jornalista Walter Galvani negou que a *Folha da Tarde* não tivesse circulado no primeiro dia de greve. Galvani era, na época, diretor de redação do jornal. Depoimento [20 de novembro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora). No entanto, todas as outras fontes e pesquisas sobre o movimento afirmam o contrário. A edição não foi encontrada no

Esta edição do *Correio do Povo* sai hoje em proporções reduzidas como consequência de um movimento paredista que afetou alguns departamentos do nosso complexo industrial, nas primeiras horas de ontem, segunda-feira. Pedimos a nossos leitores, assinantes e anunciantes que relevem as faltas e omissões, que hão de notar, e que nos dêem compreensão e apoio para que possamos o mais breve possível repor nosso jornal dentro dos padrões habituais.<sup>79</sup>

Não havia mais como esconder a crise. E este foi talvez o grande resultado da greve na Caldas Júnior. O movimento, cujo resultado visto hoje à distância de duas décadas se aproxima por vezes da derrota, por vezes da vitória, com características claramente defensivas, *expôs publicamente* as condições de trabalho, a falta de dinheiro, as escolhas editoriais, o autoritarismo e o paternalismo ocultos por trás da fachada do velho e suntuoso prédio da Caldas Júnior com a Rua da Praia, durante décadas ponto de peregrinação de governadores e políticos em busca do apoio e do poder que emanava do *Correio do Povo*. Os brigadianos que cercavam o prédio do antigo Edifício Hudson, comprado em 1943 pela Caldas Júnior, eram uma pista para qualquer passante desavisado compreender que estava diante da iminente derrocada de um símbolo, e com ele, de um poder.

## 2. Um império em crise

Se a greve da Caldas Júnior teve um significado específico sobre a sociedade gaúcha, como defendido nas páginas anteriores, o que a tornou possível? Quais as forças, motivações, contingências e ações que impeliram estes protestos à rua? Por que ela acontece naquele momento?

Uma das formas de começar a responder a essas perguntas é se aproximar das circunstâncias empíricas do acontecimento, delimitando suas conformações num esforço narrativo com preocupações cronológicas. Essa descrição é vista aqui não só como forma de auxiliar a compreensão do leitor, mas também no sentido de evidenciar um entendimento possível da greve, como uma série de eventos dotados de conexões capazes de torná-los um conjunto integral.

---

MCSHJC nem no arquivo de jornais da própria Caldas Júnior, que informou dispor da coleção completa do periódico. Segundo os próprios funcionários do arquivo de jornais da Caldas, a edição da *Folha* realmente não circulou no dia 13 de dezembro de 1983. Conforme informações colhidas por Brites, o *Correio do Povo* foi produzido por apenas 12 dos 70 jornalistas e 5 dos 40 digitadores (que haviam substituído os linotipistas na fotocomposição). BRITES, V. *Op. cit.*

<sup>79</sup> Nota. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1983, p. 1 (ASJPRGS).

A paralisação na Caldas Júnior teve início na noite de segunda-feira, 12 de dezembro de 1983. Das 19h às 21h, uma assembléia lotou a oficina de chumbo, um salão de mais de cem metros quadrados, no segundo andar do prédio que passaria no dia seguinte a ser cercado pela polícia militar. Fazia cinco meses que a oficina de chumbo havia deixado de ser o ponto nevrálgico da empresa. A mudança no sistema gráfico, com a passagem do processo de composição a quente para a fotocomposição, provocou a demissão, a aposentadoria e a recolocação em outros setores da maioria dos operários que antes trabalhavam no salão, entre eles boa parte dos linotipistas (operadores das máquinas linotipos), uma camada privilegiada entre os trabalhadores gráficos<sup>80</sup>. A progressiva desocupação daquele espaço pela empresa coincidiu com seu uso cada vez mais constante para assembléias dos funcionários descontentes (gráficos, jornalistas e motoristas) com os atrasos salariais que haviam se iniciado em março de 1983.

A principal reivindicação era justamente a quitação dos vencimentos atrasados (outubro, novembro e a primeira parcela do 13º salário). A decisão pela paralisação vinha precedida por paradas de advertência, protestos nas filas formadas para o pagamento aleatório de parcelas dos salários (“os vales”), demissões de funcionários e reuniões periódicas com a direção da empresa.

No decorrer do ano, o atraso dos vencimentos havia criado dificuldades financeiras para os trabalhadores. Muitos se endividaram e tinham prejudicada até mesmo a alimentação das próprias famílias. As anotações feitas à época no diário de um jornalista, então funcionário da Caldas Júnior, podem dar uma idéia de como a situação era percebida por alguns empregados da empresa:

(...) os salários estão atrasados há cinco dias. Ontem a faixa estava em 80 mil cruzeiros. (...) Recebi um vale de Cr\$ 30 mil e tirei dez para pagar a conta do [supermercado] Carrefour, que já ia para o terceiro mês de atraso. Os gastos de hoje foram os seguintes: leite (2 litros) e pão (1/4): 505,00, sabão em pó (280,00), ovos, meia dúzia (330,00), banana (2 quilos- 500,00). No total, gastei hoje CR\$ 3.173,00.

*(em 17 de outubro de 1983)*

Finalmente pagaram o que restava do mês de setembro. Mas com tanto vale que eu tirei acabei recebendo apenas 34 mil. O que é que eu poderia fazer com isso, me pergunto. Vou pagar apenas uma das contas, de 8 mil, do Carrefour.

*(em 8 de novembro)*

---

<sup>80</sup> A transformação foi concluída em julho de 1983, quando o jornal passou a ser totalmente fotocomposto. A última parte do jornal a sofrer a transformação foram os classificados. Ver ANÚNCIOS classificados Correio do Povo entram na era eletrônica. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º de julho de 1983, p. 11 (MCSHJC). O capítulo II dessa dissertação traz uma explicação mais aprofundada sobre os processos de linotipia e fotocomposição, além da discussão sobre a relação entre o processo de trabalho e a mobilização.

Ainda não recebi o salário de outubro que deveria ter sido pago integralmente até o dia dez deste mês de novembro. Na verdade estou sendo obrigado a retirar vales para poder comer. Hoje de manhã não almocei porque não consegui dinheiro. Para comprar leite para o X. [um dos filhos], consegui dinheiro emprestado com o Y. (dois mil). Ontem já havia conseguido dois mil com o Z. No final da tarde de hoje a Caldas Júnior deu apenas Cr\$ 15 mil de vale.

(em 25 de novembro)<sup>81</sup>

Na noite da assembléia que decidiu pela greve, estavam na oficina de chumbo gráficos, motoristas e jornalistas. Conforme texto publicado em edição extra do jornal alternativo *Denúncia*, os ânimos haviam se exaltado naquele dia depois de uma reunião entre uma comissão de trabalhadores e Breno Caldas. Na ocasião, a resposta do empresário à reivindicação de regularização do pagamento dos salários e à ameaça iminente de greve teria sido: “Não vou pagar e não sei quando terei condições de fazê-lo”.

O mesmo texto sustenta que, na assembléia, “do primeiro ao último orador, todos defenderam a greve, *unanimidade* que não tinha acontecido ainda nas dez assembléias realizadas desde março na velha oficina da empresa”<sup>82</sup>.

Tal unanimidade é nuançada no depoimento do jornalista e professor universitário Antônio Hohlfeldt, que trabalhava como repórter de cultura e crítico de teatro e cinema no *Correio do Povo*, além de ser, à época, vereador de Porto Alegre – o primeiro eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Entrevistado em fevereiro de 2006, Hohlfeldt optou por começar sua narrativa sobre a greve justamente pela noite desta assembléia. A ênfase é explicada pela posição do depoente na ocasião: ele conta ter sido uma das duas pessoas a se manifestar contra a paralisação:

Havia uma insatisfação grande em relação a atraso de salários, a gente vivia de vales. Isto era menos complicado para os jornalistas, mas vinha afetando muito a área de oficina, principalmente os gráficos. De certa forma, foram eles que puxaram o movimento da greve. Quando a gente fez a assembléia dos jornalistas, isto eu me lembro muito bem, talvez até tenha fotos, não sei se dizer, a gente fez esta reunião lá na própria oficina do jornal. E eu me lembro bem desta votação, pessoas falaram contra, a favor, etc e tal, *havia uma*

---

<sup>81</sup> Diário do grevista, anotações de 17 de outubro a 25 de novembro de 1984 (APCE). O acesso a trechos deste diário me foi confiado com a condição de que o nome de seu autor não fosse declinado. Os outros nomes são omitidos também para não identificá-lo. Para se ter uma idéia dos valores monetários, a razão essencial em Porto Alegre (6,6 quilos de carne, 7,5 litros de leite, 4,5 quilos de feijão, três quilos de arroz, 1,5 quilo de farinha de trigo, seis quilos de batata, nove quilos de tomate, seis quilos de pão, 600 gramas de café, 7,5 dúzias de laranjas, três quilos de açúcar, 900 gramas de banha e 750 gramas de manteiga) custava, em dezembro de 1983, Cr\$ 33.673,77, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (Dieese). O salário mínimo vigente era de Cr\$ 57.120,00. Ver *Boletim do Dieese*, dezembro de 1983, p. 64 e 69 (Bibeco).

<sup>82</sup> A REVOLTA explode na 2ª, dia 12. *Denúncia*, Porto Alegre, nº 28, edição extra especial, dezembro de 1983, p. 6 (ASJPRGS). Grifo meu.



*unanimidade em prol do movimento.* E houve duas pessoas que votaram contra. Exclusivamente duas pessoas. Por isso que é fácil a gente recordar: o Antoninho [Antonio Firmo Gonzalez], que era o diretor da Famecos [Faculdade dos Meios de Comunicação Social da PUCRS] na época e era vinculado ao sindicato, à ARI [Associação Rio-grandense de Imprensa], e esta coisa toda. Quer dizer: o Antoninho votou contra, e eu votei contra. Nós dois votamos contra.

**Pergunta: O senhor pelo *Correio* e ele pela *Folha da Tarde* ?**

Ele pela *Folha da Tarde*. Nós dois votamos contra. E pelo mesmo motivo. A nossa avaliação era de que feita a greve, o jornal não voltava mais. Como de fato não voltou. Quando voltou foi um arremedo. Nós fomos os dois únicos votos contrários. O resto foi tudo a favor da greve. Agora, na minha intervenção... O motivo do Antoninho Gonzalez era que ele na verdade articulava patrão e empregado. Ele vinha tentando fazer. Então ele dizia: “Eu não posso votar a favor da greve se eu estou brigando para ajudar a resolver o problema”. E eu dizia: “Para mim é fácil votar a greve, eu tenho outra fonte de dinheiro, que era a Câmara de Vereadores. E eu só acho que nós vamos entrar num buraco complicado neste negócio aí. E realmente a gente vai sair da greve e não vai ter saída. Então eu quero dizer isto. Eu tenho outra fonte. Então até por uma questão de seriedade eu não vou votar a favor da greve. Até porque eu acho que nós não voltamos mais. Acho que liquida o assunto. A Caldas Júnior acaba aqui.”<sup>83</sup>

Vale a pena interromper por um momento a narrativa cronológica para analisar esta fonte. Na fala do entrevistado, a paralisação é vista retrospectivamente como uma encruzilhada, “um buraco complicado” de onde não havia “saída”, o que ratifica seu próprio discurso de intervenção durante a assembléia. A memória busca não apenas recriar o passado, mas interpretá-lo, dando-lhe um sentido que o torne capaz de ser compreendido e utilizado no presente. Assim, a greve e a interrupção da circulação do jornal são integrados numa relação de causa e efeito. Hohlfeldt afirma em determinado ponto que o jornal “não voltou” depois da paralisação, corrigindo-se em seguida: “Quando voltou, foi um arremedo”.

Na verdade, o *Correio do Povo* não deixou de circular durante a greve e só teve a circulação interrompida, pela própria empresa, em junho, mais de quatro meses depois de findo o movimento dos trabalhadores. Esta “ligação direta” entre greve e “fim da Caldas Júnior”, no entanto, é uma constante em vários outros depoimentos de pessoas envolvidas na paralisação, abrindo um espaço paradoxal para duas interpretações aparentemente opostas: a valorização da greve como movimento forte social e

---

<sup>83</sup> HOHLFELDT, Antônio Carlos. Depoimento [10 de fevereiro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora). Grifo meu. Nascido em Porto Alegre, em 1948, Antônio Hohlfeldt começou a publicar artigos seus no *Correio do Povo*, no final da década de 60, muitas vezes sem receber remuneração. Atuava como crítico de cinema e de teatro. Foi contratado pela Caldas Júnior em 1974. Foi o primeiro vereador eleito pelo então nascente PT em Porto Alegre, em 1982. Integrou o primeiro secretariado do prefeito Olívio Dutra (PT), eleito em 1988. Deixou o partido em 1990, entrando no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Atualmente, está filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo sido vice-governador do estado na gestão de Germano Rigotto (2003-2006). É professor da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

politicamente por si só, porém impossível de ser entendido se não integrado à lógica da trajetória da empresa, em especial à sua decadência.

Deixando esta observação em suspenso, voltemos à narrativa, ressaltando que, apesar de sua discordância manifesta, Hohlfeldt participou do movimento, tendo atuado principalmente no sentido de angariar doações para o fundo de greve. Além deste fundo, outras seis comissões foram formadas pelos trabalhadores. Uma delas ficou responsável por editar e distribuir quase diariamente boletins com textos, fotos e ilustrações<sup>84</sup>.

O embate teve episódios de enfrentamento físico entre grevistas, seguranças da empresa e polícia militar. A maior parte dos atritos ocorreu em piquetes realizados nos primeiros dias da greve ou depois de algumas reuniões de negociação, quando o teor das propostas patronais despertou a indignação dos funcionários paralisados. O argumento da violência patronal foi ainda utilizado em um relatório de 23 páginas elaborado pelos grevistas que foi distribuído a empresários e representantes dos governos estadual e federal, entre eles o então chefe da Casa Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu<sup>85</sup>.

A confrontação também abriu cismas entre trabalhadores grevistas e não-grevistas, a partir da concentração diária dos primeiros nas calçadas em volta do prédio da Caldas Júnior. O ambiente de tensão é lembrado por Mário Marona, então jornalista do *Correio do Povo*:

Na frente do prédio da empresa, piquetes tentavam convencer os fura-greves a aderirem ao movimento, mas a antipatia crescente entre um lado e outro tornara impossível qualquer entendimento. Neste caso, cometi um erro ao chamar nominalmente (através de um megafone) amigos e colegas que estavam trabalhando, fazendo apelos emocionais, chegando até a citar nomes de seus filhos e coisas assim. Criei, com isso, situações constrangedoras, inimizades nunca superadas e não consegui uma única adesão. A radicalização do movimento tornou inviável qualquer conciliação, e serviu ao dono da empresa, que acabaria demitindo todos os grevistas.<sup>86</sup>

Neste depoimento, o ataque aos não-grevistas é lembrado como um erro que teria provocado prejuízos ao movimento. Na busca de uma explicação para o passado, a memória relaciona a divisão dos trabalhadores às retaliações patronais, buscando na idéia de “radicalização” uma forma de significar as dissensões internas.

---

<sup>84</sup> As comissões eram piquete, alimentação, boletins, fundo financeiro, interior, mobilização e, por fim, habitação, luz e água, conforme os boletins de greve.

<sup>85</sup> RELATÓRIO preliminar sobre o movimento reivindicatório dos funcionários da EJCJ. Relatório elaborado pela Comissão de Mobilização dos Funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior, Porto Alegre, 1984 (APJBS). Sobre o encontro com Leitão de Abreu, ver MINISTROS: Greve é legal. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1984 (ASJPRGS).

<sup>86</sup> Depoimento de Marco Marona, citado em GERMANO, Erika, MARONA, Leonardo et al. *Op. cit*

Em 21 de dezembro, uma nota da direção da empresa na capa do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde* informava a demissão por justa causa de todos os grevistas por terem praticado “atos de indisciplina”<sup>87</sup>. Os trabalhadores paralisados passaram, então, a receber telegramas comunicando da demissão em suas casas.

O linotipista Antônio Adair Ferreira da Silva, na época tesoureiro do sindicato dos gráficos, foi um dos destinatários<sup>88</sup>. Adair trabalhava desde 1972 na Caldas Júnior, depois de ter passado pelas oficinas dos jornais *Zero Hora* e *Última Hora*. Era um dos poucos que continuava atuando na oficina de chumbo e integrava as primeiras comissões que buscaram um entendimento com a direção da empresa a respeito dos atrasos salariais, antes da paralisação. Sobre a demissão, ele relembra:

Eu recebi meu telegrama na véspera de Natal. Estava demitido. Por justa causa, claro. Tudo bem. Claro, a gente fica meio assim, mas eu sabia, que por esta questão do sindicato, não haveria como sofrer maiores perdas. E até proibiram a entrada da gente na empresa. Que neste meio tempo ainda entrava na empresa. Ia lá, fazia alguma coisa. Proibiram a minha entrada.<sup>89</sup>

Por este depoimento, pode-se perceber a importância, na iniciativa privada, da imunidade sindical – ou seja, a impossibilidade legal da empresa demitir um profissional como Antônio Adair, justamente pelo mesmo integrar a diretoria de seu sindicato. A demissão ou a ameaça dela era a maior forma de pressão em relação aos funcionários, como já ficou flagrante na própria iniciativa da Caldas Júnior de alardear publicamente o desligamento dos grevistas por justa causa.

Seguiu-se uma batalha judicial com amplas vitórias por parte dos trabalhadores. Em 28 de dezembro, uma juíza do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região deferiu medida cautelar de arresto determinando que todo o produto das vendas avulsas do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, bem como o valor das assinaturas e

---

<sup>87</sup> ESCLARECIMENTO ao público. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1983, p. 1 e *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1983, p. 1 (MCSHJC).

<sup>88</sup> O linotipista Antônio Adair Ferreira da Silva prestou depoimento em setembro de 2005, na sua casa, em Porto Alegre. Nascido a 13 de julho de 1942, Adair aprendeu a profissão na Escola Profissional Pão dos Pobres, onde permaneceu dos 11 aos 17 anos. Trabalhou no *Jornal do Dia*, na *Última Hora*, na *Zero Hora* e na Caldas Júnior (1972 a 1985), onde participou da greve de 1983-1984. Começou a atuar junto ao sindicato como 2º tesoureiro, na terceira gestão de Euclides Bento da Cruz, passando a 1º tesoureiro nas duas gestões seguintes. Em 1988, elegeu-se presidente, permanecendo até 1990. Na época da entrevista, estava aposentado como gráfico e atuava como advogado. SILVA, Antônio Adair Ferreira da. Depoimento [26 de setembro de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: 1 hora e 45 minutos).

<sup>89</sup> *Idem, ibidem*. Antonio Holthfeldt relatou ter emoldurado o seu telegrama de demissão: “Aprovada a greve, eu sou grevista, tanto que no dia 22 de dezembro, que é o dia do meu aniversário, tive o prazer de receber de manhã um fonograma. Imaginei que era um fonograma de aniversário e era um fonograma de despedida. O qual eu guardo até hoje. Mandeí fazer um quadrinho e que tenho lá na parede da minha casa. O fonograma era curto e seco, aquela coisa formal, tendo em vista que eu havia desrespeitado a hierarquia e coisas deste tipo, eu estava sendo demitido por justa causa. Depois a gente entrou na Justiça, ganhou, reverteu.” In: HOHLFELDT, *Op. cit.*

renovações, além daquele referente a anúncios publicitários, fosse recolhido à Justiça do Trabalho para pagamento dos débitos trabalhistas. No mesmo dia, o presidente do TRT, João Pereira Leite, ordenou que a Secretaria da Segurança Pública (responsável pela Brigada Militar) assegurasse aos grevistas “o direito de aliciamento pacífico de colegas e de manifestações ordeiras” e intimou a empresa a não demitir os trabalhadores parados<sup>90</sup>.

Finalmente, em 6 de fevereiro de 1984, o mesmo TRT considerou a greve legal, dando prazo de 10 dias para o pagamento dos salários atrasados e garantia de emprego até que a dívida trabalhista fosse saldada, incluindo o FGTS. No dia seguinte, o boletim de greve anunciava, em seu título: “Ganhamos a greve”, sob uma foto do poeta Mario Quintana na passeata que comemorou a decisão, no centro de Porto Alegre<sup>91</sup>.

O jornal *Em Tempo* também alardeou a “vitória dos trabalhadores”. No entanto, temia por sua efetividade, conforme texto publicado na edição nº 184: “a decisão do TRT pode tranqüilamente não ser cumprida, da mesma forma como não foram outras tomadas anteriormente durante a greve”. A possibilidade do cumprimento da decisão era definida, porém, como “a maior vitória sindical no estado após 64”<sup>92</sup>.

Não eram infundados os temores manifestados no *Em Tempo*. O retorno ao trabalho não fez cessar os atrasos nos salários e as dívidas com os grevistas tampouco foram saldadas, até porque, um mês depois, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu temporariamente a decisão do TRT<sup>93</sup>.

Em depoimento a esta pesquisa, João Borges de Souza, então editor de política da *Folha da Tarde* e membro da comissão de mobilização da greve (havia sido presidente do sindicato dos jornalistas entre 1974 e 1976), lembrou da volta ao trabalho como a retomada de um ciclo vicioso envolvendo atrasos salariais, arbitrariedades patronais e recursos à Justiça do Trabalho. “A empresa tinha de pagar os salários atrasados. Não pagou. Tinha de pagar 13º, etc. Não pagou. A totalidade das pessoas que voltaram e que tinham salários atrasados só foram receber isto na Justiça”<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup> JUÍZA defere medida cautelar contra a Empresa Caldas Júnior. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1983, p. 8. A notícia foi publicada também em *O Estado de São Paulo* (JUSTIÇA garante...) e *O Globo* (CALDAS Júnior sofre...) (MCSHJC).

<sup>91</sup> GANHAMOS a greve. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1984. (ASJPRGS). Reprodução deste boletim integra o anexo II.

<sup>92</sup> VITÓRIA dos trabalhadores. *Em Tempo*, São Paulo, 23 de fevereiro a 14 de março de 1984, nº 184, p. 5 (CDS/NPH).

<sup>93</sup> Processo TST 3.716/84. Despacho a pedido de efeito suspensivo, *Diário Oficial da União*, 23 de março de 1984 (ASJPRGS).

<sup>94</sup> SOUZA, João Borges de. Depoimento [setembro de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: 1 hora e 45 minutos). Nascido em 23 de dezembro de 1933, em Pelotas

Na intenção aparente de guardar (e modelar) a memória do acontecimento, Souza elaborou, em 1984, um relato breve da situação pós-greve. Quando fui entrevistá-lo, em 2005, ele me repassou a narrativa escrita, juntamente com os documentos de que dispunha. Reproduzo-a a seguir:

Em fins de março/início de abril, pessoas que não haviam aderido à greve, algumas delas signatárias de manifesto de apoio à empresa e seu diretor-presidente, começam a cobrar seus salários na Justiça. Afinal, dão-se conta que é a única maneira de receberem alguma coisa.

Assim, são ajuizadas reclamações de Lauro Quadros e Tânia Carvalho [apresentadores de rádio e de TV], entre outros, alguns com funções em mais de um veículo da EJCJ [Empresa Jornalística Caldas Júnior].

No dia 30 de abril, editores não-grevistas da *Folha da Tarde* começam a se articular para também cobrar na Justiça do Trabalho. As informações sobre a situação da empresa são as piores possíveis. Dia 27 não foi fornecido vale (só deram Cr\$ 10 mil para a oficina) porque os recursos disponíveis tiveram de ser usados para pagar gasolina. Na semana anterior já ocorrera o mesmo, tendo o dinheiro sido usado na compra de papel<sup>95</sup>.

Em relação a este relato, chamo a atenção para a opinião manifestada por Souza sobre a falta de alternativas dos funcionários para receberem seus salários além da Justiça do Trabalho, o que concede ao fórum jurídico papel privilegiado na resolução do problema até mesmo *depois* da ação coletiva dos trabalhadores. Também saliento a informação de que apenas os empregados da oficina haviam recebido as pequenas parcelas de salário liberadas pela empresa, num indicativo aparente do poder de barganha dos gráficos.

Em meio ao agravamento da crise econômica, a decisão que tornava a greve legal e obrigava ao pagamento imediato dos dias parados e dos salários atrasados permaneceu sem ser cumprida. Ela só voltou a ter validade, agora respaldada pelo julgamento definitivo do recurso interposto no TST, depois da interrupção da circulação dos dois jornais em 16 de junho de 1984, seguida pela falência da empresa em 30 de setembro de 1985 (adquirida por outro empresário em maio de 1986)<sup>96</sup>.

---

(RS), João Borges de Souza começou sua carreira de jornalista no jornal *A Tribuna Gaúcha*, diário comunista que circulou de 1946 a 1956 e onde atuaram personagens históricos do PCB gaúcho como Dyonélio Machado, Décio Freitas, Raul Ryff e João Aveline. Trabalhou também no jornal *Última Hora*, ao lado de Aveline, cobrindo o movimento sindical. Repórter político, acompanhou para o jornal o movimento da Legalidade, em 1961. Foi tesoureiro do sindicato dos jornalistas entre 1971 e 1973 e presidente do sindicato entre 1974 e 1976, além de vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), entre 1980 e 1983. Entrou na Caldas Júnior em 1968, na *Folha da Manhã*. Durante a greve, era editor de política da *Folha da Tarde*. Posteriormente, foi editor de política de *O Estado do Rio Grande*, se transferindo em seguida para *Zero Hora*, em 1985. Aposentou-se em 1997. Para um perfil jornalístico de João Souza, ver a reportagem *Currículo de ouro* no site Coletiva. Net. Disponível em <http://www.coletiva.net/perfilDetalhe.php?idPerfil=199>. Acesso em 25/03/07.

<sup>95</sup> Evolução do episódio Caldas Júnior, manuscrito de João Borges de Souza (APJBS).

<sup>96</sup> GALVANI, W. *Um século...* p 557. O *Correio do Povo* voltou a circular em agosto de 1986. A *Folha da Tarde* não retornou às bancas. Atualmente seu nome batiza o suplemento cultural do *Correio*, aos sábados.

Neste ínterim, a maioria dos funcionários interpôs ações judiciais para receber seus vencimentos e direitos trabalhistas. Segundo a *Revista Sul*, em maio de 1985 havia mais de duas mil ações trabalhistas contra a Caldas Júnior, totalizando um débito superior a Cr\$ 15 bilhões somente com os funcionários<sup>97</sup>.

Entre os jornalistas, a cisão entre grevistas e não-grevistas permaneceu intensa muito tempo depois, gerando discussões acaloradas como em uma reunião ocorrida no dia 15 de maio de 1985 no plenário da Assembléia Legislativa. O encontro foi convocado com o objetivo de formar uma comissão que entrasse em contato com a Caixa Econômica Federal, um dos credores da Caldas Júnior, e que detinha a hipoteca da garagem da empresa, na Avenida Getúlio Vargas. Em meio à discussão, a participação ou não na greve voltou à tona e quase metade dos 500 trabalhadores presentes deixou a reunião<sup>98</sup>.

Um dos elementos da desavença, à parte as feridas deixadas por trocas de ofensas em meio aos piquetes da greve, foi justamente a “ligação direta” entre o fim da Caldas Júnior e a mobilização dos trabalhadores em 1983. Tal idéia, alimentada pelo discurso patronal e presente inclusive na lógica de alguns grevistas, gerou por vezes uma condenação do movimento como “causador” da derrocada do império da Caldas Júnior.

---

<sup>97</sup> NÃO AGUARDE o Correio do Povo. *Revista Sul*, Porto Alegre, nº 4, maio/junho de 1985, p. 29 (APCE). Como medida comparativa, vale indicar que o valor dos débitos trabalhistas em dólar alcançava US\$ 3 milhões, convertidos pela cotação oficial de venda em 02/05/85. Tabela com as cotações está disponível no site do Conselho Nacional de Corretores de Imóveis: <[http://www.cofeci.gov.br/pub/aoCorretor/cotacoes/index.php?\\$secao=cotacaoDolar&ano=1985](http://www.cofeci.gov.br/pub/aoCorretor/cotacoes/index.php?$secao=cotacaoDolar&ano=1985)>. Acesso em 23/02/07.

<sup>98</sup> NÃO AGUARDE... Sobre essa reunião, localizei o rascunho de um relatório de cinco páginas no arquivo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul. O documento visava informar aos trabalhadores sobre as medidas tomadas para agilizar as execuções das reclusões trabalhistas. Um dos itens (relato da reunião) teve um longo trecho riscado à mão. Ao lado, a anotação “não concordo com a inclusão desse trecho riscado”, assinada pelo então presidente da entidade, Remi Baldasso. O trecho riscado é reproduzido a seguir, em destaque: “Após, seguiram-se discussões sobre os relatos dos advogados, *quando alguns presentes tentaram, sem êxito, convencer os demais de que havia oportunismo político e intenções não declaradas de parte dos organizadores da reunião e do deputado Orlando Burmann em cooperar no movimento. Questões alheias à finalidade do encontro, como a participação dos promotores da reunião na greve da empresa, em 1983, foram levantadas visando questionar a legitimidade dessa comissão provisória. Apesar do tumulto que tais questões revanchistas provocaram, o que fez muitas pessoas abandonarem o recinto confusas e decepcionadas, a reunião superou as expectativas em termos de número de presentes e do plano elaborado com vistas a agilizar as ações reclusões*”. Segundo o documento, a mesa da reunião foi composta por representantes dos sindicatos dos jornalistas, dos gráficos e dos rodoviários e da Associação dos Cronistas Esportivos Gaúchos, pelo deputado Orlando Burmann (PDT) e pelo vereador Lauro Hagemann (PMDB). Minha hipótese é que Baldasso pediu a não-inclusão do trecho a fim de ocultar e não acirrar as cisões internas na categoria.

A partir do sucinto relato elaborado nas páginas anteriores, podem-se inferir algumas características do movimento grevista. Duas parecem saltar aos olhos: o fato de ter surgido de um sentimento de insatisfação dos trabalhadores com os atrasos salariais – o que explicaria a aparente “unanimidade” da assembléia que deflagrou a greve – e a preocupação com a organização da paralisação, incluindo o cuidado de buscar caminhos jurídicos possíveis.

A narrativa cronológica e a primeira aproximação com as fontes testemunhais também fazem notar um compreensível clima de conflito entre grevistas e não-grevistas – que desmente, de fato, a “unanimidade”. Este clima é retratado nas reportagens divulgadas tanto por grevistas quanto pela empresa, num movimento que cria um novo campo de lutas para os interesses opostos: a imprensa.

A conformação peculiar deste embate só foi possível, em primeiro lugar, porque se tratava de uma greve em uma empresa jornalística. Empresa essa cuja atuação foi plena de significados e repercussões sociais no Rio Grande do Sul ao longo do século XX. É necessário, portanto, analisar mais detidamente, ainda que de maneira breve, o que foi a Caldas Júnior até 1983.

### 3. O papel da Caldas Júnior

Conforme E.P Thompson, a classe é um fenômeno histórico, unificador de “acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”. A classe é uma relação, “encarnada em pessoas e contextos reais”. Na definição hoje clássica, o autor defende que “a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”<sup>99</sup>.

Se a classe é uma relação, ela envolve dois pólos de interesse: o dos dominantes e o dos dominados numa determinada lógica de produção. Para se entender os segundos, é essencial observar contra quais interesses imediatos eles se colocam. No caso da greve aqui em exame, a pergunta prévia é: o que representava a Caldas Júnior em termos de poder social e político na sociedade gaúcha?

---

<sup>99</sup> THOMPSON, E.P. *A formação...* p. 9 e 10.

Ora, o senso comum é capaz de fornecer a qualquer pessoa que tenha seu nome publicado em jornal, divulgado por rádio ou alardeado em emissora de televisão uma idéia clara do poder que emana dos meios de comunicação de massa. A esta visão impressionista, pode-se acrescentar e contrapor noções desenvolvidas em análises mais aprofundadas e teoricamente embasadas.

Trabalhando com a noção de imaginários sociais, Baczko observa que é por meio deles que “uma coletividade designa sua identidade, elaborando uma representação de si mesma; que ela marca a distribuição de papéis e as posições sociais; que expressa e impõe certas crenças comuns”<sup>100</sup>. O imaginário social seria uma das forças reguladoras da vida coletiva, um definidor de papéis, limites e atitudes, além de constituir-se em instrumento legitimador do poder estabelecido.

Desta forma, relações de força e de poder seriam também relações de sentido. Disputas de poder envolveriam não apenas questões materiais, mas também o controle, a difusão, a reprodução e o manejo dos sistemas simbólicos de interpretações e de valorações que estruturam o imaginário social.

O impacto dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende amplamente de sua difusão, dos circuitos e dos meios de que dispõem. Para conseguir a dominação simbólica, é fundamental controlar estes meios que são outros tantos instrumentos de persuasão, de pressão, de interiorização de valores e de crenças.<sup>101</sup>

Portanto, o lugar da emissão dos discursos que conformam e difundem o imaginário é um espaço fundamental de poder. Nos tempos modernos, o advento da comunicação de massa “assegura a *um só emissor* a possibilidade de chegar até um público enorme simultaneamente, numa escala até então desconhecida”<sup>102</sup>.

Para Seguin des Hons, o poder da imprensa brasileira está relacionado diretamente aos seus mecanismos de influência e à noção de legitimidade que é capaz de associar ou, pelo contrário, descolar dos detentores momentâneos do poder político. Neste sentido, a imprensa nacional teria uma grande capacidade de provocar crises ou atenuá-las. Conforme o autor,

o papel da imprensa cotidiana parece ser muito específico. No momento em que ela traduz e catalisa os antagonismos, os conflitos latentes dão lugar a conflitos abertos. No momento em que ela os ignora, eles permanecem em estado larval. Correia de transmissão entre as contradições sociais e os jogos do poder, a imprensa brasileira possuiu e ainda possui talvez a faculdade de

---

<sup>100</sup> BACZKO, Bronislau. *Los imaginários sociales*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1979. p. 28.

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*. p. 31.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*. Grifo do autor.



permitir ou de impedir que as tensões sociais se transformem em crise política.<sup>103</sup>

O poder da imprensa nacional, dominada por um modelo oligárquico que privilegia dinastias familiares<sup>104</sup>, se baseia, portanto, não só no que é veiculado mas no que é omitido. Para Des Hons, o desenrolar das principais crises políticas nacionais (Revolução de 30, suicídio de Getúlio Vargas, crise da Legalidade, golpe militar de 64, eleições presidenciais) obedeceu à posição da maioria dos principais jornais do país<sup>105</sup>.

Como outros grupos que dominaram e dominam o setor de comunicação brasileiro a partir de sua transformação em campo fértil para empreendimentos empresariais, no século XX, a Caldas Júnior construiu seu império sempre em estreita ligação com as conjunturas do poder político. Fundada em 1895 (pouco mais de um mês depois do fim da Revolução Federalista), pelo jornalista sergipano Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, pelo médico Mário Totta e pelo gráfico e jornalista José Paulino Azurenha, a empresa marcou a ascensão, no Rio Grande do Sul, do chamado jornalismo informativo moderno, em detrimento do jornalismo político-partidário e do literário<sup>106</sup>.

Desde seus primórdios, o *Correio do Povo* se apresentou ao público como “órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna”<sup>107</sup>. Era um periódico organizado em moldes capitalistas, responsável pela montagem da primeira rotativa e das quatro primeiras linotipos no estado.

Cultivava uma imagem de distanciamento das discussões políticas (“um jornal equidistante e equilibrado” nas palavras de Breno Caldas<sup>108</sup>), mas não abria mão de sua influência, expressa ao longo do século XX em episódios como o apoio à Revolução de

---

<sup>103</sup> SEGUIN des HONS, André de. *Le Brésil – Presse et histoire 1930-1985*. Paris: Editions L’Harmattan, 1985. p. 187.

<sup>104</sup> A propriedade dos principais meios de comunicação do Brasil pertence a famílias, como os Mesquita (*O Estado de São Paulo*), os Marinho (Rede Globo e jornal *O Globo*), os Frias (*Folha de S. Paulo*), os Civita (Editora Abril) e, no Rio Grande do Sul, os Sirotsky (Rede Brasil Sul).

<sup>105</sup> SEGUIN des HONS, *Op. cit.* Ainda neste sentido, Luís Felipe Miguel recorda o papel específico de Assis Chateaubriand (dono dos Diários Associados) na deflagração da Revolução de 30 e em outros episódios marcantes da história política nacional. Quanto à mídia em geral, cita o caso do apoio da Rede Globo de Televisão à candidatura de Fernando Collor de Mello, eleito presidente da República em 1989. In: MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos retratos da história política do Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 20, nº 39, p. 195-197, 2000. Sobre a relação entre a imprensa e a ascensão e queda de Collor (alvo de impeachment em 1992) ver também CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>106</sup> RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 77. e GALVANI, W. *Um século...* p. 25-36.

<sup>107</sup> *Apud* RÜDIGER, F. *Op. cit.* p.77.

<sup>108</sup> CALDAS, B. *Op.cit.* p. 22.

30 e a adesão ao golpe de 64<sup>109</sup>. O poder de moldar a opinião pública gaúcha era expresso simbolicamente nas fotos publicadas no *Correio* e na *Folha da Tarde* retratando as visitas dos governadores recém-empossados a Breno Caldas, filho do fundador e presidente da empresa desde 1935. Caldas costumava comentar esta proximidade com os políticos como exemplo não da sua influência pessoal, mas da do *Correio do Povo*. Recordava, por exemplo, que nos anos 70, o presidente da República, general Emílio Médici, chegou a viajar de Brasília a Porto Alegre só para comer um churrasco em sua fazenda, no bairro Belém Novo<sup>110</sup>.

A imagem de distanciamento, imparcialidade e independência foi favorecida por uma série de episódios nos quais a Caldas Júnior alinhou-se contra o poder dominante no governo do estado<sup>111</sup>. Antes de fundar o *Correio do Povo*, o próprio Caldas Júnior havia sido revisor, noticiarista e diretor do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, de oposição ao situacionista Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de Júlio de Castilhos. Não foram poucas as polêmicas travadas entre *A Federação*, órgão do PRR, e o *Correio do Povo*, como em 1898, a respeito de um aumento dos impostos municipais<sup>112</sup>. No fim da vida, depois da falência, Breno Caldas continuava a empunhar a filiação liberal<sup>113</sup>.

Segundo Francisco Rüdiger, na década de 30 Breno Caldas decidiu apoiar a política de Getúlio Vargas e entrou em grave conflito com o então interventor estadual Flores da Cunha, dissidente da linha varguista. Flores da Cunha chegou a proibir a venda do *Correio do Povo* nos carros e estações da Viação Férrea do Rio Grande do Sul depois que o jornal publicou uma série de reportagens negativas sobre seu governo<sup>114</sup>. A Caldas Júnior também se posicionou abertamente contra o então governador Leonel Brizola e o presidente João Goulart, nos anos 60. Mesmo sob a égide do

---

<sup>109</sup> CALDAS, B. *Op.cit.* p.78.

<sup>110</sup> *Idem, ibidem.* p. 84-85.

<sup>111</sup> A HERANÇA posta fora. *Denúncia*, Porto Alegre, dezembro de 1983, nº 27, p.5 (APCE).

<sup>112</sup> GALVANI, W. *Um século...* p. 26, 66-67.

<sup>113</sup> Em entrevista ao jornal *Diário do Sul*, em setembro de 1987, indagado sobre a contradição de sempre ter se declarado avesso à política, porém ter convivido com ela a vida inteira, Breno Caldas declarou: “Inclusive fui conspirador, o jornal esteve envolvido também. Mas o que é que eu vou fazer? Nunca me meti em política, nunca me filiei a qualquer partido que fosse. Eu era torcedor do Partido Libertador. O partido com o qual a gente afinava. Gaspar Silveira Martins. Papai trabalhou na *Reforma*, foi editorialista no jornal do Gaspar Silveira Martins, depois é que passou para o *Jornal do Comércio*, que era do sogro dele [Aquiles Porto Alegre], e em 1895 fundou o *Correio do Povo*.” In: BRENO Caldas rompe o silêncio e explica o fim do *Correio*. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 26 e 27 de setembro de 1987, p. 15 (APCE). Breno Caldas morreu dois anos depois, em 1989.

<sup>114</sup> RÜDIGER, F. *Op. cit.* p. 85-86. Sobre o episódio, ver também GALVANI, W. *Um século de...* p. 333-334.

conservadorismo, tais episódios de oposição angariaram prestígio e ajudaram a alicerçar a fama de independência do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*.<sup>115</sup>

Fundada em 1936, a *Folha da Tarde* teve uma trajetória ascendente, favorecida principalmente pela II Guerra Mundial, quando sua publicação então vespertina possibilitava o acesso do público às notícias mais recentes dos combates em solo europeu. Ao contrário do *Correio*, caracterizava-se por ser um jornal de venda em banca, de perfil mais popular, com um número bem menor de assinantes. Seu sucesso na cobertura de eventos esportivos gerou o lançamento, em 1949, da *Folha da Tarde Esportiva*, outro jornal diário da Caldas Júnior. A *Esportiva* tornou-se, em 1969, *Folha da Manhã*, um periódico de linguagem e linha editorial inovadora, que circulou até 1980<sup>116</sup>.

Em relação ao mercado jornalístico, a Caldas Júnior também saiu ganhando em pelo menos duas ocasiões com a repercussão a nível local de episódios da conjuntura política nacional que acabaram por provocar o fim de dois concorrentes muito fortes. Um deles foi a crise de 1954, que culminou com o suicídio do presidente da República, Getúlio Vargas. Na revolta popular, foi empastelado, por uma multidão enfurecida, o *Diário de Notícias*. O jornal dos Diários Associados, que havia repartido a liderança do jornalismo gaúcho com o *Correio* durante três décadas, suspendeu a circulação durante um ano, entrando depois num ciclo de decadência. Em 1964, logo após o golpe militar, foi retirado de circulação o jornal *Última Hora*, do jornalista Samuel Wainer, que fazia concorrência direta à *Folha da Tarde*<sup>117</sup>.

Em 1969, Breno Caldas era apontado pela revista *Visão* como o 6º homem mais rico do Brasil<sup>118</sup>. A revista *Exame* elegeu em 1972 o *Correio do Povo*, então com 93 mil assinaturas, como o líder do ranking em rentabilidade entre os diários nacionais, ocupando a sexta posição em lucro líquido<sup>119</sup>. Em junho de 1976, o balanço da empresa

---

<sup>115</sup> A HERANÇA posta fora. *Denúncia*, Porto Alegre, dezembro de 1983, nº 27, p. 5 (APCE).

<sup>116</sup> GALVANI, W. *Olha a Folha...* p. 136-137.

<sup>117</sup> O *Diário de Notícias* suspendeu sua circulação durante um ano, voltando com a compra, pelos Diários Associados, do jornal *A Hora*. Apesar da renovação gráfica que marcou sua trajetória, *A Hora* não conseguiu repetir o sucesso do *Diário de Notícias*, tendo deixado de circular em 1961. O *Diário de Notícias* voltou, “com uma linha mais conservadora, foi gradualmente perdendo contato com o novo público leitor, entrando em profunda decadência no final da década de 1960”. Conforme RUDIGER, F. *Op. cit.* p. 86-87, 102-103 (trecho citado na página 103). Sobre a *Última Hora*, ver BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal*. Porto Alegre: Já Editores, 1999.

<sup>118</sup> CALDAS, B. *Op. cit.* p. 12 e O CENTAURO das rotativas. *Revista Imprensa*, setembro 1989, nº 25, p. 38-39 (BFabico).

<sup>119</sup> CALDAS, B. *ibidem.* p. 8.

apontava resultados bastante favoráveis: um aumento de 44% na receita (de Cr\$ 108 milhões para Cr\$ 156 milhões), e de 62% no lucro (de Cr\$ 5.800 mil para Cr\$ 9.400 mil), resultado atribuído a um programa de contenção<sup>120</sup>. Até 1980, a Caldas Júnior publicava o *Correio do Povo*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Manhã*, possuía duas emissoras de rádio (Guaíba AM e FM) e uma emissora de televisão, a TV2 Guaíba. Cinco anos depois, porém, viu sua falência decretada.

Não é objetivo desta pesquisa, conforme já salientado, definir as causas da crise da Caldas Júnior. De qualquer forma, o próprio Breno Caldas (sempre deixando um espaço para insinuações sobre uma possível retaliação ou vingança política contra si)<sup>121</sup> atribuiu a decadência econômica da empresa às dívidas assumidas com o intuito de montar a TV2 Guaíba, inaugurada em 1979, e modernizar o parque gráfico dos jornais (tendo, entre as modificações principais, a implantação da fotocomposição). Parte dos débitos foi contraída em dólar, com base na então vigente Resolução 63 do Banco Central<sup>122</sup>. Reportagem publicada em agosto de 1984 pelo jornal *Meio & Mensagem*, destinado ao mercado publicitário, estimava em US\$ 6 bilhões os gastos com a montagem da TV2 Guaíba e em CR\$ 75 bilhões a dívida total da empresa junto a seus fornecedores, funcionários e instituições financeiras<sup>123</sup>.

É razoável afirmar que a Caldas Júnior se viu pressionada pela dívida (cujas cifras haviam sido ampliadas exponencialmente com a maxidesvalorização do cruzeiro decretada pelo governo federal no início de 1983), mas também pela ascensão de empresas concorrentes calcadas no desenvolvimento tecnológico e em modelos administrativos mais modernos<sup>124</sup>. Em junho de 1984, quando o *Correio do Povo* e a

---

<sup>120</sup> BONS LUCROS na Caldas Júnior. *Coojornal*, Porto Alegre, outubro de 1976, Ano I, nº 9, p. 11 (BFabico).

<sup>121</sup> Um exemplo é a forma pela qual relata a negativa do então governador gaúcho, Jair Soares, em emprestar papel da Imprensa Oficial para a Caldas Júnior imprimir seus jornais: “O Jair era muito ligado a um grupo de concorrentes nossos. Eles têm defunto enterrado juntos. (...) Ele me ursou *mesmo!*” In: CALDAS, B. *ibidem*. p. 56. (grifo do autor).

<sup>122</sup> A Resolução 63 permitia empréstimos por repasse de dólares através das instituições bancárias. Mais tarde, a Caldas Júnior questionou judicialmente a correção cambial de seus débitos, alegando que embora sua dívida tenha sido contraída em moeda estrangeira, a moeda nacional na época era o cruzeiro. No entanto, a Justiça negou provimento (recusou os argumentos) da apelação. Ver CALDAS JÚNIOR formaliza acordo com o Banrisul. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1984, p. 26 (MCSHJC).

<sup>123</sup> ANACRONISMO gerencial... E a Caldas Júnior faliu. *Meio & Mensagem*, São Paulo, agosto de 1984 (1ª quinzena), Ano IV, nº 134, p. 15 (BFabico).

<sup>124</sup> Em especial o grupo gaúcho de Comunicação RBS, cujo principal jornal, *Zero Hora*, já era impresso em sistema *off-set* desde 1969. Em 1979, o *Correio do Povo* ocupava o 9º lugar no ranking dos maiores diários do país da Revista *Visão*, mas no ano seguinte, deixou de figurar na lista e o 10º posto passou a ser de *Zero Hora*. Em 1982, o veículo da RBS bateu o *Correio do Povo* em tiragem. A ascensão de *Zero*

*Folha da Tarde* tiveram sua circulação interrompida, a Caldas Júnior detinha 27% do total da verba publicitária local destinada à mídia impressa, “número considerado por publicitários gaúchos abaixo do saudável para a sustentação econômica da empresa”. No início dos anos 80, o jornal *Zero Hora*, da RBS, já havia abocanhado 70% das verbas publicitárias locais e implantado, por meio de um marketing agressivo, um caderno de anúncios classificados que em pouco tempo “roubou da concorrência praticamente o mercado total, passando a dominar destacadamente o setor de mídia impressa gaúcho”<sup>125</sup>.

Uma escritura pública firmada no 4º Tabelionato de Porto Alegre em 11 de janeiro de 1985 e um ofício de 20 de dezembro de 1984, integrante de um processo de apelação cível impetrado pela Caldas Júnior no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, permitem vislumbrar o encaminhamento oficial de parte das dívidas da empresa. Os documentos foram solicitados pela Justiça do Trabalho aos advogados da Caldas Júnior para esclarecer sobre a parcial liquidação dos débitos desta última, em janeiro de 1985 (um ano após a greve e antes de terem sido saldadas as dívidas trabalhistas que pela legislação brasileira da época tinham prioridade sobre quaisquer outras). Eram Cr\$ 13 bilhões junto ao Banco do Brasil e Cr\$ 12 bilhões junto ao Banrisul. Os débitos foram pagos por meio da renda obtida com a venda de terras no município de Viamão de propriedade da família Caldas ao empresário Renato Bastos Ribeiro (que em 1986 adquiriria também a Caldas Júnior).

Outro documento, originário da Caixa Econômica Federal, avalia em Cr\$ 9,85 bilhões os débitos não-saldados da empresa com esta instituição financeira em fins de fevereiro de 1985<sup>126</sup>. Para se ter uma idéia do que significavam estes valores, lembro que CR\$ 10 bilhões foi o montante gasto durante todo o ano de 1984 pela Secretaria

---

*Hora* foi fortemente influenciada pelos “dividendos de prestígio e imagem” advindos da operação da então TV Gaúcha, afiliada regional da Rede Globo, conforme RÜDIGER, F. *Op. cit.* p. 108-111.

<sup>125</sup> ANACRONISMO gerencial... E a Caldas Júnior faliu. *Meio & Mensagem*, São Paulo, agosto de 1984 (1ª quinzena), Ano IV, nº 134, p. 15 (BFabico).

<sup>126</sup> Escritura de dação em pagamento nº 551/48, 11 de janeiro de 1985, anexada à apelação cível 184057396. Também Demonstrativo de Cálculos do Empréstimo Concedido à Companhia Jornalística Caldas Júnior, com posição em 28 de fevereiro de 1985, produzido pela assessoria contábil de aplicação e financiamento da Caixa Econômica Federal, a pedido da Justiça do Trabalho. Os documentos constam do processo 2075-78/84 (volume 4, p. 998; p. 873-880 e volume 5, p. 1018-1026). ATRT4. Sobre a liquidação dos débitos da Caldas Júnior com o Banrisul, ver também CALDAS JÚNIOR formaliza acordo com o Banrisul. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1984, p. 26 (MCSHJC). Tendo como fonte nota oficial da presidência do Banrisul, esta reportagem afirma que além do pagamento de Cr\$ 12 bilhões em moeda corrente, Caldas comprometeu-se judicialmente a escriturar cinco glebas de terra de sua propriedade em Guaíba em nome do banco e a pagar “as custas processuais e honorários de peritos avaliadores, bem como do advogado da empresa”.

Estadual da Educação para proceder a reforma de 523 escolas gaúchas<sup>127</sup>. O mesmo valor correspondia ao patrimônio total de uma empresa como a Metalúrgica Triches, que vivia um ano de grande sucesso em 1984 com o êxito de vendas de produtos da Linha Enxuta<sup>128</sup>. O total da dívida financeira da Caldas Júnior citada nestes documentos superava as vendas totais (Cr\$ 31 bilhões, ou 500 mil peças) feitas em 1984 pela Fábrica de Móveis Florense, então a empresa líder entre os fabricantes de móveis de madeira do estado, em faturamento e patrimônio<sup>129</sup>.

Os números não incluem os débitos com fornecedores de matéria-prima (especialmente papel) e equipamentos, além da dívida trabalhista.

Em fevereiro de 1983, um mês antes dos salários dos funcionários começarem a ser atrasados, a Caldas Júnior foi acionada judicialmente pelo Banrisul para o pagamento de sua dívida (na época de Cr\$ 3,2 bilhões). Em aparente reação a esta atitude do banco, o empresário Breno Caldas publicou, dois dias depois, um artigo assinado que se tornou célebre na edição dominical de 6 de fevereiro do *Correio do Povo*, fazendo alusão à estatura física do então governador Amaral de Souza (“Palmo e meio”)<sup>130</sup>.

A este texto, seguiu-se a divulgação pelo *Correio do Povo* e pela *Folha da Tarde*, nos dias seguintes, de uma série de denúncias sobre supostas irregularidades do governo do estado, tendo os jornalistas recebido orientação expressa no sentido de levantar e publicar tais informações. Uma equipe especial de reportagem teria sido organizada na *Folha da Tarde* com tal finalidade. As denúncias acabaram gerando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Banrisul na Assembléia Legislativa, além do afastamento do vice-presidente do banco, Ary Lange<sup>131</sup>.

---

<sup>127</sup> SEC aplica Cr\$ 10 bi nas escolas este ano. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 de dezembro de 1984, p. 27 (MCSHJC).

<sup>128</sup> TRICHES abre capital com Cr\$ 6 bi em ações. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 de dezembro de 1984, p. 17 (MCSHJC).

<sup>129</sup> SETOR de móveis recupera prejuízos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1984, p. 27 (MCSHJC).

<sup>130</sup> Informações sobre a execução judicial no apedido *À opinião pública*, da diretoria do Banrisul. *Zero Hora*, 11 de fevereiro de 1983, p. 1 (capa). O artigo com o ataque ao governador Amaral de Souza está em CALDAS, Breno. *Palmo e meio*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 de fevereiro de 1983, p.4. O apedido do Banrisul foi respondido diretamente por Breno Caldas com outra nota assinada por ele, também denominada *À opinião pública*, e publicada nas capas dos jornais *Correio do Povo* de 12 e 13 de fevereiro de 1983 (sábado e domingo) e *Folha da Tarde*, edição conjunta de 12/13 de fevereiro de 1983. Na nota, o empresário afirma que ele, seus familiares e o grupo Caldas Júnior foram “escalados para bodes expiatórios” do mau gerenciamento do Banrisul (MCSHJC).

<sup>131</sup> A partir de informações do RELATÓRIO preliminar... *Op. cit.* p. 2 e MAR DE LAMA inunda os pampas. *Em Tempo*, São Paulo, 25 a 10 de março de 1983, nº 166, p. 5 (CDS/NPH).

Ao provocar essa crise no governo Amaral, a Caldas Júnior atuou no sentido de abalar a legitimidade do poder político, de acordo com as proposições de Seguin des Hons, empunhando a seu favor valores como o da saneabilidade financeira do estado e investindo até mesmo contra a figura física do governador, ocultando assim as suas próprias dificuldades. Já havia utilizado tal estratégia antes, como, por exemplo, contra Flores da Cunha. Mesmo sem a potência econômica dos anos anteriores, esta cruzada simbólica do *Correio do Povo* conseguiu produzir resultados concretos, como a CPI.

Definido por Bourdieu como “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”, o poder simbólico tem como base a “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”<sup>132</sup>. Ele só se torna eficaz quando “reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”<sup>133</sup>. Entender a Caldas Júnior como detentora de um poder simbólico permite analisar a grande capacidade da empresa de atribuir legitimidade às suas visões de mundo e aos seus interesses, naturalizando-os como os de toda a sociedade gaúcha.

Sua atuação e seu sucesso como produtora de informação, ou seja, de bens culturais que dão sentido à experiência social, pautaram-se sempre pela idéia de ser um veículo “neutro” e “confiável”. O alicerce da legitimidade da Caldas Júnior como emissora de discursos e difusora de valores e interpretações era a imagem de imparcialidade e credibilidade cultivada durante décadas<sup>134</sup>. A partir desta perspectiva, pode-se entender porque o grupo empresarial que posteriormente adquiriu o controle da empresa, apesar de ter modificado claramente o padrão editorial (inclusive o formato) do *Correio do Povo*, manteve a palavra “credibilidade” como carro-chefe de suas campanhas publicitárias, esforçando-se ainda por traçar uma linha de continuidade com a antiga Caldas Júnior em publicações comemorativas<sup>135</sup>.

---

<sup>132</sup> BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 14-15.

<sup>133</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>134</sup> A este respeito, ver as declarações de Breno Caldas quando perguntado, por um repórter do *Diário do Sul*, sobre o que é imprescindível para um jornal: “(...) O que qualifica um jornal, em primeiro lugar, é a sua credibilidade. Um jornal sem credibilidade não tem valor. Pode ter sucessos episódicos, em determinadas circunstâncias das condições de vida, do momento, mas não é um jornal que mereça crédito, no sentido de alguém *acreditar nele e tomar como fiéis ou reais as informações que ele dá*.” In: BRENO Caldas rompe o silêncio e explica o fim do *Correio*. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 26 e 27 de setembro de 1987, p. 15. Grifo meu (APCE).

<sup>135</sup> Um exemplo é o suplemento comemorativo aos 110 anos do jornal, um caderno de 16 páginas publicado em outubro de 2005. A capa do suplemento é ocupada quase inteiramente por uma reprodução fac-símile da primeira página da primeira edição do *Correio do Povo*. Abaixo, a seguinte frase: “a primeira edição do *Correio do Povo*, em 1º de outubro de 1895, já trazia a orientação para a conquista da

Durante os 56 dias da greve, os embates entre trabalhadores e empresa se deram em vários campos: nas ruas, nos tribunais e também no campo simbólico da produção jornalística. De um lado, os veículos da Caldas Júnior representavam a greve como uma iniciativa violenta e indisciplinada dos trabalhadores. De outro, jornais da imprensa alternativa, folhetos e impressos publicados pelos grevistas sustentavam o caráter pacífico e “inevitável” do movimento, motivado pelo atraso de salários e pela intransigência patronal.

Nenhuma linha foi publicada no *Correio do Povo* e na *Folha da Tarde* sobre as decisões judiciais favoráveis aos grevistas. A notícia saiu em outros jornais, como *Zero Hora*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*. Neste último veículo, ela foi “disfarçada” no meio de uma matéria sobre a saúde do poeta Mario Quintana (o que pode indicar um apoio tácito da redação ao movimento, mas não da cúpula da empresa)<sup>136</sup>. Mas poucos dias antes do julgamento final da greve pelo TRT, a *Folha da Tarde* e o *Correio do Povo* trouxeram reportagens sobre a ida do jornalista Francisco Antônio Caldas, filho de Breno, à Polícia Civil, onde depôs no inquérito policial instaurado por supostos danos causados pelos grevistas contra o patrimônio da empresa.<sup>137</sup>

O valor de verdade das representações produzidas e vendidas por uma empresa de comunicação está alicerçado, conforme antes assinalado, na legitimidade do emissor, identificada, no jornalismo contemporâneo, pelos valores da imparcialidade, credibilidade, distanciamento, neutralidade e objetividade. A aceitação destes valores como encarnados em uma empresa torna possível que o representante desta, no caso o “doutor” Breno, seja reconhecido na sua capacidade de “ungir” governadores e prestar legitimidade a detentores de poder político.

Entendida como naturalização dos interesses e da visão de mundo de um grupo empresarial (no caso, também um grupo familiar), essa legitimidade não poderia deixar de sofrer abalos com a publicização dos conflitos nas relações de trabalho responsáveis pela produção dos jornais. A greve revelou as contradições ocultas no processo de

---

credibilidade que é hoje o maior patrimônio do jornal dos gaúchos”. *Correio do Povo*, Correio Especial, Porto Alegre, 2 de outubro de 2005, p. 1 (capa). MCSHJC.

<sup>136</sup> QUINTANA deve ter alta até o fim do ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1983, sem indicação de página (ASJPRGS).

<sup>137</sup> CALDAS JÚNIOR confirma denúncia no inquérito. *Folha da Tarde*, 25 de janeiro de 1984, p. 1 (capa), e *Correio do Povo*, 25 de janeiro de 1984, p. 1 (capa). A abertura do inquérito havia sido anunciada três dias antes: INQUÉRITO vai apurar atentados sofridos pela Caldas Júnior, *Correio do Povo*, 22 de janeiro de 1984, p. 1 (capa). MCSHJC. O julgamento no TRT foi no dia 6 de fevereiro seguinte.



criação destas representações, expressando os interesses divergentes que regem o fazer jornalístico, estabelecendo um contraditório e desnaturalizando as notícias apresentadas.

Como o movimento durou quase dois meses e atingiu uma empresa que, embora em crise material, guardava a força simbólica que a legitimava, a expressão deste contraditório adquiriu ainda mais importância. Se a greve foi um momento de afirmação e construção de identidades coletivas de outros sujeitos sociais – os trabalhadores –, representou também o enfraquecimento de um grupo tradicionalmente identificado com o poder político, a Caldas Júnior. Partindo desta relação específica, os trabalhadores construíram os significados de seu movimento e as conformações de sua consciência.

As reflexões acima buscaram estabelecer algumas características históricas não só do cenário da greve, mas também dos interesses contra os quais se contrapunham parte dos funcionários da Caldas Júnior. Da mesma maneira, analisei a forma pela qual esses interesses se impunham como legítimos à sociedade gaúcha. A partir de tais considerações, torna-se mais claro porque a peculiaridade de ocorrer em uma empresa de comunicação determinou certas características do embate, por exemplo, o uso da imprensa como campo de luta (notas e reportagens nos diários da empresa, publicação de boletins diários e jornais pelos grevistas). Irritados com os atrasos salariais e a intolerância patronal, os grevistas procuraram atingir a Caldas Júnior em seu bem mais precioso: sua imagem de credibilidade e legitimidade, sua capacidade de fazer crer, propiciada pelo ocultamento de seus interesses e conflitos internos.

Até agora, todo meu esforço deu-se no sentido de promover uma aproximação do leitor com as informações factuais referentes ao acontecimento, bem como estabelecer uma concatenação possível entre elas. Já há dados suficientes, parece-me, para iniciar o trabalho de delimitação e aprofundamento dos problemas envolvidos nesta pesquisa. Visando atingir esse objetivo, inicio com uma discussão propiciada pelas próprias fontes: a idéia de inevitabilidade da greve.

#### 4. Um movimento inevitável?

Ao iniciar a pesquisa sobre esta greve, as primeiras aproximações que tive com o assunto, quando narrado pela voz das testemunhas, ressaltavam uma mesma questão: a idéia de inevitabilidade do movimento. Os atrasos de salários e as dificuldades

econômicas da Caldas Júnior eram invocadas para explicar não só as causas da greve, mas também *como* ela acabou acontecendo. Assim, João Borges de Souza ressaltou, em uma entrevista realizada no ano de 2003:

Nos empurraram para uma situação bem concreta. As pessoas se convenceram que já não havia mais aquela negociação com um caráter meio paternalista do empregador e que era preciso utilizar o último recurso que nas relações trabalhistas existe, que é o recurso da greve. Porque a greve é sempre um recurso extremo<sup>138</sup>.

Editor de política, Souza ocupava um cargo de destaque hierárquico na redação da *Folha da Tarde* e havia sido presidente do sindicato dos jornalistas entre 1974 e 1976, numa administração de esquerda, em oposição ao regime militar. Seu raciocínio, no entanto, se aproxima do de Euclides Bento da Cruz, presidente do sindicato dos gráficos à época da greve, um sindicalista com perfil conservador. Em depoimento no qual se declarou avesso à política, afirmando que o sindicato havia sido, no passado, “um ninho de comunistas”, disse que “tinha de haver greve, porque já estava no fim mesmo”<sup>139</sup>.

O presidente do sindicato dos motoristas, Osvaldo Gomes Rodrigues, conhecido por Galo, eleito em 1983, se alinhava na época com as forças emergentes e progressistas do movimento sindical. Entrevistado em 2005, porém, Osvaldo externou o mesmo elo entre a greve e a situação econômica, num raciocínio próximo ao de Euclides:

O movimento nosso foi porque os funcionários estavam preocupados com o fechamento da Caldas Júnior. Ela estava falindo, falindo, quebrando. Eles queriam um rumo para sua situação pessoal. Tinha gente antiga trabalhando ali dentro. O pessoal se desespera, tem que se organizar, para pelo menos alguma coisa pegar para sair. Sair de cabeça em pé. Basicamente foi isto aí, o movimento da Caldas Júnior. Ela tava quebrada mesmo.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> SOUZA, João B. *Op.cit.*

<sup>139</sup> CRUZ, Euclides Bento da. Depoimento [2 de outubro de 2004]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: uma hora e 30 minutos). O impressor Euclides Bento da Cruz foi o homem que mais tempo permaneceu como presidente do sindicato dos gráficos de Porto Alegre – 14 anos. Antes disso, havia integrado diretorias anteriores da entidade por sete anos. Suas gestões são identificadas com uma preocupação preponderante com a gestão administrativa da entidade. Nascido em Porto Alegre, de uma família de nove irmãos, filho de um carteiro e de uma dona de casa, começou a trabalhar aos 14 anos, mas somente aos 18 foi admitido como auxiliar de impressor na Livraria do Globo. Depois de aprender o ofício, transferiu-se para a Livraria Continente, onde permaneceu por 30 anos. A partir de 1965, começou a fazer parte das diretorias do sindicato. Foi entrevistado em sua casa, em 2004. Na época, contava com 81 anos. No ano seguinte, Euclides faleceu.

<sup>140</sup> RODRIGUES, Osvaldo Gomes. Depoimento [8 de agosto de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: 45 minutos). Nascido na pequena cidade de São Francisco de Assis (próxima a Alegrete), em 1º de novembro de 1942, Rodrigues veio para Porto Alegre no início da adolescência e começou a trabalhar como motorista em 1965, depois de ter servido três anos no Exército (onde aprendeu o ofício). Foi um dos líderes da greve de 1979 dos rodoviários de Porto Alegre, um dos movimentos mais importantes ocorridos naquele ano de retomada da mobilização sindical no estado e no país. Assumiu a presidência do sindicato dos motoristas em 1983, permanecendo no poder por seis anos seguidos (dois mandatos). No meio sindical, sua trajetória é considerada hoje bastante polêmica. Liderou

Estas posições parecem convergir no mesmo sentido de uma frase do relatório elaborado pelos grevistas no ano de 1984 em busca de apoio da sociedade: “paramos pela falta de outra alternativa”<sup>141</sup>. Quase 20 anos depois, uma reportagem no jornal do sindicato dos jornalistas também definiria o movimento como “inevitável”<sup>142</sup>.

Numa aproximação com este raciocínio, parece evidente que não é possível entender a greve e nem o grande número de movimentos semelhantes deflagrados a partir de 1978 no país sem levar em conta a deterioração da situação econômica brasileira e as condições de endividamento de várias empresas, entre elas a Caldas Júnior. A partir de 1974, como se sabe, a ilusão do milagre brasileiro se desfez com a crise do petróleo e os desequilíbrios estruturais da economia.

Os números não conseguem refletir a pauperização que tomou conta da sociedade brasileira, mas podem ajudar a fornecer uma idéia do declínio econômico vigente a partir de meados dos anos 70. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que atingira 13,6% em 1973, foi para 9,7% em 1974 e para 5,4% no ano seguinte, tendo apresentado índices negativos em 1981 e 1983. O PIB per capita, por sua vez, caiu 4% em 1981, 1,5% em 1982 e 5,5% em 1983<sup>143</sup>.

A inflação em alta alcançou 99,7% em 1982, ano no qual o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI).<sup>144</sup> Em 1983, a alta dos preços atingiu 211%. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese), o custo de vida da família assalariada em São Paulo apresentou, em 1983, a maior variação anual desde 1959 (quando o órgão havia começado a calculá-lo),

---

diversas greves de motoristas na Capital, numa postura “combativa”, porém foi acusado duramente por administrações posteriores de irregularidades administrativas e envolvimento com interesses patronais. Em certa ocasião, chegou a ser agredido e derrubado do palanque em uma assembléia (dezembro de 1986). Em 1989, ao tentar o terceiro mandato, perdeu as eleições para uma chapa apoiada por duas centrais sindicais, entre elas a CUT. Foi entrevistado em 2005, numa loja de autopeças do bairro Azenha, administrada por seu filho. Mais sobre Rodrigues, ver pasta Rodoviários e transviários: transporte coletivo (1983-1987), arquivo CDS/NPH.

<sup>141</sup> RELATÓRIO preliminar... *Op. cit.* p. 17 (APJBS).

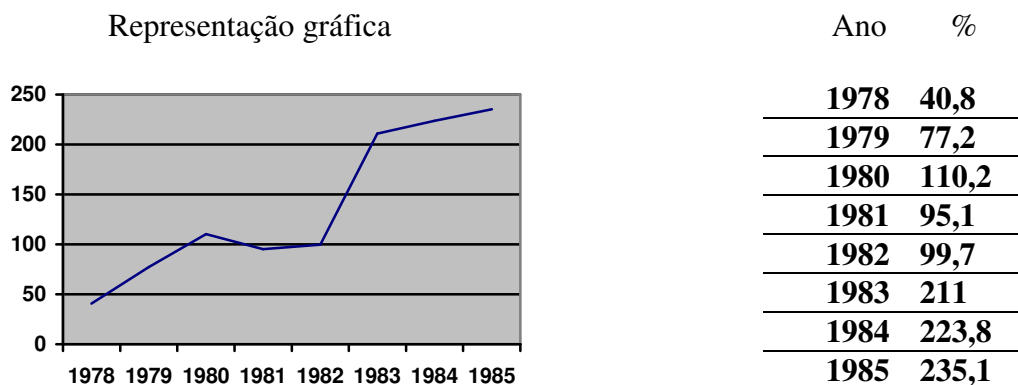
<sup>142</sup> “Em 12 de dezembro de 83, o *inevitável* aconteceu: foi deflagrada aquele que seria um dos mais importantes movimentos de paralisação de jornalistas, gráficos e motoristas no Rio Grande do Sul”. In: CALDAS Júnior não resiste ao golpe. Disponível em: <http://www.jornalistas-rs.com.br/65sindical.htm> Acesso em 27/10/03. Grifo meu.

<sup>143</sup> RELATÓRIO do Banco Central 1985. Banco Central do Brasil, Brasília, p. 18 (Bibeco).

<sup>144</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. p. 502-503.

chegando a 172,9%<sup>145</sup>. Em 18 de fevereiro de 1983, a maxidesvalorização de 30% do cruzeiro começou a tornar impagáveis as dívidas em dólar, como as da Caldas Júnior.<sup>146</sup>

### GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DA INFLAÇÃO 1978-1985



Fonte: Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas.

O arrocho salarial dos trabalhadores, mascarado durante os anos do milagre econômico pela situação de pleno emprego, tornou-se menos suportável com a recessão. A taxa de desemprego aberto passou de 8% em 1981 para 9,2% em janeiro de 1982. Trezentos e sessenta mil empregos industriais foram perdidos de 1981 a 1983<sup>147</sup>. Seguindo a cartilha do FMI, a quem recorreu logo depois das eleições para governador de 1982, o governo federal adotou vários mecanismos no intuito de diminuir os salários reais, como o Decreto-lei 2.065, editado em 1983, o qual limitava os reajustes em 100% do INPC apenas para a faixa de trabalhadores que recebia até três salários-mínimos<sup>148</sup>.

No que tange ao movimento grevista, o Rio Grande do Sul apresenta números expressivos na relação com o panorama nacional, principalmente em 1980 e 1981 (ver tabela e gráfico a seguir). Neste último ano, especialmente, o número de greves ocorridas no estado corresponde a mais de um quarto dos movimentos brasileiros. Ressalto que entre 1968 e 1978 não há registro de paralisações do trabalho no estado.

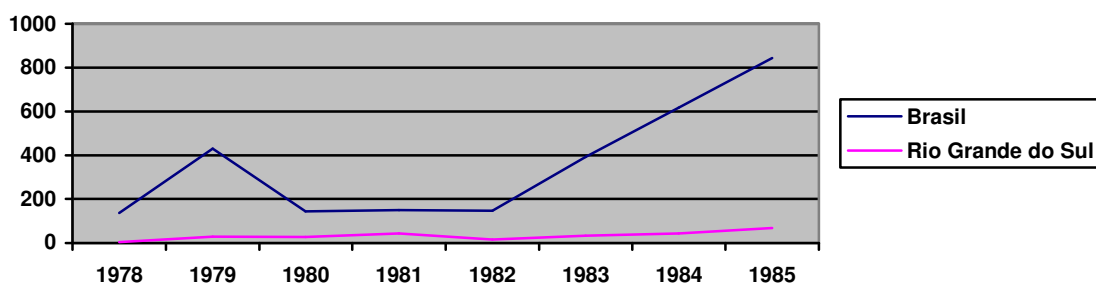
<sup>145</sup> CUSTO DE VIDA – Maior variação anual desde 1959 – 172,9%. *Boletim Dieese*, dezembro de 1983, p. 54 (Bibeco).

<sup>146</sup> GALVANI, W. *Um século...* p. 429-455 e CALDAS, B. *Op.cit.* p. 31-38.

<sup>147</sup> PETERSEN, A. *Op.cit.* p. 73.

<sup>148</sup> NORONHA, E. *Op.cit.* p. 109.

**GRÁFICO 2: GREVES BRASIL/RS – 1978-1985<sup>149</sup>**



	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Brasil	137	430	144	150	147	393	618	843
Rio Grande do Sul	4	29	27	43	16	34	44	68
<b>% RS/Brasil</b>	<b>2,9</b>	<b>6,74</b>	<b>18,75</b>	<b>28,6</b>	<b>10,84</b>	<b>8,65</b>	<b>7,11</b>	<b>8,06</b>

Em levantamento sobre as greves do período 1980-1983 no Rio Grande do Sul, a pesquisadora Áurea Petersen observou que o pagamento de vencimentos ou do 13º salário atrasados ocupou o segundo lugar numa lista de 183 reivindicações de 120 movimentos grevistas ocorridos no período. Ele aparece elencado em 46 ocasiões, enquanto em outras 10 houve pedido de estabilidade no emprego e, em 8, exigência de cumprimento de acordo ou dissídio, que evidenciam igualmente um caráter defensivo. Tal fenômeno pode ser explicado pelo agravamento da crise econômica, tendo como um de seus elementos a crescente inflação do período. De fato, até 1981 a maioria dos movimentos gaúchos reivindicava reajuste salarial e produtividade. A partir de 1982, preponderaram os pedidos de pagamento de salário e 13º atrasados<sup>150</sup>.

Alguns casos relacionados no levantamento de Petersen são eloquentes. A paralisação da Companhia Eletro-Mecânica S.A. (Coemsa), em março de 1983, por exemplo, teve como motivação principal tão somente a reivindicação de estabilidade no

<sup>149</sup> Dados referentes ao Rio Grande do Sul extraídos de COLOMBO, Neli Terezinha Fornari. *O sindicalismo urbano no Rio Grande do Sul (1964-1979)*. Porto Alegre: CDS, s/d; NUÑEZ, Tarson. *Movimentação grevista e sindicalismo*. In: CATTANI, A. *Sindicalismo: ação e reflexão*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990. p. 85-111; e PETERSEN, A. *Op.cit.* NUÑEZ apresenta pequenas discrepâncias em relação a PETERSEN no que tange ao número de greves em 1980 (24 e não 27), 1981 (40 e não 43) e 1982 (15 e não 16), provavelmente porque trabalhou com outras fontes. Optei por reproduzir sempre o maior número. Para o Brasil, utilizo o levantamento elaborado por Mattos a partir de diversas fontes, reproduzido em MATTOS, M.B. *Novos e velhos sindicalismos...* p. 241.

<sup>150</sup> PETERSEN, A. *Op. cit.* p. 103.

emprego por um ano<sup>151</sup>. Todas as sete greves de trabalhadores de hospitais gaúchos realizadas entre 1980 e 1983 (cinco delas na Santa Casa de Misericórdia) foram motivadas por atraso no pagamento de salário, assim como todas as cinco ameaças de greve que ocorreram no setor no mesmo período<sup>152</sup>. Em relação à categoria que mais realizou paralisações naqueles três anos no Rio Grande do Sul, a construção civil, 10 das 29 greves tiveram como reivindicação o pagamento de salário ou 13º atrasados<sup>153</sup>.

É portanto adequado inserir o movimento da Caldas Júnior, também motivado por atrasos salariais, nesta tendência geral de mobilizações do trabalho no período, sendo impossível negar-lhe as injunções econômicas. A questão, entretanto, reside em perceber os limites desta leitura como explicação do passado. Será ela suficiente?

Ao estudar os “motins da fome” na Inglaterra do século XVIII, E.P. Thompson criticou a redução da análise social a um diagrama relacionando desemprego, inflação e perturbação social de forma direta. Ele atribuiu ao “reducionismo econômico crasso” uma “visão redutora do homem econômico”:

A objeção é que esse diagrama, se empregado de forma pouco inteligente, pode nos levar a concluir a investigação exatamente no ponto em que adquire interesse cultural ou sociológico sério: estando com fome (...), o que é que as pessoas fazem? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão?<sup>154</sup>

Não se trata, por certo, de negar a importância da análise econômica, mas criticar a redução da explicação a um economicismo primário. Em relação a esta pesquisa e parafraseando o historiador britânico, a pergunta poderia ser: não recebendo salários, vivendo numa sociedade com altos índices inflacionários, numa situação política indefinida pela abertura controlada e controladora de um regime autoritário, sob uma legislação restritiva, o que os trabalhadores fizeram? Por que certas estratégias foram escolhidas em detrimento de outras?

Na perspectiva de compreender de forma mais abrangente a greve enfocada e o período no qual ela ocorre, quatro questões chamaram a atenção. Em primeiro lugar, a escolha da oficina de chumbo para a realização das assembleias dos trabalhadores da Caldas Júnior. É evidente que o local, por sediar um setor em vias de desativação, era

---

<sup>151</sup> *Idem, ibidem*. p. 106, 146-152. A greve durou 12 dias. Ao final, os trabalhadores obtiveram estabilidade por apenas dois meses.

<sup>152</sup> *Idem, ibidem*, p. 209 – 217.

<sup>153</sup> *Idem, ibidem*, p. 118.

<sup>154</sup> THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum. Op. cit.* p. 151.

favorável aos encontros dos trabalhadores. No entanto, parece haver muito mais significados envolvidos nessa ação.

A substituição do processo de composição por linotipo pela fotocomposição significou o abandono de resquícios do trabalho artesanal gráfico, historicamente associado a uma “arte” e a uma camada operária mais privilegiada. Esta transformação marca o início da reestruturação produtiva no setor, que foi intensamente atingido pelo processo. Tal reestruturação significou a mudança profunda do modelo produtivo por volta dos anos 80, caracterizada pela desqualificação e enfraquecimento de categorias inteiras de trabalhadores.

Em depoimento a outra pesquisa, o jornalista Mário Marona interpreta a eleição do enorme salão de trabalho dos gráficos para as reuniões como indicativa de uma estratégia de aproximação entre as categorias envolvidas no movimento:

Inteligentemente, os jornalistas aproximaram-se dos gráficos, mantendo intenso e respeitoso diálogo. Até mesmo as assembléias eram feitas dentro da gráfica, como forma de ressaltar a importância que davam a eles. Na assembléia decisiva, só ficou claro que a greve aconteceria e poderia ser bem sucedida quando um dos líderes gráficos, um senhor alto e corpulento, vestido com um macacão azul marinho e um avental verde escuro todo manchado de graxa, defendeu a paralisação<sup>155</sup>.

O que parece em jogo é a apropriação da imagem do trabalhador braçal, “manchado de graxa”, pelos jornalistas. A partir disso, indaga-se: a realização das assembléias na oficina de chumbo reforçou esta identificação? Além disso, até que ponto uma eventual insatisfação dos gráficos com a perda do controle sobre o processo de trabalho favoreceu seu envolvimento na mobilização grevista?

Por outro lado, a greve também marca uma cisão flagrante na relação de dominação estabelecida na empresa, centralizada na figura do empresário Breno Caldas. Antes do advento das dificuldades, a Caldas Júnior era considerada uma ótima empregadora, com salários satisfatórios e uma política de concessão de empréstimos e adiantamentos aos funcionários. Mais do que isto, a empresa cultivava a imagem de uma “família”, onde o patrão era o “pai” benevolente e os funcionários, seus “filhos”, de quem se esperava lealdade e gratidão.

Entre os gráficos, por exemplo, as assembléias de dissídio dos trabalhadores da Caldas Júnior ocorriam em dias separados daquelas do conjunto da categoria<sup>156</sup>, porque o reajuste concedido era sempre diferente (e maior, de acordo com o testemunho dos

---

<sup>155</sup> In: GERMANO, E., MARONA, L. et al. *Op.cit.*

<sup>156</sup> Conforme o livro de presenças nas assembléias (ASTIGPA). O sindicato não dispõe das atas das assembléias desta época.

empregados) do das outras empresas. Vale a pena “ouvir” as palavras de Antônio Adair, que na época da greve era linotipista da Caldas Júnior e tesoureiro do sindicato dos gráficos:

Fazer greve era coisa que nunca se pensava na Caldas Júnior até porque o sistema do doutor Breno era assim: se o sindicato fazia uma negociação de dissídio (eu participei de várias), ele chegava lá na reunião, trocava idéia, levava lá o braço direito dele, como se chamava na época, o chefe do Departamento Pessoal (hoje é gerente de Recursos Humanos), pá, pá, pá, em meia hora já fechava a negociação. Ou seja, se fazia uma negociação separada com a Caldas Júnior, o sindicato fazia. Era a única empresa que se fazia separado. Os gráficos na época tinham dois dissídios: o dissídio da categoria, como um todo, onde incluía os outros jornais, a *Zero Hora*, o *Jornal do Comércio* (um pouquinho antes existia o *Diário de Notícias*)... [...] A Caldas Júnior que era separado. Se fazia uma assembléia separada. E o sindicato tinha, vamos dizer assim, um apoio junto aos funcionários da Caldas Júnior porque grande número de associados pertencia à Caldas Júnior. Porque a Caldas Júnior tinha uma coisa: se tu entravas na empresa, hoje ou amanhã já tinha um conversando contigo para tu te associar no sindicato. E a empresa nunca colocou sequer um óbice neste sentido de aglutinar o pessoal. Nisto aí não. Neste aspecto, não se pode falar nada. Já a *Zero Hora*, o contrário. A Caldas Júnior, não. Tu entravas hoje, amanhã, se tivesse boa vontade, se estivesse disposto, se fosse convencido realmente que o sindicato prestava, se valia a pena, tu já era associado, já mandava para lá mesmo, Departamento Pessoal já... Não tinha problema nenhum. Então, se faziam as assembléias da Caldas Júnior num dia específico, diferente do resto da categoria. E o que acontecia? Doutor Breno chegava: “O que foi resolvido na categoria? Foi tanto por cento? Tá, eu dou isto e mais um pouquinho.”<sup>157</sup>

Em tal ambiente, a mobilização dos trabalhadores era difícil. Quando a empresa começou a atrasar salários, em março de 1983, no entanto, ocorreu uma mudança significativa nas relações patrão-empregados. Filas formadas junto ao guichê da empresa para pressionar pela liberação de “vales” (pequenas parcelas dos salários atrasados distribuídas aleatoriamente) tiveram como resposta demissões. Paralisações temporárias de protesto foram realizadas. A crise provocou a transformação progressiva da imagem de Caldas, de patrão benevolente e poderoso (o “doutor” Breno) a “latifundiário que dá maçãs aos seus cavalos e vales de cinco mil aos funcionários”<sup>158</sup>. Como ocorreu esta transformação? Em que medida esta relação de dominação influenciou a conformação do movimento de resistência?

Focar a análise em tais fatores significa também duvidar do que parece óbvio (trabalhadores sem salários sempre fazem greve?), tentando, a partir do evento, compreender o contexto no qual ele ocorre. Em relação ao panorama sindical, o movimento na Caldas se dá no momento da institucionalização do novo sindicalismo,

---

<sup>157</sup> SILVA, Antônio A. *Op. cit.*

<sup>158</sup> BRIGADA é parcial. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1983 (ASJPRGS).



com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a realização da primeira greve geral pós-64. Nesse processo, estavam em jogo também a definição de identidades políticas das diversas correntes sindicais da época – desde os “combativos”, passando pela esquerda tradicional e até os dirigentes identificados com posturas mais conservadoras e assistencialistas.

As greves do período não apenas reivindicavam direitos, mas também se constituíram em acontecimentos vitais para estabelecer posições na arena sindical, conforme já demonstrado por Mattos. Ao analisar os movimentos grevistas de 1979 no Rio de Janeiro, este autor observa que as greves

tiveram a função de demarcar as fronteiras entre concepções sindicais diferenciadas que, embora tendo a confundi-las as auto-representações como “oposições”, divergiam profundamente na forma como encaravam o papel dos sindicatos na transição democrática e, portanto, na forma como valorizavam a própria greve<sup>159</sup>.

No entanto, as diversas formas como esses movimentos aconteceram no país nem sempre obedeceram às intenções políticas iniciais das militâncias sindicais. Se alguns movimentos demarcaram fronteiras, outros precisaram ignorá-las para serem viabilizados. Esse parece ser o caso da greve da Caldas Júnior. Afinal, as cúpulas dos três sindicatos envolvidos na paralisação – jornalistas, gráficos e rodoviários – colocavam-se em lados diversos do cenário político-sindical. Esse distanciamento não impossibilitou a união durante o movimento. Surge aí mais um problema de pesquisa: como era na prática o relacionamento das diferentes correntes sindicais nos momentos de luta?

Por último, interessa compreender o uso que os trabalhadores fizeram da legislação criada pelo governo autoritário – em especial a lei de greve 4.330, apelidada lei “antigreve” –, a seu favor. Afinal, é flagrante o esforço e a preocupação dos grevistas em cumprir ou provar o cumprimento das exigências da restritiva legislação.

Promulgada em 1964, um mês depois do golpe militar que depôs João Goulart, a lei 4.330 tornava praticamente impossível, por seu detalhismo, o enquadramento legal das paralisações do trabalho – mesmo aquelas motivadas por atraso de salário. Uma das suas exigências era, por exemplo, o voto secreto nas assembleias dos trabalhadores. A

---

<sup>159</sup> MATTOS, M. B. *Novos e velhos...* p. 220.

lei era tão impraticável que alguns autores simplesmente ignoram-na, afirmando que as greves eram proibidas durante a ditadura militar<sup>160</sup>, o que não é tecnicamente verdade.

À primeira vista, a leitura do acórdão (a sentença final) do TRT referente à greve na Caldas Júnior surpreende ao informar que a ilegalidade foi negada por unanimidade pelos juízes do tribunal pleno, em tempos nos quais ainda vigia o regime militar. Além disso, foi estipulado um prazo de 10 dias para o pagamento dos salários atrasados (inclusive os dias de greve), sob pena de uma multa alta (50% sobre os débitos), além de garantia de emprego até que os vencimentos fossem integralmente saldados<sup>161</sup>.

Os documentos mostram uma preocupação dos trabalhadores em se enquadrar na legislação visando benefícios, usando uma lei autoritária e restritiva como garantia de seus direitos e a Justiça do Trabalho como fiadora. Indicam também uma avaliação da possibilidade de vitória neste campo, que podia ou não ser baseada em percepções anteriores de posicionamentos do Judiciário. Assim como em relação às demais questões elencadas, a resolução do problema posto pela questão jurídica transcende uma análise puramente econômica da greve.

Sobre a questão da inevitabilidade histórica, Isaiah Berlin observa que o enquadramento do passado em grandes modelos ou padrões não consegue explicar a questão do motivo e da responsabilidade humanas. Por trás deste determinismo, há “uma atitude metafísica que toma como certo que explicar uma coisa [...] é descobrir o seu propósito”<sup>162</sup>. Compreender torna-se explicar e explicar, justificar. Nesta concepção, a noção de um espaço limitado, porém real, de liberdade individual torna-se irrelevante. Ou melhor, uma ilusão<sup>163</sup>. A crítica de Berlin é contundente:

Sempre que não há escolha, não há ansiedade; e segue-se uma feliz dispensa da responsabilidade. Há quem sempre prefira a paz da prisão – uma segurança contente, o senso de ter por fim encontrado o seu lugar apropriado no cosmos – aos conflitos e perplexidades dolorosos da liberdade desordenada do mundo além dos muros da clausura.<sup>164</sup>

---

<sup>160</sup> Um exemplo é Márcia de Paula Leite: “(...) as negociações coletivas não se difundiram no país até 1978, tendo em vista o autoritarismo político que predominou até então, o qual, além de impedir a negociação salarial, *proibia o direito de greve* e limitava ainda mais a representatividade dos sindicatos (...)”. LEITE, Márcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 72 (grifo meu).

<sup>161</sup> Acórdão TRT 9217/83, sentença em 6 de fevereiro de 1984 (ATRT4).

<sup>162</sup> BERLIN, Isaiah. A inevitabilidade histórica. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 169.

<sup>163</sup> *Idem, ibidem*. p. 192-193.

<sup>164</sup> *Idem, ibidem*. p. 221.

A ação coletiva que constituiu a greve na Caldas Júnior não pode ser reduzida a uma mera consequência da crise econômica vigente naquele período por que não bastam atrasos salariais para desencadear uma paralisação do trabalho. É preciso que outros fatores estejam presentes (como a percepção da possibilidade de vitória ou a insatisfação subjetiva com o patrão) e marquem a cisão nas relações de produção, fazendo com que atores sociais desencadeiem um processo de enfrentamento.

No caso da Caldas Júnior, podem ter sido as experiências comuns de exploração e humilhação, vividas no cotidiano de demissões, no atraso de salários, nos protestos nas filas para o recebimento de “vales”, nas privações domésticas, que formaram e solidificaram entre certos trabalhadores uma consciência de que *não havia escolha* além da ação coletiva. Este argumento se constituiu também numa arma contra as acusações de violência e irresponsabilidade vindas do setor patronal. A ação coletiva dos trabalhadores seguiu uma determinada direção a partir dos significados e das identidades construídas não só naquele momento de enfrentamento, mas sob a influência de tradições anteriores das diferentes categorias envolvidas.

Pensar no que ocorreu como inevitável é uma boa forma da memória significar o passado. Mas o historiador não deve se conformar com ela. Uma greve precisa mais do que da noção de inevitabilidade para ser explicada.

## 5. Sobre o estudo de greves

A partir da discussão da idéia de inevitabilidade do acontecimento realizada nas páginas anteriores, depois de propor um relato factual e sucinto do movimento e de seu palco, a Caldas Júnior, aprofundi os problemas de pesquisa a serem enfocados e que já haviam sido apresentados na introdução. São eles: a relação entre mudança técnica e mobilização, as transformações nas relações de dominação vigentes na empresa, a forma como ocorreu a articulação sindical do movimento por grupos de orientações diversas e, por fim, a questão jurídica envolvida a partir da utilização da lei 4.330 para embasar a legalidade da paralisação. A seguir, pretendo empreender uma reflexão mais apurada sobre a natureza do objeto, ou seja, a greve em si.

Ressalvo, porém, que o enfoque não pretende ser exaustivo. Afinal, a primeira dificuldade em estudar greves é a complexidade deste objeto, capaz de exaurir o espaço completo de uma pesquisa como esta. O que se pretende antes é avançar a compreensão

para além do senso comum, permitindo uma aproximação mais rica e complexa do tema e possibilitando o surgimento de novas questões.

Para começar, como definir a greve? Em linhas gerais, trata-se de uma paralisação coletiva de trabalhadores com vistas a obter o atendimento de alguma(s) reivindicação(ões) ou vantagem(ns), seja(m) ela econômica(s), política(s) ou social(is). Mas esta aparente simplicidade só existe nas palavras, como bem lembrou Michelle Perrot: “A greve só é simples na definição, tão marcada pela economia política, que lhe dá o dicionário: a cessação do trabalho, isto é, uma folga, um vazio, um ‘branco’ na linha contínua da produção”<sup>165</sup>.

Fenômeno pouco valorizado pela economia política neoclássica, que baseia suas concepções na noção de harmonia natural entre capital e trabalho, o tema teve importância destacada nas reflexões dos autores anarquistas e marxistas. Para os anarquistas, a greve é a principal forma de ação direta, ou seja, de luta autônoma e consciente do operariado: “É através da greve que as massas recebem sua educação revolucionária e começam a entender sua própria força e o poder do inimigo, adquirindo confiança em si próprios [sic] e no valor das ações audaciosas”<sup>166</sup>.

Lênin, por sua vez, via nestes movimentos uma manifestação explícita do desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora, apesar de ressaltar os seus limites como apenas um entre os vários meios de luta dos operários: “toda greve infunde com enorme força aos operários a idéia de socialismo”<sup>167</sup>. Já Rosa Luxemburgo alertava para o risco de classificações esquemáticas incapazes de dar conta do caráter multifacetado dessas paralisações<sup>168</sup>.

Caracterizados como uma quebra da “normalidade” social, os movimentos grevistas seriam capazes de marcar rupturas e solidariedades, dissensões e aproximações. Lequin investe na idéia de rompimento temporário da ordem, ao escrever que a greve “por causa de seu caráter de fratura brutal, de pequena crise, (...) é um

---

<sup>165</sup> PERROT, Michelle. *Jeunesse de la grève*. Paris: Seuil, 1984. p. 30.

<sup>166</sup> MONATTE, Pierre. Em defesa do sindicalismo (Congresso Anarquista, realizado em Amsterdã, agosto de 1907). In: WOODCOCK, George (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: LPM, 1990. p. 201.

<sup>167</sup> LÊNIN, V.I. Sobre las huelgas. In: *Obras Completas*. Argentina: Cartago, 1958. Tomo IV, p. 310; *apud* ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do ...* p. 192.

<sup>168</sup> ANTUNES, R. *Ibidem*, p. 194. Para um resumo de aspectos teóricos da greve na teoria marxista e na teoria neoclássica, ver CATTANI, A. D. *Greves – um instrumento político* (trabalho apresentado no GT Classe Operária e Sindicalismo, no 8º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1984). Porto Alegre: Iespe/CDS, 1984. p. 8-13.

momento privilegiado que revela as latências de uma situação conflitual e os valores de um grupo operário ou patronal”<sup>169</sup>.

Na acepção de Cattani, a greve se define como “a cessação temporária do trabalho, decidida de forma concertada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de terem atendidas suas reivindicações específicas, no âmbito da empresa, ou gerais, envolvendo interesses mais amplos da população”<sup>170</sup>. O autor ressalta o caráter coletivo desta ação e sua imprevisibilidade, tanto em termos de duração quanto de desdobramentos, apesar de seus objetivos já serem definidos de antemão. Como “fonte de instabilidade e de dinamismo sociais”, abrange desde a pressão por melhorias pontuais e concretas quanto constitui fator de identidade “grupala ou de classe”. Ao romper com a ordem preexistente, “pode expressar possibilidades de mudanças nas relações de produção e na estrutura de poder”<sup>171</sup>.

A complexidade do fenômeno grevista, intensificada pelo seu caráter de imprevisibilidade, se reflete na diversidade de abordagens possíveis quando as greves se tornam objeto de estudos acadêmicos. A abundância destas abordagens é acentuada pela variedade de fontes normalmente disponíveis sobre as paralisações, o que permite levantar dados a respeito de aspectos comuns a boa parte dos movimentos.

Uma possibilidade metodológica, por exemplo, é explicar a eclosão e o desenvolvimento das greves relacionando-as a ciclos econômicos, na tentativa de vinculá-las a crises e ao aumento da carestia. Tais estudos, em geral, tratam as paralisações de forma estatística, observando variáveis como número de movimentos, de participantes, de jornadas perdidas, e articulando-as a indicadores econômicos. Sandoval, em seu levantamento sobre as paralisações do trabalho no Brasil no período de 1945 a 1990, admite que este tipo de modelo tem sucesso ao buscar compreender a frequência das greves, porém não consegue explicar questões como o tamanho (a adesão) e a duração dos movimentos<sup>172</sup>.

O mesmo autor apresenta como uma segunda alternativa para o estudo dos conflitos grevistas o que chama de “abordagem das relações industriais”. Este tipo de análise

---

<sup>169</sup> LEQUIN, Y. Greve. In: BURGUIÈRE, André (org). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 373.

<sup>170</sup> GREVE. CATTANI, A. D. In: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, Lorena (orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 149.

<sup>171</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>172</sup> SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994. p. 201.

relaciona greves, questões econômicas e relações de trabalho. Nela, os aspectos referentes ao local de trabalho são vistos como a causa primeira do fenômeno. O principal obstáculo aí é não só uma perspectiva que enxerga tais paralisações de forma isolada do resto da sociedade, mas principalmente a sua dificuldade em explicar tendências de longo prazo dos padrões grevistas e de observar o impacto das forças políticas nos movimentos<sup>173</sup>.

Como resposta a esta dificuldade, Sandoval alude a uma “abordagem político-organizacional”, que “vê as greves como formas de ação coletiva nas lutas pelo poder entre trabalhadores, empregadores e autoridades”<sup>174</sup>. Desta forma, as paralisações do trabalho traduziriam lutas mais amplas pelo acesso ao poder político por parte da classe trabalhadora, assim como a resistência da classe dominante a tal “insubordinação”.

O que perpassa estes modelos de análise é a dificuldade em apreender um fenômeno simultaneamente econômico e social, dotado de variáveis explicativas gerais (como duração e número de trabalhadores parados, por exemplo), mas que se constitui, em cada manifestação, como um universo único de instabilidade, dinamismo e imprevisibilidade.

Tal dificuldade mereceu uma resposta diferenciada por parte de Perrot. Esta autora viu nas greves, além do confronto entre trabalhadores e patrões, um momento no qual as classes populares conseguem romper o mutismo ao qual são condenadas habitualmente pelos “detentores da cultura”.

Em sua obra *Jeunesse de la greve* (versão condensada da tese *Les ouvriers en grève – France 1871-1890*), Perrot estudou as greves na França entre 1871 e 1890 sob dois prismas. Primeiramente como fato social capaz de ser quantificado e descrito em suas regularidades. Mas também – e foi essa metodologia que a distinguiu – ressaltou elementos específicos a partir de uma análise comparativa dos movimentos para compreender a greve como “um evento que fala e do qual se fala”<sup>175</sup> ou, em sua dupla função, como “meio de pressão e modo de expressão”<sup>176</sup>.

Apesar de alicerçar sua análise nas correlações entre 2.923 paralisações – cujos dados haviam sido cuidadosamente guardados nos arquivos Nacional, da Prefeitura de

---

<sup>173</sup> SANDOVAL, S. *Ibidem*. p. 203-207.

<sup>174</sup> *Idem, ibidem*. p. 208.

<sup>175</sup> PERROT, M. *Jeunesse...* p. 13.

<sup>176</sup> *Idem*. Note de l’auteur. In: \_\_\_\_\_. *ibidem*, p. 9.

Paris e dos departamentos (estados) franceses<sup>177</sup> –, Perrot via limites na capacidade explicativa da quantificação. Um dos obstáculos estaria na dificuldade de apreensão do problema do “valor” de movimentos específicos:

(...) a extensão da quantificação à história social repousa em uma analogia duvidosa entre fatos econômicos e sociais, na verdade de natureza diferente. Os primeiros oferecem uma homogeneidade muito superior àquela dos segundos para os quais o problema do “valor” se coloca com muito mais acuidade. Há uma relativa identidade entre dois quilos de batata, mas não entre duas greves. Cada uma delas forma um conjunto complexo de elementos diferentemente agenciados.<sup>178</sup>

Esta alusão de Perrot relativa à especificidade de cada greve e ao seu valor se reflete na dificuldade de unificar experiências tão diversas e imprevisíveis num modelo interpretativo. Em resposta, a autora aliou à análise quantitativa uma abordagem qualitativa de características passíveis de serem encontradas em todos os movimentos como reivindicações, líderes, comitês de greve, formas de mobilização, métodos de financiamento, atitude do patronato. A partir destes elementos, empreendeu um trabalho de decifração do jogo dos grevistas, o qual “obedece a regras para as quais é preciso encontrar o código”<sup>179</sup>.

As formas de manifestação, os gestos de violência ou de apaziguamento, as palavras de ordem, as injúrias, os elementos simbólicos das assembléias, o relacionamento entre grevistas e não-grevistas receberam destaque. No que tange ao patronato, por exemplo, são identificados três comportamentos em face das greves: prevenção, negociação ou resistência, relacionando-os à percepção do poder das classes dominantes. À frente das grandes empresas, os patrões da época pareciam “habitados a uma dominação tão tranqüila que eles a têm como natural”<sup>180</sup>. Os próprios conselhos de administração das empresas “acham natural reduzir os salários e escandaloso não serem obedecidos”<sup>181</sup>.

O trabalho clássico de Perrot propõe a interpretação das greves enquanto momentos de expressão das relações capital-trabalho e da constituição da identidade de grupos sociais. Nesta perspectiva, são pistas importantes os insultos e as ameaças, as palavras de ordem, a agressividade dos discursos contraposta a atos de submissão, o uso

---

<sup>177</sup> *Idem, ibidem*, p. 16.

<sup>178</sup> *Idem, ibidem*, p. 318.

<sup>179</sup> *Idem, ibidem*, p. 30.

<sup>180</sup> *Idem, ibidem*, p. 271.

<sup>181</sup> *Idem, ibidem*, p. 274.

das palavras que “esconde e mistifica tanto quanto revela”<sup>182</sup>, o caráter ritual das manifestações, aliado à sua função de pressão. Todos os elementos citados revelam-se indicativos da transgressão de um limite da dominação patronal; é além dele que a greve adquire a sua legitimidade simbólica.

Recentemente, Stéphane Sirot estendeu o método de Perrot a um período maior, propondo uma história social das greves na França nos séculos XIX e XX. Ele se debruçou sobre a relação entre o fenômeno e o universo social, compreendendo a paralisação do trabalho como “um destes eventos confrontados sem cessar ao todo social e que, em contrapartida, contribuem para colocá-lo em evidência”<sup>183</sup>. Segundo o autor:

O conflito reivindicativo é a expressão de um modo de cultura e de autonomia operária, e depois, mais amplamente, do mundo do trabalho. É também um momento onde se constrói e se dá a ver, paralelamente ao distanciamento em relação a uma ordem industrial ou salarial estabelecida, uma forma de assimilação a essa ordem, contestada pontualmente, mas sem que necessariamente se pretenda revolucioná-la.<sup>184</sup>

Para este autor, a greve não chega a ser uma ruptura, mas se constitui em um distanciamento, e pode revelar muito sobre a assimilação da ordem econômica entre os trabalhadores. Neste sentido, e a partir de uma reflexão guiada por noções sociológicas advindas das análises de Touraine, Reynaud e Neveu, Sirot entende a integração profissional como predecessora à ação coletiva dos operários. O autor pretende, portanto, que sua história social das greves seja a do “processo de socialização do mundo operário, do universo do trabalho”. Ele enfoca aí as possibilidades e determinações jurídicas como elementos de compreensão das mobilizações sindicais.

O entendimento da greve como um fenômeno dotado de potencial revelador, que “dá a ver”, tornando explícitas oposições e assimilações derivadas das relações de produção, parece eficaz para se estudar um movimento específico; bem como possibilita discutir o sentido ambíguo das ações do Estado, do patronato ou da classe trabalhadora, permitindo desfazer a aparente homogeneidade de explicações muito amplas.

A partir desta reflexão, torna-se possível entender um movimento grevista como ponte de acesso às reflexões, comportamentos e estratégias dos personagens do período

---

<sup>182</sup> PERROT, M. *Jeunesse ...* p. 322.

<sup>183</sup> SIROT, Stéphane. *La grève en France – Une histoire sociale (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002. p. 13.

<sup>184</sup> *Idem, ibidem*. p. 14.



no qual se desenrola, demandando do pesquisador um esforço de decifração que permite entrever aí não só os grevistas, mas igualmente o patronato e o Estado. A vertente interpretativa proposta por Perrot e Sirot, que toma as greves como portadoras de significados sociais, remete não só às formas de recepção e transformação simbólica por parte dos trabalhadores das mudanças nos processos de produção e nos modos de dominação como também ao contexto político mais amplo do movimento sindical e da estrutura jurídica. O fenômeno grevista deflagrado a partir do final dos anos 70 no Brasil pode ser focado a partir dessa perspectiva.

Neste primeiro capítulo, procurei estabelecer e aprofundar os problemas de pesquisa, a partir inicialmente de uma aproximação factual do objeto. A narrativa cronológica e sintética, bem como a análise da trajetória e das configurações específicas da empresa onde ocorreu a greve, culminaram numa reflexão sobre a idéia de inevitabilidade da paralisação, levantada pelas testemunhas, e sobre as próprias possibilidades de abordagem e de problematização do movimento. Neste percurso, surgiram como pontos pertinentes para a análise as seguintes questões: **a mudança técnica relacionada à mobilização, as fraturas nas relações de dominação decorrentes da crise, a articulação sindical do período com suas ambigüidades e especificidades e o uso da lei como campo de luta pelos trabalhadores.**

No próximo capítulo, será focado o primeiro destes pontos, a partir de uma análise da repercussão social do processo de reestruturação produtiva junto ao grupo de trabalhadores gráficos da Caldas Júnior.

## Capítulo II

### A oficina de chumbo

*“Se o pessoal da redação parar, haverá greve?  
Essa greve terá repercussão, ou o jornal sairá novamente,  
na base de telex, com quatro ou cinco datilógrafos?  
Eu disse ao David: acho que o trabalho mais importante  
para você é a gráfica, não os jornalistas. (...).  
Sem eles [os gráficos], os jornalistas correm o risco de parar  
(sem nenhum menosprezo aos jornalistas),  
e é capaz de os empregadores nem perceberem  
que os jornalistas estão parados”*

**Luís Inácio da Silva, o Lula  
(o apelido só foi incorporado ao nome em 1984),  
em palestra no Sindicato dos Jornalistas Profissionais  
de São Paulo em 1978, na presença do então  
presidente da entidade, David de Moraes<sup>185</sup>**

O capítulo pretende examinar a relação entre as mudanças no processo de trabalho e a mobilização dos trabalhadores, enfocando em especial o setor gráfico. Ele parte do questionamento despertado pela concomitância entre a greve aqui enfocada e a transformação tecnológica do setor gráfico da Caldas Júnior, e pelo uso da oficina de chumbo (a oficina de composição, setor parcialmente desativado pela referida transformação) para as assembléias prévias à greve de 1983-84.

Pretende-se assim responder às seguintes perguntas: de que forma as mudanças técnicas afetaram o movimento de resistência dos trabalhadores? Quais os elementos associados ao uso do antigo local de produção (a oficina de chumbo) para as assembléias preparatórias à greve? O que esse episódio pode nos revelar sobre a experiência da reestruturação produtiva entre os gráficos?

Optei por iniciar a análise discutindo algumas particularidades associadas historicamente ao ofício gráfico, como sua imagem de combatividade no movimento sindical, e posteriormente acompanhar alguns marcos da construção da profissão até chegar à particularização da situação dos trabalhadores desta categoria na Caldas Júnior. Posteriormente enfocarei as mudanças técnicas propriamente ditas, relacionadas ao início do processo de reestruturação produtiva, e sua implantação na empresa.

---

<sup>185</sup> *Unidade*, 33, junho/julho de 1978, p. 9. *apud* SILVA, M.A.R. *Op. cit.*, p. 177-178.

Pretendo mostrar as repercussões destas transformações no cotidiano e na auto-imagem destes trabalhadores, utilizando para isso fontes orais, material que, por suas particularidades, já expostas na introdução deste trabalho, permite uma aproximação maior do pesquisador com a subjetividade dos atores históricos. Além delas, este capítulo se ancora em outros tipos de documentos, como processos jurídicos e materiais colhidos junto aos sindicatos.

## 1. Os gráficos e a imagem de vanguarda operária

Surgido em tempos pré-capitalistas (meados do século XV) na Europa, o ofício gráfico organizou-se no Velho Continente calcado na rígida hierarquia de mestres, oficiais e aprendizes e permeado pela ideologia paternalista. O poder do mestre unia duas esferas de dominação e subordinação: o trabalho e a vida doméstica. Por outro lado, a qualificação básica que o aspirante à profissão precisava ter (saber ler e escrever) dificultava extremamente o acesso ao ofício dos filhos dos trabalhadores mais pobres<sup>186</sup>.

Assim, os gráficos europeus nasceram como grupo fechado, unido seguidamente por relações de parentesco e cuja ascensão hierárquica dependia de uma série de rituais de iniciação e aprendizagem<sup>187</sup>. Ao longo do tempo, o seu constante posicionamento como integrantes de uma elite perante os outros trabalhadores foi resultado também do controle sobre a entrada no mercado de trabalho que conseguiram obter por meio de sua organização.

Fator importante desse controle advinha, evidentemente, da qualificação do trabalhador. Desta forma, a visão do ofício como “arte” (hoje ainda falamos em “artes gráficas”) era uma das armas na batalha contra os patrões, um fator de aglutinação do grupo e um argumento que podia ser empunhado para exercer liderança sobre os demais trabalhadores<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> O panorama sobre o surgimento do ofício gráfico foi elaborado, em sua maior parte, a partir das seguintes obras: COCKBURN, C. *Op. cit.*; VITORINO, A. J. R. Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio. H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 167-204; VITORINO, J. A. R. *Máquinas...e* CHAGAS, Emílio e NABARRO, Edílson. *SINDICATO dos gráficos de Porto Alegre – 73 anos de luta*. Publicação comemorativa. Porto Alegre: Sindicato dos Gráficos, 2002.

<sup>187</sup> Alguns desses rituais de iniciação em gráficas francesas do século XVIII são admiravelmente descritos por DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: O Grande Massacre de Gatos na Rua Saint-Severin. In: \_\_\_\_\_. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 103-139.

<sup>188</sup> Ao examinar a formação da cultura da classe operária britânica, Hobsbawm observa que, na Grã-Bretanha do século XIX, as vantagens econômicas e o status da chamada aristocracia operária dependiam

Apesar de a profissão tipográfica ter surgido no Brasil bem mais tardiamente que na Europa, os “artesãos” brasileiros se organizaram em seus primórdios também por meio das corporações de ofício. O marco desta aparição é a instituição da Imprensa Régia, em 1808. Em 1824, depois da Independência, as corporações de ofício foram proibidas pela nova Constituição e apareceram as associações de socorros mútuos e outras entidades destinadas à proteção corporativa dos operários. A Associação Tipográfica Fluminense, que recebeu o título de “imperial” por Dom Pedro II, foi criada em 1853. Cinco anos depois (trinta anos antes da abolição da escravatura), os compositores tipógrafos reunidos nesta associação paralisaram as oficinas de três jornais diários da Corte.

Em Porto Alegre, data do final do século XIX o início da organização dos gráficos ou tipógrafos. Há registro de sociedades de auxílio mútuo destes trabalhadores em Pelotas e Rio Grande, na última década daquele século<sup>189</sup>. Os tipógrafos de Pelotas chegaram a realizar uma greve de seis dias, em 1890. O movimento chamou a atenção de historiadores pelo grau de organização apresentado<sup>190</sup>.

Segundo o jornal *A Democracia*, em 1905, existiam quatro associações de trabalhadores por ofício na capital rio-grandense, e uma delas era a dos gráficos<sup>191</sup>. No mesmo ano, houve registro de uma paralisação de tipógrafos nas oficinas do *Jornal do Comércio*<sup>192</sup>. Um dos principais líderes da primeira greve geral gaúcha, em 1906, foi o gráfico socialista Francisco Xavier da Costa – embora sua “classe”, reunida no Grêmio de Artes Gráficas, tenha decidido não aderir à “parede” (as divisões no modo de pagamento, por “obra” ou por dia, são apontadas como uma das causas desta não-adesão)<sup>193</sup>.

Para Schmidt, “o conhecimento da linguagem escrita, o acesso a diferentes tipos de publicação e o domínio das técnicas de impressão criavam condições propícias à difusão de ideologias reivindicatórias e à mobilização dos trabalhadores [gráficos]”<sup>194</sup>.

---

de sua capacidade de organização, o único meio capaz de garantir também a este grupo a “exclusividade relativa que os separava dos ‘operários’”. HOBBSAWM, Eric. J. A formação da cultura da classe operária britânica. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 257-277. Ver também \_\_\_\_\_. A aristocracia do trabalho na Inglaterra do século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 319-366.

<sup>189</sup> PETERSEN, Sílvia. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre/Santa Maria: Ed. UFRGS/UFMS, 2001. p. 39-41

<sup>190</sup> *Idem*, *ibidem*. p. 144-145.

<sup>191</sup> *Apud* SCHMIDT, B. B. *Em busca...* p. 146.

<sup>192</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 154.

<sup>193</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 188.

<sup>194</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 71.

Ao analisar os gráficos cariocas e paulistas do período, Vitorino observa que as próprias publicações da categoria outorgavam a seus integrantes “uma espécie de estereótipo da ‘ação sindicalista’”, imagem que surgia da relação estabelecida entre o tipo de trabalho exercido e a consciência política, “atribuindo a essa categoria uma inerente capacidade de militar sindicalmente”<sup>195</sup>.

A associação direta entre a profissão gráfica e a militância política está presente, por exemplo, em obra do jornalista João Batista Marçal sobre a imprensa operária no Rio Grande do Sul:

(...) Porque os gráficos foram os primeiros operários intelectualizados do mundo. No exercício de sua profissão as idéias transitavam por seus olhos, as teorias escorriam entre seus dedos. Esse fato os fez vanguarda, jogou-os universalmente, ao longo do tempo, na primeira linha dos revolucionários sociais. E aqui no Rio Grande do Sul não seria diferente. Das oficinas gráficas saíram muitos de nossos principais combatentes.<sup>196</sup>

Marcada por cisões políticas, a trajetória associativa dos gráficos gaúchos na República Velha se consubstancia na aparição e desaparecimento súbitos de várias entidades, como o Sindicato Gráfico Comunista, a União Tipográfica e a Associação Gráfica Portoalegrense. Em maio de 1929, ocorreu a primeira reunião da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), entidade que posteriormente se tornaria o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Porto Alegre, em atividade até hoje.

Talvez não coincidentemente, o período foi um momento de intensas mudanças técnicas nas oficinas. Conforme Vitorino, o início do século XX foi uma época de mecanização e de definição da profissão. O processo de trabalho se tornou cada vez menos “artístico” ou artesanal e cada vez mais “operário”. Dois marcos desta mudança foram o progressivo afastamento das profissões de jornalista e de gráfico (reflexo da especialização que opõe trabalho intelectual e trabalho industrial, antes unidos nos mesmos profissionais)<sup>197</sup> e a introdução cada vez maior do maquinário, como as linotipos, que vieram substituir a composição manual do início do século.

---

<sup>195</sup> VITORINO, A. J. R. *Máquinas...* p. 136.

<sup>196</sup> MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: edição do autor, 2004. p. 20.

<sup>197</sup> Basta lembrar que um dos fundadores do jornal *Correio do Povo*, em 1895, José Paulino de Azurenha era jornalista e gráfico. Ver GALVANI, W. *Um século de...* p. 26. Dez anos depois, em 1905, o líder sindical gráfico Francisco Xavier da Costa já procurava estabelecer as fronteiras de cada ofício, a partir da idéia de que “o tipógrafo tem sobre o jornalista uma certa superioridade”. Segundo seu artigo, o jornalista seria “vítima” do gráfico pois os pensamentos e idéias do primeiro se subordinariam à consecução das exigências de produção dominadas pelo segundo. COSTA, Francisco Xavier da. O Tipógrafo e o chefe – A sua psicologia. *A Democracia*, Porto Alegre, 13 de agosto de 1905, p. 3. *Apud* BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)*. Tese (doutorado em História) - Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 59.

Patenteada em 1886 nos Estados Unidos e introduzida no Brasil (Rio e São Paulo) em 1903, a linotipo revolucionou o processo de composição na indústria gráfica<sup>198</sup>. Antes dela, esta etapa realizava-se manualmente: tipos móveis com caracteres gráficos eram alinhados um a um nas matrizes (chapas de metal) das páginas a serem impressas. Com a linotipo, a composição antes feita letra a letra passou a ser realizada em blocos de linhas inteiras de caracteres.

Para operar a máquina, o trabalhador sentava em frente a um teclado que, acionado, movimentava matrizes uma ao lado das outras, formando linhas de textos. Em seguida, a máquina fundia a linha em chumbo – por isso o processo era chamado de “composição a quente”. Montadas nas matrizes por outro operário, o montador, tais linhas originavam a página.

O manejo da linotipo não era simples (além do serviço com chumbo ser muito insalubre). Ao conhecimento técnico do funcionamento da máquina, fazia-se necessário aliar a rapidez na operação do teclado de 90 teclas com conhecimentos gramaticais sólidos, constantemente demandados na hifenização e justificação do texto. Em 1911, quando o *Correio do Povo* importou as quatro primeiras linotipos utilizadas na capital gaúcha, “que substituiriam, cada uma, o trabalho de dez ou doze tipógrafos, foi preciso mandar vir linotipistas do Rio de Janeiro, pois em Porto Alegre ninguém saberia operá-las”, conforme Galvani<sup>199</sup>. Pela sua especialização, rapidamente os linotipistas tomariam o lugar dos compositores manuais como uma nova elite da classe.

Nos anos 50, o movimento sindical dos gráficos porto-alegrenses teve um momento de bastante visibilidade social sob o comando de lideranças comunistas, quando foram realizadas várias greves, como a de 1953, que paralisou o parque gráfico de Porto Alegre por 29 dias<sup>200</sup>. O líder desta paralisação foi o linotipista Gabriel Quintana, presidente do sindicato dos gráficos por dois mandatos (1952-1954 e 1954-1956), e integrante ativo das mobilizações da Frente Intersindical (FIS), também dirigida pelos comunistas.

Em 1956, ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas. As principais bandeiras empunhadas na ocasião pelos

---

<sup>198</sup> Entre 1893 e 1968, a empresa americana Lynotype vendeu 74 mil máquinas em todo o mundo. Sua concorrente, a Intertype, vendeu 38 mil até 1968. In: COCKBURN, C. *Op. cit.* p. 27.

<sup>199</sup> GALVANI, W. *Um século de...* p. 155.

<sup>200</sup> A greve é citada com destaque na publicação comemorativa aos 73 anos do sindicato dos gráficos. CHAGAS, E. e NABARRO, E. *Op. cit.* p 36-37. Em um levantamento sociológico das greves no período 1945-1979 foram encontradas outras três paralisações da categoria (1945 e 1956, em Porto Alegre, e 1963, em Rio Grande). PETERSEN, A. T. T.; CADÓ, E. M. P. *et al. Op cit.*

representantes da categoria eram a “redução de horas de trabalho nas indústrias gráficas, a conquista de um salário profissional, seguro contra acidentes de trabalho e a construção de casas pelo então IAPI [Instituto de Assistência e Previdência dos Industriários]”<sup>201</sup>.

A militância política das lideranças da categoria, que se estendeu das duas gestões de Quintana para as três de Wilson Borba Lima no sindicato dos gráficos (de 1957 a 1964), contrastava com uma preocupação desta cúpula com a “baixa participação dos associados nas assembléias” e o “elevado número de solicitações de desligamento de sócios”<sup>202</sup>, creditados, a princípio, a um aumento momentâneo das mensalidades.

Em seu depoimento para esta pesquisa, Euclides Bento da Cruz, ex-presidente do sindicato dos gráficos entre 1973 a 1987 e impressor desde o início dos anos 40, salientou a preponderância dos linotipistas sobre os demais ofícios da categoria. Cruz parece ter sentido fortemente esta ascendência, por duas razões: era impressor e não era comunista. Ao folhear uma publicação comemorativa aos 73 anos do sindicato, onde havia referência a Borba Lima, Cruz comentou “Esse Wilson [Borba Lima] aqui era linotipista. Eram, vamos dizer assim, eram os mais importantes. Os linotipistas eram os donos da categoria. Esses aqui, está vendo? Esses aqui eram os donos da categoria. Eram os principais da época. Sem esses homens aqui, não funcionava jornal”<sup>203</sup>.

A experiência da greve de 1953 marcou profundamente Cruz, então um iniciante nos quadros da antiga Livraria Continente, de forma negativa. O episódio pode ser uma das chaves para explicar, subjetivamente, o seu anticomunismo ferrenho, e ajuda a vislumbrar uma discrepância entre a militância política das lideranças e a ação dos operários comuns, já indicada na preocupação da cúpula sindical com a pouca participação dos trabalhadores na vida associativa. Ao lembrar do movimento, descrito em uma versão oficial da trajetória do sindicato gráfico como “uma greve que entrou para a história” e uma mobilização que “se caracterizou pelo seu alto índice de organização, controle e transparência”<sup>204</sup>, Cruz afirmou:

A greve de 1953 foi uma das greves bem bagunçadas e bem prejudicial, não foi bem orientada. Porque foi uma greve que o pessoal teve que rachar, todo mundo voltar a trabalhar. Eu era iniciante, eu me lembro, ficava muito brabo. Participei da greve. Eu não era nada, simplesmente era gráfico. Mas

---

<sup>201</sup> CHAGAS, E. e NABARRO, E. *Op. cit.* p. 71.

<sup>202</sup> *Idem, ibidem.* p. 44.

<sup>203</sup> CRUZ, E. *Op. cit.*

<sup>204</sup> CHAGAS, E. e NABARRO, E. *Op. cit.* p. 36-37.

ia lá no sindicato, aquela coisa... Sempre participei dos momentos políticos. Mas tinha muita política, muito comunismo no meio. Eles incitavam o pessoal de qualquer jeito. Funcionavam aquelas greves muito mal. (...) Eles que falavam. Fizeram um discurso muito bonito. Noutra dia, greve. Aí, a minha categoria, eu, Euclides, fiquei 29 dias em greve. Só voltei porque o presidente do sindicato mandou que retornássemos, porque senão nós íamos perder nossos direitos. (...) Eu era novo na Livraria Continente. A greve foi em 1953 e eu tinha entrado em 47. E eu não podia perder o emprego. Retornamos sem nenhum tostão no bolso. Ficamos 29 dias em greve sem ganhar um tostão. Eu, recém-casado, tinha casado em 51. Dois anos, só, naquela luta, com criança pequena e tudo. Nós fomos. Quando retornamos, pensei comigo: vão botar a gente na rua. Mas não. Não nos colocaram na rua. Eu era gente de peso, profissionalmente falando. Tinha eu e mais dois. O resto, todo mundo entrou de greve nos primeiros dias, no terceiro, uns já foram trabalhar, quando foi em 10 dias, todo mundo trabalhando. Só eu e mais três de greve. Que vergonha, que chato, né? A gente passou mal que não queira saber. Mas aí, terminou a greve, pensei que iam me botar na rua. Que me botar na rua, que nada. Eles tinham muito respeito, foi muito bom, foi uma das empresas que eu mais gostei de trabalhar. Eles consideraram, respeitaram muito. Nós éramos trabalhadores assíduos e competentes.<sup>205</sup>

Cruz lembrou da greve “heróica” da categoria como algo “prejudicial”. O medo de perder o emprego e a falta de recursos (“sem nenhum tostão no bolso”) reforçou o seu sentimento de ter sido traído pelas lideranças. A permanência no cargo marcou-o profundamente, fazendo com que se sentisse valorizado por ter sido “considerado” e “respeitado” na livraria onde trabalhava. As circunstâncias da greve acabaram, nesse caso particular, reforçando a relação patrão-trabalhador e enfraquecendo a confiança nos líderes sindicais da época.

A hegemonia dos comunistas no sindicato porto-alegrense acabou com a ditadura militar, quando a entidade sofreu intervenção, ainda no ano de 1964. O presidente Borba Lima perdeu os direitos políticos. Uma nova eleição foi realizada em agosto de 1965, quando assumiu um grupo que permaneceu no poder até 1990, sob o comando de Hélio Pereira Ribas (três gestões, de 1965 até 1972), Euclides Bento da Cruz (cinco gestões, de 1973 até 1987) e Antônio Adair Ferreira da Silva (uma gestão, de 1988 até 1990). Nova mudança no comando ocorreu somente em 1990, quando nomes alinhados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) se elegeram.

Nos anos 70, ao assumir o comando do sindicato, Cruz comandaria uma política radicalmente anti-confronto, centrando sua atuação sindical em medidas administrativas e burocráticas. No depoimento que prestou, deu grande destaque àquela que considerava a maior realização de sua administração: a compra de uma casa localizada em um amplo terreno no bairro Azenha para a sede do sindicato dos gráficos, definida por ele como “a

---

<sup>205</sup> CRUZ, E. *Op. cit.*



libertação da categoria gráfica do estado em que se encontrava”<sup>206</sup>. Foi o homem que mais tempo permaneceu como presidente do sindicato dos gráficos porto-alegrense – 14 anos.

## 2. Os operários da Caldas Júnior

Se a imagem da categoria gráfica correspondia historicamente a de uma vanguarda operária, tanto pelo contato com o saber letrado quanto pela militância socialista e comunista, pode-se indagar o quanto esta idealização corresponde à identidade dos trabalhadores que exerciam a profissão dentro da Caldas Júnior. Como veremos a seguir, a prática do ofício na empresa relacionava-se muito mais à valorização de um *status* do que propriamente da tradição de lutas.

A oficina de composição gráfica da Caldas Júnior, com 38 linotipos, era um campo de trabalho importante para os profissionais da área nos anos 70. Quando a empresa editava três jornais (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Correio do Povo*), as máquinas permaneciam ocupadas praticamente da manhã à noite. Turmas de gráficos se revezavam para preparar os originais produzidos pelas redações. Eram em torno de 60 operários durante o dia e outros 60 durante a noite, além de um grupo especial com cerca de 40 homens no fim de semana.

No outro setor, a impressão, mais uma centena de gráficos labutava para elaborar o produto final – os jornais. Havia ainda a pré-impressão, responsável pela elaboração das fotos a serem impressas.

Os textos jornalísticos, os anúncios classificados, as tabelas eram transformados pelos linotipistas, na oficina, em linhas e mais linhas de caracteres de chumbo. O linotipista Antônio Adair Ferreira da Silva<sup>207</sup>, que ingressou na Caldas Júnior em 1972, recordou jornadas diárias de até 12 horas de trabalho. Ele definiu assim a importância de sua antiga função:

Na realidade, o linotipista até quando existiu era considerado o profissional mais qualificado dentro do ramo gráfico. Não que nos outros setores não tivesse. Mas em termos de mercado, em termos de salário, o linotipista sempre foi... Até pelo trabalho em si. Tinha de ter um bom nível de estudo porque tu batia as notícias. Tinha de saber corrigir português. Era um trabalho que te exigia fisicamente porque se chegava a trabalhar de 10 a 12 horas por dia. Com chumbo. (...)

Bom, então era um serviço que exigia bastante. Às vezes, eu ficava três, quatro horas sem levantar porque eles te davam um original e em seguida

---

<sup>206</sup> CRUZ, E. *Op. cit.*

<sup>207</sup> SILVA, A. A. F. *Op. cit.* Ver dados biográficos na nota 88.

iam botando outro. E a gente tinha interesse, porque era produção. Era um pouco sacrificado, mas enfim, financeiramente ao menos a gente era recompensado neste aspecto.<sup>208</sup>

Um linotipista da Caldas Júnior como Antônio Adair ganhava quase o triplo do salário dos outros gráficos<sup>209</sup>. Ao contrário de seus colegas da oficina (montadores, tiradores de prova, emendadores, ajudantes de máquina, paginadores), alguns linotipistas recebiam o salário fixo mais um adicional por produção. Com o tempo, os linotipistas passaram a ganhar só por produção, sem o fixo. Era o caso de Adair:

Só produção. Era um terror. Mas dava. No frigar dos ovos, o volume, dava uma média salarial bem razoável. Na época, eu tirava de 10 a 11 salários por mês. Com outro parâmetro de vida também. Hoje tu tens muito mais custos. Tem celular, tem coisas que não existiam. Hoje, comparando, seria em torno de um salário de R\$ 5 mil.<sup>210</sup>

No depoimento de um trabalhador 10 anos mais novo, o linotipista José Antônio Guimarães de Fraga, a lembrança do bom salário pago pela Caldas Júnior (ele ingressou na empresa em 1976 e saiu no início dos anos 1980) associou-se à percepção do declínio atual das condições de exercício da profissão:

Eu fui para o jornal trabalhando sábado, das 4 ao meio-dia e domingo, das 8 da noite até a 1 da manhã, ou seja cinco horas, e mais oito no sábado, e eu recebia em torno de 20% a 30% mais do que a semana toda no Pão dos Pobres. Tanto é que eu acabei pedindo demissão do Pão dos Pobres [onde trabalhava como instrutor]. Na época, voltei a estudar, vou viver um pouquinho, tinha 22, 23 anos. Tamanha era a facilidade que a gente tinha, até porque era por produção. Hoje, se ainda tivesse linotipo, eu ganharia três ou quatro vezes o que eu recebo. Eu acho que a gente teve um ápice e depois, com as mudanças, foi só descendo.<sup>211</sup>

---

<sup>208</sup> SILVA, A. *Op. cit.*

<sup>209</sup> O próprio Antônio Adair, por exemplo, tinha salário de Cr\$ 480.294,24 (acrescido do adicional de insalubridade), fora as quotas de salário-família, conforme dados do processo instaurado por ele contra a Caldas Júnior na 5ª Junta do Trabalho (processo 521/84) em 01/03/84. Dois outros processos localizados no ATRT4 dão a medida da diferença em relação a outros ofícios gráficos da mesma empresa: o gráfico Arioaldo Pereira Arthur, admitido na Caldas Júnior em 21 de dezembro de 1981 e demitido em 26 de abril de 1984, como montador, tinha salário de Cr\$ 265.641,00 (processo 960/84, 15ª Junta). O gráfico Altair Soares Prado (ofício não especificado no processo), admitido em 5 de abril de 1983, tinha salário de Cr\$ 136.404,00. (processo 1806 a 1861/84, impetrado em 18 de setembro de 1984). O salário mínimo era de Cr\$ 57.120,00 de novembro de 1983 até maio de 1984 e Cr\$ 97.176,00 de maio a novembro de 1984.

<sup>210</sup> SILVA, A. *Op. cit.*

<sup>211</sup> Como Antônio Adair, José Antônio Guimarães de Fraga, 52 anos, aprendeu o ofício da linotipia na Escola Profissional Pão dos Pobres, em Porto Alegre. De interno, tornou-se depois instrutor. Começou a trabalhar na Caldas Júnior em 1976. Saiu no início dos anos 80, antes da greve. Foi secretário-geral do sindicato no período 1991-1994 e presidente em duas gestões consecutivas (1995-1998 e 1999-2002). Está aposentado da profissão. Foi entrevistado em setembro de 2005 no sindicato dos gráficos, com seu colega Solis Souza da Silva. Na época, era tesoureiro da entidade. FRAGA, José Antônio Guimarães de e SILVA, Solis Souza da. Depoimento [5 de setembro de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

Mesmo para os gráficos especialistas em outras funções, trabalhar na Caldas Júnior era símbolo de *status* e possibilidade de uma recompensa salarial superior ao mercado. “Financeiramente, era o melhor [emprego] que tinha”, definiu o tipógrafo Nilton Schergl da Silva<sup>212</sup>, que deixou uma nascente carreira no Exército em troca de uma promessa de trabalho na empresa. Mas a remuneração satisfatória está sempre associada, na memória destes operários, à lembrança de rotinas exaustivas. Nilton, por exemplo, contou que, nos dias de semana, trabalhava até uma ou duas da manhã, com exceção das sextas-feiras, quando,

(...) na época dos classificados, tinha muito trabalho. Comecei na *Folha da Manhã*, na *Caldas Júnior*, depois passei para a *Folha da Tarde* e depois para o *Correio do Povo*. E o *Correio*, no fim de semana tinha os classificados. Uma imensidão de classificados. Então eu ficava armando anúncio. Terminava o jornal, uma hora, duas horas da manhã, ficava armando anúncio até as seis horas da manhã. Eu saía às seis e voltava às nove. Ia em casa, tomava um banho e voltava. Não dormia. De sexta para sábado, não dormia. E às vezes tinha tanto classificado, às vezes atrasava... Eu me lembro bem, o dia que foi o mais tarde que eu saí de lá. Eu virei uma noite, saí às seis horas da manhã, fui para casa, voltei às nove e saí quase à meia-noite. Onze e meia da noite. No normal, a gente saía às nove horas...<sup>213</sup>

Detalhista, a narrativa buscou ressaltar o sacrifício cotidiano a que estava submetido o trabalhador, porém invertendo os signos de sua submissão. Ao mesmo tempo que Nilton valorizou o caráter penoso da ocupação, associou a ele sua própria força (e, por extensão, o vigor de sua categoria profissional) em sobreviver a anos de um cotidiano exaustivo e insalubre. Mais do que uma condenação, o trabalho é aqui valorizado como componente ético e construtor do indivíduo – a marca de um forte. Ética, aliás, já presente no discurso de um operário de uma geração bem anterior, como Cruz, que se orgulhava da condição de trabalhador assíduo e competente.

Tal sentimento de superação era relacionado a uma valorização profissional e social, dada pela especialização do ofício (necessidade de um saber específico para exercê-lo) e pela remuneração considerada satisfatória. No caso da Caldas Júnior, superior aos patamares do mercado.

---

<sup>212</sup> O tipógrafo Nilton Schergl da Silva, entrevistado na Gráfica da UFRGS em 2006, começou a trabalhar como varredor aos 14 anos numa gráfica, em Porto Alegre. Mais tarde, foi para o Exército, onde chegou a cabo. Saiu das fileiras militares em 1973, quando recebeu uma oferta para ir trabalhar na Caldas Júnior, ingressando como cortador. Quando a fotocomposição foi adotada na empresa, aprendeu a nova tecnologia, passando de montador a pestapista. Trabalhou no *Correio do Povo* até 1988, tendo participado da greve de 1983/1984. Entrevistado em maio de 2006, aos 54 anos, com o colega João Alberto Vargas na gráfica da UFRGS, onde iniciou em 1976. Nunca integrou nenhuma diretoria sindical. SILVA, Nilton Schergl da e VARGAS, João Alberto. Depoimento [9 de maio de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

<sup>213</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

As evidências mostram a prática de uma administração paternalista na Caldas Júnior, expressa em atitudes como, por exemplo, fechar os dissídios em separado, sempre oferecendo um índice um pouco superior ao restante das empresas do ramo. Havia ainda uma política de empréstimos e adiantamentos, muito apreciada pelos funcionários em geral.

A dominação consubstanciava-se em relacionamentos pessoais, muitas vezes lembrados pelos trabalhadores nos termos de um vínculo familiar: “Era um paizão [em relação a um chefe de hierarquia intermediária<sup>214</sup>]. Claro que aí a gente ficava no compromisso com ele. Não podia deixar ele mal”<sup>215</sup>; “O doutor Breno, acho que ele considerava os empregados dele como filhos dele, porque ele era ótima pessoa”<sup>216</sup>.

Este tipo de vinculação entre a dominação econômica e o relacionamento interpessoal parecia estar no horizonte do próprio Breno Caldas, diretor-presidente da empresa, conforme seu depoimento:

Lembro quando o *Correio do Povo* completou oitenta anos, em 1975. Fizemos um churrasco no Parque de Exposições de Esteio, convidamos todos os funcionários e seus filhos e esposas. Quando ia começar o churrasco, tive de dizer algumas palavras, saudando a ocasião e vi aquela multidão: estavam lá 8 mil pessoas... Oito mil pessoas que, de certa forma, dependiam de mim. Aí, eu tremi. Aquilo foi um peso, eu senti um aperto. As pessoas me perguntavam se eu estava bem, o que estava acontecendo... Não, é a emoção – eu expliquei. Na verdade, aquela imagem daquelas milhares de pessoas ali reunidas era a dimensão da imensa responsabilidade que eu tinha...<sup>217</sup>

Percebe-se aí uma idéia de vinculação direta entre patrão e empregados, nos termos de uma dependência e, principalmente, de uma ascendência pessoal. Como um pai, Caldas dizia-se responsável pelos “seus” trabalhadores, de quem esperava, principalmente, gratidão. Nada mais distante dos termos de uma impessoalidade administrativa que começa já a se firmar como tendência no final dos anos 80.

---

<sup>214</sup> A referência é a Júlio Duarte, diretor-industrial da Caldas Júnior e editor do *Correio Rural*. Sobre ele, o jornalista Walter Galvani declarou, em depoimento para esta pesquisa: “O pessoal da gráfica era liderado por um cara chamado Augusto Gentile, que tinha um poder muito forte em cima deles, porque era ligadíssimo ao diretor-industrial da empresa, que era o senhor Júlio Duarte. Então, o que o seu Júlio dizia, o Gentile fazia.” GALVANI, W. *Depoimento...* No livro *Um século de poder*, de Galvani, há uma foto da oficina de composição da Caldas Júnior em 1932, na qual aparece Duarte trabalhando como gráfico. Sobre Gentile, há referência de que já em 1956 ele era gerente do setor de linotipos da empresa. GALVANI, W. *Um século...* p. 313 e 394. Num anúncio dos Supermercados Real, publicado em 1975 na edição comemorativa dos 80 anos do *Correio do Povo*, aparece uma galeria de fotos de antigos funcionários da Caldas Júnior, entre eles Gentile, informando sua condição de “chefe da mecânica desde 1934”. ESTES homens maravilhosos e seu trabalho anônimo. Anúncio publicitário Real Supermercados. *Correio do Povo*, Caderno especial 80 anos, 1º/10/75, p. 6 (APCE).

<sup>215</sup> FRAGA, J. e SILVA, S. *Op. cit.*

<sup>216</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>217</sup> CALDAS, B. *Op. cit.* p. 63-64.

Ao examinar o caso da região do Quarto Distrito porto-alegrense nos anos 30 e 40, Alexandre Fortes observa que as políticas sociais da Varig e da Renner visavam, mais do que suprir as necessidades materiais e simbólicas dos trabalhadores, alimentar “a imagem do *capitão de indústria* como pai da *família* que pretendia constituir no âmbito da empresa”. O empresário era visto, neste contexto, como um modelo a ser seguido, imbuído de um “papel empreendedor, provedor e disciplinador”<sup>218</sup>.

Tais empresas ofereciam a seus funcionários uma ampla gama de benefícios, “cuja contrapartida era o dever de lealdade e obediência absolutos”<sup>219</sup>. Interessante lembrar que foi exatamente nestas décadas que Breno Caldas tomou as rédeas da Caldas Júnior, cuja direção havia circulado por vários nomes desde a morte do fundador e pai de Breno, Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, em 1913<sup>220</sup>. Breno firmou-se e formou-se no controle da empresa numa época em que um dos principais modelos de administração e sucesso empresariais no Rio Grande do Sul era A. J. Renner, o qual, no comando das Indústrias Renner, esmerou-se em cultivar uma imagem de “pai severo e atencioso”<sup>221</sup>.

A figura do empresário Breno Caldas é essencial e recorrente na forma como os funcionários incorporam e interiorizam as relações de dominação na Caldas Júnior. Uma figura representada de forma ambígua, ao mesmo tempo próxima e superior: “Ele era uma pessoa simples. Ele ficava às vezes no meio de nós. Ele era um deus lá. Um deus para os funcionários”<sup>222</sup>; “O Breno fazia assim: o pessoal dos antigos, que se aposentavam, mas continuavam lá, ele pagava um dinheiro por fora. Ele sempre ajudou. Breno era um bom patrão. Excelente patrão”<sup>223</sup>; “Se fazia as assembléias da Caldas Júnior num dia específico, diferente do resto da categoria. E o que acontecia? Doutor Breno chegava: ‘O que foi resolvido na categoria? Foi tanto por cento? Tá, eu dou isto e mais um pouquinho’”<sup>224</sup>.

---

<sup>218</sup> FORTES, A. *Nós do Quarto...* p. 179. Grifos do autor.

<sup>219</sup> *Idem, ibidem.* p. 207.

<sup>220</sup> GALVANI, W. *Um século...* Com a morte de Caldas Júnior, a empresa passou a ser administrada pela viúva, Dolores Alcaraz Caldas (mãe de Breno) e pelo irmão dela, Joaquim Alcaraz. A direção financeira e a gerência ficaram a cargo de João Obino. O comando editorial do *Correio do Povo* oscilou entre Emílio Kemp, Francisco Leonardo Truda, Alexandre Alcaraz (irmão de Dolores e Joaquim), Fernando Caldas (filho primogênito do primeiro casamento de Caldas Júnior) e Fábio de Barros. Breno Caldas passou a responder pela chefia de redação em 1929, pela secretaria da redação em 1931 e pela direção da empresa em 1935, num processo crescente de centralização do poder em suas mãos.

<sup>221</sup> FORTES, A. *Nós do Quarto...* p. 207. A discussão sobre as práticas paternalistas na Caldas Júnior será retomada e ampliada no próximo capítulo.

<sup>222</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

<sup>223</sup> FRAGA, J. e SILVA, S. *Op. cit.*

<sup>224</sup> SILVA, A. *Op. cit.* Trecho maior do mesmo depoimento foi citado na Introdução.

Mitificado, o padrão aparece também em algumas narrativas como mediador e defensor da categoria frente aos jornalistas, com os quais os gráficos tradicionalmente concorriam na disputa pelo controle do processo de produção e pela ascendência nas empresas jornalísticas. Esta rixa, constante desde a separação dos dois ofícios, em primórdios do século XX, parece ser percebida pelos gráficos como uma perda<sup>225</sup>. A mediação de Caldas e o antagonismo em relação aos colegas da redação transparecem numa história contada por Fraga:

A direção do Breno Caldas, com quem eu convivi e trabalhei, eu só tenho elogios. Não era um camarada rancoroso, muito pelo contrário. Existiam, por exemplo, algumas divergências entre jornalistas e gráficos. Era uma questão de ascendência. O jornalista, por exemplo, normalmente é o camarada intelectual, estudou e tal. O gráfico sempre foi considerado um graxeiro. Porque estava no chão de fábrica. Então tem esta disputa. Eu lembro de certa vez, que o Breno disse: “Olha, o que o dissídio der, eu dou tanto. Mas eu dou para os gráficos. Para os jornalistas eu não dou”<sup>226</sup>.

Logo a seguir, na mesma entrevista (conjunta), a história volta, na narração do tipógrafo Solis Souza da Silva, que trabalhou na Caldas Júnior de 1975 até 1985:

Teve uma época que os gráficos se reuniram com os jornalistas. Os jornalistas queriam fazer piquete, isso e aquilo. No sindicato, lá na Ladeira. O que o Breno fez? Disse: “O que os gráficos ganharem, eu dou para eles.

---

<sup>225</sup> Tal concorrência parece ter se acentuado a partir dos anos 50, quando ocorre a apropriação, nos principais jornais do país, do poder dos chefes de oficina pelos chefes de redação ou secretários de redação. Um relato desta apropriação pode ser encontrado na descrição feita pelo jornalista Cláudio Abramo sobre a reforma protagonizada por ele e pelos donos do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1952, que consistia em medidas como redução do tamanho da página, adoção de práticas modernas de controle da publicidade, controle de fechamento da redação e controle da produção, entre outras. Tais medidas interferiam diretamente na autonomia da oficina, conforme Abramo: “A reforma do *Estado* foi uma luta. O chefe da oficina do jornal era um herói de 32, um cidadão que exercia verdadeira ditadura sobre sua área. Nessa época os chefes de oficina tinham um poder muito grande. Eram famosos, como Pinto, chefe de oficina da *Folha*, depois do *Diário*, depois da *Folha* de novo. Outro, muito leal a mim, foi Bernardino, bom companheiro, que trabalhou no *Jornal de São Paulo*, depois na *Nação*, quando estive lá. Os chefes de oficina controlavam a existência dos linotipistas, que, apesar de toda a repressão do Estado Novo, ainda eram a vanguarda do movimento operário no Brasil. Hoje sabemos que quem domina a informação tem o poder, mas naquela época a sociedade brasileira era mais primitiva, as coisas se definiam por territórios: a oficina era território do chefe da oficina. Os operários, de modo geral, ao contrário do que pensam meus correligionários marxistas, são extremamente conservadores. Aquele cidadão conservava o segredo de certas técnicas, que não queria revelar à redação. Querendo idealizar um pouquinho, dar um tom romântico a essa coisa toda, pode se dizer que era uma forma mais ou menos primitiva de luta de classe: ele lutava contra a classe média, que era a redação.” Mais adiante Abramo conta que “fazia dez anos que ninguém da redação descia à oficina, de medo físico do chefe. (...) O *Estado* tinha uma massa gigantesca de anúncios. O chefe da oficina media com um barbante o tamanho de cada anúncio que entrava e ia acumulando. À meia-noite, esse cidadão subia à redação com o pescoço enrolado de barbante e dizia: ‘tem tudo isso de anúncios’”. Uma das primeiras medidas da reforma foi afastar o chefe da oficina, com o que, segundo o jornalista, “passamos a usar uma máquina na qual famos somando os tamanhos dos anúncios conforme as ordens iam entrando”. ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 31-32.

<sup>226</sup> FRAGA, J. e SILVA, S. *Op. cit.*

Porque eu não preciso de jornalistas, eu pego e copio. Agora, o gráfico é o coração do jornal. Sem esse coração, o jornal não funciona”<sup>227</sup>.

O episódio parece ter se firmado fortemente na memória coletiva para reafirmar, por um lado, a importância e a ascendência do gráfico e, por outro, uma certa revanche simbólica contra os jornalistas, detentores de maior *status* social (como trabalhadores intelectuais) e de níveis salariais mais altos. O caso já me tinha sido contado informalmente por um porteiro do jornal em que eu trabalhava (*Zero Hora*), ex-funcionário da Caldas Júnior, depois que relatei, em linhas gerais, minha pesquisa. Também havia aparecido na fala de Cruz:

Numa ocasião, a gente fez um movimento para pedir aumento. E reunimos o pessoal, o pessoal concordou, vamos lá. E, aí, nesse meio tempo, se meteram os jornalistas. Queriam pedir aumento também para eles. Não tem problema, mas vocês são vocês, nós somos nós. (...) E a gente pediu, e nós, gráficos, fomos atendidos. O doutor Breno chegou e disse: os gráficos estão atendidos, a partir de tal dia, tem 30%. Agora tal categoria e tal categoria não foram agraciados [sic]. Porque eles eram meio desunidos. Mas a gente conseguiu. Então, como eu digo: eu não tenho queixas do doutor Breno. (...) Aí, vieram brigar com a gente, o resto do pessoal. “Por que é que vocês aceitaram?” Porque nós pedimos. Então houve sempre aquele ciúme. Mas na verdade, jornalista não dava bola para gráfico. Então a nossa turma, que era gráfico, se uniu. Nós sempre levamos vantagem. Levamos vantagem ainda porque os jornalistas tinham salários bem superiores. A gente tem de fazer força por nós, que somos mais sacrificados, e eles que façam por eles.<sup>228</sup>

Pollak inclui entre os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, os acontecimentos vividos pessoalmente ou pelo grupo. Tais relatos são como marcos imutáveis em meio ao mar flutuante e ambíguo das lembranças, “elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”<sup>229</sup>. Sendo assim, e recordando, do mesmo autor, a idéia da memória como “fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”<sup>230</sup>, podemos avaliar o quanto é central, para este grupo de trabalhadores, marcar a sua força e relevância na esfera da produção.

---

<sup>227</sup> FRAGA, J. e SILVA, S. *Op. cit.* Solis Souza da Silva, 54 anos, deu seu depoimento em conjunto com Fraga. Solis estudou numa escola gráfica no bairro Glória, em Porto Alegre. Entrou na Caldas Júnior em 1975. Com o advento da fotocomposição, passou a arte-finalista. Não aderiu à greve de 1983/1984. Retornou para a empresa depois da sua venda, em 1986. Foi 2º tesoureiro do sindicato entre 1995-1998 e 1º tesoureiro em 1999-2002. Na época da entrevista, Solis ainda era funcionário da Caldas Júnior, mas estava licenciado e era vice-presidente do sindicato dos gráficos.<sup>227</sup>

<sup>228</sup> CRUZ, E. *Op. cit.*

<sup>229</sup> POLLAK, M. *Op. cit.* p. 201.

<sup>230</sup> *Idem, ibidem*, p. 204.

Por outro lado, é flagrante no episódio evocado o mecanismo patronal de fomentar a concorrência entre trabalhadores de dois ofícios diferentes como estratégia para enfraquecer o trabalho frente ao capital – dividir para reinar. Na época, os gráficos, numerosos, controlavam um setor-chave para a empresa, ou tomando emprestadas as palavras de um dos depoentes, o “coração” do jornal. Se decidissem cruzar os braços, provavelmente impediriam a produção do periódico. A paralisação das oficinas era um risco constante para os proprietários de jornais, até porque, pela especialização dos funcionários, não conseguiriam repô-los na velocidade necessária para garantir a rodagem.

Esse calcanhar-de-aquiles dos donos de jornais era claro para o então líder sindical ascendente Luís Inácio da Silva, o Lula. Em 1978, durante palestra dada a jornalistas de São Paulo, que articulavam uma greve da categoria, Lula dirigiu-se ao presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, David de Moraes, e afirmou: “Eu disse ao David: acho que o trabalho mais importante para você é a gráfica, não os jornalistas”. E acrescentou, categórico: “Sem eles [os gráficos], os jornalistas correm o risco de parar (sem nenhum menosprezo aos jornalistas), e é capaz de os empregadores nem perceberem que os jornalistas estão parados”<sup>231</sup>.

A profecia realizou-se no ano seguinte, constituindo-se num exemplo flagrante do escasso poder de barganha dos jornalistas. Em maio de 1979, os jornalistas paulistas paralisaram suas atividades durante seis dias, reivindicando 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações. A greve teve ampla adesão nas redações de São Paulo, atingindo cerca de 90% dos 6 mil integrantes da categoria. Mas não foi suficiente: o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de São Paulo não apoiou o movimento e os jornais continuaram a serem impressos, publicados e vendidos.

Segundo reportagem publicada no jornal da Cooperativa de Jornalistas do Rio Grande do Sul (Coojornal), “com apenas 10% de jornalistas não-grevistas, auxiliados por alguns trazidos às pressas de sucursais, mais o reforço de noticiário enviado pelo telex por jornais do Rio, de Brasília e de Porto Alegre, as empresas conseguiram manter seus veículos em circulação”<sup>232</sup>. Os jornais chegaram a informar sobre a própria greve, num curioso paradoxo. O movimento acabou com 230 demissões (sendo quatro pessoas

---

<sup>231</sup> *Unidade* (jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo), São Paulo, nº 33, junho/julho de 1978, p. 9 apud SILVA, M.A.R. *Op.cit.*, p. 177-178.

<sup>232</sup> *Coojornal*, Porto Alegre, nº 42, junho de 1979. p. 12. Para uma análise e cronologia completa do movimento, ver SILVA, M.A.R.. *Op. cit.*



da direção do sindicato dos jornalistas) e sem nenhum ganho salarial, tendo sido julgado ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho daquele estado. Quem não foi demitido teve os dias parados descontados do salário.

Os gráficos tinham uma percepção clara da importância e do poder que possuíam no processo de produção. Essa força e o domínio do saber técnico eram usados como forma de valorização do grupo não só em relação ao patrão, mas especialmente, em contraponto a outras categorias consideradas mais intelectualizadas. O antagonismo dificultava lutas conjuntas e ajudava a manter a dominação patronal.

No entanto, apesar deste afastamento, jornalistas e gráficos trabalhavam juntos no dia-a-dia. No cotidiano da produção, o contato entre as duas categorias profissionais era estreito, em especial com os gráficos do setor de composição. Na Caldas Júnior, o convívio era motivado pelas próprias limitações do sistema de composição a quente: quando um texto “estourava” (ficava maior que a página depois de composto), tornava-se muitas vezes necessária a intervenção do jornalista para reescrevê-lo ou encurtá-lo.

Além disso, depois de montadas as linhas de texto no quadro da página, era tirada uma prova, que voltava à redação para a revisão. O *Correio do Povo* só passou a ser diagramado<sup>233</sup> em 1980. Antes disso, a distribuição dos textos, fotos e títulos nas páginas era, de certa forma, feita conjuntamente por jornalistas e gráficos. Uma porta servia de ligação entre a oficina de chumbo e a redação da *Folha da Tarde*, no primeiro andar do prédio-sede da Caldas Júnior, no centro de Porto Alegre. No mesmo piso, em frente, ficava a redação do *Correio do Povo*. O trabalho diário era o elo que unia concretamente dois ofícios e dois mundos.

### 3. A reestruturação produtiva e o setor gráfico

Este mundo aparentemente estável, de posições solidamente constituídas, rotinas estabelecidas e saberes valorizados foi varrido pelo advento das tecnologias que marcaram os primórdios da reestruturação produtiva no setor gráfico nos anos 70. Tal mudança não abalaria apenas o pequeno universo da Caldas Júnior – era uma revolução tecnológica mundial que, se naquele momento, atingia mais particularmente os gráficos, logo se faria sentir no mundo do trabalho em geral.

---

<sup>233</sup> A diagramação é a definição de um projeto gráfico para a página de jornal, a partir de elementos como o texto, as fotos, os títulos e outros (legenda, olho, linha de apoio, cartola etc). A diagramação é uma atribuição privativa de jornalistas, e o profissional responsável é o diagramador.

Na área gráfica, a transformação se deu com o advento da fotocomposição e da impressão por *off-set*, capaz de transmutar as oficinas de locais onde imperava o cheiro de chumbo, de tinta e de parafina e o barulho infernal das linotipos em salas assépticas e silenciosas. Usando as palavras de Cockburn, “no espaço de controle em disputa entre padrões e sindicatos, entra em cena um novo princípio organizador: o computador”<sup>234</sup>.

No âmbito da impressão, a fotocomposição se conjuga com a impressão por *off-set*, assim como a linotipia é geralmente associada à impressão tipográfica. Ao contrário desta última, o *off-set* não se baseia no uso de tipos com caracteres em relevo, mas na litografia (técnica de impressão que se fundamenta no princípio da separação química entre água e alguns tipos de tinta)<sup>235</sup>.

As mudanças significavam não só o fim da linotipia, mas a modificação de rotinas e funções de muitos outros gráficos. Os textos passaram a não ser mais transformados pelos operários em linhas de chumbo e montados em quadros de metal dos quais se tirava uma prova com tinta ainda na oficina, antes de seguirem para a impressão. Passaram a ser copiados por digitadores em máquinas semelhantes às de escrever, com teclados completamente diferentes daqueles das linotipos.

Algumas dessas máquinas inclusive hifenizavam e justificavam (tarefas que na linotipia cabiam ao trabalhador), imprimindo tiras de colunas. Essas tiras eram coladas em um diagrama da página, em papel (processo conhecido por *paste-up* e executado pelo pestapista). O diagrama com as tiras coladas era reproduzido por meio de fotografia. Papel e cola no lugar do chumbo e da tinta. Datilógrafos e pestapistas no lugar de linotipistas e montadores.

Na Caldas Júnior, a mudança gráfica foi tardia em relação a outros jornais gaúchos, como a *Zero Hora*, também no Rio Grande do Sul, que adotou o *off-set* e começou a implantar um sistema ainda rudimentar de fotocomposição no início dos

---

<sup>234</sup> COCKBURN, *Op. cit.*, p. 14.

<sup>235</sup> No *off-set*, não são utilizados tipos de metal. Neste método, a imagem e as áreas de não-impressão estão essencialmente em um mesmo plano da matriz, sendo esta feita com uma fina folha de alumínio. A distinção entre uma e outra é obtida quimicamente, por meio de uma emulsão fotossensível. O *off-set* é baseado em um princípio físico que não permite que a água e a tinta (que é oleosa) se misturem. Sobre sistemas de impressão, ver FONSECA, Joaquim da. *Comunicação visual: Glossário*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1990. Uma descrição detalhada de processos de trabalho e tecnologia de composição gráfica pode ser encontrada em MARTÍN, Enunciano. *La composición en artes gráficas – tomo segundo*. Barcelona: Ediciones Don Bosco, 1974. p. 420-424.

anos 70<sup>236</sup>. A direção da Caldas Júnior só passou a planejar a substituição do sistema gráfico no final da década. Breno Caldas relatou, em entrevista realizada em 1987:

Em 1977, eu fui aos Estados Unidos para assistir a uma convenção da ANPA [American Publishers Association – a associação americana de editores de jornais], em Atlantic City, onde iam ser debatidos os avanços em matéria de composição gráfica: eu queria comprar umas máquinas novas para substituir as nossas trinta e oito linotipos. A ANPA anualmente faz uma convenção onde discute aspectos técnicos da feitura de jornais, os novos avanços, e eu queria me atualizar: naquele ano de 1977, o tema era a substituição do serviço de composição por linotipo pelo método eletrônico.<sup>237</sup>

Caldas conta ainda que, na volta da viagem, passou pelo Rio de Janeiro para conversar sobre as novidades com o empresário Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo*: “Ele me contou então que até já tinha comprado algum equipamento para *O Globo*, disse que era segredo ainda, mas me mostrou as salas onde estava instalando os computadores e os novos equipamentos”<sup>238</sup>.

Convencido, Caldas resolveu promover a transformação técnica na Caldas Júnior. Em relação à impressão, conforme Walter Galvani, a empresa optou por um caminho intermediário entre a litografia e o *off-set*, denominado Di-Litho. Em suma, foi mantida a impressão tipográfica, porém associada à fotocomposição, promovendo a aposentadoria da composição a quente.

No início dos 80, foi comprado um “sistema moderníssimo de fotocomposição”, segundo o livro de Galvani, e até um equipamento a laser (que nunca chegou a ser usado pela Caldas Júnior, sendo vendido posteriormente para outro veículo)<sup>239</sup>. Segundo Breno Caldas, a reestruturação gráfica incluía a instalação de 56 terminais e dois computadores<sup>240</sup>.

Em 1982, o novo sistema começou a entrar em operação, funcionando em conjunto com o antigo, que passou a ser paulatinamente desativado<sup>241</sup>. Assim, a

---

<sup>236</sup> Conforme RUDIGER, *Op.cit.* p. 108. Sobre o sistema de composição adotado, o gráfico Antônio Adair Ferreira da Silva, que deixou *Zero Hora* em 1972, lembra que: “Era um sistema que, em vez do linotipista, era um tipo de um digitador, só que eram fitas perfuradas, depois aquela fita passava numa máquina e aí dava a digitação. Não era assim, o computador direto. Tinha um aparelho que ia furando, tipo telégrafo, aquele telex. Era um processo muito antiquado. Em seguida eles mudaram depois.” SILVA, A. A. F. *Op. cit.*

<sup>237</sup> CALDAS, B. *Op.cit.* p. 29-30.

<sup>238</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>239</sup> O sistema Laserite – EOCOM necessitava, para funcionar, de equipamentos químicos especiais a serem importados e com vida útil de três semanas. Foi vendido posteriormente para a *Gazeta Mercantil*. GALVANI, W. *Um século de ...* p. 427. Sobre a compra deste equipamento, qualificada por Breno Caldas como “uma besteira”, ver também CALDAS, B. *Op.cit.* p. 32-33.

<sup>240</sup> CALDAS, B. *Op. cit.* p. 32.

<sup>241</sup> *Idem, ibidem*, p. 428.

migração definitiva para a fotocomposição foi feita aos poucos, completando-se em agosto do ano seguinte.

Em nível mundial, a fotocomposição foi saudada como “a evolução talvez mais espetacular na história das artes gráficas”, capaz de superar a composição a quente pela simplicidade de operação, qualidade e economia, além de reduzir custos (mão-de-obra e matéria-prima – o chumbo). “Sem esquecer a maior facilidade no trabalho, pela ausência absoluta de ruídos nos equipamentos eletrônicos e pela maior limpeza em máquinas e aparatos”<sup>242</sup>, festejava um manual técnico da área, escrito em 1974.

A nova tecnologia foi a grande vedete mundial dos anos 70 no setor gráfico. A passagem dos tipos moldados em metal para o princípio fotográfico de composição gráfica havia começado a ser desenvolvida por volta de 1920 nos Estados Unidos, mas só cinco décadas depois adquiriu viabilidade comercial. E seu efeito foi arrasador.

Tome-se o exemplo do grupo jornalístico Media General de Richmond, Virginia. Em 1971, utilizando o sistema a quente, eles empregavam 185 gráficos qualificados em seu setor de composição, cada um ganhando em torno de US\$ 200 por semana. Em 1975, depois da introdução da composição a frio, o número de trabalhadores havia caído para 140. E não eram mais compositores, e sim um grupo completamente diferente de pessoas, originariamente desqualificadas e agora rapidamente treinadas para o emprego, recebendo em torno de US\$ 125 por semana. O custo do equipamento não era maior do que US\$ 900 mil enquanto que a economia provocada pela mudança alcançou US\$ 800 mil apenas no primeiro ano. Em 1975, chegava a US\$ 1,24 milhões por ano. Os ganhos eram obtidos não só pela redução do número de operários, mas pela transformação da natureza destes trabalhadores: muito mais mulheres e negros. Como afirmou o diretor de produção da Associação Americana de Editores de Jornais (...): “Tecnologia é inútil se não eliminar pessoas”..<sup>243</sup>

Segundo dados citados por Cockburn, entre 1965 e 1978 a União Tipográfica Internacional, que representava compositores, perdeu mais de um terço de seus membros, algo em torno de 34 mil pessoas. A estimativa é de que 80% desta perda se devia ao ingresso da fotocomposição na indústria gráfica.

O processo de substituição do sistema a quente (com chumbo) pelo a frio (fotocomposição e computador) marca o ingresso do setor gráfico na chamada *reestruturação produtiva*, processo que se inicia em meados dos anos 70 e ainda em desenvolvimento nos dias de hoje. Pressupõe “mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho”, “redefinição de papéis dos

---

<sup>242</sup> MARTÍN, E. *Op. cit.* p. 398.

<sup>243</sup> COCKBURN, C. *Op. cit.* p. 65. Um dos pontos da análise da autora é justamente os conflitos de gênero provocados pela nova configuração do ofício gráfico pós-mudança técnica.

Estados nacionais e das instituições financeiras” e, especialmente, para o caso em estudo, “a introdução das novas tecnologias informatizadas”<sup>244</sup>.

Entre as mudanças tecnológicas que marcam a reestruturação produtiva está o desenvolvimento da informática na área da produção e da automação microeletrônica – responsável, entre outros, pela implantação intensiva de robôs na linha de produção do setor automobilístico. Nas transformações organizacionais, o processo compreende alterações na relação entre as empresas, na organização do trabalho e da produção, que visam, em geral, alcançar maior flexibilidade e integração e fomentar o aumento contínuo e permanente da produtividade.

Ao escrever sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, Antunes observa que a classe trabalhadora “praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos”<sup>245</sup>. A introdução de novas tecnologias no âmbito da produção também provocou sérias transformações na vida dos bancários e dos metalúrgicos. Segundo Silva,

Os reflexos da introdução das novas tecnologias nos bancos indicam uma série de transformações no trabalho bancário, com efeitos bastante perversos para a categoria, que vê-se ameaçada pelo desemprego, pela insegurança do emprego, por condições de trabalho que não respeitam a saúde do trabalhador, pelo achatamento salarial, entre outros.<sup>246</sup>

Em relação aos metalúrgicos, os funcionários da indústria automobilística – berço do novo sindicalismo – talvez sejam o símbolo mais cabal do impacto da reestruturação produtiva. Em 1980, por exemplo, este setor empregava 153.939 pessoas

---

<sup>244</sup> CORREA, Maíra Baumgarten. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, Antonio D. e HOLZMANN, Lorena (orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 237.

<sup>245</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez/Ed.Unicamp, 1995. p. 52. Em 2005, representantes dos trabalhadores gráficos aprovaram em um congresso nacional uma proposta no sentido de disciplinar as mudanças tecnológicas, criar programas de formação profissional e reciclagem para os trabalhadores e estabelecer com o governo federal um novo perfil da profissão. Segundo o documento sancionado na ocasião, “cada equipamento novo adquirido pelas empresas ensejam [sic] uma redução de postos de trabalho e as alterações dos processos produtivos, neste sentido muitas vezes estamos diante de uma ameaça de discussão de alteração do enquadramento sindical do setor”. Os sindicalistas gráficos também denunciaram o “processo crescente da multifuncionalidade”: “deixamos de ser um trabalhador com uma função específica como era o caso do tipógrafo, do distribuidor, do montador e copiator de fotolito, que na prática estas atividades foram subdivididas em inúmeras funções (...)”. PROCESSOS de automação. Resolução aprovada no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Gráficos da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos (CONATIG), Praia Grande, 26 e 27 de setembro de 2005. Disponível em: [http://conatigunidadegrafica.org.br/fetigers\\_noticias.htm](http://conatigunidadegrafica.org.br/fetigers_noticias.htm). Acesso em 12/05/06.

<sup>246</sup> SILVA, Shirlei Inês Mendes da. *Reconstruindo a democracia: a experiência dos bancários de Porto Alegre/RS*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 1999. p. 75.

no Brasil. Quinze anos depois, em 1995, restavam 114.900 operários, sendo que a taxa de produtividade havia aumentado de 8,06 para 14,48<sup>247</sup>.

Para Giovanni Alves, a revolução tecnológica que se inicia já a partir dos anos 70 na economia mundial implica alterações profundas nos processos produtivos e integra o quadro da “nova (des)ordem capitalista, caracterizada pela instabilidade e inovação contínua”. Esta transformação, aliada a novas técnicas de gerenciamento produtivo, dá condições para “um novo patamar de acumulação do capital”, decorrente em especial do “debilitamento do poder objetivo da classe operária, com o *desemprego estrutural*”<sup>248</sup>.

Paralelamente ao desemprego, os trabalhadores em sua maioria enfrentaram um processo generalizado de desqualificação. Ao analisar o caso da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP), Telma Bessa Sales observou o aspecto subjetivo das mudanças, afirmando que “nos processos de reestruturação, todo um saber construído” ao longo da vida dos trabalhadores “é redimensionado para responder às exigências de novas máquinas e outros métodos de trabalho”<sup>249</sup>.

Muitos dos movimentos sindicais dos anos 80 foram tentativas de reação a mudanças tecnológicas. Conforme o Dieese, a partir de 1982 já há registro de sindicatos que incluíam cláusulas sobre automação em suas pautas de negociação salarial<sup>250</sup>. Em 1986, um grupo de metalúrgicos paulistas ligado à CUT tentava negociar com os patrões uma cláusula de “controle do processo de automação” que previa garantia de emprego e salário, reciclagem dos trabalhadores atingidos e distribuição dos ganhos relativos à produtividade entre todos os operários da empresa<sup>251</sup>.

Mais do que uma simples transformação tecnológica, a reestruturação produtiva compreende também uma atualização das estratégias de dominação patronal sobre os trabalhadores. Taylorismo e fordismo também o foram, ao decompor as tarefas operárias, cronometrar tempos e movimentos, introduzir nas fábricas máquinas capazes

---

<sup>247</sup> Anfavea, Anuário estatístico, *apud* PIRES, Elson Luciano Silva. Crise econômica, reestruturação produtiva e emprego: transformações nas montadoras da indústria automobilística no Brasil. In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 382.

<sup>248</sup> ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A. de (orgs). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações*. São Paulo/Fortaleza: Cortez/Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 117-119. Grifo do autor.

<sup>249</sup> SALLES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. p. 17.

<sup>250</sup> AS REIVINDICAÇÕES e conquistas nas negociações sobre automação (boletim fevereiro/86). In: *Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de Linha de Produção*. São Paulo: Dieese, 1994. p. 40.

<sup>251</sup> *Idem, ibidem*.

de impor ritmos cada vez mais rápidos. Ao assimilarem parcialmente esta dominação, os trabalhadores construíram suas possibilidades de resistência, baseadas na valorização das competências profissionais, no saber operário, na qualificação e na ética do trabalho – características encontradas em muitas categorias profissionais e também entre os gráficos.

Alavancada pelas inovações tecnológicas, a reestruturação produtiva impôs-se igualmente pela necessidade de uma resposta patronal à possibilidade de organização dos trabalhadores. Neste sentido, é importante entender que a fotocomposição também representava uma diminuição do controle do processo de produção pelos operários e de sua autoridade sobre as técnicas específicas que regiam o trabalho, além de uma redução do risco de paralisação das indústrias por movimentos de trabalhadores.

A partir daí, floresceu um novo modelo produtivo, que implica uma submissão da subjetividade operária ao patronato, através de uma lógica manipuladora, de criação de um consenso aparente, imposto em parte pelo desemprego estrutural. A batalha passou a se travar “no universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação”<sup>252</sup>.

#### 4. As mudanças tecnológicas e a greve

Como abordei anteriormente, a introdução da fotocomposição na Caldas Júnior foi tardia: portanto, enquanto a revolução tecnológica derrubava as barricadas do chumbo em outras empresas, os gráficos do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde* permaneciam entrincheirados nas suas técnicas, costumes e direitos – cada vez mais vistos como privilégios anormais. Quando a direção da empresa tomou finalmente a decisão de incorporar o sistema a frio, esta foi sentida como a crônica de uma morte anunciada. Nas palavras do tipógrafo Nilton Schergl da Silva: “O modernismo estava chegando. Já se via o *off-set*, tal e coisa...”<sup>253</sup>

Em seu depoimento a esta pesquisa, Galvani, integrante do segundo escalão da Caldas Júnior na época, deixou bem clara a perda do controle dos gráficos sobre o seu

---

<sup>252</sup> ANTUNES, R. *Adeus ao...* p. 35. Sobre a relação entre reestruturação produtiva, informatização, novas técnicas organizacionais e subjetividade, ver também ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000; ROJAS, Fernando e PALACIO, Germán. Tecnología de la información: una nueva estrategia capitalista de subordinación de los trabajadores. *Cuadernos de Economía*. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, nº 11, p. 17-73, 1987; e NEFFA, Julio César. Crisis y emergencia de nuevos modelos productivos. In: LA GARZA, Enrique. *Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI*. Buenos Aires: Clacso, 1999, p. 69-115.

<sup>253</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

processo de trabalho provocada pela implantação da fotocomposição na empresa, bem como a desqualificação do saber operário:

Não chegava a ser uma desativação da oficina, mas havia uma passagem progressiva para este sistema e com isto, claro, uma mudança no perfil dos profissionais voltados para o trabalho gráfico. No tempo do chumbo total, os operários da oficina mandavam e desmandavam. Porque eles é que sabiam. Para tu teres uma idéia (eu acho que eu conto por aí em um desses livros) não era feita diagramação nos jornais da Caldas Júnior. (...)

**Pergunta – Como assim eles mandavam e desmandavam?**

Eles tinham uma certa autoridade. Chegavam e te diziam, isto dá, isto não dá. Eles não tinham a decisão política sobre como iam montar a página, mas evidentemente que, numa hora dessas...<sup>254</sup>

A implantação das novas tecnologias é narrada pelos operários como um processo lento, que demorou três anos e, para Antônio Adair Ferreira da Silva, pareceu estar sendo feito “a contragosto” pela empresa<sup>255</sup>. O linotipista João Alberto Vargas recorda que “eles ficaram um tempo, dois, três anos, ajeitando tudo”<sup>256</sup>.

Os trabalhadores entrevistados são unânimes em lembrar que muitos linotipistas e tipógrafos mais antigos foram aposentados. Outros foram demitidos. Alguns conseguiram passar para os setores do novo sistema, aprendendo novas técnicas e habituando-se a ambientes claros e silenciosos, distantes da rotina barulhenta e escura da oficina de chumbo. Nilton Schergl da Silva, por exemplo, virou pestapista. Seu colega Vargas tentou passar de linotipista a digitador, mas desistiu:

No tempo que eu era linotipista, eu via as pessoas com dificuldade na linotipo... E para mim, era tão fácil. Se vendassem os meus olhos, eu trabalhava normalmente. Então eu via alguns colegas com dificuldade de trabalhar, tinham de ficar lendo o que estavam fazendo. E não desenvolveram, não conseguiram desenvolver aquilo como eu. Graças a Deus, eu consegui desenvolver bem a linotipo. Então quando eu trabalhei

---

<sup>254</sup> GALVANI, W. *Depoimento...* Nascido em 1934, em Canoas, Walter Galvani fez curso de Artes Gráficas e, mais tarde, iniciou sua carreira jornalística, no jornal *Expressão*, em setembro de 1954. Em fevereiro de 1955 passou a trabalhar na redação do *Correio do Povo*, transferindo-se em 1958 para a redação da *Folha da Tarde*. Foi repórter, redator, subchefe de reportagem, chefe de reportagem, subsecretário e secretário de redação, e finalmente diretor de redação, nesse caso, no jornal *Folha da Tarde*, de 1981 a 1984. Escritor, com uma dezena de livros publicados nas áreas de reportagem, pesquisa histórica e ficção (sendo dois sobre a trajetória da Caldas Júnior), foi patrono da Feira do Livro nas cidades de Canoas (1994), Guaíba (2000) e de Porto Alegre, em 2003, na 49ª. Feira do Livro da capital gaúcha. Na época da entrevista, novembro de 2006, Galvani trabalhava na pró-reitoria de extensão da PUCRS (onde concedeu o depoimento) e era professor universitário na Unisinos. Mais informações no site do autor, disponível em <http://www.waltergalvani.com.br>. Acesso em 30/02/07.

<sup>255</sup> SILVA, A. *Op. cit.*

<sup>256</sup> Nascido em Júlio de Castilhos, João Alberto Vargas aprendeu a ser linotipista na Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre. Em seguida, foi trabalhar na gráfica do jornal *Diário de Notícias*. Começou na Caldas Júnior em 1972. Um pouco antes, havia sido plantonista de fim de semana na Caldas Júnior, enquanto ainda atuava no *Diário de Notícias*. Entrou na gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1982. Paralelamente, permaneceu na Caldas Júnior até meados de 1983. Foi demitido quando houve a mudança técnica que acabou com a linotipia. Com 56 anos, foi entrevistado em maio de 2006, na Gráfica da UFRGS, em conjunto com o colega Nilton Schergl da Silva.



alguns meses na digitação... Fui lá peitudo, para ganhar uns trocados. Aí que eu vi. Eu não consegui desenvolver aquilo.

**Pergunta - É outro teclado?**

É outro teclado, bem diferente. Se fosse a linotipo era barbada. Mas ali, com aquele teclado de máquina de escrever. Aí eu entendi a dificuldade dos meus colegas.<sup>257</sup>

Enquanto o teclado das máquinas de escrever tem 44 letras, o das linotipos têm pelo menos 90. A posição das letras do alfabeto é diferente e as teclas são mais largas e espaçadas. Cockburn encontrou a mesma dificuldade com o teclado entre os linotipistas londrinos que entrevistou. Segundo ela, na transformação de linotipistas em digitadores, a capacidade manual do antigo ofício, valorizada em termos de rapidez e correção e experimentada como algo muito prazeroso, precisava ser desaprendida. Tornava-se um obstáculo. É como engasgar-se e empacar continuamente no aprendizado de uma língua estrangeira, compara, “sabendo que você nunca mais precisará ou será capaz de usar o seu idioma nativo”<sup>258</sup>.

Mesmo quando a adaptação foi bem sucedida, como no caso de Nilton Schergl da Silva (sua função no sistema a quente não pressupunha o manejo de uma máquina, mas a montagem das linhas de texto no diagrama da página, processo mais facilmente adaptável), o novo ofício é visto como muito inferior ao antigo:

Porque, no chumbo, só trabalhavam homens. Não tinha mulher. E já no pestapista, tinha mais mulher do que homem. E o serviço, era um serviço simples. Era pegar, ali na mesa e colar papelzinho. Montagem. Era só isso que fazia. Até mulher fazia. E faziam bem.<sup>259</sup>

Nessa fala, fica claro o componente identitário de gênero que sofre uma transfiguração total pela mudança técnica. Antes uma categoria com predominância quase absoluta de homens, os gráficos passam a conviver cada vez mais com mulheres e a dividir com elas o espaço e a autoridade do trabalho. Passar a fazer uma função *tão simples* que “até mulher fazia” não pode deixar de ser sentido, por esses trabalhadores, como uma desvalorização.<sup>260</sup>

Nas narrativas dos gráficos, a mudança técnica ocorrida com a introdução da fotocomposição aparece como uma ruptura capaz de gerar impasses pessoais e sociais. O sentimento de desqualificação, também relacionado a conflitos de gênero, e a percepção do desemprego e do risco de exclusão social tornam-se chaves para significar

---

<sup>257</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

<sup>258</sup> COCKBURN, C. *Op. cit.* p. 96-97.

<sup>259</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

<sup>260</sup> Sobre a questão de gênero envolvida na adoção da fotocomposição na indústria gráfica, ver COCKBURN, C. *Op. cit.*

não só o passado, mas o universo atual destes trabalhadores. Assim, as falas sobre os tempos vividos quase sempre têm como contraponto um comentário desabonador sobre o presente. A idealização do que já se foi ressurge na memória como constituinte da insatisfação com os tempos atuais.

Em relação ao tempo focado na presente dissertação, o que pode ser apreendido a partir destes depoimentos é a imagem de um período de muita indefinição, não só em termos concretos, com a questão da sobrevivência imediata dos operários, ameaçados pelo desemprego, como em relação aos marcos identitários. De “coração” da empresa, o gráfico passa a trabalhador desqualificado, oscilando entre seu próprio ofício e o de outra categoria.

Conforme o jornalista Rubens Weyne<sup>261</sup>, então diagramador do *Correio do Povo* e membro da direção do sindicato dos jornalistas, a transformação tecnológica trouxe consigo uma disputa sobre se os digitadores seriam considerados gráficos ou funcionários administrativos. Nos termos da mobilização para a greve, a definição desta filiação era extremamente importante, já que o Sindicato dos Empregados da Administração de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas era dirigido pelo então chefe do Departamento de Circulação da Caldas Júnior, Cláudio Gajko. Era a entidade “mais pelega que tinha”, conforme Weyne.

No período pré-greve, Gajko teria boicotado as mobilizações dos funcionários que reivindicavam a regularização do pagamento dos salários atrasados, além de ter ameaçado de demissão os empregados, conforme boletim do sindicato dos jornalistas. “A seguir, obrigou dezenas de funcionários a assinar um abaixo-assinado desautorizando as propostas aprovadas em diversas assembleias gerais, das quais participou”. O boletim denuncia a demissão de três trabalhadores – da portaria, do departamento comercial e da composição – por envolvimento nas mobilizações<sup>262</sup>.

---

<sup>261</sup> Rubens Constatino Volpe Weyne começou a trabalhar na Caldas Júnior em 1979 como estagiário da *Folha da Tarde*, quando ainda era estudante da Faculdade de Comunicação da PUCRS. Logo em seguida foi contratado como profissional (diagramador). Em 1980, passou para o *Correio do Povo*. Integrou a diretoria eleita em 1983 do sindicato dos jornalistas. Em 1985, integrou a equipe que deu origem ao *Diário do Sul*. Paralelamente, começou a dar aulas na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS. Demitido pouco depois do *Diário do Sul*, opta por dedicar-se exclusivamente à carreira docente. Foi presidente da Associação dos Docentes da UFRGS entre 2000 e 2002. A entrevista ocorreu na sala dos professores da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. WEYNE, Rubens Constatino Volpe. Depoimento [27 de março de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: 2 horas).

<sup>262</sup> CLAUDIO Gajko é pelego, *Boletim Caldas Júnior Urgente 2*, Porto Alegre, s/d. Grifo no original. ASJPRGS.

A mudança tecnológica também trazia para os trabalhadores problemas referentes à sobrevivência imediata e é importante ressaltar que o processo não foi acompanhado pelo sindicato da categoria – fato admitido pelo próprio presidente da entidade à época, Euclides Bento da Cruz. A percepção que um trabalhador comum como Vargas, que nunca exerceu nenhum cargo sindical, tem da entidade é sintomática do distanciamento entre ela e seus representados:

Sindicato, a única coisa que a gente queria saber, algum problema. Até algum direito, a gente queria saber, ia lá, levava a carteira para o Euclides [Cruz], o [Hélio Pereira] Ribas. A gente ia lá, perguntava, eles passavam aquela conversa na gente. O sindicato tinha os advogados, isso era bom também, que a porcentagem parece era 10%, os advogados do sindicato cobravam. E então era fácil a gente colocar na Justiça, a gente reivindicar alguma coisa.

**Pergunta: Mas ali no chão de fábrica, era vocês por vocês?**

Sim.<sup>263</sup>

Na questão da transformação técnica, a omissão do órgão de representação de classe contrasta com a atitude dos sindicatos gráficos londrinos, citados por Cockburn. Lá, a ruptura foi negociada em termos de garantia de manutenção de empregos e de treinamento dos antigos funcionários. Em Londres, “quem quisesse permanecer, teria um emprego, de qualquer tipo”<sup>264</sup>. Na Caldas Júnior, o desemprego era a principal perspectiva.

A certa altura, a mudança era inevitável e, contra ela, a busca de alternativas parece ter sido puramente individual (por exemplo: aprendizagem do novo ofício com permanência na Caldas Júnior ou, saída da empresa e busca de outro emprego em gráficas que ainda mantinham o velho sistema). As vagas para gráficos já começavam a escassear no mercado. No caso dos linotipistas, a progressiva extinção ainda tinha um agravante: cada vez mais partes dos jornais (cadernos, editorias) passaram a serem feitas com fotocomposição, diminuindo a quantidade de trabalho e conseqüentemente a remuneração destes profissionais. Como recorda Antônio Adair:

Bom, aí foi indo, manda um embora, manda outro, diminui a carga horária, em resumo: chegou uma época que, porque diminuiu a nossa parte no jornal, nós fazíamos uma jornada de cinco, seis horas. E o grande problema que ocorreu para nós é o seguinte: todos recebiam por produção. Com exceção de uns bem antigos (tinha gente trabalhando lá desde 1940, entraram guris e saíram já com 60, 70 anos). Os mais antigos tinham, vamos botar em valores de hoje, R\$ 50 por dia e mais o que ele produzisse.<sup>265</sup>

---

<sup>263</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.* Hélio Pereira Ribas foi presidente da entidade por três gestões (1965-1967, 1967-1969, 1969-1972), todas elas tendo como 1º secretário Euclides Bento da Cruz.

<sup>264</sup> COCKBURN, C. *Op. cit.* p. 94.

<sup>265</sup> SILVA, A. A. *Op. cit.*

Segundo Adair, o setor de impressão também sofreu com o corte de funcionários. Além disso, o final da implantação do novo sistema, em 1983, coincidiu com o início dos atrasos salariais na Caldas Júnior.

Os gráficos, portanto, viviam um momento muito difícil: ameaçados de demissão, tendo seu *status* rebaixado e sofrendo atrasos salariais. No caso dos linotipistas, a elite da categoria, ainda sobrepunha-se a diminuição de trabalho e a conseqüente redução salarial. A pergunta é: de que modo estas contingências afetaram a construção do movimento grevista?

Quando comecei esta pesquisa, a constatação da realização das assembléias na oficina de chumbo me parecia um claro índice do envolvimento dos gráficos na construção da mobilização dentro da Caldas Júnior, possivelmente conseqüência direta do processo de transformação tecnológica. Esperava eu encontrar, talvez, algum paralelo com o movimento luddista inglês<sup>266</sup>, ou, mais modestamente, um forte indicativo da capacidade de revolta de que esta categoria, tão associada a uma militância intensa no passado, seria capaz.

Nos limites da presente pesquisa, não foi isto que encontrei.

Ao contrário da mudança tecnológica, percebida como uma grande e inexorável perda, a greve da Caldas Júnior não deixou marcas mais perceptíveis na memória dos gráficos. Não há registros do movimento no sindicato da categoria e a maioria dos trabalhadores, quando inquiridos, minimizam sua importância: “Uma grevizinha”, diz Nilton Schergl da Silva, na época em que estava “tudo parando [no velho sistema] mesmo”<sup>267</sup>.

Além disso, não estava no horizonte dos grevistas atrasar, alterar ou mediar a implantação das novas tecnologias na empresa. Esta questão esteve sempre ao largo de todas as reivindicações – que eram basicamente, como já ressaltai, o pagamento dos salários atrasados e o encaminhamento de uma solução administrativa para a empresa. Quando a greve foi deflagrada, em dezembro de 1983, a implantação da fotocomposição e do novo sistema de impressão já estavam completos.

Um dos poucos que permaneciam trabalhando na oficina de chumbo era Antônio Adair, que conta ter sido o último linotipista do setor – afinal, por ser tesoureiro do

---

<sup>266</sup> Sobre o luddismo, ver THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, especialmente o capítulo 2 (um exército de justiceiros) do volume III, e HOBBSAWM, Eric. Os destruidores de máquinas. In: \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 17-35.

<sup>267</sup> SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

sindicato, não podia ser demitido. Adair também participou ativamente das reuniões com a direção da empresa, tendo inclusive ido até Brasília para um encontro dos grevistas com o então chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu, na tentativa de encontrar uma solução que afastasse o risco de falência da Caldas Júnior. Era o único gráfico presente. Considerava-se “um contato entre as oficinas e parte da redação”<sup>268</sup>.

Sobre a adesão de sua categoria à greve, diz: “Houve uma boa adesão. Aquele tipo de adesão, eu chamo de adesão omissa. Quer dizer: eu prefiro ficar em casa, deixa a coisa rolar”<sup>269</sup>. Ao abordar o envolvimento do presidente do sindicato, Cruz, Adair procurou ser discreto, mas admitiu que o amigo “não era muito chegado a este tipo de movimento”. Em sua entrevista, o próprio Cruz manifestou muito desagrado ao lembrar-se da paralisação: “Eu sempre fui muito cuidadoso, jamais eu gostei de precipitação”<sup>270</sup> e reafirmou muitas vezes que Adair saberia dar todas as informações sobre a mobilização.

Mas ao falar sobre a participação do sindicato, Adair dá a chave para entender o papel de sua categoria na greve:

(...) os gráficos colaboraram em termos de material, de papel, que se conseguiu junto às gráficas, impressão a preço meio simbólico. Na realidade, quem tomou a frente do movimento foram os jornalistas. Tu sabes que nada quer dizer que, esta questão de ser mais importante, menos importante, mas a greve, *o ponto-chave da greve era os gráficos*. Porque jornalistas, eles não precisavam, eles pegam lá uma pessoa... Ou fazem aquilo, como chama, copidesque, começa a recortar aqui, colar ali, é uma cópia, né? Já para trabalhar, é complicado. Para entregar também... Bom, não tem um carro, aluga um táxi, manda levar o jornal lá<sup>271</sup>.

Como recorda Adair, a adesão dos gráficos tinha uma importância estratégica para o sucesso do movimento. A greve de 1979 em São Paulo já mostrara que não havia como parar qualquer jornal sem o apoio dos gráficos. Pragmáticos, os articuladores do movimento na Caldas Júnior, em sua maioria jornalistas, procuraram conquistar o apoio dos gráficos, com o auxílio de alguns deles. A importância de Adair aí parece ser central: linotipista, com uma certa ascendência sobre a categoria e bem-relacionado com os jornalistas, ele conseguiu, a partir de seu relacionamento pessoal com Euclides Cruz, garantir o aval formal do sindicato dos gráficos e do líder sindical reticente em relação a greves.

---

<sup>268</sup> SILVA, A. A. *Op. cit.*

<sup>269</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>270</sup> CRUZ, E. *Op.cit.*

<sup>271</sup> SILVA, A. *Op.cit.* Grifo meu.

Este aval também brotou das crescentes articulações durante o processo cotidiano de trabalho, facilitadas pela proximidade entre redações e a oficina de chumbo. Segundo o jornalista Marcelo Villas-Boas dos Santos, então chefe de reportagem da *Folha* e secretário-geral de seu sindicato,

A gente não tinha contato visual. E poucos, com exceção daqueles que conviviam no baixamento do jornal, conheciam os caminhos da oficina. Eram alguns labirintos que a gente tinha de percorrer. Mas estes caminhos a gente aprendeu rapidamente. Tanto que a assembléia que decretou a greve foi feita na oficina do chumbo, como a gente chamava.<sup>272</sup>

A assembléia que deflagrou a greve era a 10ª ocorrida na velha oficina, numa ocupação negociada com a direção da empresa<sup>273</sup>. Quando o movimento tornou-se uma certeza, a composição a quente já estava nos estertores e o amplo salão de máquinas não abrigava mais o burburinho e a quantidade de gráficos de anos atrás. Mas era território dos gráficos – e de certo modo, o território sagrado do mais emblemático destes operários, o linotipista. Se a escolha do local pode ser explicada objetivamente pela disponibilidade do salão vazio, é evidente que os gráficos se sentiriam muito mais à vontade ali no que dentro da redação, a jurisdição dos jornalistas.

Perguntado por que as assembléias eram feitas na oficina, o jornalista Rubens Weyne respondeu:

Para tentar parar o jornal. Porque, como eu te disse: o sindicato dos gráficos estava titubeante. Era uma oficina que estava sendo fechada e estava sendo desmontada. O local que nós fizemos – hoje eu nem sei o que é que é – era onde tinham as linotipos. Era onde o pessoal montava o jornal. Quando eu voltei, o pessoal que passou a montar o jornal, a fazer o *paste-up* ficava em outra sala, em outro local. Numa parte nova, que tem até hoje, embaixo,

---

<sup>272</sup> VILLAS-BOAS DOS SANTOS, Marcelo. Depoimento [21 de junho de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora). Nascido em 7 de maio de 1958, em Porto Alegre, Marcelo Villas-Boas dos Santos estudou Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), formando-se em 1980. Trabalhou em vários veículos jornalísticos (*Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Zero Hora*, e nas sucursais gaúchas da *Gazeta Mercantil* e de *O Globo*). Na época da greve, era pauteiro da *Folha da Tarde* e secretário-geral do sindicato dos jornalistas, sendo um dos principais articuladores do movimento. Desde 1982, trabalha também na assessoria de imprensa da Assembléia Legislativa. Ligado atualmente ao PTB, foi superintendente de comunicação social da Assembléia em 2004-2005. Na época da entrevista (junho de 2006), atuava como jornalista na coordenação do PTB na Assembléia.

<sup>273</sup> Conforme pesquisa de Vítor de Brites, a realização das assembléias na oficina de chumbo foi negociada com a direção da empresa. Em setembro de 1983, depois que os funcionários lançaram uma carta aberta à população denunciando o atraso de salários, a direção proibiu a realização de novas assembléias no local. Os trabalhadores então transferiram a reunião para a frente do prédio da Caldas Júnior, no meio da rua. Diante disso, a direção recuou e novamente autorizou o uso da oficina de chumbo para assembléias. BRITES, V. *Op. cit.* p. 11. O jornalista João Souza confirmou, em depoimento concedido a mim, que a realização das assembléias na oficina foi negociada, “até porque a empresa sentiu que ou a gente fazia ali ou atravessava a rua e fazia no [sindicato dos bancários, no edifício] Cacique. Eu não sei se em algum momento não deve ter passado pela cabeça de algumas pessoas da empresa, do próprio dono, de assessores, que no recinto da empresa a adesão não fosse ser tão maciça. Podem ter pensado isto, não sei”. SOUZA, J.B. *Op.cit.*

numa garagem. Naquele prédio novo, que é anexo ao prédio antigo. Pessoal compunha no segundo andar daquele prédio novo. Então, esta oficina, que a gente fez as assembléias estava sendo desmontada. Tava fechando, tava acabando. Aí a gente fazia para tentar parar os gráficos. Porque era o único local que o pessoal não tinha, não fazia como na redação. Na redação, a gente fazia processos de paralisações. Ia crescendo. A oficina não parava. A forma da gente fazer com que a oficina parasse era fazer assembléias na oficina.<sup>274</sup>

A adesão dos gráficos propiciou a conquista dos grevistas de impedir a rodagem da *Folha da Tarde* no primeiro dia do movimento. Mas tanto a adesão numerosa dos gráficos quanto a suspensão da produção do jornal não se repetiu nos outros dias. Em parte por que os trabalhadores foram voltando, temendo serem demitidos, em parte porque a implantação dos novos sistemas tecnológicos diminuía a fragilidade da Caldas Júnior diante dos outrora poderosos operários. A desespecialização favoreceu os patrões. Afinal, a questão não era mais substituir linotipistas especializados, mas simples digitadores.

Não é possível desprezar também a influência das relações paternalistas sobre os empregados, e impedindo uma maior adesão à greve. Se a busca de alternativas diante da crise parecia ser puramente pessoal, sem uma efetiva mediação do sindicato ou de qualquer outra organização autônoma dos trabalhadores, haveria segurança em arriscar uma saída coletiva? A greve poderia garantir um emprego já ameaçado anteriormente pela mudança técnica? Alguns responderam negativamente, como o tipógrafo Solis, que a esta altura já havia passado a arte-finalista, no sistema a frio:

Eu pensava assim: “Eu lá fora, não vou ganhar nada. Então prefiro ficar trabalhando aqui que eu ainda ganho um ou dois pila. Lá fora não vou ganhar nada.” Tanto é que de 10, ficaram 9. Saiu um só. Eu consegui alguma coisa. Tem pessoal lá dentro que ficava até mais valorizado, ganhava. Chegava “Ó, eu preciso pagar isto”. E eles: “Quanto é que tu queres?” “Preciso de tanto.” Aí te davam. Mas tu tinhas de ter um pé-de-orelha de conversa. Senão, eles pagavam assim: davam 20 pila para ratear por tudo mundo. Lógico, te levavam em casa, te davam lanche. Quem me sustentava na época era meu pai. Eu não tinha nem cara para pedir para ele. Eu ficava tão envergonhado. Minha mãe, não: “Deixa que eu peço para ele”. Foi um tempo duro. Duro.

**Pergunta: O senhor se lembra se teve algumas assembléias lá, o senhor chegou a ir?**

Assembléia quem fazia era só os grevistas. E para entrar, na entrada do jornal, já faziam piquete ali. Me chamavam de tudo, mas tudo bem. Por isso, eu digo para ti, hoje em dia, analisar quem fez, quem faz, quem não faz greve, é difícil a coisa.<sup>275</sup>

Escolhi concluir este capítulo com a fala de um não-grevista para ressaltar o quanto o movimento coletivo aqui examinado envolvia riscos pessoais, que foram

---

<sup>274</sup> WEYNE, R.C. *Op. cit.*

<sup>275</sup> FRAGA, J. e SILVA, S. *Op. cit.*

ponderados pelos trabalhadores na hora de se posicionar. Tal reflexão levou em conta também a instabilidade da posição dos gráficos naquele momento, consequência direta da transformação técnica. Esta instabilidade acentuou, para alguns, o aspecto pessoal destas escolhas, em detrimento do posicionamento coletivo.

Um dos fatores que levou a isto pode ter sido a falta de uma mediação sindical e organizada da mudança tecnológica, ao contrário do que houve, por exemplo, nos jornais londrinos, estudados por Cockburn. Portanto, pode-se falar aqui num processo de desconstrução de classe, atingida em seu saber, em seu valor subjetivo, em seu mercado de trabalho, em sua própria identidade de ofício.

As evidências também indicam que o enfraquecimento do orgulho gráfico, provocado pela transformação tecnológica, contribuiu, paradoxalmente, para sua união com os jornalistas, tradicionalmente vistos como oponentes. Tal união circunstancial não foi capaz, porém, de garantir um elo duradouro e massivo entre os trabalhadores e de parar, efetivamente, a produção dos jornais – a esta altura também mais protegidos da “ameaça” operária pela efetiva implantação da fotocomposição. Os gráficos consentiram entrar “na carona” do movimento, valorizados pelo reconhecimento de sua importância estratégica na empresa; sua participação na greve foi, no entanto, como o próprio líder de classe admitiu, “uma adesão omissa”.

Por outro lado, não há como negar que o não-pagamento dos salários reforçou a idéia de um movimento justo e ético, acirrando os ânimos dos trabalhadores e fermentando protestos e manifestações. Esta quebra na pretensa harmonia da esfera da produção é o assunto do próximo capítulo.



## Capítulo III

### Da dominação à resistência: a construção da solidariedade

*Bom dia doutor Breno  
Como vão seus cavalos,  
Vacas e leões-de-chácara?  
Estão bem?  
E os seus funcionários?  
Pagaram a luz?  
A água?  
O aluguel?  
Compraram o leite para seus filhos?  
O rancho?  
Não sabe?  
Pois lhe respondo:  
Não fizeram nada disso.  
Sabes por quê?  
Porque és um irresponsável  
Porque és um incompetente  
Porque és um mau pagador  
Porque és intransigente  
Porque és egoísta  
Porque és caloteiro  
Porque és prepotente  
Porque és insensível  
Porque és costa-larga  
Porque és patrão  
Porque és explorador  
Porque és tanta coisa...  
Que faltará papel  
Para alinhá-las todas.  
Mas saiba de uma coisa,  
Seu surdo, insano e inútil.  
Tudo isto vai acabar,  
Cedo ou tarde,  
Mas vai acabar.*

**Poesia de autor desconhecido, datilografada em papel ofício rubricada e datada de 3 de janeiro de 1984, sob o título “Bom dia doutor Breno” (ASJPRGS).**

A mudança técnica no setor gráfico, inserida no processo de reestruturação produtiva global emergente no início dos anos 80, influenciou a eclosão do movimento grevista na Caldas Júnior ao promover brechas nas fronteiras entre categorias profissionais que haviam construído suas identidades a partir de um mútuo antagonismo. O enfraquecimento desta identidade de ofício por parte dos gráficos, alavancada pela mudança profunda no processo de trabalho que implicava a desvalorização do fazer e do saber operários, favoreceu a união com trabalhadores vistos tradicionalmente como adversários num momento de crise econômica.

Em alguns casos, tal aliança esbarrou na submissão de parcelas dos trabalhadores à dominação personalizada na figura de Breno Caldas. Em outros, porém, a ruptura com este sistema de dominação produziu-se de forma intensa, configurando-se muitas vezes numa explosão violenta de xingamentos pessoais, como na poesia de autor desconhecido – provavelmente um grevista – reproduzida na página anterior. Vale notar que o vetor através do qual se exprime a revolta do trabalhador é o uso paródico e irônico de um dos atributos de autoridade de Caldas: o onipresente título de “doutor”.

O objetivo deste capítulo é examinar mais de perto a fratura nas relações de dominação, motivada de imediato pela reação aos atrasos salariais, tentando compreender a crescente mobilização dos trabalhadores neste cenário específico. Para isto, vou analisar, em primeiro lugar, a vivência das relações de trabalho – em especial na redação, onde atuavam os jornalistas, que tiveram papel central na greve – partindo em seguida para o exame da conformação dos protestos.

## 1. A vivência das relações de trabalho

O fator principal para a permanência de um modelo de dominação paternalista na Caldas Júnior até o início dos anos 80, a despeito do caráter e da personalidade do empresário Breno Caldas, é o sucesso no controle dos funcionários, necessário à exploração crescente da força de trabalho. Um indício dessa eficácia são as dificuldades apontadas pelos sindicalistas para mobilizarem os trabalhadores dentro da Caldas Júnior, apesar da política relativamente liberal da empresa em relação à sindicalização<sup>276</sup>.

Não encontrei evidências de que a Caldas Júnior oferecesse a seus funcionários um programa institucionalizado de serviços sociais, habitação ou escola, por exemplo, ao contrário de outras empresas gaúchas como a Renner e a Varig, onde esses benefícios eram um dos alicerces da política paternalista<sup>277</sup>. A empresa tinha apenas uma associação beneficente, lembrada por conceder empréstimos. Além disso, sua

---

<sup>276</sup> Para formular esta idéia, tomo em consideração depoimentos de vários trabalhadores da Caldas, como o já citado do gráfico Antônio Adair Ferreira da Silva: “Porque a Caldas Júnior tinha uma coisa: se tu entravas na empresa, hoje ou amanhã já tinha um conversando contigo para tu te associar no sindicato. E a empresa nunca colocou sequer um óbice neste sentido de aglutinar o pessoal. Nisto aí não.” SILVA, A. A. F. da. *Op cit.* Outro exemplo é o relato de João Borges de Souza, mais adiante. Conforme GALVANI, W. *Um século de ...* p. 451, a greve de 1983-1984 foi a primeira na empresa.

<sup>277</sup> Ver FORTES, A. *Nós do Quarto...*, especialmente o capítulo 5.

política social baseava-se principalmente na concessão de vantagens pontuais (como folgas, viagens)<sup>278</sup>.

Um dos pontos destacados pelos empregados era a questão salarial. A empresa costumava adiantar sistematicamente metade da folha 15 dias antes do pagamento mensal, o que, na prática gerava vencimentos quinzenais<sup>279</sup>. Os dissídios, conforme já assinalado, eram acordados geralmente em índices superiores<sup>280</sup> aos oferecidos por outras empresas do ramo. E, em especial, um emprego no *Correio do Povo* ou na *Folha da Tarde* transmitia a seu “detentor” uma sensação de estabilidade e segurança dada pela situação estável da empresa (até os anos 80) e por sua projeção social. Fora a certeza do cumprimento de cláusulas da legislação trabalhista como horas-extras e adicional de insalubridade, fato incomum no ramo jornalístico gaúcho<sup>281</sup>.

João Borges de Souza, ex-presidente do sindicato dos jornalistas (1974-1976) e editor de política da *Folha da Tarde* nos anos 80, abordou a fama da Caldas Júnior de “boa empregadora” junto à categoria:

---

<sup>278</sup> Segundo Galvani, “não poucos tinham as suas dívidas com a Casa perdoadas num gesto de magnanimidade do final do ano”. GALVANI, W. *Um século...* p. 404.

<sup>279</sup> Conforme texto publicado em jornal editado pelos grevistas, a empresa pagava os salários em duas parcelas, uma no dia 15 e outra no dia 30 de cada mês, passando posteriormente aos dias 10 e 25. DO COMEÇO ao fim, só promessas. *Denúncia*, Porto Alegre, nº 28, edição extra especial, dezembro de 1983, p. 2 (ASJPRGS).

<sup>280</sup> Uma análise dos processos de dissídio coletivo dos jornalistas gaúchos nos períodos de 1962-1963 e de 1965-1979 aponta, como principais reivindicações da categoria: reajuste salarial, concessão de abono por tempo de serviço, quinquênio, diárias para viagens, salário profissional, jornada de trabalho, férias de 30 dias, estabilidade provisória para delegado sindical e para gestante. No dissídio de 1966, há um indicativo que comprova o relato dos depoentes gráficos – já apresentado no capítulo 2 – sobre a diferenciação da política salarial da Caldas Júnior em relação a outras empresas e também aos jornalistas. Naquele ano, diante da reivindicação dos trabalhadores de um aumento salarial de 120%, a Caldas Júnior concedeu 67%, índice significativamente superior ao do *Jornal do Comércio*, 37%, e ao do *Jornal do Dia* e da *Revista do Globo*, 32,5%. Os dissídios de 1973 e de 1974 pedem equiparação dos salários dos jornalistas gaúchos que prestam serviços em jornais diferentes, o que comprova a desigualdade salarial do setor. PETERSEN, A. T. T. e CADÓ, E. M. P. et al. *Op. cit.* Apêndice – Análise descritiva dos processos de dissídio coletivo. p. 20-28.

<sup>281</sup> Conforme o gráfico Antônio Adair Ferreira da Silva, a Caldas Júnior pagava o adicional de insalubridade sobre toda a remuneração, e não sobre o mínimo, como previa a legislação. Os gráficos recebiam adicionais de insalubridade porque trabalhavam com chumbo. SILVA, A. A. F. da. *Op. cit.* Entre os jornalistas, a regulamentação profissional obtida por decreto em 1969 estabelece uma jornada de cinco horas diárias, além das quais devem ser contabilizadas como horas-extras. O pagamento (e não o reajuste) das horas-extras consta das reivindicações da categoria nos dissídios de 1973, 1974 e 1978, conforme levantamento citado na nota anterior. No dissídio de 1976, é reivindicado o cumprimento de uma jornada de trabalho de cinco horas, que já integrava a regulamentação profissional legal. PETERSEN, A. T. T. e CADÓ, E. M. P. et al. *Op. cit.* Outro indício de descumprimento sistemático de direitos trabalhistas por parte das empresas gaúchas é o programa de ação da chapa que assume a diretoria do sindicato dos jornalistas em 1977, o qual prevê “a jornada legal de cinco horas diárias, o pagamento das horas extras”. CHAPA ÚNICA, mas agressiva. *Coojornal*, Porto Alegre, Ano II, nº 14, março de 1977. p. 12 (BFabico). Os processos judiciais de trabalhadores da Caldas Júnior, comprovam, pelo contrário, o pagamento de horas-extras por parte da empresa (ATRT4).

A Caldas Júnior era considerada exemplar em termos de salário, tanto porque pagava melhor, até os anos 60, 70, por aí. O sonho de qualquer jornalista era ir para a Caldas Júnior, porque o salário era 30%, 40%, 50% maior. Sempre pagava absolutamente em dia. Até se antecipava. Se o feriado ou um domingo ia cair no dia 30, podia contar que no dia 27, 28, 29 estava com dinheiro no bolso. (...) A empresa pagava sempre em dia e pagava os melhores salários. Para ter uma idéia de quanto a empresa era distante de campanhas reivindicatórias, na minha gestão [no sindicato] nós tivemos uma assembléia em que algumas pessoas pretendiam até que não se instaurasse dissídio. Que se deixasse para uma negociação com o doutor Breno. Até uma simples assembléia de dissídio coletivo era problemático realizar com a presença da Caldas Júnior. De outras empresas as pessoas iam, mas da Caldas Júnior, ninguém ia, porque já havia uma tradição: o patrão dava um aumento uma vez por ano, e estava tudo bem, estava tudo ótimo. Enquanto desde os anos 60 tínhamos problemas de atraso salarial nas áreas de rádio, principalmente na *Última Hora*, por exemplo (nasceu em meio à dificuldade, os salários atrasavam, aquela coisa), na Caldas Júnior não havia este problema.<sup>282</sup>

João Souza relata, portanto, situações nas quais transparece a eficácia da política de controle dos funcionários vigente na Caldas Júnior. É a narrativa de momentos em que a identificação com os interesses patronais parece superar a identidade de classe. Guiados pela confiança em Breno Caldas, sentindo-se privilegiados por trabalharem na empresa, os jornalistas preferiam uma negociação direta com o patrão à intermediação sindical. A preponderância desta relação com Caldas, reivindicada pelos próprios empregados, tem o efeito aparente de *neutralizar* a associação de classe, reduzindo a sua força reivindicatória dentro da esfera da empresa.

Em relação ao nível salarial, é necessário, porém, relativizar os relatos memorialísticos. Se a Caldas Júnior pagava melhor que as outras empresas do ramo, isso não significa que todos os vencimentos estavam em altos patamares. Havia casos flagrantes de salários irrisórios. Na análise da documentação jurídica, chama a atenção o caso do poeta Mario Quintana, que, em 1984, recebia mensalmente Cr\$ 192.000,00, o equivalente a menos de dois salários mínimos. A mesma reclamatória trabalhista<sup>283</sup> que exhibe este dado relaciona outros 55 empregados, a maioria jornalistas. Alguns tinham salários bem mais altos: um pauteiro<sup>284</sup> com remuneração de Cr\$ 700.000,00, uma editora com Cr\$ 637.716, um repórter com Cr\$ 380.000,00 e um fotógrafo com Cr\$ 480.000,00. Há um grande desequilíbrio, porém, com níveis salariais diversos para as mesmas funções. O processo relaciona digitadores ganhando Cr\$ 170.000,00 e outros

---

<sup>282</sup> SOUZA, J. B. *Op. cit.*

<sup>283</sup> Processos 1806 a 1861/84, 15ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Porto Alegre, impetrado em 18/09/84 (ATRT4).

<sup>284</sup> Pauteiro é o jornalista responsável por elaborar a pauta, ou seja, a lista de assuntos (com o tipo de enfoque pretendido) que os repórteres do jornal devem “cobrir” (investigar, apurar e transformar em matéria) diariamente.

com vencimentos em torno de Cr\$ 250.000, revisores recebendo Cr\$ 250.000,00 e outros, a metade disso, além de um fotógrafo contratado por Cr\$ 215.000,00 e um repórter por Cr\$ 197.000,00<sup>285</sup>, patamares muito inferiores aos dos outros profissionais citados acima.

A estas discrepâncias salariais, soma-se a prática indiscriminada do duplo emprego<sup>286</sup>, outro indício da existência de vencimentos insatisfatórios. Se a generalização em relação aos salários aponta para uma idealização do passado, ela também revela o quanto era crucial, na interiorização da dominação, a mitologia de prosperidade que cercava a empresa<sup>287</sup>; e nos obriga a investigar mais a fundo os mecanismos subjetivos que garantiam a adesão operária.

Examinando o cotidiano do trabalho no início do século XX no Rio de Janeiro, Chalhoub mostra que a imagem da relação patrão-empregado construída à semelhança da convivência entre pais e filhos e veiculada pelas classes dominantes tinha uma ação mitigadora de tensões e contradições do sistema capitalista em formação<sup>288</sup>. Entre as especificidades das relações de trabalho existentes nos pequenos empreendimentos agrícolas das freguesias rurais e daquelas vigentes nas áreas urbanas, o historiador encontra como semelhança essencial o fato de que a atitude paternalista “tem o claro sentido de possibilitar o aumento da exploração da força de trabalho”<sup>289</sup>.

---

<sup>285</sup> Quanto às disparidades salariais, na documentação jurídica podem ser encontrados outros casos. São relacionados, por exemplo, três correspondentes do interior (repórteres lotados no interior do estado), um ganhando Cr\$ 203.000,00; outro, Cr\$ 321.102,00; e outro, Cr\$ 209.000,00. O salário mínimo nacional na época desta reclamatória trabalhista, setembro de 1984, alcançava Cr\$ 97.716,00 (Ministério do Trabalho e Emprego: Evolução do salário mínimo/legislação. Disponível em <[http://www.mte.gov.br/sal\\_min/default.asp](http://www.mte.gov.br/sal_min/default.asp)> Acesso em 22/01/07.

<sup>286</sup> O duplo emprego consiste no fato do jornalista ser funcionário do periódico e também trabalhar em assessorias de imprensa, geralmente governamentais, e na maioria das vezes relacionadas ao cargo que ocupa na empresa jornalística – caso de um editor de polícia também assessor de imprensa da Secretaria Estadual de Segurança, por exemplo, ou de um repórter da editoria de Cultura também assessor da Secretaria Estadual da Cultura. Tal prática, que implica contemporaneamente problemas éticos graves, é histórica no jornalismo gaúcho e persiste até hoje em alguns jornais, sendo motivada por baixos salários e a convivência das empresas. Segundo Weyne, quando Breno Caldas escreveu o artigo “Palmo e Meio”, arremetendo-se contra o então governador Amaral de Souza no início de 1983, boa parte da redação do *Correio do Povo* ficou extremamente temerosa de perder seus empregos públicos devido à repercussão do texto: “Era uma redação em pânico. Literalmente uma redação em pânico. Mais da metade da redação tinha cargo público”. WEYNE, R. *Op. cit.*

<sup>287</sup> A esse respeito, Galvani relata que Caldas era conhecido como “o Bolão de Ouro”: “um Rei Midas regional, tudo o que ele tocava se transformava em ouro puro”. Segundo Galvani, o empresário recebia pedidos “para comprar blocos simbólicos de ações – só para dar sorte”. GALVANI, W. *Um século de...* p. 436.

<sup>288</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 76-77.

<sup>289</sup> *Idem, ibidem*. p. 80. O exame do paternalismo não pode deixar de levar em conta a crítica de Thompson a este conceito, considerado por ele demasiado amplo (“um termo descritivo frouxo”), entre outras razões, porque “tende a apresentar um modelo da ordem social visto de cima”. O alerta é importante. Há um grande risco de tomarmos como real uma idealização da sociedade. O mesmo

Chalhoub chama a atenção, porém, que não basta pensar na dominação em uma sociedade capitalista apenas como controle social imposto. Segundo o autor,

a visão de mundo das classes populares contém e é acrescida continuamente de elementos que as tornam não só objetos do controle social, mas também sujeitos de seu próprio controle. Reside neste último aspecto, talvez, a principal sutileza da dominação de classe numa sociedade capitalista: aqueles que são objeto de exploração econômica se sentem, na maior parte do tempo, como se fossem os principais autores de suas próprias vidas.<sup>290</sup>

Nesta perspectiva, é essencial identificar como a classe trabalhadora contribui para sua dominação, como a reelabora e que elementos de sua cultura facilitam a reprodução das relações sociais.

Da mesma forma, Santana ressalta a dominação como relação, ou seja, seu caráter de “processo interacional”. Em artigo no qual discute as contribuições de clássicos como Marx, Weber e Bourdieu, o sociólogo observa que a dominação supõe uma correlação de forças na qual “um dos pólos da relação realiza seus interesses na orientação das ações do outro, utilizando mecanismos objetivos e subjetivos, podendo incluir graus diversos de violência”. E neste processo, observa Santana, onde o pólo dominante nunca consegue realizar plena e totalmente seus interesses, coerção e afeto caminham juntos<sup>291</sup>.

O orgulho em relação à “casa” está presente em livros de memórias e em depoimentos de ex-funcionários da Caldas Júnior. Hohlfeldt, por exemplo, recordou o relacionamento dos jornalistas com o *Correio do Povo* nos moldes de uma ligação emocional:

Eu acho que se o sindicato não tivesse tomado a liderança de propor a greve, eu não acredito que os funcionários da empresa teriam levado a idéia da greve até concretizá-la. Porque todos nós tínhamos um envolvimento emocional muito grande com o jornal, e com a empresa e com o Breno. Era uma empresa familiar, onde nós, funcionários, também nos sentíamos um pouquinho parte desta família, mesmo que o Breno fosse um cara de nariz emproado (cumprimentava o cara no seco, nunca permitia maiores ...). Mas havia um envolvimento emocional com o Breno e com a empresa. Quer dizer: a empresa é intocável para qualquer um de nós. A gente tinha orgulho de participar desta empresa. A impressão que eu tenho é que a gente teria reclamado, frustrado, mas não sei se chegaria à greve. Agora, evidentemente, o sindicato cumpriu a sua função.<sup>292</sup>

---

Thompson, porém, não descarta completamente o conceito numa análise localizada, como componente de um sistema social. THOMPSON, E. P. *Patrícios e...* p. 32.

<sup>290</sup> *Idem, ibidem*. p. 104

<sup>291</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Visões da dominação. *Revista de História*, Mariana, nº 7, p. 227-228, 1997.

<sup>292</sup> HOLHFELDT, A. *Op. cit.*

O sindicato é visto por este ex-grevista como catalisador do conflito entre trabalhadores e patrão, e, mais importante, como agente *externo* aos próprios integrantes da categoria. É só a partir da intervenção deste “terceiro” elemento que a greve teria se tornado possível, já que a identificação com o interesse patronal, trazida em termos de “orgulho” e “envolvimento emocional”, seria de uma força indiscutível, capaz, na visão de Hohlfeldt, de neutralizar quaisquer expressões mais drásticas (para a empresa) de insatisfação pelo atraso salarial.

Nesta fala também se pode notar a persistência de uma imagem freqüente em relação a Caldas Júnior e, de resto, a várias empresas paternalistas: a idéia da organização empresarial como uma família, que incluiria entre seus membros os trabalhadores. Tal característica era extremamente forte no *Correio do Povo*, em parte por sua estrutura de empresa familiar e seu papel tradicional na sociedade gaúcha, em parte pela política de incentivo à permanência dos trabalhadores no emprego<sup>293</sup>. Mas sem dúvida também pelo próprio investimento feito pela direção neste sentido.

Em um texto escrito e publicado originariamente no ano de 1975, o escritor Erico Verissimo usou essa palavra, “família” para definir a redação do *Correio do Povo*, narrando as lembranças de sua primeira visita ao local de trabalho dos jornalistas do periódico, em 1931. Nos primórdios da década de 30, Verissimo era ainda um jovem aspirante a escritor e iniciava suas funções como secretário da *Revista do Globo*, editada pela Livraria do Globo. Fazia 18 anos que o fundador do jornal, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, havia morrido, e 36 anos que o *Correio* era editado:

Era ainda o velho prédio original. Nenhum luxo. Tinha um certo ar de coisa antiga, e lá encontrei algumas pessoas de aspecto antigo. O Mário de Sá, quase sempre de colarinho duro, enchia a sala com a sua cordialidade aérea e apressada, e a fumaça do seu famoso charuto que era uma antecipação dos

---

<sup>293</sup> Em relação aos jornalistas, vários nomes expressivos do ofício no estado construíram suas carreiras no *Correio do Povo*, onde permaneceram décadas. Ex-secretário de redação do periódico e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre de 1946 a 1949 e de 1953 a 1955, Adail Borges Fortes da Silva trabalhou de 1936 a 1983 na Caldas Júnior. O historiador Sérgio da Costa Franco começou como cronista em 1969 e atuou até 1983, nesta época já como editorialista. A carreira do crítico de cinema P. F. Gastal e a do jornalista Oswaldo Goidanich no *Correio do Povo* duraram cerca de 30 anos. O repórter Arquimedes Fortini trabalhou de 1907 a 1972 no *Correio do Povo*. Fortini, que começou a vida como servente, foi presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e participou como secretário da primeira diretoria do sindicato porto-alegrense (que tinha Arlindo Pasqualini como presidente), em 1941-1942. Pasqualini, por sua vez, dirigiu a *Folha da Tarde* desde o ano de sua fundação (1936) até 1964, quando morreu. Pasqualini foi também o primeiro diretor da Rádio Guaíba, presidente da ARI e primeiro presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre (1941-1942). De acordo com vários companheiros de redação, Pasqualini constituiu-se no braço-direito de Caldas. Curiosamente, os dois morreram no mesmo dia, 10 de setembro (Dia da Imprensa), com 25 anos de diferença. Sobre estas trajetórias, ver DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ediupf, 1997 e GALVANI, W. *Um século... e \_\_\_\_\_*. *Olha a Folha...*

cheiros da Borregaard. O velho João Obino montava guarda à caixa – homem probo, dotado de obstinado talento comercial. A seu lado encontrei seu lugar-tenente, Alcides Gonzaga, sujeito simpático, com sua voz mansa e sua mansa ironia (...) Antonio Carlos Ribeiro, que eu conhecera menino, jogando bolita nas ruas de Cruz Alta, havia se transformado num cronista de primeira ordem. Não levei muito tempo para perceber que predominava no *Correio do Povo* um espírito de família. Para muitos daqueles funcionários, o “jornal” era uma espécie de segundo lar. Não quero dizer com isso que todos se sentem sempre felizes e satisfeitos, e que todos vivem como irmãos. Um redator ou um colaborador pode resmungar queixas contra o Chefe. Pode até demitir-se. Mas não é sabido que os arranha-céus têm de oscilar ao vento para que se mantenham num equilíbrio seguro? As famílias mais unidas são aquelas onde de quando em quando os filhos se revoltam (aberta ou secretamente) contra os pais e onde os irmãos nem sempre estão de acordo uns com os outros. Assim o *Correio do Povo*. Quantos “filhos pródigos” têm tido o *Correio*, que trabalham longos anos em sua redação e algum dia, insatisfeitos ou revoltados por alguma razão, demitem-se e põem o pé na estrada? Mas o curioso é observar como tem sido considerável o número daqueles que voltaram à casa paterna e que, se não tiveram uma festa de recepção ruidosa, com churrasco de bezerro e um anel para seu dedo, pelo menos reocuparam a sua mesa e continuaram a trabalhar como se nada tivesse havido?<sup>294</sup>

Esse texto foi publicado em um suplemento especial do próprio *Correio do Povo*, por ocasião dos 80 anos do jornal. Verissimo já era, na época, um nome respeitado da cultura nacional, o que dava mais autoridade às suas impressões pessoais. Nele, a idéia de família não é colocada numa perspectiva ingênua. O autor não desconhece atritos entre “irmãos” (ou, acrescentamos, irmãos sem aspas, no caso o conflito entre filhos de Caldas Júnior pelo comando do jornal após a morte do pai). Mas ressalta que a “casa paterna” estava sempre disposta a receber de volta os “filhos pródigos”, construindo uma imagem das relações de produção de forma afetiva e personalizada.

A publicação do texto no periódico é uma evidência não apenas da visão pessoal de Verissimo (que, logo a seguir, conta ter várias “dívidas” como o *Correio*, incluindo a publicação de seus primeiros contos em suplemento literário do jornal e a

---

<sup>294</sup> VERISSIMO, Erico. O *Correio do Povo* e eu. *Correio do Povo*, Suplemento especial 1895-1975, 80 anos de *Correio do Povo*, 1º/10/75, p. 2. Pela data, o “prédio original” citado no início do trecho é, na verdade, o terceiro endereço que o jornal ocupou na capital gaúcha, na Rua dos Andradas, números 138-140. Quando o jornal foi fundado, em 1895, suas instalações ficavam no número 132 da Rua dos Andradas. Em 1899, transferiu-se para o número 317 da Andradas, e em 1910, para os números 138-140. O prédio onde atualmente se situa a Caldas Júnior, o antigo Edifício Hudson (na esquina da Andradas com a Rua Caldas Júnior), foi comprado pela empresa em 1943 e reinaugurado em 1945, com a “nova” redação (ver GALVANI, W. *Um século...* p. 542-551). Em seu artigo sobre o jornal, Verissimo relatou ainda que recorria às coleções antigas do *Correio do Povo* quando escrevia seus romances, “como testemunho da História e espelho da nossa vida social destes últimos oitenta anos”. Observou que “muitas das minhas personagens costumam ler ou pelo menos mencionar o jornal que Caldas Júnior fundou. De certo modo o *Correio* passou a ser uma espécie de personagem de muitos romances”. VERISSIMO, Erico. O *Correio do Povo* e eu. *Correio do Povo*, Suplemento especial 1895-1975, 80 anos de *Correio do Povo*, 1º/10/75, p.3



oportunidade de ter escrito textos para a seção feminina num período em que sua situação financeira não era satisfatória<sup>295</sup>). Mas indica também a imagem que a própria empresa buscava perpetuar: sublinhando sua penetração no horizonte cultural, social e político do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que sinalizava o local de produção como território de afinidades e afetos pessoais entre pai e “filhos”.

A autoridade do empresário Breno Caldas como o patriarca dessa “família” poderosa e tolerante não poderia ser legitimada sem um investimento significativo na construção de sua figura pública. Neste sentido é que certos comportamentos rotineiros de Caldas podem ser compreendidos como atos e rituais desempenhados cotidianamente no “palco” do ambiente de trabalho.

Ao examinar a relação entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII, Thompson sugere que, longe de uma relação próxima e calorosa, o paternalismo era uma técnica de domínio que implicava um teatro de dominantes e um contrateatro de dominados, nos quais estavam em jogo atos vistos simultaneamente pelos diferentes atores como poderes e benefícios, doações e conquistas. Chama a atenção, portanto, não só para as ações encenadas por esses atores no palco social, visando estabelecer e alargar posições, mas também para a forma como elas eram compreendidas pelo “público” ao qual se destinavam<sup>296</sup>.

O antropólogo José Sérgio Leite Lopes, que usou o conceito de teatralização da dominação, derivado de Thompson, para compreender a formação de classe dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista, de Paulista (PE), enfatiza a importância dos rituais e dos símbolos utilizados pelo patronato para inculcar legitimidade à sua posição de mando. Tais rituais e simbologias são diretamente identificadas com o patrão, e contribuem para sua mitificação<sup>297</sup>.

Na Caldas Júnior, tais rituais começavam pela própria nomeação de Caldas. O uso permanente do “doutor” antes do nome do empresário extrapolava a simples forma de tratamento usual (Caldas era bacharel em Direito), sendo a marca lingüística da deferência e da inferioridade do interlocutor. Galvani, na época diretor de redação da *Folha da Tarde*, informou que nem a funcionários mais graduados era dado o direito da omissão do “doutor”. Somente o filho, Francisco Antônio chamava Caldas de “pai” ou “o velho”.

---

<sup>295</sup> *Idem, ibidem*

<sup>296</sup> THOMPSON, E. P. *Patrícios e ...* p. 62-85.

<sup>297</sup> LOPES, J. S. L. *A tecelagem..*

**Pergunta – E todo mundo usava o doutor?**

Ninguém chamava de Breno.

**Pergunta – Nem tu?**

Não! Não tinha esta intimidade.

**Pergunta – Nem o [Antônio Carlos] Ribeiro?**

Não! Doutor Breno, doutor Breno. O Adail [Borges Fortes da Silva], doutor Breno.

**Pergunta – Mas o Francisco Antônio [Caldas], não.**

“Pai”. E quando falava com terceiros, “o velho”.<sup>298</sup>

Uma história contada pelos jornalistas, em tom de anedota, mostra como Caldas incentivava o uso do “doutor” e fazia uma utilização dúbia de sua autoridade:

Os leiteiros botavam água no leite. A Secretaria Municipal da Saúde autuou os leiteiros, que de várias zonas da cidade, tinham posto água no leite. O doutor Breno tinha um rebanho de vacas leiteiras e fornecia leite para a Corlac. Não, era antes da Corlac, era outro nome. Mas era a empresa do estado. E como era fornecimento para o estado, a Secretaria da Saúde investigou e descobriu que tinham posto água no leite. Para aumentar a produção, todo mundo faz. Bom, então foram autuados aqueles leiteiros que faziam isto. Aí, a secretaria mandou a relação para o *Correio do Povo* publicar. E o *Correio do Povo* foi publicar a lista dos leiteiros autuados. E estava lá, num dos primeiros lugares da lista, Breno Caldas. Aí, o cara na oficina, marcou “doutor” Breno Caldas. E saiu no *Correio do Povo*. Foi impresso. E o doutor Breno, que era muito esperto, em vez de ficar enraivecido com aquilo, pegou o papel e botou na mesa dele, com tampo de vidro. Botou embaixo do vidro. Aí, quando iam lá pedir para não sair uma notícia, ele dizia: “Como é que eu vou evitar que saia? Olha aqui!”.<sup>299</sup>

A história tem a intenção primeira de reiterar a suposta imparcialidade do *Correio do Povo*, base ideológica de sua credibilidade. A considerar o fato relatado como verídico, salta aos olhos a extrema habilidade de Caldas em cooptar a “mancada” do funcionário, transformando-a em argumento para ocultar seu poder sobre o processo de trabalho e o produto da empresa, e, ao mesmo tempo, reforçar a ideologia da independência editorial tão cara ao jornalismo. Além disso, mostra o vigor do controle imposto pelo empresário, forte o suficiente para permitir que ele ironizasse, impunemente, sua própria autoridade.

---

<sup>298</sup> GALVANI, W. *Depoimento...* Antônio Carlos Ribeiro e Adail Borges Fortes da Silva trabalhavam há décadas na Caldas Júnior e ocuparam altos cargos na redação do *Correio do Povo* (entre eles o patamar máximo da hierarquia, o posto de secretário de redação). A maioria dos ex-funcionários entrevistados para a pesquisa se referiram a Caldas como “doutor Breno”.

<sup>299</sup> *Idem, ibidem*. Em seu depoimento, João Borges de Souza conta a mesma história, de forma ligeiramente diferente: “O Breno tinha, sob o vidro da mesa dele, um recorte do próprio *Correio*, uma notícia que saiu na [coluna] Diversas por um lapso imperdoável de quem editava. Deve estar arrependido até hoje. O Breno tinha tampo de leite lá para Belém Novo. E a fiscalização andou lá e multou. E saiu notícia no próprio *Correio*: ‘Multado o tambeiro Breno Caldas’. Então, toda vez que alguém aparecia no *Correio* fazendo um pedido que raiava o absurdo para que não saísse alguma coisa... ‘Mas nem eu escapo daqui’. Aquelas coisas dele.” SOUZA, J. B. *Op.cit.*

Numa segunda leitura desta narrativa, porém, a historieta narrada em tom de piada faz troça de uma característica amplamente observada nos depoimentos e nos livros de memórias sobre a antiga Caldas Júnior: a impossibilidade dos empregados de nomearem o patrão sem o “doutor”, de destituí-lo, nem que seja lingüística e retrospectivamente, de sua autoridade. Veremos a seguir como, mesmo no momento do conflito com a direção da empresa, os trabalhadores preservaram essa fórmula de tratamento, porém reelaborando-a e dando-lhe um sentido totalmente diverso do originalmente pretendido.

A legitimidade da autoridade de Caldas também era reiterada publicamente, a partir de fotos publicadas nas capas ou contracapas do *Correio* ou da *Folha* (ver exemplos a seguir), noticiando as visitas de autoridades à Caldas Júnior. Eventos apelidados pelos jornalistas de “beija-mão”<sup>300</sup>, eles concentram, simbolicamente, a importância social do empresário, do jornal e de sua direção. Independentemente da óbvia intenção de destacar a autoridade de Caldas para um público mais amplo, vale ressaltar que esse artifício também funcionava como afirmação da dominação interna. O principal componente desta legitimação é a suposta inversão de papéis, o ritual de reverência da autoridade pública à privada. Quem poderia desafiar alguém que fazia o Estado curvar-se diante de si?

O mero relato retrospectivo das atitudes de Caldas frente aos poderosos contribui para realçar sua imagem de poder e chega a conferir-lhe ares de mito. Não é, no entanto, o mito de um chefe arbitrário, mas sim o de um patrão bondoso, respeitador, correto, embora poderoso. Neste sentido, é importante observar os aspectos retidos e enfatizados nas lembranças dos trabalhadores, porque, como observa Lopes, eles “dão uma medida de como a dominação foi interiorizada”<sup>301</sup>. Um exemplo é a forma como o jornalista José Antônio Pinheiro Machado descreve o ex-patrão no ano de 1987, época em que Caldas já não era mais o proprietário da Caldas Júnior:

Tem com o que viver mais do que confortavelmente, mas perdeu quase tudo. Perdeu, especialmente, o poder que desfrutou durante meio século de direção do *Correio*, quando se impôs a governadores e presidentes: uma vez, em pleno Palácio Piratini, com pouco mais de 25 anos de idade, fez o

---

<sup>300</sup> Um exemplo é o depoimento do jornalista e escritor Carlos Reverbel na reportagem sobre a interrupção da circulação do *Correio do Povo* publicada na revista *Veja* em 1984, lembrando os aniversários do jornal, celebrados nos dias 1º de outubro, como datas solenes. Segundo ele, “era uma cerimônia de beija-mão”, porque “as visitas ilustres faziam fila para cumprimentar o doutor Breno”, citando, de forma específica, o ex-presidente Getúlio Vargas. SEM PALAVRAS. *Veja*, São Paulo, 27 de junho de 1984. p. 27 (APCE).

<sup>301</sup> LOPES, J. S. L. *A tecelagem...* p. 35.

general Flores da Cunha, a quem se opunha, baixar o tom de voz; décadas depois, voltaria ao Palácio para um almoço em homenagem a outro poderoso, o general Médici: era o único convidado sem gravata, em traje esporte<sup>302</sup>.

No espaço restrito da redação, a posição de mando não necessitava de exibições tão peremptórias quanto as encenadas publicamente. Elas tinham caráter mais cotidiano e sutil e intervinham diretamente no ambiente de trabalho, a partir de sinais facilmente identificáveis, como a caneta verde. “Só ele podia usar caneta verde. Se alguma coisa estivesse com caneta verde, era porque era ele quem tinha escrito”<sup>303</sup>, lembra uma jornalista. Um texto rabiscado nesta cor denotava que as críticas, anotações, censuras ou elogios lá cunhados vinham de Caldas. O verde atuava, assim, no sentido de diferenciar a leitura do padrão, qualificando-a.

Para os jornalistas do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, a caneta verde transmitia um poder irrecorrível – o poder de liberar ou de vetar uma matéria: “Ninguém podia usar a tinta verde na empresa. Porque a tinta verde era uma forma de identificar que tinha passado pela mesa do doutor Breno, e que o doutor Breno aprovava ou não. Sim ou não.”<sup>304</sup>

A respeito da caneta verde, a sobrinha do poeta Mario Quintana, Elena Quintana de Oliveira, recorda que uma das razões pelas quais o tio “tinha uma gratidão total e absoluta” pelo proprietário da Caldas Júnior era o fato de este ter lhe concedido o privilégio de compartilhar o direito ao uso da cor exclusiva:

O tio Mario gostava de escrever com caneta verde. E só quem escrevia com caneta verde era o doutor Breno. Aí, eu sei que alguém chamou a atenção do tio Mario, tio Mario ficou meio assim, o doutor Breno ficou sabendo e disse que não, que o tio Mario podia. Então o tio Mario agia em relação ao doutor Breno como se o doutor Breno fosse um mecenas, um pai que cuidava, que tratava bem, esta coisa toda<sup>305</sup>.

Empregado oficialmente como redator desde 1º de julho de 1953<sup>306</sup>, Quintana habitualmente lembrava, reconhecido, que o empresário Breno Caldas havia arcado com as despesas de uma internação sua por alcoolismo. Para a sobrinha, Elena, que o acompanhou nas últimas décadas de vida (o poeta morreu em 1994), Quintana salientava que Caldas não tinha feito qualquer anotação em sua carteira de trabalho, não

---

<sup>302</sup> MACHADO, José Antônio Pinheiro. Os tempos áureos e os dias difíceis. In: CALDAS, B. *Op.cit.* p. 12.

<sup>303</sup> ALMEIDA, M. N. M. *Op.cit.*

<sup>304</sup> GALVANI, W. Depoimento, *Op.cit.*

<sup>305</sup> OLIVEIRA, Elena Quintana de. Depoimento [17 de outubro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: 30 minutos).

<sup>306</sup> Conforme processo trabalhista 2.363/84, protocolado em 13/12/84 na 8ª Junta do Trabalho (ATRT4). Há registro de poesias de Quintana publicadas anteriormente pelo jornal.

tinha “dado pausa”, conforme suas palavras, do longo tempo de afastamento. Um episódio de difícil compreensão para Elena: “Para mim, pela lei trabalhista – e eu dizia isto para ele – ‘Mas tio, pela lei trabalhista, o senhor teria este direito’. Mas não adiantava, ele tinha aquela gratidão. Isto eu não entendo”<sup>307</sup>.

O vigor do reconhecimento do poeta ao patrão é realçado ao lembrarmos do baixíssimo salário de Quintana, já apresentado anteriormente. É como se, neste caso, a relação patrão-empregado passasse completamente ao largo da remuneração, baseando-se totalmente num envolvimento emocional. Um trabalhador alienado, sem qualquer consciência de seus direitos? Talvez valha a pena prestar atenção em mais uma das histórias que Elena ouviu do tio:

Ele contava que uma vez ele ia entrar no elevador do *Correio do Povo*, e o doutor Breno estava junto e ele fez sinal para o doutor Breno passar e o doutor Breno fez sinal para ele passar. E o doutor Breno disse para ele: “Primeiro os anjos”. Aí, o tio Mario disse para o doutor Breno: “Mas doutor Breno, até entre os anjos há hierarquia”. Então, era amigo, mas era patrão. E o tio Mario tinha uma relação de patrão inclusive com donos de editora. O tio Mario tratava com editor dele sempre como se fosse patrão<sup>308</sup>.

Temos aqui um comportamento reverente, por certo, mas de uma reverência que tem a noção clara do poder do outro. Quintana retribui o gracejo de Caldas colocando-o, gentil e poeticamente, em seu lugar: o de patrão. Além disso, ao lembrar e recontar esta história à sobrinha, ele volta a afirmar aí como compreendia a sua posição na empresa: a de um trabalhador, e por isso, subordinado à hierarquia das relações de produção. A intenção de Caldas é oposta. Ao impor ao poeta um título divino (“anjo”), o empresário buscava mascarar as relações de subordinação e de exploração.

Nem sempre o trabalhador que tem noção da relação de exploração na qual está inserido se revolta contra ela frontalmente. Pode optar, ao contrário, por tirar proveito da situação, garantir espaços de resistência e suportabilidade, manipular e obter vantagens – econômicas ou emocionais – caso perceba nesse comportamento uma gama maior de benefícios para si. Um patrão poderoso, capaz de fazer os governadores curvarem-se, pode ser um aliado estratégico que garanta o bem-estar, conceda “privilégios” e especialmente, regule o exercício do poder direto sobre o trabalhador, aquele exercido pelas chefias intermediárias.

---

<sup>307</sup> OLIVEIRA, E. Q. *Idem*.

<sup>308</sup> *Idem, ibidem*.

Quando se quer demonstrar o caráter de “bom patrão” de Breno Caldas, há um tipo de história muito comum entre os jornalistas do antigo *Correio*. As narrativas mostram geralmente a força do patrão frente aos chefes subalternos. A imagem de Caldas é constituída, assim, como o homem que dá a palavra final e que reconhece os direitos e a razão de seus funcionários diante do arbítrio ou da suposta ineficiência do segundo ou terceiro escalão. Exemplifico com dois depoimentos:

Eu me lembro que o pessoal da *Folha da Tarde* tomava chimarrão. E um dia o Adil [Borges Fortes da Silva] chegou e disse: “Não pode mais tomar chimarrão na redação”. “Ah, mas por quê?”. “O doutor Breno não gosta que tomem chimarrão dentro da redação”. Eu me lembro que no dia seguinte, o cara traz o chimarrão e diz: “Eu falei hoje com o doutor Breno, perguntei a ele, e ele disse que não tem restrição nenhuma em tomar”.<sup>309</sup>

E às vezes a gente sentava com o Breno para pedir para ele isto ou aquilo. Sempre, sempre ele atendeu. E lia as coisas. Eventualmente comentava alguma matéria, alguma coisa assim. E muitos artigos, algumas crônicas minhas que o Adail [Borges Fortes da Silva] dizia: “Isto aqui não vai sair”, eu, no limite, dizia: “Por favor, Adail, pede que o doutor Breno olhe”. Se o doutor Breno proibir, tudo bem. Mas, se não... E olha, acabava muitas vezes, o Breno liberando matéria. Aí vinha lá com a canetinha verde assinado, ia para a publicação.<sup>310</sup>

Em uma das histórias, o empregado recorre ao patrão para garantir o direito ao chimarrão; na outra, para tentar burlar a censura do editor. Nos dois casos, a ação dos trabalhadores visa a desautorizar o comando imediato das chefias intermediárias. No primeiro, tem um claro sentido de afrontá-la, afirmando a dignidade e o direito do funcionário. Esta “microfísica da resistência”<sup>311</sup>, termo cunhado por Leite Lopes a partir da observância de episódios semelhantes na Fábrica Paulista, revela uma postura ambígua entre a resistência e a interiorização da dominação por parte dos trabalhadores.

O movimento de atribuir a culpa dos problemas fabris às chefias imediatas, isentando o patrão capitalista, transparece em diversos estudos que enfocam o cotidiano dos trabalhadores brasileiros. Ao elaborar a biografia de Antônio Guedes Coutinho, líder operário socialista na República Velha gaúcha, por exemplo, Schmidt encontrou episódios nos quais “certos incidentes ocorridos no cotidiano operário não eram vistos

---

<sup>309</sup> WEYNE, R. *Op.cit.* Adil Borges Fortes da Silva, irmão de Adail (do *Correio do Povo*), foi secretário de redação da *Folha da Tarde* e tinha uma coluna diária, muito conhecida, sob o pseudônimo de Hilário Honório, onde exibia opiniões conservadoras e alinhadas com o governo militar.

<sup>310</sup> HOHLFELDT, A. *Op.cit.*

<sup>311</sup> LOPES, J. S. L. *Op. cit.* p. 81.

como frutos de um sistema injusto, mas como resultados da falta de caráter dos superiores imediatos”<sup>312</sup>.

Tais eventos denotam, certamente, uma aceitação da relação de dominação, porém não apenas isto. Evidenciam ainda, por um lado, o conflito subjacente a esta relação e, por outro, as estratégias de resistência habituais dos trabalhadores. Resistência por meio da qual são mobilizados os instrumentos paternalistas e personalistas de domínio a fim de angariar vantagens para os dominados, afrontando o poder dos chefes intermediários, sem, no entanto, abalar a estrutura do sistema<sup>313</sup>.

Do lado patronal, mostram a disposição do patrão em reforçar seu poder direto e “supremo” a partir da desautorização de suas chefias, promovendo a própria mitificação. O próximo trecho evidencia o descontentamento de um integrante do segundo escalão da Caldas Júnior em relação a este mecanismo de fortalecimento do poder direto do patrão, e também, em contrapartida, o uso da figura mitificada de Caldas como álibi para garantir a autoridade destes níveis hierárquicos intermediários. O depoimento inicia com uma consideração a respeito do filho de Caldas, Francisco Antônio, diretor-geral da Caldas Júnior:

Um filho único, em quem ele confiou e acho que confiou até numa hora errada, porque o filho não tinha esta habilitação para o que o doutor Breno queria. E em compensação não confiou nos outros, nos grandes quadros que ele tinha dentro da empresa. Como o Júlio Duarte, o Adriano Soares, o Adail Borges Fortes da Silva, todos eles que o doutor Breno não dava muita bola. Ele dirigia sozinho. Uma vez uma guria, que depois foi trabalhar lá, não me lembro se ela era da PUC ou da UFRGS, tinha uma incumbência de fazer um organograma da Caldas Júnior. Aí ela andou lá por dentro, falava com um, falava com outro. Aí o Júlio Duarte pegou e disse: “Escuta aqui, Vera. O organograma da Caldas Júnior é muito fácil de fazer. É isso aqui [mostra o desenho de um triângulo tendo no vértice superior o nome Breno Caldas]. É o doutor Breno e o resto. Lá no rés do chão. Era isso.

**Pergunta – Mas tinha os quadros intermediários, não?**

Tinha. Mas não mandavam nada, né? Essa é que é a verdade. E tu, para conseguir impor alguma coisa, tu até tinha de usar alguns estratagemas. E muitos lançavam mão disso. Por exemplo: “O doutor Breno não quer isso, o

---

<sup>312</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul – Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 53.

<sup>313</sup> Ao comentar este aspecto, Leite Lopes se serve da interpretação feita por Da Matta (na obra DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. São Paulo: Rocco, 1994) a respeito da história de Pedro Malasartes. O mito de Malasartes poderia ser tomado também como o mito do trabalhador brasileiro, sempre em busca do “bom patrão”, capaz de ancorá-lo na estrutura social. Tanto Malasartes quanto os trabalhadores estudados por Leite Lopes podem destruir moralmente o patrão (ou os chefes intermediários, “patrões imediatos”), “sem tomar o seu lugar, movendo-se intersticialmente por sua habilidade pessoal entre posições sociais que não mudam, permanecendo vinculadas aos mesmos atores”. Os operários da Fábrica Paulista incorporavam e utilizavam a “teatralização da dominação” do patrão supremo como forma de afronta aos chefes intermediários e aos “patrões imediatos”. LOPES, J. S. L. *Op.cit.* p. 81.

doutor Breno não quer aquilo”. Serviam de intermediários entre essa massa, essa massa ignara, e o homem. O doutor.<sup>314</sup>

Se “o aumento das mediações da hierarquia de comando enfraquece de certa forma a eficácia da dominação paternalista, acirrando-se então os conflitos entre os empregados e os funcionários intermediários”<sup>315</sup>, a desautorização destas chefias representa uma reafirmação do poder direto do patrão sobre os empregados. Para os trabalhadores, esta intermediação do “juiz supremo” é encarada como uma reafirmação de seus direitos, e ao mesmo tempo, de forma ambígua, como uma benesse.

As relações de produção na antiga Caldas Júnior baseavam-se, portanto, na legitimação da dominação através da mitificação da autoridade patronal, identificada com o “pai” de uma “família”. Centralizado na figura de Breno Caldas, o comando era sinalizado com o auxílio de elementos simbólicos como o uso do “doutor”, a caneta verde e as aparições públicas do empresário sendo alvo da reverência das autoridades políticas. Outro artifício que contribuía para legitimar a autoridade patronal era a possibilidade do acesso direto dos trabalhadores a Caldas<sup>316</sup>, que podia redundar numa desautorização das chefias intermediárias e numa vitória parcial dos dominados.

Os episódios de relação direta entre o patrão mitificado e os empregados (em alguns casos com a anulação temporária do poder das hierarquias intermediárias) serviam para que o arbítrio e a exploração do trabalho fossem reelaborados e compreendidos pelos trabalhadores como o reconhecimento de sua individualidade e de seus direitos pela autoridade, a partir de seu potencial profissional.

A exploração transformava-se, assim, em reconhecimento, possibilitando um aumento da produção alavancado pela sensação de autovalorização do trabalhador. Nas palavras de uma jornalista: “Todo mundo adorava trabalhar. Eu nunca, em lugar nenhum, trabalhei tanto assim, como vou te dizer, os meus talentos todos, toda a minha potencialidade como jornalista foi tão aproveitada como naquela época”<sup>317</sup>.

Neste momento, cabem duas considerações. Em primeiro lugar, é interessante ressaltar que havia elementos culturais relacionados à definição da profissão de

---

<sup>314</sup> GALVANI, W. *Depoimento...*

<sup>315</sup> CHALHOUB, S. *Op.cit.* p. 85.

<sup>316</sup> A este respeito, cito o seguinte trecho do depoimento de Weyne (o destaque, em grifo, é meu): “Era fácil chegar no Breno. Sabia onde era a sala dele, era só chegar, bater na porta e entrar. Até porque a porta dava para a redação. Não tinha secretária, não tinha ninguém. O próprio prédio, a sala dele, tinha três portas de comunicação, uma dava direto para este corredor, outra para esta sala de visitas e outra para a redação. *E ele sempre entrava pela da redação.* Às vezes, saía por uma ou outra. Era só bater na porta e entrar. Não tinha secretária, ninguém que tivesse anteposto a ele.” WEYNE, R. *Op. cit.*

<sup>317</sup> ALMEIDA, M. N. M. *Op.cit.*



jornalista no Brasil – em especial a sua indefinição identitária entre trabalhador e intelectual<sup>318</sup> – que favoreciam este tipo de identificação com os interesses patronais e, no limite, com a figura do patrão.

Ana Paula Goulart Ribeiro, em artigo sobre o processo de concentração e reconfiguração da imprensa nacional nos anos 60 e 70 (estudo centrado nos diários cariocas), observa que a construção da identidade social dos jornalistas girou em torno de cinco questões: salarial, educacional (criação das faculdades), jurídica (regulamentação da profissão<sup>319</sup>), sindical e ética (compromisso com a busca da objetividade e da imparcialidade, vistos como valores relacionados à responsabilidade social, além da defesa da liberdade de imprensa)<sup>320</sup>. A respeito desta última questão, vale lembrar que a objetividade, a imparcialidade e a liberdade de imprensa são também valores empunhados tradicionalmente pela classe patronal jornalística. Isto provoca situações de coincidência de interesses ideológicos entre patrões e empregados, que favorecem o ocultamento das relações antagônicas de produção<sup>321</sup>.

Por outro lado, os anos 70 são marcados entre os jornalistas brasileiros por um processo paulatino de fortalecimento de uma visão crítica a respeito do regime (a partir dos enfrentamentos com a censura dos veículos e de episódios como o caso Wladimir Herzog<sup>322</sup>) e sobre a gestão empresarial e o alinhamento político dos patrões à

---

<sup>318</sup> Conforme Perseu Abramo, os jornalistas vivem um duplo papel, motivado pelas especificidades de seu ofício (difusão de valores da burguesia) e de sua extração social (classe média). Este papel seria “o de um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho para a defesa dos interesses da burguesia e que passa a ser indiferente, quando não hostil, aos interesses do proletariado, dos trabalhadores assalariados”. ABRAMO, Perseu. O papel social do jornalista. In: \_\_\_\_\_. *Um Trabalhador da Notícia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 284.

<sup>319</sup> Obtida no ano de 1969, quando o governo militar editou o decreto 972, que criou a exigência de formação, em nível superior, nas faculdades de Jornalismo reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

<sup>320</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs) *História e imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 427.

<sup>321</sup> Alguns jornalistas, é claro, não concordam com este alinhamento. Perseu Abramo, por exemplo, defende que o jornalista deve criticar as supostas objetividade e imparcialidade professadas pela grande imprensa, que escondem “escolhas ideológicas”. ABRAMO, P. *Op. cit.* p. 280. Cláudio Abramo segue na mesma linha: “Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono. Por isso não posso aceitar quando jornalistas defendem a liberdade da imprensa: é como eu assinar uma declaração dizendo que, para o resto da vida, eu sou um canalha e o patrão é um homem de bem”. ABRAMO, C. *Op. cit.* p. 118.

<sup>322</sup> O assassinato do jornalista Wladimir Herzog, preso e torturado em 1975, desencadeou uma série de protestos liderados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, entre eles a primeira manifestação pública de grandes proporções contra o regime militar após 1968, ato que reuniu milhares de pessoas na Praça da Sé, em frente à Igreja Matriz de São Paulo. Os protestos receberam apoio de sindicatos de jornalistas dos outros estados, como o do Rio Grande do Sul, e de centenas de profissionais que assinaram abaixo-assinados pedindo a investigação do caso. Sobre Herzog, ver MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*. São Paulo: Objetiva, 2005. A grande visibilidade destes protestos não pode nos fazer

ditadura (desencadeada em especial pelos jornais alternativos, a maioria adeptos de formas de administração coletiva)<sup>323</sup>.

No Rio Grande do Sul, vale citar a experiência da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal), que surgiu, de certa forma, dentro da Caldas Júnior. Considerada por Kucinski como resultante do desenvolvimento consciente e sistemático do cooperativismo enquanto alternativa formal à propriedade capitalista dos jornais da grande imprensa<sup>324</sup>, a Coojornal havia sido fundada em 1974 por um grupo de jornalistas demitidos da *Folha da Manhã*<sup>325</sup> e durou até 1983.

A segunda consideração: a visão de uma empresa como uma “família” – e de seus empregados como integrantes dela – pode conduzir a um fenômeno paradoxalmente oposto em relação ao objetivo de controle dos trabalhadores por parte da administração paternalista. Ao contrário do que esperam os patrões, muitos empregados absorvem este ideal de pertencimento como um direito, e não como uma dádiva. Portanto, ao perceberem sua “família” ameaçada, os trabalhadores podem sentir-se instados a preservar o seu “lar” a qualquer custo, inclusive destituindo o patriarca que os decepcionou. É o que veremos a seguir.

---

ignorar, no entanto, de casos de adesismo à ditadura entre a categoria, exposto em KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>323</sup> Sobre jornais alternativos, ver KUCINSKI, B. *Op. cit.*.

<sup>324</sup> Conforme KUCINSKI, B. *idem*. p. 106. Segundo o autor, a “Coojornal foi não só a maior cooperativa de jornalistas jamais formada no Brasil, como também o primeiro projeto de organização jornalística ampla que adotou a doutrina cooperativista como fundamento de sua atividade e procurou adaptá-la a uma práxis jornalística”. A Coojornal chegou a ter 100 pessoas trabalhando regularmente em seus projetos e a editar três dezenas de publicações (boletins e revistas de empresas), além de seu jornal mensal e de uma agência de notícias. A cooperativa tinha cerca de 400 associados, mas sucumbiu devido à pressão do governo militar sobre os anunciantes, à crise financeira e às brigas internas entre grupos políticos. Em 1983, quatro jornalistas foram presos por ordem da Justiça Militar, responsabilizados pelo fato do Coojornal ter publicado uma reportagem, anos antes, sobre a guerrilha do Araguaia. Ver também MARÇAL, J. B. *Op. cit.*

<sup>325</sup> Um dos primeiros diretores de redação deste periódico (e que se tornaria a seguir editor da Coojornal), Elmar Bones, integrou a equipe pioneira da revista *Veja*, em São Paulo. De acordo com Bones, a proposta da *Folha da Manhã* era inovar na Caldas Júnior e “retirar a imprensa do Rio Grande do Sul do seu atraso em relação ao Centro do país, de seu estágio semi-profissional”. Entre outras medidas, Bones exigiu que se acabasse com o duplo emprego na redação, criando a condição de exclusividade a partir da elevação de salários. BONES, Elmar. *Apud* KUCINSKI, B. *Idem*. p. 270. Bones foi um dos presos em 1983.



**Figura 2: O ministro João Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil da Previdência (governo Médici), visita o Correio do Povo, sendo recebido por Breno Caldas. Correio do Povo, Porto Alegre, 26/09/73, p. 30 (contracapa).**



**Figura 3: Governador Amaral de Souza visita o Correio do Povo prestando homenagem ao 85 anos do jornal, sendo recebido por Breno Caldas. Correio do Povo, Porto Alegre, 1º/10/80, p. 1 (capa).**



Figura 4: Breno Caldas recebe os cumprimentos de representantes do V Comando Aéreo Nacional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/10/80, p. 28 (contracapa).



Figura 5: Três dias depois de tomar posse como governador, Jair Soares, vai até a Caldas Júnior para cumprimentar Breno Caldas. A foto é publicada com destaque na capa do *Correio do Povo* no dia seguinte. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/03/83, p. 1 (capa).

## 2. A fila de vales

O quadro pintado nas páginas anteriores sobre as relações de trabalho na Caldas Júnior não deve levar a supor uma relação de perfeita harmonia. Os conflitos, potenciais ou manifestos, estavam presentes na sua configuração, expressos, por exemplo, nas tentativas dos empregados de desautorizar as chefias, nos desequilíbrios da folha de pagamento e na excessiva centralização administrativa.

Porém, as táticas de cooptação paternalista e a segurança material dada pela empresa – fator ligado à sua imagem de tradição e de solidez econômica – contribuía para abafar tais tensões e captar a adesão de seus empregados. Quando a crise econômica abalou esta segurança material e simbólica, as táticas de dominação se tornaram insuficientes para manter a “ordem” na esfera da produção.

Este processo se desenrolou em escala crescente a partir dos primeiros atrasos salariais, no mês de março de 1983, conforme pode ser observado na cronologia anexa. Resumindo, a movimentação se iniciou com reuniões entre representantes dos empregados e Caldas. Como os atrasos se mantiveram, manifestações passaram a acontecer. Ocorreram, entre outras, paralisações no horário de trabalho e protestos nas filas formadas diante do guichê de pagamento.

Uma experiência essencial para explicar os fatores subjetivos envolvidos na deflagração da greve foram essas filas. Com a Caldas Júnior sendo acionada por bancos credores, o pagamento dos funcionários era feito nas dependências da própria empresa, em parcelas, que, no decorrer do ano, foram se tornando cada vez mais esparsas e de valor menor. Junto com parte da remuneração, o trabalhador recebia um comprovante em papel, o vale.

Em frente ao guichê de pagamento, no térreo do prédio, se formava uma fila muito extensa que se estendia por dentro do edifício. Para lá iam todos, independentemente de suas categorias profissionais, ofícios e *status*. Devido à quantidade de empregados, esperar pelo pagamento demandava tempo. Este convívio forçado, uma ou duas vezes por semana, fazia com que trabalhadores apartados entre si no cotidiano da produção se descobrissem unidos na mesma situação e aspiração: receber seus salários.

A memória da experiência coletiva da fila se apresenta relacionada à lembrança dos atrasos salariais, do “regime de vales” que tomou conta da empresa. Os valores são recordados nos termos de quantias hoje irrisórias, associados a um sentimento de

profunda humilhação. Um gráfico recorda de “tirar vale de R\$ 5”<sup>326</sup>. Uma jornalista lembra “que era tipo R\$ 10. Eu sei que não dava para nada. Era tipo assim, uma coisa de fome.”<sup>327</sup> Outro recorda que “a situação era dramática, as pessoas tinham dificuldade até para conseguir o dinheiro da passagem para o dia seguinte, para ir trabalhar.”<sup>328</sup>.

Ao refletir sobre as razões que levaram o poeta Mario Quintana a aderir à greve na Caldas Júnior, a sobrinha Elena avalia que sua decisão se relacionava a uma percepção da situação desesperadora dos colegas e também ao vexame que sentiu ao tentar, ele mesmo, obter o seu próprio pagamento:

Eu não sei, eu acho que teve a ver com as criaturas lá que tinham um monte de filhos. E teve a ver com isto. Os mais jovens convenceram ele a isso. E teve a ver também com o fato de ele tentar conseguir um dinheiro, achando que ia conseguir... Eu me lembro que não era muito que ele foi pedir. Foi qualquer coisa como se ele fosse pedir R\$ 50 e disseram para ele que ele só podia tirar R\$ 5. Sabe? Aí ele voltou muito humilhado. Se sentiu muito humilhado. Porque ele dizia sempre que um homem sem dinheiro no bolso não era um homem.<sup>329</sup>

Numa empresa em que o sentimento de valorização dos empregados era a base de uma política de controle social, funcionários – entre eles o poeta – sentiram-se atingidos em sua dignidade quando ignorados em seu direito mais básico: a remuneração pelo trabalho.

A sensação de humilhação – exemplificada no caso de Quintana – se acentua para os empregados com a situação de ter de *pedir* para receber o que lhes é devido, muitas vezes sem resultado, e, além disso, fazendo frente às carências básicas de sobrevivência suas e de suas famílias.

Ao relatar os nove meses de crise da Caldas Júnior, um texto publicado no jornal dos grevistas contava a história de um repórter que havia informado a diretores da empresa não ter mais dinheiro para se alimentar. Recebeu a seguinte resposta, conforme o documento: “O problema não é urgente, volta amanhã, **pode** sair um vale”<sup>330</sup>.

---

<sup>326</sup> Nilton Schergl da Silva. SILVA, N. e VARGAS, J. *Op. cit.*

<sup>327</sup> ALMEIDA, M. N. M. *Op. cit.* Conforme o jornal *Denúncia*, os vales eram de Cr\$ 50 mil, Cr\$ 30 mil, Cr\$ 15 mil e até Cr\$ 5 mil. A CORDA rebenta no lado do mais fraco. *Denúncia*, edição extra especial, Porto Alegre, dezembro de 1983, nº 27. p. 4 (ASJPRGS). Para se ter uma idéia dos valores, o salário mínimo na época era de Cr\$ 23.568,00 (vigente desde 1º de novembro de 1982), tendo sido reajustado em 1º de maio de 1983 para Cr\$ 34.776,00. Ministério do Trabalho e Emprego: Evolução do salário mínimo/legislação. Disponível em <[http://www.mte.gov.br/sal\\_min/default.asp](http://www.mte.gov.br/sal_min/default.asp)>. Acesso em 22/01/07.

<sup>328</sup> SOUZA, J.B. *Op.cit.*

<sup>329</sup> OLIVEIRA, E. Q. *Op. cit.*

<sup>330</sup> FOME NO Natal, mas com dignidade. *Denúncia*, edição extra especial, Porto Alegre, dezembro de 1983, nº 27. p. 3. Destaque no original (ASJPRGS).

A reação a situações como essa, que denotavam uma aparente indiferença da empresa diante da penúria dos trabalhadores, veio na forma de manifestações que foram conformando a experiência da fila de vales e a consciência da necessidade de uma ação comum. Tais estratégias podiam emergir por meio do logro (“uma vez nós fizemos lá uma tática, que era o seguinte: o cara entrava na fila, ia lá, recebia, e entrava na fila de novo”<sup>331</sup>) ou pela afirmação direta da insatisfação (“o pessoal começou com o chamado ‘palmaço’. Bater palmas. Na hora em que tu recebia o vale, o pessoal começava a bater palmas”<sup>332</sup>).

Um dos episódios mais significativos ocorreu em 27 de outubro, quando os trabalhadores resolveram adotar uma estratégia que despertou forte retaliação patronal. A jornalista Maria Nazaré Magalhães de Almeida conta o episódio.

E aí eu propus, na assembléia geral, que a gente fizesse a fila para fora para que as pessoas soubessem o que estava acontecendo. Porque se a fila fosse para fora, as pessoas iam perguntar: “O que é isto?” Era lógico, era uma fila imensa. E as pessoas vinham e perguntavam o que era, se era algum concurso, não sei o quê. Então cada um que vinha perguntar para nós alguma coisa, nós explicávamos o que estava acontecendo. Que a gente não recebia há tanto tempo, que a gente estava lá na fila para receber R\$ 10, que aqueles R\$ 10 era por semana....

**Pergunta: Veio muita gente perguntando?**

Sim, imagina, foi um escândalo. Porque era uma fila enorme, imensa, pela Caldas Júnior afora, dobrando a Rua da Praia. Dobrava e seguia<sup>333</sup>.

Além da fila na rua, os empregados colaram cartazes na parede do prédio do *Correio do Povo*, exigindo seus salários, e, no final da tarde, “subiram as escadas batendo palmas como forma de protesto aos atrasos salariais”<sup>334</sup>. No dia seguinte, a direção da empresa demitiu 14 funcionários, entre eles Maria Nazaré (eles somavam-se a outros oito dispensados no mês anterior).

---

<sup>331</sup> WEYNE, R. *Op.cit.*

<sup>332</sup> GONÇALVES, Manoel Loir. Depoimento [17 de dezembro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: uma hora e 30 minutos). Nascido em 25 de fevereiro de 1951, Manoel Loir Gonçalves (ou Loir Gonçalves, como é mais conhecido profissionalmente) começou a trabalhar como fotógrafo em sua cidade natal, Torres. Fotografava turistas à beira da praia. Nos anos 70, veio para Porto Alegre, onde passou a trabalhar no jornal *Diário de Notícias*. Em 1975, tornou-se funcionário da Caldas Júnior, onde permaneceu até 1984. Foi vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul na gestão de Remi Baldasso (1983/1984), período no qual ocorreu a greve na Caldas Júnior. Um de seus filhos nasceu durante a greve. Transferiu-se depois para o recém-lançado jornal *O Estado do Rio Grande*, que teve vida curta (apenas oito edições, em março de 1985) e, em seguida, passou a atuar em *Zero Hora*, onde se tornou, segundo suas palavras, o primeiro repórter fotográfico da área política do Rio Grande do Sul. Acumulou o trabalho em *ZH* com um cargo na Assembléia Legislativa. Em 2001, como consequência de severa cardiopatia, se aposentou. Atualmente mora em Torres.

<sup>333</sup> ALMEIDA, M. N. M. *Op.cit.*

<sup>334</sup> A CORDA rebenta no lado do mais fraco. *Denúncia*, edição extra especial, Porto Alegre, dezembro de 1983, nº 27. p. 4 (ASJPRGS).

Sair para a rua é deixar o território de domínio da empresa, libertar-se do espaço privado da submissão. A ameaça é clara ao arbítrio patronal. Na rua, a mesma fila deixa de ser um lugar de afirmação do servilismo e se transforma em local de desafio. Expor publicamente a exploração que se dá sob o domínio privado é destituir de legitimidade a autoridade patronal, ainda mais de um patrão que alicerçava seu poder na publicização das relações pessoais. Vista sob essa perspectiva, a fila na rua se constitui, assim, num contrateatro dos dominados, no qual estava em jogo, além do próprio pagamento de salários, um jogo cênico de resistência, destinado também ao público externo.

### 3. A destituição da autoridade

Além da fila de vales, a legitimidade da dominação patronal também passa a ser questionada, paralelamente, nos encontros que uniam representantes dos empregados (a maioria ligada aos sindicatos, dos jornalistas em maior número) e da direção da empresa. A reunião inicial ocorreu no dia 11 de abril, diante da demora do pagamento da folha de março, e nela, os trabalhadores se ofereceram para elaborar sugestões no sentido de melhorar o produto final e aumentar o faturamento<sup>335</sup>.

Reportagem publicada em um jornal alternativo após a primeira reunião afirma que os funcionários entraram em “pânico” com a ameaça, feita pelo empresário Breno Caldas, de fechar a *Folha da Tarde* para tapar o rombo financeiro da Caldas Júnior. Além disso, Caldas não soube dizer quando colocaria os vencimentos em dia, previu novos atrasos e pediu a compreensão dos empregados<sup>336</sup>. As propostas de mudanças administrativas foram rejeitadas<sup>337</sup>.

A idéia de interferir no comando da Caldas Júnior não era apenas um anseio vago e mal articulado. Segundo Manoel Loir Gonçalves, então vice-presidente do sindicato dos jornalistas e fotógrafo da Caldas Júnior<sup>338</sup>, a entidade de classe chegou a constituir uma comissão para estudar a co-gestão da empresa, sob inspiração da experiência dos trabalhadores das indústrias Wallig<sup>339</sup>.

---

<sup>335</sup> AVISO AOS navegantes de Breno Caldas: A “Folha” pode fechar. *Denúncia*, Porto Alegre, nº20, abril de 1983, p. 2 (APCE).

<sup>336</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>337</sup> NÃO queremos afundar. *Caldas Júnior Urgente 2*, Porto Alegre, s/data (ASJPRGS).

<sup>338</sup> GONÇALVES, M. L. *Op. cit.*

<sup>339</sup> O grupo Wallig, tradicional fabricante de fogões de Porto Alegre, teve sua falência decretada em 1981. A partir daquele ano, os trabalhadores da indústria fizeram uma intensa mobilização até que, em 1984, conseguiram formar duas cooperativas (uma de fundição e outra mecânica), alugando as instalações da



Uma das propostas era que os funcionários dividissem o comando administrativo da Caldas Júnior com a família Caldas, participando como acionistas a partir da incorporação de seus créditos trabalhistas. Diante das reiteradas negativas de Caldas em sucessivas reuniões, porém, a idéia da co-gestão foi abandonada.

À parte a distinção entre a constituição de cooperativas como a dos empregados da Wallig e o processo de co-gestão<sup>340</sup>, a disposição dos jornalistas remete a um anseio por autonomia e por ampliação do espaço de poder dos trabalhadores.<sup>341</sup> Pode ser relacionada também à experiência do *Coojournal*.

Em depoimento, a jornalista Maria Nazaré de Almeida relatou que havia também propostas de implantação de novas rotinas de produção com o objetivo de obter mais receita. Uma das idéias era transformar a Central do Interior da Caldas Júnior, conhecida por ter a melhor estrutura de cobertura do estado, em uma agência de notícias. Com isso, passaria a ser cobrada uma taxa pelo serviço de repasse de informações – já prestado, informalmente, aos colegas das outras empresas.

A partir destas tentativas de interferir diretamente na administração da empresa, pode-se perceber que os representantes dos trabalhadores reclamavam da direção o seu reconhecimento como interlocutores e como co-responsáveis pelo futuro da Caldas Júnior. Queriam ser vistos como sujeitos do processo, com direito a opinarem e serem ouvidos. À medida que sua interferência foi sistematicamente rechaçada, porém, passaram a alimentar uma crescente desconfiança em relação à capacidade administrativa da autoridade patronal. Um episódio ocorrido em um dos encontros e relatado pelo jornalista João Borges de Souza exemplifica este ceticismo:

Ele mesmo [Caldas] tomou a iniciativa de dizer que as dificuldades na área de jornalismo não eram só da Caldas Júnior. Que outras empresas do país estavam passando por problema semelhante, de endividamento etc etc. Aí nós lembramos a ele que o *Estado de São Paulo*, a S.A. Estado de São Paulo (tinha sido amplamente noticiado) estava enfrentando isso de uma forma

---

massa falida para prosseguir as operações da empresa. Os empregados abriram mão dos direitos trabalhistas para manter o emprego. Sobre esta experiência, ver HOLZMANN, Lorena. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos (SP): Edufscar, 2001.

<sup>340</sup> A gestão participativa (ou co-gestão) difere do cooperativismo. Na primeira, os trabalhadores estão investidos, em graus diversos, da possibilidade de intervir nas decisões referentes à organização do trabalho de uma empresa ou instituição. As cooperativas de trabalho e de produção, por outro lado, “são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais”. Ver SCHMIDT, Derli. *Cooperativa – cooperativismo*; e CATTANI, A. D. *Gestão Participativa*. In: CATTANI, Antonio D. e HOLZMANN, Lorena (orgs). *Op. cit.* p. 71-73 e 145-149.

<sup>341</sup> Para CATTANI, “as iniciativas dos assalariados no que tange à participação na gestão das empresas referenciam-se, mesmo que de forma latente, no ideal de autonomia”. O autor diferencia a gestão participativa resultante da pressão e iniciativa dos trabalhadores daquela implantada como estratégia patronal com o objetivo de reduzir conflitos e aumentar, a partir do envolvimento maior dos empregados, a produtividade. Ver CATTANI, A.D. *Gestão Participativa*. *Op. cit.*

bem objetiva. Podia lançar debêntures, estava negociando as suas debêntures, estava buscando empréstimo no exterior. Ele nos olhou e disse assim: “É, entregaram-se aos credores”. E encerrou a reunião. Quer dizer, não encerrou oficialmente, mas ficou óbvio que nós íamos perder tempo se continuasse a conversa.<sup>342</sup>

Do lado oposto, as conversas também não satisfaziam. Para o patrão inadimplente, a imagem que ficou destas negociações se relaciona justamente à quebra de hierarquia. Em entrevista a um jornal, no ano de 1987, Caldas lembrou dos encontros como momentos nos quais os empregados nem sempre acatavam o código de deferência que ele julgava essencial:

Às vezes, as minhas reuniões com o sindicato dos jornalistas não eram muito boas. Uma delas eu interrompi e pedi que o pessoal se retirasse. Esse negócio foi tomando um caráter até certo ponto descortês. Eu acho que se pode ser firme, e ser exigente em todas as coisas, mas não há necessidade de ser descortês, grosseiro.<sup>343</sup>

Nos dias 29 e 30 de junho, ocorreram paralisações de uma hora na redação, com as assembléias na oficina de chumbo. O boletim do sindicato dos jornalistas comemorando o sucesso das paradas trouxe, simultaneamente, reclamações de que, nas sucessivas reuniões até então realizadas com a direção, os representantes dos funcionários estavam sendo tratados “com deselegância, desatenção e desrespeito, com respostas evasivas e sempre cercadas de veladas ameaças”<sup>344</sup>.

Se os encontros eram agendados no referido local para favorecer a adesão dos gráficos à mobilização, conforme abordado no capítulo 2, entre os jornalistas eles despertavam uma identificação com a imagem de vigor e combatividade do trabalhador braçal. Conforme Loir Gonçalves, as reuniões na oficina foram as mais importantes, mas também as mais “saudosistas”: “A gente lembrava o sindicalismo europeu, com as coisas rolando, gráfica, o pessoal todo engraxado. Trabalhando. Era bonito. Tinha clima de assembléia mesmo. Era uma coisa bonita.”<sup>345</sup>

Das reuniões, passou-se para o confronto. Em setembro, foi distribuída uma carta aberta à população, relatando os atrasos, ameaças de demissão em massa e de fechamento da empresa. Reuniões foram agendadas com os advogados da Caldas Júnior, agora tendo como palco a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), órgão para o

---

<sup>342</sup> SOUZA, J. B. *Op.cit.*

<sup>343</sup> CALDAS, B. *Op. cit.* p. 17.

<sup>344</sup> A CALDAS PAROU, *Boletim extra do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre*, 1/7/83 (ASJPRGS).

<sup>345</sup> GONÇALVES, M.L. *Op. cit.*

qual o sindicato havia enviado ofícios mensais comunicando os atrasos. As reuniões se revelaram infrutíferas. Os empregados reclamavam de respostas evasivas por parte dos advogados enviados à delegacia.

Como mais uma evidência do agravamento da cisão entre patrão e empregados, a direção da Caldas Júnior abriu mão de sua propalada liberalidade e proibiu a realização de uma assembléia na oficina de chumbo no dia 22 de setembro. No entanto, diante da ameaça dos funcionários de realizar o encontro na rua – novamente aqui emerge o sentido de publicização e de fuga do arbítrio patronal –, cedeu. A assembléia foi realizada e nela os empregados ratificaram a decisão de ingressar com um processo administrativo junto à DRT, além de convocarem uma nova reunião para definir uma greve<sup>346</sup>.

A primeira assembléia com proposta de greve saiu no início de outubro. Às vésperas, ocorreram demissões e foram pagos os salários atrasados. A assembléia não alcançou o quórum necessário para a deliberação. O direcionamento para a rua da fila de vales, já referido anteriormente, ocorreu no final do mês, seguido por mais demissões.

Documento encontrado no arquivo do sindicato dos jornalistas, escrito em novembro de 1983, aborda o esgotamento das relações entre os representantes dos trabalhadores e a direção da empresa, citando o aumento das retaliações patronais:

Durante os sete meses de crise pública na Caldas Júnior, o comportamento da direção da empresa em relação às solicitações dos empregados mudou muito. Se no início a direção do sindicato e os funcionários tinham liberdade de realizar assembléia e fixar material de divulgação no interior do prédio, hoje tudo isso está proibido. Ao mesmo tempo, os dirigentes do sindicato e os delegados sindicais passavam a ser perseguidos com medidas intimidatórias: remanejamento de pessoal entre redações e para outros departamentos, evitando o contato com a categoria, o não pagamento até de pensões alimentícias, controle rígido de horário de trabalho a ser cumprido; ameaças diárias de demissões, suspensões, etc<sup>347</sup>.

Na esfera pessoal, a corrosão da legitimidade material da dominação implica também o desgaste de sua base subjetiva – o reconhecimento da superioridade do patrão. Ao relatar as novidades sobre a crise da empresa em seu diário, um jornalista, empregado da Caldas Júnior, se perguntou, em 25 de novembro: “não sei porque todo

---

<sup>346</sup> RELATÓRIO preliminar sobre o movimento reivindicatório dos funcionários da EJCI. Relatório elaborado pela Comissão de Mobilização dos Funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior, Porto Alegre, 1984. p. 9 (APJBS).

<sup>347</sup> Documento s/ título (ASJPRGS).

mundo usa o doutor na frente do nome dele [Caldas] se trata-se apenas de um jornalista”<sup>348</sup>.

A partir da decretação da greve, em dezembro, esta estranheza privada explodiu numa destituição verbal e pública da autoridade, eivada de raiva e ressentimento<sup>349</sup>. Caldas passou a ser chamado, em boletins do sindicato dos jornalistas, de “caloteiro patrão” e foi retratado segurando firmemente sacos de dinheiro (ver ilustração a seguir). Em boletim do segundo dia de greve, os grevistas escreveram que “o descendente da família Caldas que atualmente dirige os negócios, o empresário-fazendeiro Breno Caldas, foi obrigado a entrar na sua empresa, furando um piquete de funcionários que há dois meses não recebem salários, sofrendo ainda a humilhação de ser vaiado e chamado de caloteiro”<sup>350</sup>.

Atacar a imagem de Caldas significava torná-lo humano, desmitificá-lo, enfraquecendo o artifício que sustentava as relações paternalistas na empresa. O pai que não provê, que desaponta, foi assim destronado de sua autoridade. Não é à toa que o jornal dos grevistas apregoava “o fim de um reinado conduzido com mão de ferro e presunção” e alertava: “o rei está nu”. Na capa, a mesma edição trazia como manchete a pergunta: “E agora, doutor Breno?”, dando uma conotação pejorativa ao “doutor”, marca lingüística da distinção e da autoridade do patrão.

A poesia que serve como epígrafe a este capítulo, repleta de injúrias, mostra que os xingamentos não eram apenas um artifício dos militantes sindicais para mobilizar os grevistas. Afinal, esses versos não foram publicados. Refletem claramente um desabafo pessoal, de alguém que deixou de sentir o poder patronal como legítimo e passou a vê-lo como abuso.

Face a essa crescente percepção da ilegitimidade da dominação, os trabalhadores sentiram-se no direito – ou no dever – de tomar as rédeas daquilo que era seu: os salários e, por extensão, a empresa. No caso dos jornalistas, o confronto também teve como argumento uma luta para que não se concretizasse no Rio Grande do Sul um “monopólio das comunicações” (com a permanência solitária do Grupo RBS no mercado jornalístico, o que de fato ocorreu posteriormente). Fiéis a seus valores

---

<sup>348</sup> Diário do grevista, anotações de 25 de novembro de 1984 (APCE).

<sup>349</sup> Sobre o uso de termos pejorativos, injúrias e ameaças contra patrões durante greves, ver PERROT, M. *Op. cit.* p. 224-227.

<sup>350</sup> BRIGADA é parcial. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 14/12/83 (ASJPRGS).

profissionais, tais trabalhadores viam na possibilidade desse monopólio uma ameaça não só à sua categoria, mas também ao direito de informação da sociedade gaúcha.

Ao fazer a greve, reivindicavam, além da regularização dos salários e do pagamento dos direitos não saldados, “que outra mentalidade empresarial assuma a Caldas Júnior e garanta a continuidade e melhoria de todos os seus veículos, a permanência no emprego de todos seus profissionais e o direito à informação da sociedade”<sup>351</sup>.

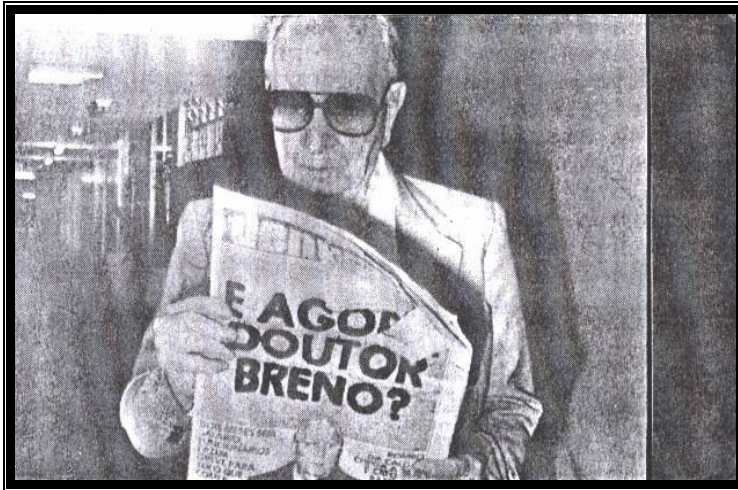
Curiosamente, o mesmo argumento – a luta pela sobrevivência da Caldas Júnior – foi utilizado pelos que não aderiram à greve e pela própria empresa para tentar estigmatizar os grevistas publicamente. Oito dias depois de iniciada a paralisação, os diários da Caldas Júnior publicaram notas assinadas por jornalistas que discordavam do movimento, os quais se diziam “doídos e magoados com a perda de amigos, com as palavras erradas ditas quando a emoção foi maior do que a razão” e salientavam acreditar “que o momento de crise exigia trabalho, para provar a possibilidade de sobrevivência, para não deixar que um espaço conquistado com esforço fosse perdido”<sup>352</sup>.



**Figura 6: Caricatura de Breno Caldas agarrado a sacos de dinheiro publicada em boletim dos grevistas. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, 28/12/83.**

<sup>351</sup> NÓS E o futuro da empresa. *Boletim da Comissão Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 28/12/83 (ASJPRGS).

<sup>352</sup> PORQUE NÃO PARAMOS. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 20 de dezembro de 1983, p.3. A nota era assinada por 28 jornalistas, entre eles o diretor de redação, Walter Galvani. No mesmo dia, o *Correio do Povo* publicou nota no mesmo sentido, intitulada PORQUE FICAMOS, na capa, assinada por Antônio Carlos Ribeiro, secretário de redação (MCSHJC).



**Figura 7:** O poeta Mario Quintana com o jornal editado pelos grevistas, cuja capa traz a manchete “E agora, doutor Breno?”. Foto de Itamar Garcez. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, 05/01/84.



**Figura 8:** “Vende a Caldas DR. Breno”. Cartaz empunhado por grevista em manifestação na frente do prédio da Caldas Júnior. Foto de Itamar Garcez. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, 03/01/84.

Concluindo este capítulo, pode-se dizer que o não-pagamento dos salários explicitou o caráter exploratório da relação patrão-empregados e alimentou o “sentimento subjetivo da dignidade violentada”<sup>353</sup>, expressão usada por Laís Abramo ao pesquisar a construção da greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978.

<sup>353</sup>ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade – Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas (SP): Unicamp; São Paulo: Imprensa oficial, 1999. p. 45.

Em seu trabalho, Abramo intuiu que a percepção da dignidade violada dos metalúrgicos se constituiu “a partir de um profundo sentimento de injustiça, exclusão e humilhação”. No cerne da experiência dos trabalhadores, estava a vivência de trabalhar no mais moderno parque industrial do país, tendo porém de se submeter a rotinas exaustivas e à deterioração de seu padrão de vida provocada pela perda salarial. Havia, portanto, a “sensação de ruptura de qualquer regra de reciprocidade”<sup>354</sup>.

Assim como naquele movimento, cuja deflagração marcou o início do chamado novo sindicalismo, a legitimidade da greve na Caldas Júnior passou a ser diretamente associada à recuperação da dignidade dos trabalhadores. Em seu jornal, os grevistas explicavam: “Os funcionários e seus filhos querem comer, querem manter suas famílias com dignidade. A dignidade que resta a quem trabalha sem salários é a greve”<sup>355</sup>.

O teatro de dominação montado na Caldas Júnior exigia, para seu perfeito funcionamento, atos através dos quais os trabalhadores se sentissem reconhecidos pelo patrão, ungido pelo seu poder econômico e pela veiculação midiática de sua influência. No momento em que os funcionários passaram a se sentir cada vez mais ignorados e desprezados, o jogo da dominação motivou a eleição também da arena pública como local de resistência. Ao teatro da dominação, opôs-se o contrateatro dos protestos nas ruas e das cartas abertas à população. Além disso, as experiências nas filas de vales e nas assembléias na oficina de chumbo permitiram que o momento de crise e de penúria fosse vivido como algo comum, coletivo.

A crise também tornou mais patentes as diferenças de perspectiva entre os representantes dos trabalhadores, que desejavam influir no comando da empresa, e a direção da Caldas Júnior, incapaz de abandonar o modelo centralizado, sua principal característica e a base de seu poder. Assim, unidos pelos mesmos interesses, sentindo-se humilhados, desejosos de reconhecimento, os empregados descobriram no patrão o vetor contra quem deveriam lutar – e o ataque à sua figura tornou-se elemento característico desta mobilização.

No entanto, este movimento não aconteceu em qualquer momento ou em qualquer lugar. Ele ocorreu em um determinado local e período histórico: no Rio Grande do Sul, no início dos anos 80, exatamente quando se verificava a afirmação

---

<sup>354</sup> *Idem, ibidem*. p. 45-46. A noção de reciprocidade é formulada por Abramo com auxílio do pensamento do psicanalista Hélio Pellegrino, para quem o trabalho pressupõe a renúncia do indivíduo ao princípio do prazer, sob a garantia de receber, ao menos, o mínimo indispensável à sua preservação.

<sup>355</sup> FOME NO NATAL, mas com dignidade. *Denúncia*, Porto Alegre, nº 28, edição extra especial, dezembro de 1983, p. 3 (ASJPRGS).

institucional de um processo de retomada da mobilização dos trabalhadores e de mudanças nos comandos dos sindicatos, deflagrado no final da década anterior.

Neste contexto, a indignação dos empregados da Caldas Júnior foi canalizada para um movimento organizado, capaz de manter-se por quase dois meses, buscar alternativas judiciais e que procurou apoio na nascente reorganização sindical do período. É o que veremos a seguir.



## Capítulo IV

### A greve e a articulação sindical

*Houve um pool de sindicatos em dia, dada a importância que tinha o movimento à época. Era uma greve em um meio de comunicação em um momento que a gente estava de transição, saindo de um período ditatorial, e entrando em um outro que ainda era dúvida naquele momento, como seria, como se comportariam os militares, como politicamente íamos sair. Então, aquele movimento estava sendo olhado com lupa por todos os movimentos.*

**Manoel Loir Gonçalves, fotógrafo, vice-presidente do sindicato dos jornalistas à época da greve**

*Eu entrei, eles já estavam com o movimento pronto. Quando eu entrei, eu aderi ao movimento de forma solidária. Tentando segurar o rodoviário. Mas eles já estavam há meses trabalhando em cima desse processo.*

**Oswaldo Gomes Rodrigues, o Galo, presidente do sindicato dos rodoviários à época da greve**

*A gente ia perder um enorme tempo com aquela turma lá, as gurias só dizendo nome feio. Era uma anarquia. Lá no sindicato dos jornalistas, desculpe eu dizer, era uma anarquia de primeira. Só se ouvia bandalheira e bandalheira.*

**Euclides Bento da Cruz, presidente do sindicato dos gráficos à época da greve**

Os dois capítulos anteriores centraram-se no exame das condições materiais e subjetivas de eclosão da greve na Caldas Júnior, a partir da análise da questão da transformação tecnológica e da revolta contra uma relação específica de dominação. No entanto, se uma série de circunstâncias materiais favoreceu o questionamento da autoridade patronal no cotidiano dos trabalhadores, ocasionando ainda a sua união em torno dos mesmos interesses, o ambiente sindical da época também teve influência sobre o movimento.

O presente capítulo pretende justamente discutir as características das organizações sindicais das categorias envolvidas na greve da Caldas Júnior, a forma como o movimento foi organizado e como se desenvolveu. Parte-se da constatação de que os três sindicatos – gráficos, jornalistas e rodoviários – apresentavam características bastante distintas em termos de práticas de lutas e de alinhamento com o então ascendente movimento de renovação do sindicalismo brasileiro. Pretende-se assim saber de que forma a articulação sindical pode ser observada em relação à mobilização na Caldas Júnior e quais as características do relacionamento entre “velhos” e “novos” sindicalistas neste contexto.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, apresento dados sobre o contexto sindical da época, em especial o conflito entre as diversas correntes de sindicalistas. Em seguida, abordo o caso dos três sindicatos e, por último, analiso a mobilização grevista.

## 1. As cisões do movimento sindical

A mobilização e o início da greve da Caldas Júnior se desenrolaram em 1983, ano de afirmação institucional do novo sindicalismo no Brasil, com a deflagração da primeira greve geral pós-golpe de 64, em julho, e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto (a CUT gaúcha seria criada no ano seguinte). Para além deste marco, o processo de institucionalização das novas tendências sindicais se desenrolou paulatinamente, desde o final dos anos 70, impulsionado por um grande número de greves no país e pelas mudanças nas direções das entidades, boa parte delas tomadas por grupos conservadores durante a ditadura.

Essa transformação, como não poderia deixar de ser, não ocorreu de maneira uniforme e linear. O período foi marcado por uma série de processos, alguns deles contraditórios e com características ambíguas:

- 1) a retomada dos movimentos sociais, em especial das paralisações do trabalho, com expressivo número de greves;
- 2) a ascensão às direções sindicais de grupos comprometidos com propostas de renovação de caráter oposicionista (tanto da esquerda tradicional – PCB, PCdoB e MR-8 –, quanto aqueles identificados com as correntes “autênticas” ou “combativas”, autodenominadas “novo sindicalismo”);
- 3) os conflitos e cisões entre esses mesmos grupos;
- 4) a força nada desprezível dos sindicalistas conservadores, caracterizados por uma postura eminentemente assistencialista e/ou comprometida com o regime militar.

De início, vale um esclarecimento acerca de uma expressão-chave empregada nesta dissertação. Faz-se necessário reconhecer a distinção entre novo sindicalismo, usado genericamente para significar o período, e o “novo sindicalismo”, as correntes de esquerda de oposição à esquerda tradicional e que crescentemente se articularam em torno do PT e, posteriormente, da CUT.

A imprecisão data mesmo da época. Como ressalta Mattos, as diferenças entre os “novos” e os “velhos” militantes nem sempre eram perceptíveis para a base dos trabalhadores, porque ambos os grupos se apresentavam como oposições (a esquerda tradicional contra os sindicalistas conservadores e os “novos”, aos dois grupos). A confusão era agravada pela própria conjuntura de ascensão do movimento sindical, simbolizada pelas greves do ABC, uma referência identitária obrigatória para todas essas correntes, mesmo as da esquerda tradicional<sup>356</sup>.

Desta forma, o próprio uso do termo implica uma confusão entre as propostas das (diversas) correntes de esquerda opostas à esquerda tradicional e o período histórico em si, evidenciando, de certa forma, a enorme influência (para dizer o mínimo) que tais grupos de renovação passaram a ter no panorama sindical brasileiro. Se podemos falar numa hegemonia posterior, porém, ela ainda não existia no final dos 70 e início dos 80. Este é um período de embate político no interior do sindicalismo e de incerteza em relação a seus rumos futuros.

Como medida simplificadora, nos limites deste trabalho, o termo novo sindicalismo (sem aspas) está sendo usado, preferencialmente, para significar justamente o movimento de ascensão sindical, marcado pelo grande número de greves e também de tomada das direções sindicais por grupos de oposição. Quando utilizar “novo sindicalismo” (com aspas), a expressão refere-se às correntes opostas à esquerda tradicional.

Conforme já observado, para Santana, a emergência do novo sindicalismo pode ser caracterizada por uma situação de “concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil”<sup>357</sup>. No início da década de 90, Rodrigues havia detectado a intensa fragmentação do sindicalismo brasileiro, resultado do processo de formação das centrais sindicais nos anos 80<sup>358</sup>.

Alguns dos palcos desses embates foram os sucessivos encontros sindicais que ocorreram concomitantemente à ascensão do número de greves no país, a partir de 1978, e que reuniram representantes dos “autênticos”, das “oposições sindicais” e da Unidade Sindical. Basicamente, os “autênticos” incluíam militantes de direções sindicais que haviam liderado greves que de alguma forma se insurgiam contra a política salarial do governo militar, como os metalúrgicos de São Bernardo ou os

---

<sup>356</sup> MATTOS, M. B. *Sobre novos e velhos...* p. 331.

<sup>357</sup> SANTANA, M. A. *Política e História...* p. 135.

<sup>358</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., A. (org). *O sindicalismo...* p. 11-42.

bancários de Porto Alegre. As “oposições sindicais” eram grupos contrários a diretorias consideradas “pelegas” e que defendiam a pluralidade sindical e as comissões de fábrica. A Unidade Sindical reunia sindicalistas ligados à esquerda “tradicional”: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Defendiam a unicidade sindical (um sindicato único por ramo de produção e por base territorial)<sup>359</sup>, entre outras propostas.

Embora nos primeiros encontros tivesse havido uma identificação de posições entre os grupos, no sentido de ampliar a participação e o espaço dos trabalhadores na sociedade brasileira, paulatinamente ocorreu uma separação. Discordâncias a respeito do papel das “oposições sindicais” e a criação do PT em 1980 acabaram por unir oposições e “autênticos”, formando o autodenominado bloco “combativo”, contrário à Unidade Sindical.

O marco para a separação desses blocos foi a organização da Comissão Nacional Pró-CUT, eleita na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em Praia Grande (SP), no mês de agosto de 1981. A conferência reuniu 5.247 delegados de 1.126 entidades sindicais e pretendia discutir em profundidade Direito do Trabalho, previdência social, política agrária, política salarial e econômica, problemas nacionais, sindicalismo e formas de luta. No entanto, os debates se focaram no tema da política sindical. A reportagem de um jornal alternativo gaúcho descreve o evento com tom crítico, deixando entrever o quanto as discussões políticas foram centrais no encontro:

Sindicalismo foi o tema que consumiu a maior parte do tempo e das divergências entre os participantes. Mesmo assim não se discutiu nada além da formação da Comissão Nacional Pró-CUT, tudo o mais sendo aprovado em bloco. Pelos cargos nessa comissão engalfinharam-se os dirigentes dos variados grupos políticos. Quando se resolveu esta questão, mais da metade dos delegados, que até então lotavam o plenário, retirou-se, deixando uma minoria a debater as formas de luta para obter as reivindicações que mal foram discutidas.<sup>360</sup>

O Rio Grande do Sul participou da I Conclat com a segunda maior delegação de entidades (123), perdendo apenas para São Paulo (213). Destas, 65% eram sindicatos urbanos – o que evidencia um alto grau de penetração do sindicalismo de oposição ao regime no estado. Enquanto no encontro havia enviados de 80 sindicatos urbanos

---

<sup>359</sup> Rodrigues ainda inclui neste panorama o que chama de “extrema esquerda”, nome pelo qual designa militantes de “pequenos partidos de ideologia leninista como as tendências extremas, não organizadas partidariamente, quase próximas de um sindicalismo revolucionário”. RODRIGUES, L. M. *As tendências...* p. 30.

<sup>360</sup> MORAIS, Ricardo. Saiu o trem operário. *Coojornal*, Porto Alegre, nº 67, setembro de 1981. p. 12 (BFabico).

gaúchos, a representação de Minas Gerais era composta por apenas 51 entidades, e a do Rio de Janeiro, por 48. Em relação ao número de delegados enviados, porém, o Rio Grande do Sul ocupava a quarta colocação entre os estados (atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), com 384 representantes. Seis sindicalistas gaúchos participavam da Comissão Pró-CUT<sup>361</sup>.

Se a própria eleição da Comissão Pró-CUT foi alvo de extensa disputa, sua atuação representaria uma clivagem no processo de renovação do movimento sindical. As discordâncias giravam em torno de táticas e de programas, bem como sobre quando e como seria criada a nova central sindical<sup>362</sup>.

A cisão no interior da Executiva fez com que o evento que resultou efetivamente na fundação da CUT, o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (também chamado Conclat), originalmente marcado para 1982, ocorresse somente em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), sem a presença da Unidade Sindical. A ele acorreram 5.059 delegados de 912 entidades (porém apenas uma confederação e cinco federações, contra quatro confederações e 50 federações da Conclat anterior)<sup>363</sup>. Novamente aí o Rio Grande do Sul era o segundo estado em número de entidades representadas (99), atrás de São Paulo (135)<sup>364</sup>.

Por outro lado, o bloco contrário também organizou a sua própria Conclat, em novembro do mesmo ano, da qual participaram 4.234 delegados de 1.243 entidades. O congresso elegeu uma coordenação nacional mantendo a sigla Conclat, que, três anos depois, após novo encontro, transformou-se em Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Além dos dois partidos comunistas, esse bloco era formado pelo MR-8, pelos sindicalistas ligados ao PMDB e pelos militantes próximos do sindicalismo norte-americano, liderados pelo presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Rogério Magri<sup>365</sup>.

---

<sup>361</sup> CUT 20 anos... Integravam a comissão, pelo Rio Grande do Sul, João Paulo Marques (Sindicato do Vestuário de Porto Alegre), Lauro Hagemann (Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre), Olívio Dutra (Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Orgênico Rott (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul), Ricardo Baldino de Souza (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre) e Walter José Irber (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela).

<sup>362</sup> Conforme Rodrigues, as discordâncias se deram, em primeiro lugar, em torno da data (as alas mais à esquerda defendiam a realização do congresso fundador da CUT em 1982, do que a US divergia) e em relação a questões básicas como as posições quanto à unicidade, contribuição sindical e participação das oposições sindicais. RODRIGUES, L. M. *As tendências...* p. 27-30, 32-33.

<sup>363</sup> *Idem, ibidem*, p. 33-34.

<sup>364</sup> CUT 20 anos...

<sup>365</sup> RODRIGUES, L. M. *As tendências...* p. 35. Posteriormente houve mais uma série de cisões que resultaram na divisão da CGT em dois grupos (com a mesma sigla), a Confederação Geral do Trabalho,

Essa disputa pela hegemonia da política sindical foi alimentada por profundas diferenças na avaliação das estratégias a serem utilizadas frente ao regime autoritário ainda vigente. Para o PCB, era importante evitar confrontos com os militares e construir alianças com setores de oposição, em especial o PMDB. Para os sindicalistas “combativos”, ligados ao PT, que propunham um enfrentamento direto com o regime, a estratégia dos comunistas era considerada “negocista, conciliadora e reformista”<sup>366</sup>. Por outro lado, esses últimos qualificavam de “esquerdista e desestabilizadora” a tática dos “novos”<sup>367</sup>.

Os grupos identificados com os “combativos”, observa Santana, eram críticos da atuação do PCB no período anterior ao golpe de 64. A aliança PTB-PCB que dominou o sindicalismo no período era vista como uma experiência negativa e associada à hegemonia sindical populista, termo compreendido num sentido pejorativo. Nesta concepção, a característica principal do populismo seria uma prática cupulista, baseada na colaboração de classe e afastada das bases, ao contrário do “novo sindicalismo”, que se construía no confronto (sobretudo as greves).

Este embate sindical influenciou a reflexão acadêmica. Os primeiros autores a analisar o período construíram sua imagem procurando ressaltar o caráter de novidade, de defesa da autonomia frente ao Estado e de articulação com as bases do novo sindicalismo, em contraste com o cupulismo e o adesismo apontados como característico do período pré-64.

Em artigo publicado no ano de 1983, por exemplo, Maria Hermínia Tavares de Almeida observa que as demandas dos trabalhadores por maior autonomia são uma tradução do “anseio profundo de afirmação de uma identidade operária, forjada na experiência do degrado político e de uma cidadania social de segunda classe”. Assim, a “abolição da ingerência estatal no mundo do trabalho” é o cerne da proposta de criação de “um sindicalismo mobilizador, participacionista e democrático”, em oposição “a um sindicato burocratizado, oligárquico e pouco representativo”<sup>368</sup>. Por sua capacidade de luta e mobilização, o operariado da setor industrial se torna, para a autora, o “símbolo de

---

liderada por Magri, e a Central Geral dos Trabalhadores, liderada por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, além da criação da União Sindical Independente (USI) e da Força Sindical. No final da década de 80, os sindicalistas do PC do B e do PCB aderiram à CUT.

<sup>366</sup> SANTANA, M. A. *Op.cit.* p. 137.

<sup>367</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>368</sup> TAVARES DE ALMEIDA, M. H. *O sindicalismo...* p. 202.

autonomia e autoderminação das classes trabalhadoras”, num “processo de constituição de uma nova identidade coletiva”<sup>369</sup>

A reflexão acadêmica era influenciada pelo próprio contexto de sua produção. Na época, os “novos” sindicalistas (aí compreendidos os militantes dos diversos grupos e tendências ligados ao nascente PT) procuravam cada vez mais se diferenciar dos “velhos” (aí compreendidos os conservadores ou “pelegos” e, a partir de 1983, o grupo da Unidade Sindical, em especial os comunistas). Um dos alicerces desta diferenciação e também da afirmação destes novos grupos era a imagem de combatividade e de independência política. Por conseguinte, todo o movimento com características “combativas” era imediatamente associado ao “novo sindicalismo” e todo o movimento com liderança dos novos grupos sindicais era visto como “combativo”.

A partir da fundação das centrais, a fragmentação do movimento sindical se acentuou. Nos anos 90, Rodrigues viu no fenômeno um reflexo das “discrepâncias no interior das classes assalariadas”, reforçadas pelo ingresso, na luta sindical, das categorias de classe média (profissionais liberais, por exemplo), que seriam, a seu ver, mais radicalizadas que os trabalhadores industriais. Além disso, criticou a partidarização das centrais, argumentando, que “a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do próprio sindicalismo”<sup>370</sup>.

Mattos, no entanto, discorda desta avaliação, observando que a associação entre radicalismo e as classes médias representa o retorno a uma explicação do comportamento dos trabalhadores baseada na origem social (do qual, ressalta, Rodrigues foi um dos difusores nos anos 60). Tanto tendências mais radicais quanto aquelas mais moderadas estão presentes no interior *também* do chamado sindicalismo de classe média, assim como entre os militantes dos sindicatos de operários. Além disso, observa que a partidarização não veio de *fora* do sindicalismo, mas estava *dentro* dele, já que o próprio PT teve como uma de suas principais origens o movimento sindical. O discurso do apoliticismo, empunhado por lideranças como Lula no início das

---

<sup>369</sup> *Idem, ibidem*. p. 207. Para uma interpretação na mesma linha, ver MOISÉS, J. Álvaro. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Polis, 1978 e MUNAKATA, K. O lugar do movimento operário. In: IV Encontro regional de História de São Paulo, 1980, Araraquara. Movimentos sociais (Anais do IV Encontro regional de História de São Paulo). Araraquara: ANPUH/UNESP, 1978. v. 1. p. 61-81. Na perspectiva de Cattani, há uma ruptura com “as relações e condições instituídas no passado” desencadeada pelas greves de 1978 e 1979. Tal ruptura já estaria de certa forma anunciada no período populista, marcado pela ambigüidade entre o controle e a manipulação do Estado e o aumento da participação dos trabalhadores na cena nacional, o que levaria a uma autonomia crescente. CATTANI, A. D. Sindicalismo e política. In: CATTANI, A. D. (org). *Sindicalismo: Ação...* p. 150.

<sup>370</sup> RODRIGUES, L.M. *Op. cit.* p. 40-41.

greves do ABC, é interpretado por este autor como um instrumento da “afirmação da identidade positiva dos trabalhadores e de seus sindicatos, como atores que se constituíam autonomamente e, portanto, agiam a partir de sua própria lógica e de demandas endogenamente gestadas”<sup>371</sup>.

A afirmação dessa identidade também está diretamente ligada às greves. Além de servirem de canal de expressão e reivindicação de uma classe trabalhadora amordaçada e arrojada durante o regime militar, as paralisações do trabalho tiveram o importante papel de delimitar fronteiras entre concepções sindicais diferenciadas, aponta Mattos<sup>372</sup>.

Realmente, alguns dos movimentos deflagrados contribuíram para dar visibilidade a lideranças que tiveram posteriormente papel expressivo tanto na política regional quanto na nacional. Um exemplo no âmbito gaúcho é o líder dos bancários, Olívio Dutra. Determinante para o relevo desse dirigente e de sua categoria no movimento sindical gaúcho foi a massiva greve de 15 dias em 1979, na qual 16 dirigentes foram presos e quatro tiveram o mandato cassado (entre eles, o próprio Dutra). O movimento motivou a intervenção do governo no sindicato durante 10 meses. Apesar de ser encarada como um fracasso com relação ao aspecto econômico, tal greve foi vista como um marco para o movimento sindical gaúcho.<sup>373</sup>

Porém, em meio às lutas e às estratégias que dividiam as esquerdas, havia ainda a presença marcante dos sindicalistas conservadores, que tinham tomado boa parte das direções sindicais durante o período ditatorial.<sup>374</sup> A força de tais grupos não pode ser subestimada. No mesmo 1978 em que as greves metalúrgicas do ABC marcaram o surgimento do novo sindicalismo, a Federação dos Trabalhadores na Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Sul conseguiu reunir 10 mil trabalhadores gaúchos que lotaram o Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, para homenagear o presidente Ernesto Geisel no 1º de maio. Os operários presentes receberam, cada um, um bauru e um

---

<sup>371</sup> MATTOS, M. B. *Novos e velhos...* p. 74.

<sup>372</sup> *Idem, ibidem.* p. 220.

<sup>373</sup> SILVA, S. I. M. *Op. cit.* p. 111-119.

<sup>374</sup> O próprio uso deste adjetivo pode provocar confusão, já que, a partir de 1983, ele passa a ser utilizado pelos “combativos”, juntamente com o termo “pelego”, também em relação aos antigos aliados, os integrantes da Unidade Sindical. Um exemplo é o texto publicado no jornal *Em Tempo* sobre o congresso de criação da CUT, no qual há referência à divisão do movimento sindical, “novamente puxada por pelegos notórios, pelegos reformados e seus acompanhantes, os sindicalistas do Partido Comunista Brasileiro”. AYALA, Luci, MORAES, Regis e OLIVEIRA, Elvira. Manobra criminosa para quebrar o ascenso do movimento. *Em Tempo*, São Paulo, nº 176, 18 a 31 de agosto de 1983. p. 8-9 (CDS/NPH). Portanto, cabe um esclarecimento: sob o adjetivo “conservadores”, me refiro aqui às direções sindicais não-identificadas com grupos de esquerda ou com o movimento de renovação do sindicalismo, caracterizadas por práticas de adesão ao regime militar e/ou um assistencialismo burocrático.



iogurte, e assistiram ao show do cantor Jair Rodrigues. As lideranças sindicais conservadoras confraternizaram logo depois com Geisel, os ministros Arnaldo da Costa Prieto (Trabalho) e Nascimento e Silva (Previdência e Assistência Social), em um churrasco no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio<sup>375</sup>.

Em escala nacional, a I Conclat não conseguiu reunir nem metade das 3.958 entidades previamente contatadas por sua organização. Conforme Cattani, o período 1979-1980 no Rio Grande do Sul é caracterizado por greves significativas, cujos personagens marcaram a década seguinte. Uma das conseqüências desses movimentos foi o tensionamento da estrutura sindical tradicional, incapaz de fazer frente às reivindicações dos trabalhadores e que passou a ser pressionada pelos novos sindicalistas das “oposições sindicais”. No início dos anos 80, porém, se constatou que as greves não haviam conseguido provocar “a derrubada ou a transformação dos dirigentes conservadores”, o que motivou um refluxo nas paralisações, segundo o autor<sup>376</sup>.

No momento da greve da Caldas Júnior, portanto, a arena do poder sindical era um território em disputa, e os conservadores não estavam, de modo algum, fora do páreo disputado arduamente pelas diversas tendências de esquerda. Paralelamente a essas lutas, porém, os movimentos sociais muitas vezes obrigavam as correntes opostas a alianças estratégicas. Examinar o caso dos três sindicatos envolvidos na paralisação da Caldas Júnior é olhar com uma lupa para este mundo onde reinavam, por vezes, desacertos entre próximos e, em outras ocasiões, composições entre opostos.

## 2. Os três sindicatos

Desde meados da década de 70, quando um grupo de dirigentes ligado ao PCB assumiu sua direção, o sindicato dos jornalistas seguia um rumo de comprometimento e envolvimento com as propostas de renovação da estrutura sindical, além de se alinhar com movimentos de resistência contra o regime militar. Seus dirigentes foram ativos nos protestos pela morte de Vladimir Herzog em 1975 – a entidade porto-alegrense foi,

---

<sup>375</sup> Para coroar o agrado destes dirigentes sindicais ao regime, Geisel ganhou de um casal de trabalhadores uma miniatura de capacete, em ouro, e o ministro Prieto, o mesmo objeto em prata. MAIS DE 10 mil na Festa do Capacete, no Gigantinho. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 2 de maio de 1978, p. 31 a 34 (MCSHJC). O evento é citado em CATTANI, A. D. *Movimento sindical...* p. 670-671, 1993.

<sup>376</sup> *Idem, ibidem*, p. 672-673.

por exemplo, uma das seis da categoria no Brasil que condenou imediatamente o assassinato.

Dois anos depois, João Borges de Souza (presidente na gestão 1974-1976) concorreu como anti-candidato nas eleições indiretas da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), numa chapa de oposição que pretendia a transformação do órgão. O manifesto da chapa acusava a cúpula da Fenaj de “comodismo” e “omissão” e apresentava um programa baseado na defesa da liberdade de imprensa, no repúdio à censura, na defesa da autonomia sindical e no aperfeiçoamento (mas não derrubada) da legislação trabalhista<sup>377</sup>.

No mesmo ano de 1977, na gestão de Antônio Manoel de Oliveira, o sindicato integrou o Manifesto das 110 Entidades, documento firmado por 109 sindicatos e uma federação do Rio Grande do Sul, que fazia uma análise dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e defendia sua participação política<sup>378</sup>. No mesmo ano, três dezenas de entidades constituíram a Comissão Intersindical do Rio Grande do Sul, órgão que promovia a articulação conjunta dos militantes sindicais de diversas categorias e oferecia apoio a movimentos reivindicatórios, por meio de manifestações, cedência de espaço físico, assessoria jurídica e coleta de fundos, entre outros. Em julho de 1978, sindicatos ligados à Intersindical divulgaram uma carta ao governo federal reivindicando direito de greve, liberdade sindical, liberdade de associação intersindical, fim do arrocho salarial, modificações na política habitacional e reforma agrária<sup>379</sup>.

O presidente seguinte do sindicato dos jornalistas, Lauro Hagemann, participou da I Conclat, ao lado de representantes de outras entidades do Rio Grande do Sul, entre

---

<sup>377</sup> FEDERAÇÃO dos jornalistas – A hora de renovar. Manifesto da chapa 2 para eleições da Fenaj – 1977 (APJBS). A chapa surgiu de um manifesto, lançado no Rio Grande do Sul, contra a forma centralizada de eleição para a diretoria da Fenaj, e reunia profissionais de todo o país. Sobre o movimento de democratização da Fenaj, que resultou na ascensão da oposição ao poder em 1980 e em eleições diretas na entidade em 1986, ver entrevistas de Armando Rollemberg e Washington Tadeu de Mello. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1310> e <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1187>. Acesso em 18/01/07; e texto de OLIVEIRA, Antonio Manoel de. Imprensa gaúcha – E a ética foi para as cucuias. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 1º de janeiro de 2002. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd010120022.htm>. Acesso em 19/01/06. Sobre o episódio, Souza declarou, em seu depoimento: “como nós tínhamos feito alguns encontros de caráter nacional e regional aqui e ao mesmo tempo participávamos de promoções em outros estados, defendendo a idéia da necessidade de renovação da Fenaj, dos critérios de eleição da federação e das próprias confederações, nós terminamos sendo levados a ter uma participação mais ativa nisso. Foi nessas circunstâncias que eu terminei virando um candidato meio anti-candidato. Um candidato para romper com um tipo de comportamento, ainda sabendo que ia perder.” SOUZA, João B. *Op.cit.*

<sup>378</sup> MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. Nos tempos do novo sindicalismo. In: *Histórias do Trabalho 1996/1997*. Porto Alegre: Unidade Editorial/Prefeitura de Porto Alegre, 1998. p. 216.

<sup>379</sup> *Idem, ibidem*. p. 216-218. Assinaram a carta sete sindicatos (metalúrgicos, bancários, vestuário, propagandistas, jornalistas, petróleo e energia elétrica).

elas o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, que já se revelava a principal liderança dos “autênticos” no estado. Na Conclat, Hagemann foi eleito para integrar o grupo da Executiva Nacional da Comissão Nacional pró-CUT, com Olívio e Orgênio Rott, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul<sup>380</sup>. Como já vimos, é a partir da atuação dessa comissão que ocorreu a ruptura entre o bloco da Unidade Sindical, do qual fazia parte o PCB, e os demais grupos, ligados ao PT.

É neste momento que se desenrola o processo sucessório de 1983 no sindicato dos jornalistas, com a disputa entre uma chapa ligada à situação (Hagemann) e outra de oposição, formada por um grupo de jovens militantes, a maioria sem experiência sindical, alguns deles vinculados a setores de esquerda e ao PT. Entre as propostas desta última chapa estavam a ampliação da discussão interna dentro da entidade, a criação de comissões profissionais e de conselhos de redação. De seus integrantes, apenas o candidato a presidente, Remi Baldasso<sup>381</sup>, havia participado antes de uma diretoria do sindicato, como suplente na gestão de Hagemann.

Em depoimento, o fotógrafo Loir Gonçalves, candidato a vice na chapa, mostra a polarização de propostas que opunham, de um lado, as lideranças “tradicionais” (os comunistas), e do outro, militantes do PT e independentes:

A minha entrada no sindicalismo foi numa época de transição. Uma época em que os grupos políticos da nossa categoria estavam um pouco divididos. Havia um grupo forte, que tinha anteriormente e que estava inclusive na direção do sindicato, o Lauro Hagemann, João Souza, as pessoas mais tradicionais... E um grupo de jovens, que estava iniciando, que era mais ligado ao PT. E algumas pessoas que não eram ligadas à nada, como era o meu caso. Eu era um ser apolítico, mas eu fui convidado à chapa mais pela participação dos fotógrafos, que eram um grupo bastante importante, significativo. Então, eu era uma pessoa meio... Não digo estranha, porque eu tinha lá minhas ideologias, mas não tinha aquela militância política que tinham os outros. Eu estava partidariamente aquém aos outros. Então eu via as questões da categoria de uma forma mais macro, mais ampla. Não era uma coisa meio limitada. Eu sempre era uma voz que buscava o todo.<sup>382</sup>

O depoimento de Loir Gonçalves é importante para os propósitos desta dissertação já que ele foi um dos principais articuladores da mobilização grevista, porque também trabalhava na Caldas Júnior. Na sua fala, o discurso do apoliticismo está

---

<sup>380</sup> CUT 20 anos...

<sup>381</sup> Remi Baldasso nasceu em Caxias do Sul, em 1947. Começou a estudar Jornalismo na UFRGS em 1969. No início da década seguinte, iniciou sua carreira como estagiário da *Folha da Tarde*, passando a seguir a trabalhar como repórter policial do mesmo jornal. Em meados dos anos 70, Baldasso ganhou uma bolsa de estudos para estudar na França, onde permaneceu três anos. Quando voltou ao país, o jornalista foi empregado pela Rádio Gaúcha e, posteriormente, pela *Zero Hora* (em 1977). Permaneceu no jornal por 22 anos, até sua morte, em 1999. MORRE na Capital o jornalista Remi Baldasso. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 de agosto de 1999, p. 61 (MCSHJC).

<sup>382</sup> GONÇALVES, M.L. *Op.cit.*

claramente relacionado à afirmação de uma identidade dos “novos” sindicalistas, definidos em relação às “pessoas mais tradicionais”, vinculação essa já observada em nível nacional por Mattos. De resto, tal concepção também estava expressa no informativo de divulgação do programa da chapa, no qual os candidatos defendiam um sindicato “independente da vinculação aos partidos políticos, que seja livre de ligações com as áreas oficiais”<sup>383</sup>.

Os integrantes desta chapa recordam que eram chamados de “porra-loucas”, devido à sua juventude e por serem muito ativos na mobilização. Cabe ressaltar que embora a lembrança seja referida de forma bem-humorada pelas testemunhas, tal expressão tem uma conotação negativa. Um porra-louca é alguém que, por definição, “age de maneira inconseqüente, louca, irresponsável”<sup>384</sup>.

O grupo se apresentou com uma proposta de “ação democrática”, baseada em vários pontos, entre eles: salário mínimo profissional, jornada de cinco horas, fiscalização do exercício profissional, comissões de trabalho abertas, conselhos de redação, extensão da base territorial<sup>385</sup> e inserção no movimento dos trabalhadores. Pregavam, em especial, a possibilidade de ampliação da discussão interna dentro do sindicato. Em seu programa, foram publicadas manifestações favoráveis de 22 jornalistas, entre eles Luís Fernando Veríssimo, Flavio Tavares, Antônio Hohlfeldt, o chargista Santiago e Luiz Pilla Vares. Este último escrevia que era necessário “retomar o contato com as bases e definitivamente erradicar as concepções cupulistas e burocráticas que caracterizam a gestão atual”<sup>386</sup>.

A vitória da chapa (no segundo turno das eleições, depois de um curioso empate de exatos 388 votos no primeiro turno<sup>387</sup>) ocorreu no final de março de 1983. Em dezembro, ela foi lembrada pelo jornal *Em Tempo* no seu balanço do ano como uma das

---

<sup>383</sup> *Uma alternativa para o sindicato*, informativo da chapa 2, eleições 1983 (APRW).

<sup>384</sup> HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2265.

<sup>385</sup> A extensão da base se refere ao movimento para que o sindicato, então com jurisdição somente sobre os jornalistas de Porto Alegre, abrangesse os profissionais de todo o Rio Grande do Sul, o que ocorre em 1984 (com exceção de Passo Fundo, que só passa a integrar a base territorial da entidade em 2004, com a extinção do sindicato local). Com isso, o nome da entidade passou de Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre para Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul. Ver histórico do sindicato no site da entidade. Disponível em <<http://www.jornalistas-rs.org.br/modules.php?name=Sections&op=viewarticle&artid=15>>. Acesso em 22/01/07.

<sup>386</sup> A SOLIDARIEDADE profissional. In: *Uma alternativa para o sindicato*, informativo da chapa 2, eleições 1983 (APRW). Na época, Pilla Vares era editor no jornal *Zero Hora*. Mais tarde, tornou-se secretário municipal de Cultura na gestão de Olívio Dutra como prefeito de Porto Alegre (1988-1992) e secretário de Estado da Cultura na gestão de Olívio Dutra como governador (1998-2002).

<sup>387</sup> JORNALISTAS fazem novas eleições. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de março de 1983. p. 11 e S/título, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 de março de 1983. Coluna Sindicais, p. 11 (MCSHJC). A vitória ocorreu por uma diferença de 83 votos (ou 8,2% do colégio eleitoral de 1.011 trabalhadores).

conquistas que estabelecia “uma vantagem de seis entidades sobre o bloco pelego-reformista” na disputa pela hegemonia do movimento sindical gaúcho<sup>388</sup>. O que estava em jogo era o comando do segundo maior contingente sindical brasileiro depois de São Paulo: 290 sindicatos urbanos, 237 rurais e 15 federações gaúchas<sup>389</sup>. O novo presidente, Remi Baldasso, integrou a direção da Central Estadual de Trabalhadores (CET), eleita em 1983, com coordenação de Paulo Paim (Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas), e a primeira direção estadual executiva da CUT regional, eleita em 1984, que tinha como presidente José Fortunati (sindicato dos bancários)<sup>390</sup>.

Além dos jornalistas, a reportagem do *Em Tempo* também contabilizava a favor do bloco “combativo” a mudança na direção do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Rio Grande do Sul. No entanto, as circunstâncias desta segunda disputa foram extremamente diferentes. Não só pelo tamanho do colégio eleitoral – 1.011 jornalistas contra 30 mil motoristas – mas pela situação política da entidade.

Enquanto que, no sindicato dos jornalistas, os comunistas imprimiam, desde meados dos 70, uma política de oposição ao regime militar, o sindicato dos rodoviários era comandado desde 1977 por Othelo Oliveira da Silva, ex-condutor de bondes e ex-presidente do sindicato da Carris (Companhia Mista de Transportes Coletivos de Porto Alegre), um dirigente conservador que tinha ligações notórias e muito próximas com os órgãos de segurança. Em 1980, foram divulgadas cartas suas enviadas ao Dops (Delegacia da Ordem Pública e Social, responsável pela repressão política) no Rio Grande do Sul, agradecendo pelo órgão ter enviado policiais a assembleias da categoria. Além disso, Silva, conforme reportagens publicadas no *Coojornal* e no *Em Tempo*, costumava mandar ofícios à DRT e às empresas de ônibus apontando nomes e pedindo providências contra motoristas que o “perturbavam”<sup>391</sup>.

---

<sup>388</sup> ROSA, Paulo Cezar da. O movimento sindical gaúcho em 1983. *Em Tempo*, São Paulo, nº 184, 9 a 22 de fevereiro de 1984. p. 11 (CDS/NPH).

<sup>389</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>390</sup> In: SCHMIDT, Benito Bisso (coord.). *História e Memórias do PT gaúcho (1978-1988)*. Porto Alegre: Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul/Fundação Perseu Abramo, 2002 (documento inédito).

<sup>391</sup> RUCKERT, Sérgio. Flagrante no pelego dedo-duro. *Em Tempo*, São Paulo, nº 114, 11 a 24 de setembro de 1980. p. 8-9 (CDS/NPH) e OTT, Clovis. Delação documentada. *Coojornal*, Porto Alegre, nº 57, setembro de 1980. p. 15 (BFabico). Em uma das cartas reproduzidas pelo *Em Tempo*, datada de julho de 1980, Othelo pede desculpas ao então delegado regional do trabalho, Celito de Grandi, por ter incluído o nome do advogado Luiz Burmeister (que posteriormente seria um dos nomes mais atuantes na greve da Caldas Júnior) em boletim da entidade. O advogado é considerado, na carta, “*persona non-grata* – pelas idéias políticas que defende – pelo regime vigente”. O dirigente ressalta que o delegado pode “ficar tranqüilo pois os mesmos [Burmeister e seus assistentes] não têm atuação funcional na nossa entidade”.

Algumas dessas mensagens teriam provocado a demissão de militantes que lideraram a greve da categoria em 1979, uma das mais significativas do período no estado. O movimento foi articulado e organizado por um grupo de oposição à direção do sindicato e conseguiu grande adesão, paralisando os transportes rodoviários de Porto Alegre durante um dia inteiro<sup>392</sup>. Um dos líderes desta greve foi Osvaldo Gomes Rodrigues, conhecido por Galo. Em depoimento a esta dissertação, ele recordou o movimento, deflagrado numa assembléia que reuniu milhares de trabalhadores na rua e trancou a Avenida Venâncio Aires, no bairro Bom Fim:

Eu era motorista de ônibus em 1979 e militante nas assembléias do nosso sindicato, que era o sindicato dos rodoviários. E nós tínhamos dissídio na época e o presidente do sindicato na época, Othelo Oliveira da Silva, fez um dissídio que não contemplou os anseios da categoria. E eu estava com um movimento paralelo ao movimento sindical. Me reunia na Faculdade de Direito, no meio dos estudantes, na Casa dos Estudantes, da João Pessoa, tive diversas reuniões ali. Puxamos uma assembléia no sindicato e o presidente do sindicato fechou o dissídio na época à revelia da categoria. Nós solicitamos uma assembléia, com ordem do dia para assuntos vigentes de trânsito e assuntos gerais. (...) E dali a gente, já tinha a proposta, a reivindicação feita na hora da assembléia. Aí foi deflagrada a greve. (...) E o transporte amanheceu parado e, foi da noite para o dia, e às quatro horas da tarde foi resolvida a greve. Do salário de 4.300 reais na época a gente passou para 7.200<sup>393</sup>.

Apesar de abalados após serem demitidos das empresas onde trabalhavam, os militantes opositoristas se viram reforçados, no ano seguinte à greve, pela divulgação das denúncias de vinculação entre o presidente do sindicato e as autoridades governamentais, entre elas algumas ligadas aos órgãos de segurança. Silva acabou destituído em 1981, passando o sindicato a ser administrado por uma junta governativa, presidida por Rodrigues – um dos que havia tido seu nome apontado para o Dops pelo antigo líder dos rodoviários<sup>394</sup>. Em julho de 1983, ocorreu nova eleição, com três chapas concorrendo, e Rodrigues foi oficialmente eleito, pela chapa 3 (“Carga Pesada”)<sup>395</sup>.

---

<sup>392</sup> Para um relato desta greve ver SOARES, M. F. *Op. cit.* p. 70-72. O autor ressalta que o movimento dos rodoviários coincidiu com o segundo dia de greve dos trabalhadores da construção civil em Porto Alegre. “Assim, o ambiente social oferecido pela greve da construção somado à total paralisação dos transportes coletivos da cidade se constituía em fortes fatores de pressão sobre as autoridades responsáveis pela ordem pública”.

<sup>393</sup> RODRIGUES, O. G. *Op. cit.* Conforme o *Em Tempo*, os motoristas reivindicavam Cr\$ 8.400,00 e passaram a ganhar Cr\$ 7.200,00 depois da greve. Além disso, o salário dos largadores subiu para Cr\$ 6.000,00 e o dos cobradores para Cr\$ 4.100,00. Mesmo assim, o jornal criticou o fim da greve, avaliando que os ganhos poderiam ter sido maiores com a continuidade do movimento. MOTORISTAS vacilam e voltam ao trabalho em Porto Alegre. *Em Tempo*, São Paulo, nº 78, 23 a 29 de agosto de 1979, coluna Piquetão, p. 8 (CDS/NPH).

<sup>394</sup> MOTORISTAS gaúchos destituem pelego. *Em Tempo*, São Paulo, nº 133, 23 julho a 6 de agosto de 1981. p. 11 (CDS/NPH).

<sup>395</sup> Ver pasta Rodoviários e transviários: transporte coletivo (1983-1987) - CDS/NPH.

Com uma postura muito ativa em relação à deflagração de greves por sua categoria – suas duas gestões foram marcadas por grande número de movimentos –, Rodrigues era ligado ao PDT e alguns companheiros de chapa, ao PC do B. A nominata contou com apoio da CUT na eleição de 1983, mas três anos depois, quando foi reeleita, teve sustentação da central adversária, a CGT. Isso evidencia, em consonância com a reportagem do *Em Tempo*, que a eleição de Rodrigues era vista como estratégica pelos “novos” sindicalistas gaúchos no início da década, mas que, em 1986, ele passou a ser encarado como adversário. Em 1989, a chapa que ganha o pleito dos rodoviários (derrotando Rodrigues, que buscava uma terceira gestão), foi apoiada pela CUT.

Em contraponto às duas situações examinadas acima, o sindicato dos gráficos permanecia, em 1983, sob comando de Euclides Bento da Cruz, presidente da entidade desde 1973 – e que ficaria no cargo até 1987 –, cuja trajetória foi apresentada no capítulo 2. A entidade representava 8 mil trabalhadores. Não encontrei qualquer evidência de que Cruz tivesse ligações com os órgãos de segurança ou fizesse represálias contra integrantes da própria categoria, como Silva. Era, no entanto, um sindicalista conservador, que dava prioridade a questões burocráticas e assistencialistas, definitivamente não-alinhado às mudanças então em curso no movimento dos trabalhadores e assumidamente contrário a greves. A oposição só tomou o poder no sindicato dos gráficos em 1991.

No momento da greve, portanto, os três sindicatos tinham em suas cúpulas grupos muito diversos não só em relação às suas próprias trajetórias progressas como em face da situação política que se vivia. A entidade dos gráficos se notabilizava por uma política assistencialista. Em 1983, se iniciavam as obras da sede própria do sindicato na Rua Veador Porto, considerada por Cruz o seu maior legado. No mesmo período, como já vimos, a transformação tecnológica do ofício provocava a paulatina desespecialização desses trabalhadores, bem como promovia o desemprego no setor, problemas ignorados pela gestão sindical. Por outro lado, a entidade tinha uma atuação jurídica extremamente ativa, sob o comando do advogado trabalhista Luiz Heron Araújo<sup>396</sup>.

---

<sup>396</sup> Um exemplo é o processo de dissídio coletivo ajuizado no TRT gaúcho em março de 1983 que postulava vários direitos novos para a categoria, como estabilidade profissional e aviso prévio com prazo de 90 dias. A estabilidade profissional havia sido obtida em decisão do TRT em 1982, sendo posteriormente revogada pelo TST. GRÁFICOS: dissídio inova. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 de março de 1983. p. 21 (CDS/NPH: pasta Gráficos). O papel de Heron Araújo será aprofundado no próximo capítulo.

Os rodoviários viviam uma transição conturbada de sua cúpula organizativa, com a ascensão de um grupo sem experiência administrativa, porém alinhado à oposição ao regime e a uma postura combativa. Mesmo fora do aparelho sindical, tal grupo havia conseguido conceber, preparar e executar uma greve do transporte coletivo em Porto Alegre com grande adesão da categoria e significativa repercussão social.

A nova diretoria dos jornalistas, por sua vez, assumia o comando de uma entidade que já estava sob o poder da esquerda tradicional há várias gestões desde o início da década de 70. Mesmo alinhado com as “novas” correntes sindicais, este grupo carecia da experiência (e do prestígio) de comandar movimentos de trabalhadores mais significativos.

Em meio a esta diversidade (e talvez por causa dela), eclodiu a greve na Caldas Júnior.

### 3. A greve: um momento de união

Qual o papel de cada um dos sindicatos no movimento aqui enfocado?

A opção pela greve não foi uma perspectiva dos sindicalistas desde o início dos atrasos salariais. Ela só aparece na documentação em boletins do sindicato dos jornalistas de setembro de 1983, às vésperas de uma assembléia marcada para 5 de outubro. Na ocasião, os panfletos são enfáticos na defesa da paralisação e usam como argumento para isso a retomada dos movimentos sociais no país.

Em um deles, o redator escreveu: “a própria história recente do país nos mostra que a força maior do trabalhador está no seu próprio trabalho e, historicamente, só parado – fazendo GREVE – consegue discutir em pé de igualdade com os patrões”. O texto, no qual a palavra greve aparece sempre em maiúsculas, finaliza afirmando que a paralisação “é a alternativa política que nós temos hoje para exigir que sejamos ouvidos e tenhamos respostas concretas não apenas da direção da empresa, mas, principalmente, da sociedade”<sup>397</sup>.

Outra argumentação constante em boletins é a possibilidade de decretação de uma greve legal, a partir da obediência dos estreitos requisitos da lei 4.330<sup>398</sup>. Tais textos expressam claramente um desejo por parte da direção do sindicato dos jornalistas

---

<sup>397</sup> GREVE é a alternativa. *Boletim Caldas Júnior Urgente 2*, Porto Alegre. s/d (ASJPRGS).

<sup>398</sup> A GREVE É LEGAL. *Boletim Caldas Júnior Urgente 3*, Porto Alegre, 5 de outubro de 1983 (ASJPRGS). A análise do encaminhamento jurídico será aprofundada no próximo capítulo.



de promover a greve e indicam inclusive uma preparação para ela, a partir do estudo da legislação e das estratégias jurídicas que poderiam ser seguidas.

O boletim seguinte à assembléia de 5 de outubro informa que a reunião não alcançou quórum para votar a greve, porém os salários foram colocados em dia. Um novo encontro foi marcado, com a proposta de se transformar em assembléia permanente<sup>399</sup>. Nas semanas seguintes, o conflito se acirrou, com as manifestações nas filas de vales motivando a demissão de 14 pessoas, a persistência dos atrasos e a proximidade do Natal tornando a penúria mais dolorosa. Na assembléia de 12 de dezembro, a greve foi aprovada numa oficina de chumbo lotada por funcionários indignados.

As evidências são claras em apontar uma postura mais ativa de integrantes do sindicato dos jornalistas, já antes da greve. Em abril, logo após a posse da nova diretoria, os atrasos foram discutidos em assembléias no sindicato, e desde o primeiro encontro com o empresário Breno Caldas, as reuniões contaram com a participação de seus dirigentes, havendo divulgação dos resultados pelos boletins da entidade. Os ofícios comunicando atrasos à DRT e a denúncia posteriormente oferecida ao órgão em setembro foram assinados pelo presidente do sindicato dos jornalistas.

O fato de que vários integrantes da nova diretoria eram funcionários da Caldas Júnior favoreceu, sem dúvida, a situação. Afinal, esses dirigentes se identificavam diretamente com os problemas vivenciados pelos trabalhadores “comuns” (não-militantes). Como eles, enfrentavam dificuldades por conta dos atrasos salariais. Além disso, o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde* eram os principais empregadores da categoria, ao contrário dos gráficos e motoristas, que dispunham de outras alternativas (livrarias, gráficas, empresas de transporte coletivo).

Mas, se há esta liderança e esta iniciativa – admitidas também pelos depoentes gráficos e motoristas –, nota-se também um empenho em engajar a direção dos outros sindicatos no movimento, no sentido de tornar oficial a adesão dos trabalhadores das demais categorias aos protestos e a uma eventual greve.

Em relação aos gráficos, um dos canais para este engajamento parece ter sido o linotipista Antônio Adair Ferreira da Silva, também funcionário da Caldas Júnior, além de tesoureiro do sindicato e amigo pessoal de Euclides Cruz. O próprio Silva afirma que tinha uma ligação estreita com os jornalistas, por ser da oficina de composição (“eu

---

<sup>399</sup> QUÓRUM FOI insuficiente para votar a greve. *Boletim Caldas Júnior Urgente* 6, Porto Alegre, 6 de outubro de 1983 (ASJPRGS).

era tipo um contato entre as oficinas e parte da redação. Então a gente conversava com um, conversava com outro...”<sup>400</sup>). Portanto, há aqui um elo não só entre os dois sindicatos, mas também entre dois territórios: a redação e a oficina de chumbo.

Em relação aos rodoviários, o contato parece ter sido mais indireto. Ao ser entrevistado para esta pesquisa, Osvaldo Rodrigues, ex-presidente do sindicato da categoria, contou que não participou da mobilização anterior à greve, tendo sido chamado pelos líderes dos jornalistas e gráficos por telefone: “Eles já estavam com o movimento pronto. Quando eu entrei, aderi ao movimento de forma solidária. Tentando segurar o rodoviário. Mas eles já estavam há meses trabalhando em cima desse processo”<sup>401</sup>. Rodrigues compareceu à assembléia decisiva na oficina de chumbo e defendeu a paralisação, mas guarda do movimento uma recordação melancólica:

Infelizmente, não fui bem sucedido na greve dos motoristas da Caldas Júnior. A maior parte furou a greve. Teve medo, entendeu? A empresa estava quebrando, quebrando, e o pessoal tinha medo. Porque o desemprego é o maior fantasma do trabalhador. Desemprego é o maior fantasma.<sup>402</sup>

Outros trabalhadores, ao contrário, têm uma lembrança muito viva da importância dos discursos do líder rodoviário nas assembléias, especialmente naquela que definiu pela greve:

Era o Galo. Eu me lembro muito bem. Nesta assembléia estavam só jornalistas, os gráficos e alguns administrativos. O Galo entrou e disse assim: “Olha, eu não me reuni com a minha categoria. Nós estamos marcando uma assembléia para a meia-noite lá no garajão [setor de transportes da Caldas Júnior, localizado no bairro Menino Deus]. Vamos fazer uma assembléia. Agora, se vocês decidirem parar aqui, eu paro lá”. Pô, isto é um líder sindical. Ele parou! Ele fez isto.<sup>403</sup>

Mas naquela época, o Galo foi super-importante, porque depois que terminava as assembléias, estas que a gente fazia lá na gráfica, na parte dos gráficos... Começava os jornalistas, os delegados falavam, perguntava, se encaminhava, toda aquela coisa super-política, super-emocionante, daquele fervo. Aí, então, chamava fulano de tal, e quando ele ia, ele tinha um discurso bem... populista, seria. Porque ele era um cara sem estudo nenhum e chegava lá e movimentava as massas.<sup>404</sup>

O Galo. Grande liderança. Era assim, ó: era a pequena burguesia vendo o proletariado fazer política. Direto. Nós aprendemos com eles a furar pneu, a fazer piquete... Ninguém sabia. Não tínhamos feito coisa nenhuma disso.<sup>405</sup>

---

<sup>400</sup> SILVA, A.A.F. *Op. cit.*

<sup>401</sup> RODRIGUES, O. *Op.cit.*

<sup>402</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>403</sup> WEYNE, R. *Op.cit*

<sup>404</sup> ALMEIDA, M.N.M. *Op.cit.*

<sup>405</sup> VILLAS-BOAS DOS SANTOS, M. *Op. cit.*

Transparece nestas lembranças uma admiração e um certo fascínio dos depoentes (todos jornalistas) pelo poder de mobilização e de oratória do líder dos motoristas, bem como pela experiência dos militantes rodoviários nas formas de luta “proletária”. Talvez um sentimento semelhante ao já manifestado em relação aos trabalhadores gráficos nas assembléias na oficina de chumbo. Tal percepção dos jornalistas se relaciona ao que Cattani chama de efeito de “dessacralização” de algumas categorias no final dos anos 70, momento no qual “professores, médicos, profissionais de nível superior foram obrigados a admitir sua condição de assalariados em processo de proletarização”<sup>406</sup>.

Além disso, o último depoente expõe outra contribuição significativa dos rodoviários: na preparação dos enfrentamentos físicos com a polícia e a classe patronal. Voltaremos a este ponto mais adiante.

De qualquer forma, a despeito do tom melancólico de Rodrigues em seu depoimento, e da pouca participação que teve no processo preparatório do movimento, é flagrante a sua importância no momento da deflagração da paralisação. O próprio Euclides Cruz, líder dos gráficos, reconhece o papel de Galo, porém atribui a ele uma conotação negativa, a partir de seus valores e do desenrolar do movimento, especialmente da anunciada demissão de todos os grevistas pela empresa nove dias depois do início da greve (medida posteriormente desautorizada pela Justiça do Trabalho):

Me lembro, tinha o Galo, que era presidente dos motoristas. Todo metido a galo, mesmo, muito valentão. Então, a gente fazia aquelas reuniões, lá, dentro da Caldas Júnior mesmo, e o Galo, quando ocupava a palavra, Deus o livre, era um valentão, mesmo. Ele parava, todo mundo batia palma, aquela coisa, esse sim, esse que é o nosso. Eles botaram todo mundo para a rua, ele não fez coisa nenhuma. Ele só prejudicou. Eu sempre fui muito cuidadoso, jamais eu gostei de precipitação. Eu para fazer uma coisa tenho que analisar muito bem para ver se não vai dar prejuízo para a categoria. Não interessa o Euclides, interessa a categoria<sup>407</sup>.

Cruz tinha enormes restrições não só a movimentos grevistas como também à união com os jornalistas, não só pela rivalidade tradicional entre os ofícios, mas também por suas idiossincrasias pessoais, tal como ficou flagrante em seu depoimento: “A gente ia numa assembléia de jornalistas, sei lá, convidado, só dava bandalheira entre aquelas mulheres, aquelas gurias lá. Terminava em besteira e besteira. E eu não gostava. A

---

<sup>406</sup> CATTANI, A. D. *Movimento sindical...* p. 672.

<sup>407</sup> CRUZ, E. *Op. cit.*

gente ia perder um enorme tempo com aquela turma lá, as gurias só dizendo nome feio. Era uma anarquia”<sup>408</sup>.

A adesão dos gráficos, no entanto, era vital para o sucesso da greve, pois eles controlavam uma etapa industrial essencial do processo de produção jornalístico. Além disso, em termos institucionais, o dirigente conservador era visto pelos sindicalistas como alguém capaz de conferir respeitabilidade ao movimento, conforme recorda Loir Gonçalves:

É, isso aí a gente pisava em ovos. Porque o seu Euclides, e a direção do sindicato dos gráficos, tinham, na época, algumas restrições às atividades. Eram o que se chamavam de ... Eu nem vou usar o termo que se usava à época por que vai ficar na minha boca. O nosso sindicato já entrou com uma outra visão. Uma visão um pouco mais moderna. Um pouco mais avançada, um pouco mais evoluída do que o sindicato dos gráficos. Eles tinham gente muito boa dentro do sindicato dos gráficos. Gente boa, com cabeça. Mas também, a forma como eles levavam o movimento, talvez a estrutura que eles tinham, talvez a participação deles... Faltava um pouco. E o sindicato complementava isso aí. Então eles vinham conosco. E isso é que era o importante. O importante é que nesse momento, o seu Euclides lá, que a gente participava de muitas reuniões, o seu Euclides emprestava muita credibilidade ao nosso grupo de reuniões. Eram pessoas experientes, pessoas que já tinham participado. E estavam conosco. Então, nos emprestavam uma credibilidade que foi importante para nós.<sup>409</sup>

Chama atenção aí a noção de credibilidade, ou seja, o atributo necessário a quem quer se fazer ouvir. Em nível sindical, o apoio dessa liderança conservadora emprestava ao grupo de sindicalistas “porra-loucas”, a experiência e o acesso a canais capazes de influir nos destinos do movimento, ou da empresa (evidentemente, os jornalistas também aproveitaram de seus contatos com políticos ou empresários)<sup>410</sup>.

A questão parece ser que, à parte a união das categorias nos protestos dentro da empresa, o aval das direções sindicais obviamente reforçava o movimento publicamente. Basta ver o caso dos funcionários administrativos, cujo sindicato negou-se a participar da greve<sup>411</sup>. Apesar da adesão individual de alguns empregados desta categoria, o comando do movimento não podia expressar-se em nome deles, pois o seu órgão de classe não respaldava a mobilização.

---

<sup>408</sup> CRUZ, E. *Op. cit.*

<sup>409</sup> GONÇALVES, M. L. *Op.cit.*

<sup>410</sup> Um exemplo é a intermediação feita por Hohlfeldt e citada por ele em seu depoimento: “Como eu era vereador, eu pedi ajuda para o Valdir [Fraga, então presidente da Câmara de Vereadores]. O Valdir tinha um bom contato com alguns supermercados, com algumas empresas atacadistas de comida. Então o Valdir Fraga foi uma pessoa que nos ajudou muito a fazer o nosso fundo de greve. (...)”. Hohlfeldt. A. *Op. cit.*

<sup>411</sup> Sobre os administrativos, ver capítulo 2. Relembrando, o Sindicato dos Empregados da Administração de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas era dirigido por um gerente da Caldas Júnior, o então chefe do Departamento de Circulação da Caldas Júnior, Cláudio Gajko.

A importância deste reforço público é explicitada também por uma estratégia adotada desde antes da greve: a realização de reuniões com grupos políticos ou econômicos que pudessem oferecer soluções para a crise na empresa. Os grevistas chegaram a ir até Brasília para um encontro com o chefe da Casa Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu, e com os ministros do Trabalho, Murilo Macedo, e da Previdência, Jarbas Passarinho<sup>412</sup>. Nenhum desses encontros, porém, teve um resultado prático mais significativo.

O fato de parecer perfeitamente lógico para uma liderança afinada com a renovação sindical que um dirigente conservador – em tese, opositor de sua proposta de um “sindicalismo mais avançado” – fosse portador de “credibilidade” junto à sociedade ajuda a explicar também o porquê da sobrevivência desses líderes no movimento sindical. Parece óbvio dizer que as administrações conservadoras controlavam a máquina sindical de suas entidades e os canais (contatos com políticos, advogados etc) de acesso ao poder, mas não é tão transparente assim que isso muitas vezes obrigasse os sindicalistas que se apresentavam como representantes da novidade a perpetrarem alianças estratégicas com setores conservadores. Tal união se tornava necessária diante de lutas específicas nas quais a participação dos antigos dirigentes conferia respeitabilidade aos novos, e de alguma forma, afetava também as práticas desses últimos.

Em relação às formas de luta, durante o movimento ocorreram enfrentamentos violentos entre grevistas, os seguranças da empresa e a Brigada Militar. Alguns dos momentos de maior exacerbação foram os piquetes realizados para tentar impedir a saída de jornais destinados às bancas ou aos assinantes, junto à garagem da Caldas Júnior, na Avenida Getúlio Vargas. Nesses episódios também se evidencia o papel decisivo dos sindicalistas rodoviários, que ensinaram seus colegas a “furar pneu, fazer

---

<sup>412</sup> MINISTROS: Greve é legal. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1984 (ASJPRGS). Segue um levantamento parcial das reuniões, conforme as fontes escritas (panfletos, relatórios): em setembro, os representantes do sindicato tiveram encontro com o governador Jair Soares; o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Antenor Ferrari; e um grupo de parlamentares. Em novembro, o boletim da entidade já anunciava a intenção de marcar audiências com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo; o ministro das Comunicações, Haroldo Correa de Matos; e o ministro-chefe do gabinete da presidência, João Leitão de Abreu. Em dezembro, depois de deflagrada a greve, os grevistas procuraram o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o presidente regional do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), Otávio Caruso da Rocha; o senador Carlos Alberto Chiarelli; deputados estaduais (a bancada do PMDB doou Cr\$ 625 mil para os grevistas no dia 22); o presidente do PMDB, Pedro Simon. Os depoentes ouvidos referem também encontros com empresários.

piquete” – ou seja, como chamei atenção anteriormente: compartilharam sua experiência na organização dos enfrentamentos físicos com a polícia e patrões.

Em 13 de dezembro, por exemplo, dia seguinte ao início da greve, o boletim dos grevistas denunciava agressões de soldados a um piquete de trabalhadores junto ao chamado garajão. Segundo o boletim, “duas jornalistas foram espancadas pelos soldados da tropa de choque – que estava munida de escudos e bombas de gás”. Além disso, um segurança da empresa, “de revólver na cintura” teria ameaçado um dirigente do sindicato dos jornalistas<sup>413</sup>. As intimidações voltaram a ser fortemente criticadas no dia 14, quando o boletim protestava contra a “absurda repressão ao nosso justo e legal movimento”, e queixava-se dos “mais de 400 brigadianos” que patrulhavam a sede da empresa, no centro, e a garagem do Menino Deus.

A Caldas Júnior respondeu por seus jornais, no dia seguinte, 15 de dezembro, quando o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde* saíram às ruas. No *Correio*, a notícia sobre a greve ocupava quase metade da sua página de capa. Ilustrada pela foto da vidraça estilhaçada de um caminhão, a matéria afirmava que o “movimento grevista descamba para a violência” e que “grevistas apedrejam viaturas e ferem motoristas”. O texto dizia que

Como resultado desta ação, condenável sob todos os aspectos, resultaram feridos um motorista do Departamento de Circulação, apedrejado na região cervical, que foi medicado no Hospital de Pronto Socorro; um inspetor de vendas sofreu cortes num braço e um ajudante de motorista uma pedrada no dorso. O administrador Adriano Soares foi alvejado com um tijolo no ombro. (...) Os danos à propriedade, por outro lado, atingiram maiormente veículos do setor de transportes, em número de 15, entre caminhões e furgões, que tiveram pára-brisas e janelas quebrados, além de inúmeros amassamentos.<sup>414</sup>

No outro lado da trincheira, as duas páginas centrais do jornal *Denúncia* editado pelos grevistas abordavam a “violência de Breno Caldas”, queixando-se de altercações com a Brigada Militar e com os seguranças da empresa. Sobre os fatos ocorridos no dia 14, um texto atribuía a origem das pedradas contra o vidro do veículo da Caldas Júnior a uma pessoa não-identificada “que quase foi esmagada por um dos caminhões”. Além disso, informava que, no mesmo dia,

Na Rua Sete de Setembro, esquina com Bento Martins, dois motoristas grevistas foram cercados por policiais militares. Imediatamente um Fiat

---

<sup>413</sup> A NOITE agitada, *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1983 (ASJPRGS).

<sup>414</sup> MOVIMENTO de grevistas descamba para a violência. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1983. p. 1; e VIOLÊNCIA marca o movimento grevista. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 15 de dezembro de 1983. p. 2 (MCSHJC).

branco aproximou-se com três seguranças em seu interior, entre eles o famigerado FLORIVALDO [segundo o jornal, segurança pessoal de Breno Caldas]. Protegidos pelos policiais, os três passaram a agredir os dois motoristas indefesos, que após muito apanharem ficaram estendidos no chão<sup>415</sup>.

Indagado a respeito da greve numa entrevista realizada em 1987, o empresário Breno Caldas citou a mobilização dos motoristas como tendo trazido prejuízos sérios à empresa, depois de fazer elogios aos funcionários que não aderiram à greve:

Tivemos solidariedade não por puxa-saquismo. Alguns por gratidão, outros por simpatia, outros por afinidade. Era gente disposta a tudo. Mas a quantidade era pequena em relação ao número de funcionários. Nós tínhamos 2.400 funcionários. Houve uma greve de motoristas. Nós tínhamos 148 veículos. Mais de 300 motoristas. Começou a aparecer gente de fora, gente que hoje é deputado constituinte, metendo-se no negócio, atirando “miguelitos” nos pneus dos nossos carros, intimidando motoristas, seqüestrando. Foi o diabo<sup>416</sup>.

Na memória de Osvaldo Rodrigues, os choques com a polícia para impedir a saída dos caminhões carregados de jornais são lembrados como “um sufoco”:

Um sufoco mesmo. Portão fechado, corrente na frente. Aí que dá a intervenção da polícia. Trancando eles, formando cordão para que eles não saíssem. Para que não aderissem mesmo. Porque um que se sobressaísse, dissesse “vou aderir, entreguei o caminhão”. Mas não, não foi feito isso aí. Foi na marra.<sup>417</sup>

Identificado à época com a renovação das direções sindicais gaúchas, como já mencionado, Rodrigues considerou legítimo o uso do piquete nos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. Para ele, “toda a paralisação existe daí. Os trabalhadores forçando para sair e sendo barrados pelos outros que não querem, que aderiram diretamente ao movimento, e a polícia, na dela, para manter a ordem”<sup>418</sup>.

Da mesma forma, em um panfleto da época da greve encontrado no sindicato dos jornalistas e intitulado “As nossas tarefas”, são enumerados 12 itens que deveriam ser cumpridos pelos grevistas, entre eles, a organização de passeatas pelo centro da cidade, o convencimento dos fura-greves, a distribuição de “mosquitinhos” (pequenos panfletos) e boletins e a presença nos “piquetões” durante a madrugada para tentar impedir a saída dos caminhões com os jornais. Sobre esse último ponto, o documento

---

<sup>415</sup> PONTAPÉS, revólver, ameaças. Vale tudo. *Denúncia*, Porto Alegre, nº 28, edição extra especial, dezembro de 1983, p. 5 (ASJPRGS). Destaque (maiúsculas) no texto original.

<sup>416</sup> BRENO Caldas rompe o silêncio e explica o fim do *Correio. Diário do Sul*, Porto Alegre, 26 e 27 de setembro de 1987. p. 15 (APCE).

<sup>417</sup> RODRIGUES, O. *Op. cit.*

<sup>418</sup> *Idem, ibidem.*

prega que os piquetes “demonstram nossa união, nossa força e nossa persistência de propósitos. Todos devem contribuir com sua presença e sua voz nessas horas”.<sup>419</sup>

Os piquetes foram considerados por alguns autores acadêmicos como indícios do caráter cupulista do sindicalismo “populista”. Conforme Rodrigues, evidenciariam a ausência de ações coletivas e de consciência política dos trabalhadores de base, cuja adesão aos movimentos grevistas se daria por medo da represália dos colegas. Além disso, o temor à violência desencadeada nestas manifestações e o receio de depredações faria com que as empresas fechassem espontaneamente as portas – o que também explicaria a eficácia dos piquetes. “Em muitos casos, a ‘greve’, numa fábrica, efetua-se não porque os operários abandonam o trabalho, mas porque a empresa os dispensa”, acreditava o autor<sup>420</sup>.

Estudos recentes repensam essa noção. Ao focar a greve dos 400 mil em São Paulo (1957), Fontes observa que os piquetes eram considerados pelos sindicalistas como um elo de ligação com os trabalhadores, instrumento de comunicação e organização. Para este historiador, os piquetes de 1957 devem ser vistos mais como sinais de vitalidade do que de fraqueza, pois demonstram o enraizamento dos dirigentes no interior das empresas, nos bairros e nas localidades operárias<sup>421</sup>.

Um dos elementos que serviram para caracterizar o novo sindicalismo – e também para embasar a definição identitária das “novas” correntes – seria a emergência de novas formas de luta, dispensando o uso de piquetes devido à forte mobilização e conscientização das “bases”. Tal imagem foi muito influenciada pela primeira greve metalúrgica do ABC, em 1978, com os operários cruzando os braços em frente às máquinas paradas. Nem sempre, porém, esta foi a forma de luta empregada pelo movimento sindical na época. Algumas categorias, como os bancários, utilizaram amplamente os piquetes como forma de luta e mobilização durante as greves, inclusive com “Operações fecha-banco”, como demonstrou Mattos<sup>422</sup>. Os fatos ocorridos durante a greve da Caldas Júnior são mais um exemplo de permanência (e da valorização) do

---

<sup>419</sup> AS NOSSAS TAREFAS, panfleto (ASJPRGS).

<sup>420</sup> RODRIGUES, L. M. *Conflito industrial e ...* p. 76.

<sup>421</sup> FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo” – A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos...* p. 145-173.

<sup>422</sup> MATTOS, M. B. *Novos e velhos...* p. 201-203.



piquete, incorporado até mesmo à prática dos sindicalistas que se apresentavam como portadores da renovação<sup>423</sup>.

Além disso, a despeito das disputas motivadas pela cisão entre os “novos” sindicalistas e a esquerda tradicional, os comunistas participaram ativamente da greve, integrando-se às sete comissões formadas (mobilização, piquete, alimentação, fundo financeiro, interior, edição de boletins e comissão de habitação, luz e água, encarregada de encaminhar soluções para os problemas de prestação da casa própria, aluguel e outros). A união em torno do movimento, porém, não significava uma concordância constante a respeito de seus rumos. Pelo contrário.

Um dos advogados dos grevistas, Luís Burmeister, recorda neste sentido que as reuniões no sindicato dos jornalistas eram palco de “brigas homéricas” entre sindicalistas vinculados a diversas tendências. Alguns defendiam a negociação com o patrão e outros apostavam no enfrentamento como forma de obter mais ganhos. Em suas palavras: “A militância era enlouquecida. Isso era no tempo da Avalu. Avançar a Luta, que já é uma fase que veio depois da Libelu. Já ouviste falar da Libelu? Liberdade e Luta. Aí os caras que achavam que a Libelu era meio devagar fizeram a Avalu”<sup>424</sup>. Ainda segundo Burmeister, o grupo que atuava como mediador desses conflitos era composto em sua maioria por sindicalistas mais experientes, alguns ligados ao PCB. Ele cita, entre outros, o nome de João Aveline, jornalista e comunista histórico do Rio Grande do Sul. O detalhe é que Aveline não fazia parte da diretoria do sindicato dos jornalistas à época e não trabalhava na Caldas Júnior:

Mas quem fazia o moderador da coisa, porque é um cara muito jeitoso e muito habilidoso, ao velho estilo de ficar por trás das coisas, mas ser uma palavra importante, era o João Souza. O João era a grande cabeça desse processo todo. O Remi [Baldasso] era um cara que não era de lá. Ele já era [funcionário] da *Zero Hora*. Então ele tinha uma certa isenção, mas era presidente do sindicato, e era cobrado a toda hora. E o João é que ... Me lembro quando tinha algum rolo que precisava decidir alguma coisa, o que fazer amanhã, a gente chamava o João Souza, o [João] Aveline, o Remi, a Vera [Spolidoro], que já estava militando [no PT] neste tempo também, ela

---

<sup>423</sup> Outro líder do movimento, Loir Gonçalves manifesta, contudo, seu desagrado em relação a esta forma de luta, porém ressaltando sua intenção “justa” e associando-a, paradoxalmente, a um “sindicalismo mais avançado”. Perguntado como funcionou a mobilização conjunta dos sindicalistas, ele respondeu: “Então, às vezes eu me surpreendia. Via alguém atirar um tijolo em um vidro, quebrar um pára-brisa. Eu não faria isto. Não era da minha... Mas aquilo era um sindicalismo mais avançado. Era o pessoal do sindicato dos motoristas. Rodoviários, né? (...) Mas eles já tinham história. A história sindicalista deles era mais evoluída que a nossa. Então, este tipo de manifestação para mim era novidade. Não tinha assistido e nem ia continuar participando nesses limites. Mas a finalidade era justa, era impedir que o jornal, na época, circulasse.” GONÇAVES, M. L. *Op. cit.*

<sup>424</sup> BURMEISTER, L. *Op.cit.* A Libelu era uma corrente de origem estudantil, trotskista, conhecida também por Organização Socialista Internacionalista (OSI), que ingressou no PT em 1981.

ia para lá, o Lauro [Hagemann] não me lembro se ele vinha, acho que não. Quem vinha era o Aveline. E era esse grupo mais pesado que decidia os encaminhamentos<sup>425</sup>.

O “grupo mais pesado” era composto tanto pelos “novos” quanto pelos “velhos” sindicalistas, que tentavam, a partir de sua atuação, dirimir os conflitos vigentes no interior do próprio movimento dos trabalhadores. Não se verifica aqui, portanto, uma partidarização exterior ao sindicato, mas uma discussão que opunha diferentes alternativas para a luta *dentro* dele.

O que as evidências mostram, de qualquer forma, é que as fronteiras entre os diversos grupos sindicais em disputa na época podiam se tornar porosas nos momentos de ação coletiva dos trabalhadores. Diante de um movimento considerado politicamente importante, as práticas acabavam sendo conjuntas e os antigos sindicalistas sabiam fazer valer a sua experiência, indicando caminhos e alternativas.

O significado da greve rapidamente transcendeu as razões econômicas que lhe davam legitimidade e alcançou um patamar político. Tornou-se um embate contra uma empresa da qual o veículo mais expressivo era considerado um dos símbolos do conservadorismo gaúcho, o *Correio do Povo*, e que tinha à frente um empresário que havia apoiado abertamente o golpe de 64. Esse significado e essa importância não passaram ao largo do movimento sindical do fim da ditadura, tampouco das lideranças da greve:

Houve um pool de sindicatos, dada a importância que tinha o movimento à época. Era uma greve em um meio de comunicação em um momento que a gente estava de transição, saindo de um período ditatorial, e entrando em um outro que ainda era dúvida naquele momento, como seria, como se comportariam os militares, como politicamente íamos sair. Então, aquele movimento estava sendo olhado com lupa por todos os movimentos.<sup>426</sup>

O sindicato dos bancários foi um dos primeiros a apoiar os protestos na Caldas Júnior. A diretoria do órgão emprestou suas instalações físicas (o salão no Edifício Cacique, em frente ao prédio do *Correio do Povo*), serviço de gráfica e material. Segundo Loir Gonçalves, os bancários foram de “importância fundamental” para a greve.

Conforme texto publicado em seu informativo de 21 de dezembro de 1983, os sindicalistas bancários consideravam a derrocada financeira da Caldas Júnior uma espécie de lição para a classe patronal gaúcha “que se espelhava, há bom tempo, no

---

<sup>425</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>426</sup> GONÇALVES, M.L. *Op.cit.*

sonho de que vencer na vida é exclusivo a pessoas que se rendem ao governo e à sua ideologia, fazendo deles sua voz e sua opinião”. A luta contra a direção da Caldas Júnior, era, portanto, uma tomada de posição contra o conservadorismo e a adesão ao regime militar. O informativo anunciava o “presente de Natal” que a categoria bancária dava aos funcionários em greve: “solidariedade, contribuição para o fundo de paralisação e força para que o movimento saísse vitorioso”<sup>427</sup>.

Assim como dos bancários, a greve recebeu apoio imediato e verbas de uma série de entidades e partidos, de amplo espectro político, como a recém-criada CUT, a Central Estadual dos Trabalhadores (CET), PT, PMDB, PDT, diversos sindicatos e federações.<sup>428</sup>

À parte os conflitos que os opunham nas assembleias, os sindicalistas de diversas correntes se integraram nas comissões que organizaram coleta de fundos e de mantimentos, shows musicais em solidariedade ao movimento (com músicos gaúchos e do centro do país, culminando com uma apresentação de Gonzaguinha), passeatas no centro de Porto Alegre (ver foto mais adiante), um acampamento na Praça da Matriz, e a venda de bônus e jornais para auxiliar os funcionários parados. Um boletim da comissão do dia 2 de janeiro de 1984 registra, com foto e texto, a distribuição de Cr\$ 750 mil entre os grevistas, mais um rancho de alimentos. O informativo contrapõe a isto o fato de que a Caldas Júnior não teria sequer dado “aquele mísero vale do fim de semana” no final do ano, pois sua conta corrente estava bloqueada pela Justiça do Trabalho<sup>429</sup>.

Se a construção das “novas” identidades sindicais e as divergências em relação à forma de encaminhar a resistência à ditadura opunha os diversos grupos de oposição,

---

<sup>427</sup> CALDAS JR.: O Natal de piquetes para quem não paga funcionários. *O Bancário*, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, 21 de dezembro de 1983 (ASJPRGS).

<sup>428</sup> Em nota publicada na capa de jornais gaúchos em 16 de dezembro de 1983, as seguintes entidades declararam apoio à greve: sindicatos dos Bancários, dos Radialistas, dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, de Bebidas, do Vestuário, da Alimentação e dos Assistentes Sociais de Porto Alegre; dos Arquitetos, dos Engenheiros, dos Eletricitários e dos Advogados do Rio Grande do Sul; Metalúrgicos de Canoas, do Papel e Papelão de Guaíba, Metalúrgicos e Calçadistas de Novo Hamburgo; federações dos Arquitetos, dos Bancários, dos Metalúrgicos e da Alimentação do Rio Grande do Sul; Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Fracab, IAB, CUT, CET, Conclat, Cedepo, Associação Pró-Federação dos Assistentes Sociais; Intersindicais de Porto Alegre, do Vale do Sinos; Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; Movimento Socialista de Cultura, Sindical do PDT, Feminino do PMDB, Ação da Mulher Trabalhista, da Juventude Socialista, de Justiça e Direitos Humanos, PT e Comissão de Justiça e Direitos Humanos da OAB. PARALISAÇÃO DOS funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Nota. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 de dezembro de 1983. p.1 (ASJPRGS).

<sup>429</sup> ANO NOVO sem salário. *Boletim da Comissão Mobilização da Caldas Jr.*, Porto Alegre, 2 de janeiro de 1984 (ASJPRGS). No boletim de 5 de janeiro, os grevistas informam que funcionários fura-greves haviam se recusado a trabalhar devido ao atraso de salários, diante do que a empresa havia garantido vales. “Isto prova que a nossa greve é justa”, observa o texto. OS QUE FICARAM se rebelam. *Boletim Comissão Mobilização Caldas Jr.*, Porto Alegre, 5 de janeiro de 1984 (ASJPRGS).

por outro lado o clima de indefinição política do fim do regime autoritário e a crise econômica que passou a castigar mais fortemente os trabalhadores no início dos anos 80 favoreciam as solidariedades na prática sindical e no movimento social em geral. No limite, o inimigo ainda os unia – mesmo que os caminhos propostos para confrontá-lo fossem diversos. Além disso, as greves, mesmo econômicas, apresentavam um nítido significado político de oposição ao autoritarismo e derivavam daí parte significativa de sua legitimidade social. Apoiá-las era se associar a esta legitimidade.

No caso da Caldas Júnior, tal legitimidade era reforçada pela idéia de uma greve “justa”, porque motivada pelo não-cumprimento de um direito trabalhista básico – o pagamento de salário. Para alguns setores, o arbítrio patronal foi imediatamente associado ao autoritarismo do regime, a partir do apoio anterior da Caldas Júnior ao golpe de 64.

Do outro lado, por meio de reportagens em seus diários, a empresa buscava desqualificar os grevistas, ressaltando o uso das táticas violentas supostamente empregadas por eles, como nos piquetes mencionados nas páginas anteriores. Em 20 de janeiro, duas semanas antes do julgamento final da greve pelo TRT, *Correio do Povo* e *Folha da Tarde* retomaram o tema da violência, alegando novos danos ao patrimônio e agressões.

Reportagens e fotos foram publicadas nas capas dos citados periódicos referentes a um piquete expressivo ocorrido na noite do dia 18 (ver reprodução mais adiante), depois de uma reunião de negociação no TRT, quando a empresa apresentou uma proposta considerada insatisfatória. Termos significativos naquele período de final da ditadura, como “artefatos de guerrilha urbana”, foram usados para caracterizar a violência grevista que consistia, segundo o próprio texto, em furar pneus e obstruir fechaduras a fim de tentar impedir a entrada de não-grevistas. A cobertura continuou pelos dias seguintes, noticiando a abertura de inquérito policial a pedido da empresa por danos contra seu patrimônio.<sup>430</sup>

A relação entre piquetes, coerção e violência empunhada como argumento patronal vai ao encontro da representação defendida por alguns autores como Rodrigues, que elaboraram uma visão negativa desta estratégia ainda nos anos 60. A

---

<sup>430</sup> CALDAS JÚNIOR confirma denúncia no inquérito. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1984. p. 1 (capa), e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1984. p. 1 (capa). A abertura do inquérito havia sido anunciada três dias antes: INQUÉRITO vai apurar atentados sofridos pela Caldas Júnior, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 de janeiro de 1984. p. 1 (capa). A série começou com a reportagem MINORIA grevista volta a apelar para a violência, publicada na capa da *Folha* e do *Correio* em 20 de janeiro (MCSHJC).

resposta a esses ataques é um dos episódios que evidencia a importância da união das entidades dos trabalhadores em greve. Mesmo separados por ideologias e práticas distintas, os três sindicatos fizeram publicar nos outros jornais da grande imprensa do Rio Grande do Sul uma nota oficial conjunta intitulada “Caldas Júnior se omite e procura forjar fatos”. No texto, a acusação de violência era qualificada como “farsa”. A nota ainda indagava: “Quem pode garantir que a própria empresa não tenha ‘encomendado’ danos ao seu patrimônio, para, com isso, colocar-se na condição de vítima perante a opinião pública e autoridades?”<sup>431</sup>

Nesta e em outras ocasiões, como nas audiências na Justiça do Trabalho e nos encontros com o empresariado e o governo, a união dos sindicatos reforçou os argumentos dos trabalhadores e foi um dos elementos que conseguiu manter o movimento por quase dois meses, a despeito das demissões, da falta de dinheiro, dos não-grevistas, da indiferença governamental e da truculência patronal.



**Figura 9:**  
Passeata dos grevistas no centro de Porto Alegre em janeiro de 1984. Foto de Carlos A. Silva. (ASJPRGS).

<sup>431</sup> CALDAS JÚNIOR se omite e procura forjar fatos. Nota oficial assinada pelos sindicatos dos jornalistas, gráficos e motoristas (ASJPRGS).



**Figura 10:** Capa da *Folha da Tarde* com destaque para matéria acusando grevistas de violência. *Folha da Tarde*, 20/01/84 (MCSHJC).

Deflagrada em um momento de intensa disputa entre grupos políticos no cenário sindical brasileiro, a greve da Caldas Júnior articulou diretorias de sindicatos com práticas e ideologias distintas. Enquanto rodoviários e jornalistas se alinhavam a grupos que se apresentavam com uma proposta de renovação do sindicalismo – na qual a greve era uma alternativa capaz de diferenciá-los dos “velhos” sindicalistas –, a direção do gráfico seguia exatamente a linha oposta.

A mobilização das bases e o acirramento das tensões provocadas pelo atraso dos salários alinharam os três sindicatos, mas não sem tensões. Apesar dos conflitos em termos de política sindical, militantes comunistas, dirigentes conservadores e “novos” sindicalistas uniram-se na organização e na condução do movimento. As concepções divergentes sobre sindicalismo, sobre o que fazer em relação à ditadura e sobre o futuro do país não impediram que essas diversas correntes atuassem conjuntamente, mesmo transgredindo dos valores que pregavam no discurso.

O episódio da greve da Caldas Júnior mostra que, em algumas ocasiões, lideranças identificadas com o “novo” reconheciam e tentavam usufruir da força remanescente e da credibilidade de sindicalistas conservadores. A força dos movimentos sindicais obrigava esses últimos a tentar se identificar, de alguma forma,

com as greves emergentes, cercadas de legitimidade social. Em relação aos comunistas, sua experiência sabia fazer-se valer nos momentos de enfrentamento com o patronato, mesmo quando estes eram comandados pelos “novos” sindicalistas.

Se o “novo sindicalismo” significou, certamente, um importante momento de retomada das mobilizações dos trabalhadores e de afirmação dos sindicatos como força política, dificilmente pode ser encarado como uma ruptura com as práticas dos movimentos sindicais anteriores, até porque sua própria constituição ocorreu a partir desta relação ambígua com conservadores e com comunistas, entre outros.

A experiência narrada nessas últimas páginas revela o exercício e a valorização do piquete, uma forma de luta identificada por parte da bibliografia dos anos 60 como indício da fragilidade do sindicalismo populista. Também a classe patronal esforçou-se para associar a este tipo de manifestação uma acepção negativa, relacionada à violência e à desordem. Se tal entendimento começa a ser revisado em relação às manifestações do pré-64, a persistência dos piquetes nos anos 80 (e depois disso) indica não só uma constância de métodos entre os “novos” militantes e os populistas como o importante papel desta manifestação como estratégia de mobilização e forma de demonstrar publicamente a força dos trabalhadores.

Assim, a vivência destes homens e mulheres assinala para o pesquisador a necessidade de, como já indicou Mattos<sup>432</sup>, inspirado em Thompson, não avaliar a ação coletiva dos operários e dos sindicatos sob a rigidez de modelos pré-concebidos, mas sim respeitar a ambigüidade e a riqueza da experiência histórica.

O clima de solidariedade, porém, não impediu que o movimento chegasse a um impasse, que acabou sendo resolvido na Justiça do Trabalho. O exame do encaminhamento jurídico da greve é o assunto do próximo capítulo.

---

<sup>432</sup> MATTOS, M. B. *Novos e velhos ...* p. 81.

## Capítulo V

### O legal é mais do que o justo?

*Como não há condições de manter os dois grupos de empregados e, tal como lhe permite a legislação do trabalho em vigor, a Empresa Jornalística Caldas Júnior deliberou demitir por justa causa todos os que se afastaram do trabalho desde a semana anterior e partiram para o impropério, o desrespeito e a violência. A partir de agora, o caso fica entregue à Justiça do Trabalho, e a esta caberá decidir.*

**Nota Esclarecimento ao público, publicada na capa do Correio do Povo, de 21 de dezembro de 1983.**

*Tinha muita coisa romântica, tipo de Robin Hood, assim. A gente não estava em greve porque queria aumentar o salário. A gente queria receber o salário. Então tinha uma coisa dos grevistas se sentirem extremamente injustiçados por aquilo.*

**Marcelo Villas-Boas dos Santos, ex-secretário geral do Sindicato dos Jornalistas, em entrevista à autora.**

*Nós sempre soubemos que a greve era justa, porque tinha como objetivo o recebimento de salários atrasados. A decisão da Justiça, no entanto, tornou o movimento, mais do que justo, legal.*

**Boletim de greve, 7 de fevereiro de 1984.**

Nos capítulos anteriores, apresentei uma análise do processo de mobilização ocorrido entre os empregados da Caldas Júnior, enfocando primeiramente sua relação com as mudanças tecnológicas no processo de trabalho, e posteriormente, o vínculo com o sistema de dominação paternalista vigente na empresa. A seguir, examinei o ambiente político no qual ocorreu o movimento, em especial o momento de definição das diversas identidades sindicais presentes na cena nacional do período.

A proposta deste capítulo é discutir a questão jurídica, enfocando o problema desenvolvido no capítulo 1. Recordando, me interessa compreender o porquê da opção pelo uso do arcabouço jurídico do período autoritário num movimento de resistência de trabalhadores e quais os elementos do contexto histórico que embasaram essa escolha. A partir da identificação destes elementos, pretendo discutir se eles são ou não capazes de relativizar a imagem de ruptura tradicionalmente associada ao novo sindicalismo.

Em primeiro lugar, vou apresentar os dados referentes ao processo jurídico da paralisação, levantados a partir da documentação. Logo a seguir, farei um esforço de compreensão destas evidências, tentando ampliar a análise para o contexto mais amplo e dialogando com as referências teóricas. Algumas informações referentes à tramitação



jurídica já foram apresentadas rapidamente nas páginas anteriores, porém serão aprofundadas a seguir.

## 1. Os caminhos da legalidade

Estas primeiras páginas se constituirão numa descrição por vezes árida do processo judicial relativo à greve da Caldas Júnior, reconstruído a partir da documentação. Sem querer estender as decisões tomadas pelos envolvidos neste acontecimento para além de seu contexto específico, pretendo, porém, compreendê-las no interior de um conjunto de determinações econômicas, políticas e culturais. As experiências humanas reunidas neste evento não estão soltas no ar. Ocorrem em um momento histórico peculiar; agem sobre as estruturas e, ao mesmo tempo, sofrem as limitações impostas por elas.

Para realizar esta análise, é necessário tatear por um campo disciplinar diverso, tentando desvendar a lógica e os procedimentos dos encaminhamentos jurídicos.

A principal dificuldade é que o processo original da greve foi destruído pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), assim como a maioria daqueles processos que tramitaram no período. Restou o acórdão (a sentença) do julgamento, que faz abundantes referências aos documentos antes anexados e que hoje não existem mais. Foi possível reconstruir o percurso jurídico cruzando estas referências com documentos de outras origens, como cópias de atas das reuniões de negociação no TRT preservadas pelos grevistas; reportagens e editais publicados em jornais ou nos boletins de greve; depoimentos da juíza Magda Biavaschi, do advogado Luís Burmeister e de grevistas; e processos trabalhistas individuais referentes ao período da falência da empresa preservados pelo tribunal<sup>433</sup>.

---

<sup>433</sup> Tais processos foram preservados por serem considerados “não-findos”, ou seja, pendentes (geralmente relativos ao pagamento de custas aos advogados, aos leiloeiros etc), o que não ocorreu com o dissídio coletivo. Recentemente, o TRT-4 reverteu esta tendência de destruição de documentos, criando o Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, setor para preservação de sua memória e dos processos, no qual trabalham juízes, historiadores e sociólogos, tendo a juíza Biavaschi como uma de suas coordenadoras. Em junho de 2005, foi promovido um ciclo de debates dentro da programação do Curso de Formação de Multiplicadores em Políticas de Resgate, Preservação, Conservação e Restauração do Patrimônio Histórico da Justiça do Trabalho, com a participação dos professores Maria Isabel Noll, do PPG em Ciência Política da UFRGS, Benito Bisso Schmidt, do PPG em História da UFRGS, e Sidney Chalhoub, do PPG em História Social da Unicamp. Em outubro de 2006 foi firmado um convênio entre o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (UFpel) e o TRT-4, cedendo à universidade mais de cem mil processos trabalhistas do período entre 1941 e 1991. No mês seguinte, foi promovido o 1º Encontro sobre a Memória da Justiça do Trabalho, com a participação dos professores Fernando Teixeira da Silva, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e Ângela de

Nove dias depois de iniciada a greve da Caldas Júnior, os advogados dos três sindicatos de trabalhadores envolvidos no movimento encaminharam um processo de dissídio coletivo ao TRT da 4ª Região, com sede em Porto Alegre. Eram quatro as reivindicações: pagamento dos salários atrasados, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), recolhimento à Previdência Social das parcelas descontadas dos funcionários e ausência de punições aos trabalhadores parados.

O processo jurídico era instaurado depois do fracasso das tentativas de negociação via Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e da publicação, na capa do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, de uma longa nota da Caldas Júnior anunciando a demissão por justa causa de todos os grevistas (qualificados como participantes de uma “manifestação de indisciplina”):

Há mais de uma semana, um grupo de empregados deliberou paralisar suas atividades na empresa. Não satisfeitos com esta *manifestação de indisciplina*, partiram para a violência, atingindo pessoas e danificando veículos.

Mais adiante, passaram para o insulto pessoal, através de boletins divulgados nas ruas da cidade e de alto-falantes instalados junto às dependências da empresa.

Tal atitude não configura o regular exercício do direito de greve, o qual tem por pressuposto a observância de determinadas formalidades, que não foram cumpridas.

Esta ação, que não passa de um *ato de indisciplina*, vem sendo praticada por uma minoria atuante, que não representa sequer um décimo da coletividade que presta serviços à Empresa Jornalística Caldas Júnior.

A grande maioria, embora enfrentando iguais dificuldades, está em plena atividade, lutando pelo normal funcionamento de todos os setores da empresa.

Não é mais possível manter duas equipes de empregados: uma, a grande maioria, trabalhando com sacrifício para ajudar a vencer a crise que a empresa vem enfrentando, e outra, uma minoria integrada também por estranhos e conhecidos ativistas e agitadores, afastada do trabalho e tumultuando o esforço dos demais.

Como não há condições de manter os dois grupos de empregados e, *tal como lhe permite a legislação do trabalho em vigor*, a Empresa Jornalística Caldas Júnior deliberou demitir por justa causa todos os que se afastaram do trabalho desde a semana anterior e partiram para o impropério, o desrespeito e a violência.

A partir de agora, *o caso fica entregue à Justiça do Trabalho, e a esta caberá decidir.*<sup>434</sup>

---

Castro Gomes, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

<sup>434</sup> ESCLARECIMENTO ao público. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.1, 21 de dezembro de 1983. Grifos meus (ASJPRGS).

Amplamente publicizada, a própria atitude patronal buscava um amparo legal, porém numa interpretação oposta da lei em relação àquela feita pelos grevistas, como veremos a seguir.

Na noite do mesmo 21 de dezembro de 1983, os advogados do sindicato dos gráficos, Luiz Heron Araújo<sup>435</sup>, e dos sindicatos dos jornalistas e dos motoristas, Luís Burmeister<sup>436</sup>, foram à assembléia dos grevistas. Uma declaração de Heron publicada em um boletim de greve dava conta que o processo fundamentava-se “na legalidade da paralisação, só iniciada depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação e de cumpridos todos os prazos previstos em lei”<sup>437</sup>.

Na primeira audiência na Justiça do Trabalho, ocorrida no dia 23, o presidente do TRT na época, juiz João Antônio Pereira Leite, apresentou uma proposta de conciliação aos representantes dos trabalhadores e da empresa. A proposta, que incluía a volta ao trabalho, foi aceita pelos grevistas, mas recusada pela Caldas Júnior em audiência no tribunal no dia seguinte (véspera de Natal)<sup>438</sup>. Nova reunião ficou marcada para janeiro.

Antes disso, porém, a Justiça do Trabalho tomaria decisões importantes em relação aos funcionários da Caldas Júnior, chegando ao ponto de um jornal paulista afirmar, num título, que o Judiciário garantia a greve<sup>439</sup>. Examinando um outro

---

<sup>435</sup> Irmão de Carlos Araújo (líder do VAR-Palmares, grupo de resistência armada à ditadura militar, e posteriormente deputado pelo PDT), o advogado Luiz Heron Araújo foi um dos nomes mais destacados da advocacia trabalhista gaúcha nas décadas de 70 e 80. Foi preso político (prisão domiciliar), exilado e presidiu a Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas (Agetra). Recebeu indenização como preso político durante o regime militar (o nome de Heron consta do Acervo da Luta contra a Ditadura, ver site < <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/indenizacao.htm>> Acesso em 16/07/06). Era casado com a também advogada trabalhista Olga Araújo. Morreu em 1988.

<sup>436</sup> Diplomado em Direito no ano de 1957, Burmeister foi advogado de várias categorias de trabalhadores (eletricitários, motoristas, radialistas, engenheiros, jornalistas, psicólogos, telefônicos, metroviários e trabalhadores nas indústrias da alimentação, entre outros), tendo sido colega de escritório do advogado Tarso Genro (Genro foi posteriormente prefeito de Porto Alegre pelo PT em 1993-1997 e 2001-2002, presidente nacional do PT em 2005, ministro da Educação em 2004, das Relações Institucionais em 2006 e da Justiça em 2007). Em 1993, Burmeister ocupou o cargo de delegado regional do trabalho no estado, indicado pelas entidades sindicais de trabalhadores (governo Itamar Franco). Foi também fundador e presidente da Agetra e presidente do Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul. Durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, trabalhou como assessor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

<sup>437</sup> TRT atende ao pedido de intermediação. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1983 (ASJPRGS).

<sup>438</sup> A proposta previa, além do fim da greve, pagamento dos salários atrasados de outubro e novembro até 31 de dezembro, e dos salários de dezembro e o 13º salário até 15 de janeiro, sob pena do pagamento em dobro destes salários e retomada do movimento grevista, bem como a possibilidade de dispensa de funcionários envolvidos em atos de violência por justa causa. Atas de audiência do processo TRT 9.217/83, cópias anexas ao RELATÓRIO preliminar... *Op. cit.* (APJBS).

<sup>439</sup> JUSTIÇA garante a greve no Sul. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1983, sem indicação de página (ASJPRGS).

processo, impetrado ainda antes da paralisação por um grupo de funcionários da Caldas, a juíza Magda Biavaschi, então titular da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre<sup>440</sup>, determinou liminarmente (provisoriamente) três medidas muito favoráveis aos trabalhadores, todas no dia 27 de dezembro.

Em primeiro lugar, a juíza ordenou o envio de ofícios às agências de publicidade, determinando o recolhimento à Justiça do Trabalho de todos os pagamentos destinados à Caldas Júnior. Também foi notificada a direção da empresa para que o faturamento diário (receita referente às assinaturas, renovações de assinaturas e venda avulsa de jornais) tivesse igualmente como destino o Judiciário. Por fim, um oficial de justiça foi incumbido de apreender, diariamente, os valores relativos à venda de pequenos anúncios. Em suma: praticamente toda a receita da Caldas Júnior passaria a ser controlada pela Justiça do Trabalho.

Paralelamente, no mesmo dia, mas numa decisão referente ao processo impetrado pelos sindicatos durante a greve, o juiz Pereira Leite deu aos funcionários paralisados as garantias previstas na lei 4.330 (a lei de greve vigente na época). Mesmo não tendo sido ainda julgada a paralisação (tarefa que, pela tramitação da época, cabia a uma das turmas de juízes do TRT, e não ao presidente do tribunal), o magistrado concedeu liminar (decisão provisória) ordenando que a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul fosse comunicada que os grevistas tinham direito, reconhecido pela Justiça, de aliciar pacificamente trabalhadores para o movimento, colher donativos e utilizar cartazes de propaganda. A empresa foi intimada a não demitir os empregados parados (medida que havia sido anunciada publicamente seis dias antes em notas publicadas nas capas dos jornais, conforme descrito anteriormente).

As decisões foram obviamente comemoradas pelos trabalhadores e seus advogados. O boletim de greve do dia 28 noticiava: “Justiça garante salários”. O texto citava declaração do advogado Luiz Heron afirmando que a medida deferida pela juíza Magda abria “um novo capítulo no sindicalismo brasileiro e no próprio processo de mobilização e de luta dos trabalhadores pelos seus direitos”<sup>441</sup>.

A medida foi, porém, contestada pelos advogados da Caldas Júnior, que alegaram um problema técnico<sup>442</sup>. O presidente do tribunal, juiz Pereira Leite, optou por

---

<sup>440</sup> As juntas eram órgãos de 1ª instância, o TRT, de 2ª instância, e o TST, de 3ª instância.

<sup>441</sup> JUSTIÇA garante salários. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 28 de dezembro de 1983 (ASJPRGS).

<sup>442</sup> Na época, as Juntas de Conciliação e Julgamento tinham três juízes: um togado (bacharel em Direito) e dois vogais (um indicado pelos empregadores e outro pelos empregados). Como a decisão foi tomada

chancelar quase todo o parecer da juíza. Cassou, no entanto, a liminar que obrigava a empresa a ceder o produto da venda diária de pequenos anúncios<sup>443</sup>.

De qualquer forma, depois do fracasso das reuniões de conciliação às vésperas do Natal de 1983, Pereira Leite agendou mais tentativas em janeiro de 1984. A primeira, no dia 10, mostrou que os ânimos estavam exaltados. Enquanto a Caldas Júnior pedia a ilegalidade da greve, baseada no argumento que os requisitos da lei 4.330 não haviam sido cumpridos, os trabalhadores defendiam a anulação da contratação de novos funcionários para substituir os grevistas<sup>444</sup>.

Seis dias depois, a Caldas Júnior anunciou que apresentaria um plano para o pagamento dos salários atrasados. A proposta, feita em nova reunião no TRT no dia 18, foi rechaçada com veemência pelos trabalhadores<sup>445</sup>. Sem acerto, Pereira Leite encaminhou o processo para julgamento pelo TRT.

Como era o rito de um processo de dissídio coletivo como o da greve da Caldas Júnior na Justiça do Trabalho da época? Depois das reuniões de conciliação comandadas pelo presidente do TRT, se não houvesse acordo, a defesa (os representantes da empresa) entregavam os documentos que sustentavam seus argumentos contrários às reivindicações e o processo era remetido para o Ministério Público do Trabalho (o promotor, que emitia seu parecer) e para um juiz-relator, incumbido de propor uma decisão. Em seguida, passava-se para o julgamento, onde o processo seria examinado pelos juízes togados e classistas (representantes dos trabalhadores e dos empresários)<sup>446</sup>.

---

somente pela juíza e não pelos três em conjunto, os advogados da Caldas Júnior questionaram o procedimento. A representação classista foi instituída pelo decreto 1.237, de 1939, assinado por Getúlio Vargas, que instituiu a Justiça do Trabalho. O decreto previa que as Juntas de Conciliação e Julgamento fossem compostas de um presidente (o juiz togado) e dois vogais, um representando os empregadores e outro os empregados. Nos TRTs, os representantes de patrões e trabalhadores eram chamados de juízes classistas. Os vogais eram escolhidos pelos presidentes dos tribunais e os juízes classistas, pelo presidente da República, que recebiam listas tríplices encaminhadas pelos sindicatos e federações. A representação classista acabou em 1999, com a emenda constitucional 24, que também transformou as juntas em varas.

<sup>443</sup> NA JUSTIÇA – A empresa corre atrás. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 29 de dezembro de 1983 (ASJPRGS). Também depoimento de Magda Biavaschi. BIAVASCHI, Magda. Depoimento [8 de junho de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

<sup>444</sup> POSIÇÃO da Caldas no TRT. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1984 (ASJPRGS).

<sup>445</sup> A proposta foi qualificada no boletim de greve do dia 19 de janeiro de 1984 como “ridícula e miserável”, “besta, idiota, desaforo, sem vergonha, indecorosa, absurda, prepotente”. Ela consistia no pagamento dos salários atrasados em três parcelas, sem juros e correção monetária, suspensão das ações cautelares e encerramento do processo, bem como demissão de todos os que entraram em greve em 13 de dezembro de 1983 (dia seguinte ao início do movimento). NOVO calote do Breno. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*, Porto Alegre, 19 de janeiro de 1984 (ASJPRGS).

<sup>446</sup> Conforme BIAVASCHI, M. *Op. cit.*

O juiz escolhido por Pereira Leite para relator do caso foi Hilton Valdir da Silva, classista representante dos empregados. Lido no julgamento ocorrido em 6 de fevereiro de 1984, seu parecer rejeitou todas as tentativas dos advogados patronais de adiar ou anular o julgamento<sup>447</sup> e acolheu totalmente a tese dos trabalhadores, votando pela legalidade da greve com base na lei 4.330. Além disso, decidiu pelo pagamento dos salários atrasados em 10 dias a contar da publicação da sentença (sob pena de multa de 50% dos débitos), readmissão e garantia de emprego dos grevistas até que a dívida fosse saldada, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e não punição dos grevistas.

O voto foi seguido por unanimidade pelos outros juízes do 1º Grupo de Turmas do TRT (órgão que julgou o processo), com exceção do prazo de 10 dias para o pagamento dos vencimentos atrasados sob pena de multa de 50%. Votaram contra esta medida os juízes Plácido Lopes da Fonte e Antônio José de Melo Widholzer, classistas dos empregadores<sup>448</sup>.

Com a decisão do TRT, os grevistas, satisfeitos, acabaram com a greve, que já durava 56 dias. A maioria, porém, não recebeu os salários atrasados depois de voltar a trabalhar. Enquanto novas ações de empregados da empresa se acumulavam na Justiça do Trabalho gaúcha, a Caldas Júnior impetrou um recurso contra a sentença do TRT. Em março, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), com sede em Brasília, suspendeu temporariamente a decisão. Em seu despacho, o ministro vice-presidente do TST, Coqueijo Costa, sustentou que “não há previsão legal nem precedente, na jurisprudência, que justifique a imposição da multa de 50% e a concessão de estabilidade provisória até que sejam satisfeitos os débitos da requerente [a Caldas Júnior]”<sup>449</sup>, numa crítica à decisão anterior do TRT.

O TST julgou o processo definitivamente em setembro de 1984, três meses depois da interrupção da circulação do *Correio* e da *Folha*. Os ministros mantiveram a

---

<sup>447</sup> Um exemplo dessas manobras da empresa foi a apresentação, momentos antes do julgamento, de 57 páginas de novos documentos a serem examinados pela Justiça, além da argumentação de que os sindicatos não tinham legitimidade para ajuizar aquele tipo de processo sem que houvesse uma assembléia geral das categorias específica para este fim. Ambas as tentativas foram rejeitadas. O acórdão do processo (dissídio coletivo nº 9217/83) está disponível no ATRT4.

<sup>448</sup> Plácido Lopes da Fonte era diretor do Serviço Nacional do Comércio (Senac) e presidente do Sindicato dos Hotéis e Similares de Porto Alegre, e Antônio Widholzer era presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário. NOMEADOS novos juízes. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 de março de 1982, p. 11 (CDS/NPH: pasta Justiça do Trabalho).

<sup>449</sup> A decisão do TST (processo 3.716/84) foi publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1984. Cópia da decisão foi anexada ao processo 521/84, ajuizado em 1º de março de 1984 na 5ª Junta da Justiça do Trabalho, pelo linotipista Antônio Adair Ferreira da Silva contra a Caldas Júnior (ATR4).

decisão de legalidade da paralisação e pagamento dos atrasados e dos dias parados, excluindo, porém, a multa de 50% e a obrigatoriedade dos depósitos do FGTS e da Previdência Social. No seu relatório, o ministro Marcelo Pimentel fez uma censura à multa instituída pela primeira sentença, afirmando que o TRT “exorbitou de sua competência normativa, chegando à arbitrariedade”<sup>450</sup>.

As posições divergentes evidenciam uma disputa em um mesmo território – a lei. Uma disputa que opõe não apenas patrão e empregados, como também instâncias diferentes do Judiciário trabalhista da época, como mostra a sentença do TST.

Para compreender melhor o que estava em jogo no processo jurídico, é importante, portanto, examinar com um pouco mais de cuidado a legislação que embasou toda a discussão sobre esta greve. Basicamente, os trabalhadores e seus representantes legais, a empresa e as diversas instâncias da Justiça do Trabalho discutiam o enquadramento da paralisação na lei 4.330, chamada por sindicalistas do período de lei “antigreve”.

Aprovada em maio de 1964 por um Congresso Nacional já enfraquecido pelo Ato Institucional nº1<sup>451</sup> e sancionada a 1º de junho pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco; pelo ministro do Trabalho, Arnaldo Süssekind,<sup>452</sup> e pelo ministro da Justiça, Milton Campos, a 4.330 alterava o Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946<sup>453</sup>. Na época, foi saudada em editorial do *Correio do Povo* como uma forma de

---

<sup>450</sup> *Diário da Justiça*, Brasília, 7 de dezembro de 1984, p. 21123-21125 (ASJPRGS).

<sup>451</sup> Baixado em 9 de abril de 1964, portanto oito dias após o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, o AI-1 manteve formalmente a Constituição de 1946, mas franqueou ao Executivo várias prerrogativas extraordinárias, reduzindo o poder do Congresso. Projetos de lei enviados pelo presidente da República precisavam ser examinados em 30 dias na Câmara e em 30 no Senado, senão seriam considerados aprovados; além disso foi suspensa a imunidade parlamentar. Uma transcrição comentada do AI-1 pode ser encontrada em ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 574-590.

<sup>452</sup> Arnaldo Süssekind é um dos grandes nomes do Direito do Trabalho no Brasil. Participou da comissão responsável pela elaboração da CLT, foi ministro do Trabalho do governo Castelo Branco e ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Tem diversos livros publicados sobre esta temática, entre eles *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: Renovar, 2004 e *Direito Constitucional*. São Paulo: Renovar, 2004, além de uma obra em 10 volumes: *Direito do Trabalho e Previdência Social*. São Paulo: LTR, 1992-2002. Sobre Süssekind, ver GOMES, Ângela de Castro. Os direitos do trabalho em início do século XXI: depoimento de Arnaldo Süssekind. *História Oral*. São Paulo, nº5, p.71-87, junho.2002; e ENTREVISTA com Arnaldo Süssekind [Entrevista concedida a Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo]. *Estudos Históricos – Os anos 20*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p.113-127, 1993.

<sup>453</sup> Reprodução comentada da lei 4.330 está em PRUNES, José Luiz Ferreira. *A greve no Brasil*. São Paulo: LTR, 1986. A íntegra da lei também está disponível na página da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, disponível no site <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4330.htm)> Acesso em 21/1/04. A respeito do decreto nº 9.070, uma curiosidade é que ele entrou em vigor oito dias antes da vigência da Constituição de 1946, portanto ainda sob a carta de 1937, que definia greve e *lock-out* como “recursos anti-sociais,

evitar que o país voltasse “àquele nunca acabar de greves sobre greves que se instaurou no governo do sr. Juscelino Kubistschek e que chegou ao apogeu no calamitoso e felizmente inconcluso desgoverno do sr. João Goulart”<sup>454</sup>.

Houve vozes que, inspiradas pelo clima do novo regime, pediam ainda mais rigor. “O direito de greve deveria ser extinto e não regulamentado”, defendeu em artigo publicado no mesmo periódico o juiz João Didonet Neto, que via na Justiça do Trabalho um órgão capaz de serenar totalmente as divergências entre patrões e empregados. Segundo o juiz, “a greve é nas democracias um instrumento de subversão e fator de desorganização do trabalho e da produção de que se valem os agitadores para assaltarem o poder”. E finalizava: “as leis devem inspirar-se nas condições históricas em meio às quais são elaboradas”<sup>455</sup>.

Certamente as condições históricas então vigentes no país apontavam para um aumento da intolerância em relação aos movimentos paredistas. Mas a opção dos novos governantes em manter a Constituição de 1946 era um dos fatores que impediam a extinção pura e simples do direito de greve<sup>456</sup>. De fato, a 4.330 só era taxativa e vedava terminantemente as paralisações de funcionários públicos (artigo 4, mesmo assim com exceções<sup>457</sup>), afirmando, em seu artigo 1º, que “o direito de greve, reconhecido pelo artigo 158 da Constituição Federal, será exercido nos termos da presente lei”.

Mesmo nos anos seguintes, as leis do regime militar nunca chegaram a proibir abertamente as paralisações. Optaram por tentar obstaculizá-las ao máximo no âmbito legal. A Constituição de 1967 as interditou nos serviços públicos e atividades essenciais. O decreto-lei 1.632 (1978) relacionou uma ampla gama destas atividades<sup>458</sup> e

---

nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”. O decreto nº 9.070, ao contrário, admitia a greve como direito, porém fixava termos estritos na regulamentação de seu exercício. A Constituição de 1946 reconhecia o direito de greve em seu artigo 158, porém sujeito à regulamentação; “é reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”. Ver NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Comentários à lei de greve*. São Paulo: LTR, 1989. p. 11-12; e ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. *A greve no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 9.

<sup>454</sup> GREVE e lei. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/05/64, p.4 (CDS/NPH: pasta greves)

<sup>455</sup> NETO, João Didonet. O direito de greve e sua regulamentação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/05/64, p. 4 (CDS/NPH: pasta greves).

<sup>456</sup> Boris Fausto vê na manutenção aparente da vigência da Constituição de 1946 uma evidência de que o regime militar sempre se recusou a assumir sua feição autoritária. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. p. 465-467.

<sup>457</sup> Diz o artigo 4: “A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da União, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho”.

<sup>458</sup> Água, esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem como, por ato do



atribuiu ao ministro do Trabalho a função de reconhecer o estado de greve. Ainda em 1978, a Lei de Segurança Nacional previu punições para a incitação à greve.

A lei 4.330, que permaneceu vigente de 1964 a 1989, estabelecia uma série de pré-condições para o exercício legal da greve, que o tornava, na prática, quase impossível. Em suma: teoricamente um “direito” como previsto na Constituição de 1946, as paralisações do trabalho eram, na prática, quase sempre ilegais. Os principais requisitos da lei nº 4.330, considerados por alguns juristas como “condenáveis”<sup>459</sup> ou “exagerados”<sup>460</sup>, eram basicamente os seguintes:

- 1) A greve precisaria ser autorizada por assembléia geral da entidade sindical (dois terços dos associados em primeira convocação e um terço na segunda, com intervalo mínimo de dois dias entre elas). Em sindicatos que representassem mais de 5 mil trabalhadores, o quórum em segunda convocação era de um oitavo dos associados;
- 2) A assembléia seria convocada com a publicação de edital em jornais com antecedência mínima de 10 dias;
- 3) A decisão da assembléia seria tomada por *voto secreto* (cédulas “sim” e “não”, especifica a lei);
- 4) A mesa apuradora da votação seria presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por alguém designado pelo procurador-geral do Trabalho ou procuradores regionais;
- 5) Se a decisão fosse por greve, a diretoria do sindicato notificaria o empregador *por escrito*, dando-lhe prazo de cinco dias para o atendimento das reivindicações e informando o dia, mês e hora do início da greve, com intervalo mínimo de cinco dias nas atividades consideradas “acessórias” e 10 dias nas “fundamentais”<sup>461</sup>.

---

Presidente da República, indústrias de interesse da segurança nacional. NASCIMENTO, A. *Op. cit.* p. 14 e 101-102. Este autor defende que todo o aparato legal em relação a greves durante o período militar não foi cumprido, apesar de estar vigente. Sobre direito de greve na legislação brasileira, ver também DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 1992 e MELLO, Maildes Alves de. *A greve no Direito Positivo Brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1980. Anteriormente, a lei 4.330 considerou fundamentais “as atividades nos serviços de água, energia, luz, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga ou descarga, serviço funerário, hospitais, maternidade, venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade, farmácias e drogarias, hotéis e indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional”.

<sup>459</sup> DUARTE NETO, B. H. *op. cit.* p. 58.

<sup>460</sup> NASCIMENTO, A. *op. cit.* p. 13.

<sup>461</sup> Ver nota 459.

6) Cópias autenticadas da notificação ao empregador e da ata da assembléia deveriam ser encaminhadas ao Delegado Regional do Trabalho, que tentaria conciliar ambas as partes.

O não-cumprimento dos “prazos e condições estabelecidas nesta lei” tornava a greve passível de ser considerada ilegal (artigo 22). Pela letra da lei (artigo 29), a simples participação em uma greve ilegal já podia sujeitar o trabalhador individual a uma pena de reclusão de seis meses a um ano, além de multa. “Atos de violência” (como “agressão, depredação, sabotagem, invasão do estabelecimento, insultos, afixação ou ostentação de cartazes ofensivos às autoridades ou ao empregador”) justificavam a demissão por falta grave do trabalhador (artigo 8). Outros “excessos” cometidos davam o direito ao patrão de punir o empregado com advertência, suspensão ou demissão (artigo 27).

Em contraponto, os grevistas “legais” tinham garantias teoricamente nada desprezíveis, como “aliciamento pacífico”, “coleta de donativos e uso de cartazes de propaganda, desde que não ofensivos e estranhos às reivindicações da categoria profissional”, “proibição de despedida de empregado que tenha participado pacificamente de movimentos grevistas” e “proibição, ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas” (artigo 19). Além disso, a greve considerada lícita assegurava aos grevistas o pagamento dos dias parados (artigo 20). O problema era cumprir todas as exigências da licitude.

O movimento sindical do final dos anos 70 tomou a derrubada da lei 4.330 como um de seus cavalos-de-batalha. Isto ocorreu já a partir da primeira greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1978. Na ocasião, o movimento foi declarado ilegal pelo TRT paulista com base na legislação e, para surpresa do governo e dos empresários, continuou, mostrando a crescente ineficácia da 4.330. Em reportagem publicada no jornal *Em Tempo*, alinhado com os sindicalistas, a lei era alcunhada de “antigreve” e definida como “uma trama sofisticadíssima de pré-condições, condições, procedimentos (papéis, atas, editais, notificações autenticadas em cartório etc) para, na prática, proibir a greve para qualquer categoria de trabalhadores”. A luta contra sua vigência era definida como “uma bandeira dos programas de todas as oposições sindicais”<sup>462</sup>.

---

<sup>462</sup> A LEI anti-greve. *Em Tempo*, São Paulo, nº 13, 29 de maio a 4 de junho de 1978, p. 4 (CDS/NPH).

Esta posição não era descabida. Mesmo ineficaz, a lei pairava como uma ameaça constante aos sindicalistas. Em 1979, por exemplo, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ocupou uma rede nacional de rádio e TV para explicar com detalhes os artigos da lei e intimidar os participantes das greves do país com sua aplicação rigorosa<sup>463</sup>. Porém, a segurança e a frequência com que o Executivo empunhava a 4.330 como arma contra grevistas nem sempre eram vistas com bons olhos no Judiciário.

No início de abril de 1980, numa decisão encarada à época como surpreendente, o TRT paulista decidiu que não cabia ao tribunal decretar a legalidade ou ilegalidade da greve dos metalúrgicos do ABC e do interior de São Paulo. De acordo com reportagem publicada na revista *Istoé*, um dos fatores que teriam pesado na decisão foi uma ameaça anterior, feita pelo mesmo Murilo Macedo, de intervenção nos sindicatos a partir de uma declaração de ilegalidade “que ele considerava favas contadas no tribunal”. Ouvido pelo jornalista, um juiz teceu críticas a “essas leis antijurídicas que não se podem aplicar e a atitude de ministros, como Murilo Macedo, que dizem previamente que a interpretação vai ser essa e tal”. Dessa forma, a decisão do TRT paulista foi interpretada pela imprensa como uma forma de reafirmar a autonomia do Judiciário<sup>464</sup>.

A decisão pressupunha, porém, a volta imediata ao trabalho, com a aceitação de uma proposta conciliatória apresentada pelos juízes. Mas os trabalhadores não ficaram satisfeitos e continuaram parados. O tribunal então mudou de posição e, em novo julgamento, declarou a greve ilegal. A sentença abriu caminho para violenta repressão do governo, com a prisão de 16 líderes sindicais, intervenção no sindicato e ocupação da região do ABC por tropas do Exército<sup>465</sup>.

No mesmo ano, a batalha pela derrubada da 4.330 constou da resolução aprovada pela comissão diretora nacional provisória do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>466</sup>. Seis anos depois, a legislação era citada explicitamente nas resoluções do 2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como a lei “que

---

<sup>463</sup> GREVE: legislação não foi usada com rigor. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 11/05/79, sem indicação de página (CDS/NPH: pasta greves).

<sup>464</sup> SARDENBERG, Carlos Alberto. E a ilegalidade? *Istoé*, São Paulo, 09/04/80, p. 3. Disponível em <[http://www.fpabramo.org.br/especiais/greve80/istoe\\_reportagem2.htm](http://www.fpabramo.org.br/especiais/greve80/istoe_reportagem2.htm)> Acesso em 21/01/04.

<sup>465</sup> Para uma descrição dos acontecimentos, ver KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982. p. 149-155.

<sup>466</sup> No item liberdade sindical. 21 ANOS do PT – Campanha de Filiação para a legalização do PT. Disponível em <[http://www.fpabramo.org.br/especiais/21\\_anos/rep01.htm](http://www.fpabramo.org.br/especiais/21_anos/rep01.htm)>. Acesso em 14/07/2004.

inviabiliza o direito de greve e permite ao governo e aos patrões o direito da repressão”<sup>467</sup>.

Se voltarmos agora novamente ao nosso acontecimento específico, a greve da Caldas Júnior, estaremos frente a frente com um paradoxo. Uma lei autoritária, que cerceia direitos dos trabalhadores, criticada pelo movimento sindical emergente do período, acabou por ser usada para beneficiar uma parcela deles. Mesmo que a sentença do TRT não tenha sido cumprida imediatamente e que o TST a tenha modificado em parte, os grevistas obtiveram benefícios concretos, como a anulação das demissões por justa causa efetuadas pela empresa e o direito ao pagamento dos dias parados – isso sem falar na *vitória moral*. Além disso, como veremos adiante, os trabalhadores não se *resignaram* em obedecer à lei – eles se *esforçaram* para isso (ou para provar juridicamente que assim o fizeram). Como compreender tais fatos?

## 2. O Direito e os direitos

O que nos coloca diante do impasse enunciado acima não são as evidências em si, mas uma compreensão *a priori* do Direito como meio de dominação *stricto senso*, destinado somente a legitimar ideologicamente a hegemonia burguesa por meio do Estado. Tal interpretação, comum em um marxismo de viés estruturalista, é cega para a questão da agência humana, ignora a ação e a vontade dos sujeitos, menospreza a capacidade dos atores de manipular as estruturas nas quais estão inseridos.

Para Thompson, o Direito “é uma mediação específica e um terreno de oposição de classes e não um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante”<sup>468</sup>. A principal discussão deste autor sobre o Direito está em *Senhores e Caçadores*, obra na qual ele enfoca a aplicação da Lei Negra, legislação inglesa do século XVIII que impôs a pena de morte a mais de 50 crimes na região da floresta real de Windsor.

A análise dos acontecimentos relacionados à vigência desta lei específica leva o historiador a pensar a norma legal não só como expressão de interesses da classe

---

<sup>467</sup> CUT 20 anos...

<sup>468</sup> THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 211.

dominante, mas também como *ideologia* e como *lógica*, dotada de uma autonomia limitada, dada por sua própria *retórica* de justiça. Para Fortes, Thompson distingue três aspectos diferenciados na lei: “a instituição (aqueles que a exercem), a ideologia e o código com lógica e procedimentos próprios (a lei enquanto *lei*)”<sup>469</sup>.

Como salienta Thompson, as relações de classe são expressas na forma da lei, sendo esta dotada de características, história e lógicas próprias: “É inerente ao caráter específico da lei, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade”<sup>470</sup>.

Assim, se o que legitima a exploração econômica em sua forma legal é a noção de justiça, torna-se necessário que, em algum momento, esta idéia se torne crível para dominantes e dominados. Desta forma,

A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa.<sup>471</sup>

Entre os princípios que legitimam o Direito está a idéia de que todos devem a ele se submeter. Assim, a classe dominante precisa, para que o sistema jurídico seja visto como legítimo, sujeitar-se às mesmas regras com as quais subjuga as demais classes. E, por vezes, estas regras podem inclusive ser usadas contra sua própria dominação.

Faz parte da idéia thompsoniana de *domínio da lei* a concepção da esfera jurídica como campo de luta para os dominados, com a possibilidade, inclusive, de vitórias parciais destes. O historiador observa, no entanto, que mesmo tais capitulações servem aos governantes “para consolidar o poder, acentuar sua legitimidade e conter movimentos revolucionários”<sup>472</sup>. Ao mesmo tempo, porém, alerta que não há como desprezar a repercussão destas vitórias parciais enquanto limites legais ao domínio absoluto.

A complexidade do pensamento de Thompson sobre o Direito está, ao meu ver, neste fio tênue que une três aspectos: a possibilidade de vitória pontual dos dominados

---

<sup>469</sup> FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. *História social*, Campinas (SP), nº 2, 1995, p. 94. Grifo do autor.

<sup>470</sup> THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 353.

<sup>471</sup> *Idem, ibidem*. p 354.

<sup>472</sup> *Idem, ibidem*. p 356.

no campo jurídico, a legitimação (fortalecimento)<sup>473</sup> da dominação pela lei e a limitação do arbítrio dos dominantes. O Direito é, assim, uma arena complexa onde se travam batalhas com repercussões importantíssimas em outros âmbitos sociais, e não deve ser entendido numa perspectiva reducionista, que não ilumine as diversas possibilidades dadas pelas variadas esferas da lei, em especial sua constituição formal e sua aplicação prática.

Pode-se falar em *domínio da lei* no período da ditadura militar brasileira? É evidente que não se ignora aqui a rotina de arbitrariedades, desmandos e autoritarismo vigentes no período, nem as centenas de mortos e desaparecidos nos porões da ditadura. Mas é importante lembrar que o regime militar não foi uma época sem leis. Os atos de cassação e intervenção na vida civil, o cerceamento dos direitos, a repressão aos sindicatos foram tema da extensa legislação do Poder Executivo a partir de 1964. Mesmo quando mandou “às favas os escrúpulos de consciência”<sup>474</sup>, fechando o Congresso e outorgando-se poderes excepcionais, o governo o fez através de uma lei, o AI-5. Eram legislações arbitrárias, nem sempre cumpridas formalmente – a pena de morte instituída pelo AI-14 (1969) para os casos de “guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva” nunca chegou a ser executada, apesar de vigir informalmente nos porões<sup>475</sup> – mas a preocupação em editar tais normas revela um esforço de legitimação do regime de exceção pelos meios jurídicos.

Esforço de legitimação que se dá também pela edição da autoritária lei 4.330, submetida ao arcabouço da democrática Constituição de 46. A opção inicial do regime por manter formalmente a Constituição anterior – mesmo modificando-a pelos atos institucionais – e a pressa em regular as greves impedia, paradoxalmente, que as paralisações do trabalho fossem sumariamente banidas da legalidade formal. Portanto, fiel à sua lógica interna e coerente com o ordenamento constitucional vigente, a lei mantinha uma margem de legalização dos movimentos, tão acanhada que se dava ao

---

<sup>473</sup> Em Thompson, a legitimidade da dominação é vista como parte de *um jogo retórico e ideológico* que visa a sustentar o poder dos dominantes, mas que, por conter a sua própria lógica, pode ser usada contra eles.

<sup>474</sup> Trecho da frase proferida pelo então ministro Jarbas Passarinho na reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pela instauração do AI-5, em 1968. A reunião foi gravada. Passarinho comenta a frase e a reunião em entrevista ao jornalista Deigma Turozi, da Agência Brasil, disponível no site <[http://www.radiobras.gov.br/especiais/Golpe64/golpe64\\_jarbas.htm](http://www.radiobras.gov.br/especiais/Golpe64/golpe64_jarbas.htm)>. Acesso em 24/05/05.

<sup>475</sup> FAUSTO, B. *op. cit.* p. 481. Sobre o AI-14, ver também SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomirom dos Santos (1969-1971)*. Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, junho de 2005, Universidade Estadual de Londrina. Theodomirom dos Santos, ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foi um dos três homens condenados legalmente à morte durante o regime militar (nenhuma das sentenças foi cumprida). Hoje, Santos é juiz do trabalho.

luxo de oferecer aos trabalhadores vantagens como direito de aliciamento de grevistas e garantia de emprego nas paralisações.

Margem estreita, porém não impossível. Só no Rio Grande do Sul, das 10 greves realizadas entre o golpe militar de 1964 e o ano de 1968, duas foram consideradas legais: a dos calçadistas em 1965 (por atraso de salários) e a dos bancários em 1966. Esta última ocorreu porque os banqueiros quiseram descontar, no dissídio de 1966, uma antecipação de 30% concedida no ano anterior. Na época, o TST negou o desconto e ainda concedeu um aumento de 38%, que os patrões se recusaram a pagar. Diante disso, os bancários fizeram uma greve de seis dias, ao fim da qual obtiveram 20,32% de reajuste mais o pagamento de um salário.<sup>476</sup>

De fato, o artigo 16 da 4.330 abria espaço para a legalidade em casos específicos, ao estabelecer prazos especiais para situações excepcionais: “será de 72 horas o pré-aviso para a deflagração da greve, nas atividades fundamentais e nas acessórias, quando motivada pela falta de pagamento de salário nos prazos previstos em lei ou pelo não cumprimento de decisão, proferida em dissídio coletivo, que tenha transitado em julgado”. Citando explicitamente a falta de pagamento de salários e o não-cumprimento de decisão de dissídio coletivo, o artigo foi interpretado tradicionalmente pelos juristas e advogados como um aval para a legalização das greves nestas situações. Mas isto não as eximia do cumprimento dos prazos e requisitos, os quais sempre eram alvo de debate nos tribunais<sup>477</sup>.

Entra aí um outro aspecto da lei – a instituição. Assim como qualquer outra norma jurídica, a 4.330 não era auto-aplicável. A decisão sobre a legalidade ou não de uma paralisação e sobre a aplicação das garantias disponibilizadas aos grevistas cabia à Justiça do Trabalho, em especial aos tribunais regionais, órgãos que julgavam os dissídios coletivos.

---

<sup>476</sup> BANCÁRIOS ameaçam banqueiros. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28/10/1966, p. 6 (MCSHJC). Sobre o número de greves durante a ditadura, ver COLOMBO, Neli Terezinha Fornari. *O sindicalismo urbano no RS (1964-1979)*, Porto Alegre, Iespe, PUCRS, s/d. Segundo esta autora, depois do golpe, o sindicato dos bancários sofreu duas intervenções até o final dos anos 60: em 1964 e em 1968. Sobre a greve dos bancários, ver SILVA, S. I. M. *Op. cit.* p. 41, 100-101.

<sup>477</sup> Um exemplo é a greve dos funcionários da Maxwell Eletrônica Comercial e Industrial, de São Paulo, julgada pelo TRT daquele estado em janeiro de 1978. Motivada pela falta de pagamento de três meses de salário (outubro, novembro e dezembro de 1977), a paralisação teve parecer favorável pela legalidade da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, que desconsiderou pedido da empresa para que a greve fosse considerada ilegal devido ao suposto não cumprimento do prazo de 72 horas do aviso prévio. Os juízes do tribunal aceitaram o argumento dos trabalhadores de que o prazo fora realmente cumprido e decidiram pela legalidade, condicionando a volta ao trabalho ao pagamento de salários. Processo DC9/78-A, acórdão TP. 40/78, de 17 de janeiro de 1978. *Revista de legislação social, doutrina e jurisprudência*. São Paulo: LTR, 1978. p. 42/340-42/342 (BDir).

Instituída pela Constituição de 1934 e regulamentada em 1939 (decreto 1.237), a Justiça do Trabalho só começou efetivamente a funcionar no país em 1º de maio de 1941<sup>478</sup>. Sua estrutura operacional se baseou no funcionamento anterior das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas em 1932 (decreto nº 22.132) e destinadas a solucionar contendas individuais de trabalho. Na sua origem, as Juntas já se compunham de dois vogais (um representante patronal e um dos trabalhadores) e um presidente, com a diferença de que este era nomeado pelo ministro do Trabalho.

O decreto de 1941 estabeleceu a jurisdição dos Conselhos Regionais, que se tornariam em 1946 Tribunais Regionais do Trabalho. O Conselho Regional da 4ª Região (que incluía no início os dois estados do extremo sul do país e, em 1976, passou a abranger somente o Rio Grande do Sul) foi instituído já em 1941. A Justiça do Trabalho foi criada como órgão do Poder Executivo, tornando-se integrante do Judiciário com a Carta de 1946.

Segundo Ângela de Castro Gomes, a criação da Justiça do Trabalho em 1934 teve um caráter “polêmico e inovador”, pois se tratava de uma justiça encarregada de resolver conflitos não só entre sujeitos individuais, mas também entre sujeitos coletivos.<sup>479</sup> Além disso, é uma justiça capaz de criar a lei, não apenas de aplicá-la, por meio do chamado *poder normativo*, pelo qual os juízes, ao julgar, estabelecem jurisprudências que podem guiar outros processos trabalhistas.

Dotada de invejável estrutura burocrática e material, que nos dias de hoje abarca milhares de prédios, funcionários e equipamentos, a Justiça do Trabalho firmou-se também como órgão muito procurado pelos próprios trabalhadores. Em seu primeiro ano de funcionamento, foram julgados no país cerca de 30 mil processos e destes, 8.086 foram solucionados em 1ª instância, nas Juntas de Conciliação e Julgamento. Dez anos depois, em 1951, as juntas dirimiram 78.049 reclamações; em 1961, 147.435; em 1971, 347.389; e às vésperas de completar 40 anos, em 1980, as Juntas resolveram juridicamente 609.260 conflitos<sup>480</sup>.

Esta procura não diminuiu com a redemocratização nem com a emergência do novo sindicalismo. Pelo contrário. Segundo Adalberto Moreira Cardoso, entre 1974 e

---

<sup>478</sup> Sobre a constituição da Justiça do Trabalho, ver, entre outros: MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984; GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; JUSTIÇA do trabalho completa 40 anos de Brasil. *Zero Hora*, Porto Alegre, 02/05/81, p. 20 (CDS/NPH: pasta Justiça do Trabalho).

<sup>479</sup> GOMES, A. *Op.cit.* p. 32.

<sup>480</sup> JUSTIÇA do trabalho... *Op. cit.*



1987 houve um “crescimento vertiginoso” no número de processos na Justiça do Trabalho, com um acréscimo de 36.293 novas unidades, em média, por ano. E, nos anos seguintes (1988 a 1997), ocorreu uma “explosão nas demandas, com cada ano recebendo 112.489 processos a mais do que o ano anterior”<sup>481</sup>

Apesar desta inserção profunda da Justiça do Trabalho no horizonte estratégico do trabalhador brasileiro (ou talvez por isso), alguns cientistas sociais tenderam seguidamente a interpretar o seu papel como de mero instrumento estatal de controle do operariado. Um exemplo é Boito Júnior, para quem, assim como a unicidade e os impostos sindicais contrabalançam “a incapacidade de organização dos trabalhadores”, “a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa existe para compensar a sua falta de espírito de luta”<sup>482</sup>. Partindo de uma concepção que identifica Direito com Estado, Boito vê a Justiça do Trabalho como um órgão de controle e imposição de limites, agindo no sentido de amortecer e mascarar os conflitos sociais.

No mesmo sentido, Maria Hermínia Almeida, em artigo de meados dos anos 70, definiu a Justiça do Trabalho como

peça fundamental no grande sistema de amortecimentos dos conflitos classistas montado pela Revolução de 30. Exercendo uma arbitragem obrigatória e concentrando em suas mãos a capacidade de decisão dos conflitos entre empregadores e empregados, ela permite o deslocamento de tais conflitos de seu *locus* natural – a empresa –, canalizando a pressão dos interesses em pugna para o interior do aparato estatal.<sup>483</sup>

Interpretações nessa linha se baseiam na leitura das relações de trabalho brasileiras, a partir de 1930, como dotadas de uma lógica inevitavelmente corporativista, alicerçada num controle estrito do Estado sobre a estrutura sindical do país, criado pelo primeiro governo Vargas e ainda vigente. Tal modelo ofereceria, como contraponto à falta de liberdade associativa autônoma, uma falsa proteção, nunca cumprida na prática. É como expressão da lógica corporativista, por exemplo, que Munakata compreende um dos princípios basilares da Justiça do Trabalho, o de que “a lei não deve ser igual para todos, mas explicitamente favorável aos mais fracos”<sup>484</sup>.

---

<sup>481</sup> CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003. p. 162.

<sup>482</sup> BOITO JR, A. *O sindicalismo...* p. 118.

<sup>483</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. O sindicato no Brasil. Novos problemas, velhas estruturas. *Debate e crítica*, São Paulo, nº 6, Hucitec, 1975, p. 55.

<sup>484</sup> MUNAKATA, K. *Op. cit.* p. 71.

Nos últimos anos, certos autores têm polemizado com estas interpretações. Cardoso, por exemplo, sustenta que o modelo brasileiro de relações de trabalho não é corporativo, mas legislado. Neste sentido, se oporia a modelos contratualistas como o inglês, nos quais a norma é contratada entre as partes. No legislado, ao contrário, a norma é produzida pelo Estado (Legislativo, Executivo ou Judiciário, por meio da jurisprudência), o que tende a tornar central o problema de sua validade e as disputas em torno de sua aplicação: “O ponto importante a salientar nesse nível micro é o de que direitos consolidados em cartas legais não têm necessariamente que se fazer valer nos tribunais”<sup>485</sup>. A efetiva vigência do modelo corporativista teria sido sabotada até pelo próprio Estado, ao manipulá-lo em desfavor dos trabalhadores<sup>486</sup>.

Outros estudiosos sustentam que o corporativismo se constituiu mais como uma ideologia ou um modelo pretendido do que propriamente como uma forma de funcionamento das relações de trabalho na prática. John French, por exemplo, avalia que a ênfase na intervenção estatal e seu impacto na consciência e na organização dos trabalhadores brasileiros gerou um “consenso corporativo” nos estudos sobre o trabalho no país. Isto se configura, observa, em uma explicação do vasto arcabouço legal trabalhista nacional e da lei, geralmente “não como uma construção cultural, mas como um reflexo direto de uma ação intencional do Estado ‘burguês’”.<sup>487</sup> Em estudo da organização dos operários do ABC paulista, ele encontrou, freqüentemente, momentos nos quais “a ação do Estado teve resultados inesperados e mesmo paradoxais”<sup>488</sup>, contrariando a idéia de seu controle onipotente sobre os trabalhadores.

Da mesma forma, em pesquisa sobre os operários dos serviços portuários da Companhia Docas de Santos, Fernando Teixeira da Silva mostrou como a lei foi utilizada enquanto arena de enfrentamento entre patrões e empregados sobretudo de 1937 a 1945, na vigência do Estado Novo, portanto. Silva observou que a existência da Justiça do Trabalho ampliava o espaço de manobra dos trabalhadores. Não se trata, ressaltou, de afirmar “uma suposta neutralidade da Justiça ou negar seu caráter classista”, mas de lembrar que, assim como a existência da lei, sua aplicação requer um

---

<sup>485</sup> CARDOSO, A. M. *Op. cit.* p. 150.

<sup>486</sup> *Idem, ibidem.* p. 156.

<sup>487</sup> FRENCH, J. *Afogados ...* p. 32.

<sup>488</sup> *Idem, ibidem.* O estudo sobre o ABC é FRENCH, John. *O ABC dos operários: lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

esforço de legitimação<sup>489</sup>. Ou seja, de levar em conta as circunstâncias históricas das decisões jurídicas, o contexto no qual elas são tomadas e a conformação de forças estabelecida dentro de uma *instituição* que necessita ter seu poder de intervenção sobre a sociedade continuamente legitimado.

Não há como ignorar que o Judiciário brasileiro vivia uma conjuntura muito específica entre o final dos anos 80 e o início dos 90, com a institucionalização de associações de juízes e advogados de configuração progressista, muitos delas professando críticas aos desmandos do Poder Executivo e à própria legislação autoritária. O maior indício desta tendência é o movimento do Direito Alternativo, que teve início justamente em solo gaúcho nos anos 80, com um grupo de 30 a 50 juízes que se reuniam uma vez por mês na Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris)<sup>490</sup>. Entre os magistrados que formaram esse grupo de estudos para debater a crise do Judiciário e os obstáculos no acesso à justiça, estavam integrantes da Justiça do Trabalho.

Um dos principais teóricos do movimento foi o então advogado trabalhista Tarso Genro, autor do artigo “Os juízes contra a lei”, no qual definia o Direito Alternativo como

um ato de construção e desenvolvimento de valores que já estão postos pela história e de afirmação da liberdade humana, do direito à vida, da luta pela repartição do produto social, pela redução da desigualdade e pela defesa do futuro do homem, preservando-lhe o ambiente e a natureza.<sup>491</sup>

Os juristas alternativos discutiam a separação entre direito e lei<sup>492</sup>. Esta corrente preconizava a “‘utilização das contradições, ambigüidades e lacunas do direito legislado, sob uma ótica democratizante’, com vistas a buscar, ‘via interpretação qualificada e diferenciada’, espaços que possibilitem o ‘avanço das lutas populares e permitam uma democratização das normas’”<sup>493</sup>.

---

<sup>489</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa – Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade 1937-1968*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995. p. 103-106.

<sup>490</sup> CUSTÓDIO, Sueli Sampaio Damin. *O movimento do Direito Alternativo e a redefinição da cultura político-jurídica no sistema brasileiro*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas (SP), 2003. p. 44-45.

<sup>491</sup> GENRO, Tarso. Os juízes contra a lei. In: ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991. p. 26-27.

<sup>492</sup> GUANABARA, Ricardo. Visões alternativas do Direito no Brasil. *Estudos Históricos*, nº 18, p. 406.

<sup>493</sup> CARVALHO, Amilton Bueno de. *Direito alternativo na jurisprudência*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p.11. apud GUANABARA, R. *Op.cit.* Sueli Custódio enxerga três orientações no movimento, após a sua oficialização, já na década de 90: a de matriz reformista (visando a inserção de práticas jurídicas alternativas dentro do sistema), a de matriz comunitária (com discussões sobre democracia e cidadania, tendo os movimentos sociais inclusos nas suas análises) e a de matriz marxista (que pensou a ação

Vista como uma tendência, esta perspectiva engajada do Poder Judiciário (cujo maior exemplo é o Direito Alternativo, mas que também abrange o surgimento de outras experiências, como o Juízes para a Democracia e o Ministério Público Democrático) parece ter tido amplo respaldo na área da Justiça do Trabalho. Ainda em 1978, no 1º Encontro Nacional dos Advogados Trabalhistas, realizado em Porto Alegre, foi aprovada uma carta defendendo o reconhecimento do direito de greve e a instituição da autonomia sindical.<sup>494</sup>

Pelo lado dos juízes, as teses discutidas nos encontros da Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul (Amatra IV) versavam sobre temas como democratização do Judiciário e desigualdade social. A juíza Magda Biavaschi, que teve papel importante nas decisões judiciais referentes à greve na Caldas Júnior, conforme já vimos anteriormente, foi uma das presidentes dessa entidade (gestão 1988-1990).

Na visão destes magistrados, o princípio básico do Direito do Trabalho – sua ação tutelar sobre a parte mais fraca, o trabalhador – o tornava um direito alternativo em sua origem, porque “propõe-se a uma nova ordem, mais justa e humana”. Ao contrário da visão então hegemônica nas ciências sociais, que enxergava nesta tutela uma estratégia de controle estatal sobre as reivindicações operárias, os juristas defendiam que a Justiça do Trabalho era “fruto da luta dos trabalhadores, [e] a eles se destina”<sup>495</sup>. Tal posição implica não só uma valorização da ação da Justiça do Trabalho, mas também uma crítica em relação à suposta filiação fascista desta área do Direito brasileiro<sup>496</sup>.

---

política dos alternativos). CUSTÓDIO, S. *Op. cit.* p. 203. Não vamos nos deter aqui sobre as especificidades destas correntes, pois a intenção é ver o movimento como tendência que abre novas possibilidades aos atores sociais durante a sua vigência, e não como objeto de análise em si.

<sup>494</sup> QUEM defende quem trabalha? *Em Tempo*, São Paulo, 17 a 23 de julho de 1978, nº 20, p. 3 (CDS/NPH).

<sup>495</sup> BIAVASCHI, Magda. *Direito do Trabalho: um direito comprometido com a Justiça*. Revista TRT4, Porto Alegre, Ano XXVI, nº 25, 1992, p. 22 (BDir). Ver também, da mesma autora: *Magistratura e transformação social: teses coletivas dos juízes gaúchos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Sobre a questão da tutela e as discussões jurídicas que envolveram este conceito nos primeiros anos da implantação da Justiça do Trabalho no país, ver LEMOS, Dinah Beatriz Souza. *Tempos e Tutelas – Contribuição à História do Direito e Justiça do Trabalho no Brasil*. Dissertação (mestrado em História) – PUCRS, 1997.

<sup>496</sup> Em tese de doutorado defendida recentemente na Unicamp, Biavaschi procura derrubar a idéia de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) do governo Vargas é uma cópia da *Carta del Lavoro*, de Mussolini. Na visão da juíza, as construções do código trabalhista resultaram do esforço de uma série de juristas, em diálogo com várias correntes de pensamento – socialistas, comunistas, positivistas, católicos, anarquistas até –, “esforço este integrado a um projeto modernizador da sociedade brasileira”. Disso resultou “uma ação concreta no sentido de reconhecimento de direitos e da institucionalização de regras jurídicas que, contemplando certos princípios, elevaram os trabalhadores à condição de sujeitos de direitos”. BIAVASCHI, Magda. *O Direito do Trabalho no Brasil 1930/1942: A construção do sujeito de*

No depoimento que colhi de Biavaschi, o juiz João Antônio Pereira Leite aparece como um homem que teve papel crucial na formação de especialistas em Justiça do Trabalho com preocupações próximas aos movimentos sociais, a partir de sua atuação docente na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ensinando para uma geração engajada social e politicamente, no final dos anos 60 e início dos 70:

A gente diz que nós somos os filhos do João Antônio Pereira Leite. O João Antônio Pereira Leite era professor de Direito na UFRGS, Direito do Trabalho. Nos anos negros. Eu fui aluna do Leite em 69. E todos nós que fomos alunos dele e que hoje somos juízes – e somos vários – nós desenvolvemos uma forma de trabalho muito a partir das aulas dele. Ele era um grande professor. Um grande professor, um grande jurista, e um homem que compreendia com profundidade a Justiça do Trabalho e seus princípios. Ele era um homem progressista e que compreendia as razões, os fundamentos do Direito do Trabalho. E nos ensinava. Com Leite, sem medo. Tanto que a escola da magistratura da Justiça do Trabalho leva o nome dele. Então, sem medo, o Leite era o líder de uma escola, da escola gaúcha do Direito do Trabalho na época. Um homem muito de vanguarda. Bastante avançado e que reuniu, ao redor dele, alunos, depois companheiros de trabalho, servidores, colegas, advogados. Porque ele era um homem surpreendente. Um homem muito avançado para o seu tempo, e nós vivíamos um período de ditadura e ele era um homem muito arrojado. Morreu muito cedo<sup>497</sup>.

Ainda na vigência da lei 4.330, Pereira Leite escreveu um artigo publicado na Revista do TRT defendendo que “a ilegalidade de uma greve é um verdadeiro contrassenso”<sup>498</sup>. Como presidente do TRT, Leite era responsável por comandar as reuniões de negociação dos dissídios coletivos na época da greve da Caldas Júnior. Teve, portanto, participação ativa na tramitação jurídica da paralisação, assim como Biavaschi, titular da 5ª Junta da Justiça do Trabalho.

Mais do que a iniciativa individual de dois juízes progressistas, suas decisões mostraram que havia espaço na Justiça do Trabalho para pensar o Direito de forma

---

*direitos trabalhistas*. Tese (doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 315. Para contrapor esta interpretação, ver a comparação entre a experiência do corporativismo fascista italiano e as origens da legislação trabalhista e sindical brasileira feita por HALL, Michael. Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, Ângela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13-28.

<sup>497</sup> BIAVASCHI, Magda. Depoimento [8 de junho de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora). A escola à qual a entrevistada se refere é a Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs), instituída pela Amatra IV, e que tem Pereira Leite como patrono. O juiz, natural de Rio Grande, nasceu em 1936 e morreu em 1992. Formou-se em Direito e em Jornalismo, tendo sido professor das faculdades de Direito da UFRGS, da PUCRS e da Unisinos. Foi presidente do TRT-4 entre 1983 e 1985. Disponível no site <<http://www.femargs.com.br/www/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=8>> Acesso em 16/07/06.

<sup>498</sup> LEITE, João Antonio G. Pereira. Direito coletivo do Trabalho (?). *Revista TRT4*, Porto Alegre, ano XX, nº 19, p. 12, 1986 (BDir).

favorável aos trabalhadores. Em entrevista, a juíza Magda reconstrói a percepção de sua experiência no Judiciário da época:

Os Tribunais Regionais do Trabalho e o TST, na década de 80, eu não fiz uma pesquisa, mas eu tenho certeza disso, na década de 80 foram altamente constituidores de direitos. Em 90, começa o processo de desconstrução de direitos. Então, o poder normativo da Justiça do Trabalho teve uma atuação fundamental na criação de novos direitos. E a própria Justiça do Trabalho, não só o poder normativo, mas também as decisões, em 80, ela foi muito inovadora. E em 90, principalmente a partir de 94, 95, começa o período de desconstrução dos direitos, o TST começa, na greve dos petroleiros, enfim. O TST começa a limitar a sua compreensão dos direitos...<sup>499</sup>

Até que ponto tal percepção pode ser apenas uma expressão saudosista do passado? Uma busca por algumas decisões tomadas à época pela Justiça do Trabalho confirmam o entendimento da magistrada. A estabilidade da mulher gestante, a garantia de emprego para o trabalhador acidentado, o salário igual para o operário substituto, sobretaxas superiores às estabelecidas por lei para as horas extras foram decisões tomadas em julgamentos trabalhistas no Brasil que, como jurisprudência, tornaram-se direitos antes de serem lei<sup>500</sup>.

No caso do Rio Grande do Sul, uma série de decisões atraiu contra o TRT a ira dos empresários. Em março de 1979, na primeira greve da indústria gaúcha daquele ano, a dos empregados da empresa Souza Cruz, o tribunal não decretou a ilegalidade da paralisação, contrariando parecer do próprio procurador regional do trabalho, que alegou que o movimento não cumprira as formalidades da lei 4.330. Na interpretação do pesquisador Marcos Flávio Soares, autor de levantamento sobre as greves daquele ano no estado, “esta decisão, na realidade, abriria o caminho para as mobilizações operárias que se seguiram”<sup>501</sup>.

Em setembro do mesmo ano, ao julgar uma greve de vigilantes, o TRT surpreendeu novamente, contemplando praticamente todas as questões reclamadas pelos trabalhadores, incluindo reajuste salarial de 50%, estabilidade por seis meses aos membros do Comando de Greve e permanência no emprego dos grevistas por 90 dias<sup>502</sup>.

Em estudo sobre a movimentação grevista no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1983, a pesquisadora Aurea Petersen relacionou 120 paralisações, mas só encontrou um caso de decretação da ilegalidade do movimento pela Justiça: “(...) pelas informações que

---

<sup>499</sup> BIAVASCHI, M. *Op. cit.*

<sup>500</sup> ESTAS LEIS não estão na CLT. São conquistas dos operários. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22/07/79, sem indicação de página (CDS/NPH: pasta legislação trabalhista).

<sup>501</sup> SOARES, M. F. *Op. cit.* p. 38.

<sup>502</sup> *Idem, ibidem.* p. 88-89.

dispomos nem sempre a lei autoritária foi utilizada contra os movimentos grevistas, parecendo-nos que o Estado a reservava para uso em momentos em que a mobilização crescia, ameaçando as bases do regime”.<sup>503</sup>

No julgamento de vários dissídios, decisões tomadas pelo TRT foram fortemente contestadas pelos empresários. No dissídio de 1980 dos operários da construção civil, por exemplo, o sindicato patronal recorreu ao TST contra a decisão do tribunal regional de conceder 8% de produtividade aos trabalhadores (os patrões queriam 4%), aplicar 15% de periculosidade a quem exercesse atividade em andaimes (não era pago a ninguém) e adicional de 50% para as horas extras (as indústrias pagavam 25%)<sup>504</sup>.

No ano de 1980, em sessão presidida pelo juiz Pereira Leite, então vice-presidente do TRT (ele ocupou a presidência entre 1983 e 1985), as empresas de papel, papelão e cortiça de Porto Alegre foram condenadas a pagar uma indenização às operárias quando não houvesse creche no local de trabalho e a ceder tempo para amamentação em cada turno de trabalho<sup>505</sup>. No ano seguinte, o procurador regional do Trabalho, Carlos Renato Goldeschmidt, anunciou que recorreria ao TST contra várias decisões do TRT, porque, segundo ele, *elas feriam as leis em vigor*. As decisões eram: tornar equivalentes economicamente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a estabilidade (metalúrgicos de Veranópolis), reduzir a carga horária de trabalho de 48 para 44 horas (desenhistas do Rio Grande do Sul) e dar estabilidade provisória de um ano (gráficos de Porto Alegre)<sup>506</sup>.

Tais decisões eram, muitas vezes, reformuladas no TST, a ponto de um sindicalista afirmar, em 1982, que “na hora em que vamos para o TST, não há dúvidas de que se perde tudo o que havíamos conseguido em Porto Alegre”<sup>507</sup>. Não foi diferente no caso da Caldas Júnior, quando o tribunal de Brasília se permitiu inclusive fazer uma censura à decisão tomada pelos juízes na capital gaúcha. No entanto, mesmo com alcance limitado, estas decisões locais afirmavam a posição doutrinária de um grupo específico dentro da instituição, o qual se caracterizava por pregar uma relação mais íntima entre a Justiça e os movimentos sociais então emergentes e defender a

---

<sup>503</sup> PETERSEN, A. *Op.cit.* p. 349.

<sup>504</sup> SINDICATO da construção vai recorrer do dissídio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/07/80, p. 32 (CDS/NPH: pasta construção civil).

<sup>505</sup> JUSTIÇA do Trabalho dá vantagem inédita para a proteção à maternidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/11/81, p. 12. (CDS/NPH: pasta legislação trabalhista).

<sup>506</sup> PROCURADOR recorre de decisão do TRT sobre dissídio. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22/09/81, p. 31. (CDS/NPH: pasta Justiça do Trabalho).

<sup>507</sup> MESA REDONDA: abertura política não chegou ainda à Justiça do Trabalho. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06/06/82, sem indicação de página. (CDS/NPH: pasta Justiça do Trabalho).

legitimidade e autonomia de seu ramo do Direito como instrumento crucial para a correção das desigualdades no país.

O ponto que me interessa demonstrar é que, em alguns momentos, tais decisões e tal posicionamento geraram benefícios *concretos* para certos grupos de trabalhadores e encorajaram muitos operários a ver, na Justiça “burguesa”, um campo possível de lutas. De resto, não é possível que a Justiça do Trabalho se sustente há mais de seis décadas no Brasil, inclusive com número crescente de demandas, se não for encarada como um espaço capaz de proporcionar ganhos ao trabalhador.

No período histórico em questão, havia uma permeabilidade no campo jurídico para uma leitura mais progressista do Direito do Trabalho e do próprio Direito em geral, o que, em determinados momentos, redundava em ganhos ou vantagens concretas aos trabalhadores. Tal corrente jurisprudencial não era apenas teórica, mas essencialmente prática, encabeçada por juízes – homens e mulheres que acreditavam na possibilidade do Estado corrigir as desigualdades através da Justiça. Da mesma forma, por meio de suas ações progressistas, tais juristas defendiam o vigor e a legitimidade de sua esfera de poder.

A existência desta corrente e destas interpretações favoráveis aos trabalhadores no TRT, bem como as próprias características da lei 4.330 (o artigo 16 e as garantias oferecidas aos grevistas), abriram espaço para que os grevistas da Caldas Júnior e seus advogados acreditassem ser possível utilizar a esfera jurídica a seu favor. A seguir, pretendo mostrar *como* eles fizeram isso e a partir de que concepções de Direito e Justiça os trabalhadores enfocados nesta pesquisa buscaram seu caminho pela estrada que escolheram.

### 3. Mais do que justo, legal

Nas páginas anteriores, discuti os dados levantados na documentação sobre o processo judicial envolvendo a greve da Caldas Júnior, abordando em seguida a lei 4.330 e sua arquitetura lógica. A seguir, refleti sobre a *aplicação* da lei pela *instituição* Justiça do Trabalho em um contexto determinado, sugerindo que tal fator abriu espaços para que os grevistas levassem em conta a esfera legal no seu horizonte de lutas.

Essa possibilidade era dada, lembrando, pela própria lei (o artigo 16, que citava as paralisações por atraso de salário) e pela conjuntura específica da Justiça do Trabalho em meados dos anos 80, onde havia um campo de atuação para juízes



comprometidos com ideais de justiça social. Tais ideais encontravam respaldo nas próprias formulações básicas do Direito do Trabalho, como o poder normativo ou a tutela, entendida entre os juristas como proteção ao lado mais fraco<sup>508</sup>. Se, para alguns cientistas sociais, estes eram indícios das características corporativas da Justiça do Trabalho, para certos juízes e advogados, tal lógica mostrava “a alma de um direito cujo fulcro é o trabalho humano e não a propriedade”<sup>509</sup>.

Possibilidade, porém, não é certeza. Implica risco e ação dos atores. Ao lembrar-se do encaminhamento jurídico do processo envolvendo a greve da EJ CJ, o advogado Luís Burmeister relatou o temor e as incertezas vividas pelos grevistas e pelos advogados trabalhistas:

Era engraçado. Nós tínhamos *medo* de fazer toda a coisa e não dar resultado. Heron e eu. Me lembro perfeitamente disso. E os trabalhadores, a nos cobrar, a nos botar o dedo na cara ... Porque a greve durou 40 e tantos dias, é isso? 50. E olha, eles moravam dentro do sindicato, lá na Rua da Praia. Estavam sempre ali. Dormiam ali. Faziam a mobilização toda ali e nos chamavam de dois em dois dias, de três em três dias para a gente dar relato e a gente ia para a parede e eles: “Vocês não estão fazendo nada!”. E nós, meio apavorados, com o risco de que acabasse a greve sendo uma coisa muito bonita mas sem resultado prático mesmo.

**Pergunta – Mas eles queriam o quê?**

Eles queriam receber o dinheiro deles! Estavam sem salário, sem porra nenhuma, né!

(...)

Então nós éramos cobradíssimos. E eu me lembro que nós tínhamos muito *medo* de ou não achar saída ou achar uma saída que não desse resultado. Por exemplo, esta hipótese de declararem a greve ilegal. Por isso esta coisa que tu perguntasse, “por que vocês se preocuparam tanto em fazer votação secreta, isso era necessário?” Era, porque a gente tinha *medo* da ilegalidade da greve. Da ilegalidade por falta de quórum, da ilegalidade por falta de edital, da ilegalidade por voto a descoberto. Então a gente tomava todas as precauções. E deu resultado. Nós ganhamos a greve.<sup>510</sup>

Cabe lembrar que nesta entrevista, realizada em 2005, Burmeister se lembrava muito pouco de detalhes do movimento grevista. Sua memória privilegiou um episódio jurídico ocorrido depois do fim da paralisação, da interrupção da circulação dos jornais e da falência da Caldas Júnior: o consórcio de credores. O consórcio foi um acordo feito entre empresa, trabalhadores, Justiça do Trabalho e vara de falências, no sentido de unir

---

<sup>508</sup> DORNELES, Leandro do Amaral D. *A transformação do direito do trabalho da lógica da preservação à lógica da flexibilidade*. São Paulo: LTR, 2002. p. 64. Segundo Dorneles, a lógica específica pela qual o Direito do Trabalho foi definido é a de uma “regulação preservacionista”, que busca “um sistema de proteção mínima (nunca máxima) e progressiva” visando a preservação da “dignidade da pessoa humana que trabalha”. O autor observa uma tendência de flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas que descaracteriza os princípios desta lógica de preservação nas últimas décadas. Ver também p. 15-68 e 131-170.

<sup>509</sup> Discurso de posse do juiz João Antônio Pereira Leite na presidência do TRT-4, *Revista do TRT-4*, Porto Alegre, ano XVII, nº 16, 1983, p. 303 (BDir).

<sup>510</sup> BURMEISTER, L. L. *Op. cit.* Grifos meus.

todos os processos de débitos trabalhistas como se fossem um só, acelerando a tramitação e o pagamento aos funcionários. De iniciativa dos advogados dos trabalhadores – o acordo foi firmado inclusive em papel timbrado do escritório do advogado Luiz Heron Araújo –, o consórcio de credores se constituiu num instrumento jurídico inovador para este tipo de demanda trabalhista, envolvendo um grande número de funcionários e uma empresa<sup>511</sup>.

Foi este acordo jurídico que a memória do advogado preservou, em detrimento do próprio processo grevista. Em relação ao último, o defensor confundiu datas e episódios, pois, nas suas lembranças, a falência da empresa e a interrupção da circulação dos jornais se mesclavam com a greve. E aqui eu recorro ao depoimento do jornalista Antônio Hohlfeldt, apresentado no primeiro capítulo, no qual a mesma “colagem” superposta dos episódios ocorridos em tempos diferentes estava presente, evidenciando como o entendimento da paralisação por parte de alguns de seus atores se construiu inseparável da percepção da trajetória decadente da Caldas Júnior.

No entanto, ao ver o acórdão (sentença) do julgamento da greve pelo TRT, levado pela entrevistadora, Burmeister associou-o imediatamente a sentimentos como medo, insegurança, pressão. Ao ler o documento, se perguntou: “Por que era assim? A gente tinha medo de quê? Que eles dissessem que a gente não tinha representatividade, é isso. A gente queria fortalecer... A verdade é que a gente tinha muito medo disso. Muito medo desse procedimento”<sup>512</sup>.

Conforme a edição especial do jornal *Denúncia*, publicada pelos grevistas em dezembro de 1983, a decisão por uma saída legal para resolver o problema dos salários atrasados fora tomada já no final de abril, pelos jornalistas. Na época, reunidos em

---

<sup>511</sup> O ofício original oficializando o acordo consta do processo 280/84, cuja cópia está no arquivo da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. O acordo foi firmado em 25 de outubro de 1985. Uma cópia do acordo foi publicada no livro SOUZA, Marcelo Papaleo de. *Efeitos da falência na execução trabalhista*. São Paulo: LTR, 2004. p. 166-167. O acordo foi referido nas entrevistas do advogado Luiz Burmeister e da juíza Magda Biavaschi como um processo inédito em termos jurisprudenciais. Segundo Burmeister: “Fizemos um acórdão, assinado por todo mundo. Até bem simples, uma petição simples dizendo isso que eu estou te dizendo com a assinatura do juiz da vara de falências, do advogado da empresa, do advogado do síndico, nós dois, e encaminhamos para o [juiz Geraldo] Lorenzon. O Lorenzon requisitou todos os processos para a vara dele e fez uma audiência única e atualizou todos, botou todos eles no mesmo nível. Olha, isso aí não existe no Código de Processo Civil, não existe na legislação do Trabalho, só aconteceu nesse episódio”. De acordo com Biavaschi: “Então, o Lorenzon é que fez este acordo com o juiz da vara de falências, e nós aqui entre nós juízes fizemos um acordo com o Lorenzon e fizemos um concurso de credores trabalhistas, que foi capitaneado pela 8ª Junta, assegurando o pagamento deste bem. Aí foi vendido o bem, não pagamos todos – não me lembro a percentagem, 50%, 60% dos nossos credores. Foi assim que nós conseguimos quitar mais da metade do crédito destes jornalistas com a venda deste bem quando houve o concurso de credores aqui”.

<sup>512</sup> BURMEISTER, L.L. *Op. cit.*

assembléia, os funcionários “decidiram encaminhar à Delegacia Regional do Trabalho um processo com base no decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968”, além de distribuir carta aberta à população<sup>513</sup>. Uma fotocópia do texto deste decreto, um dos primeiros a entrar em vigor depois da edição do AI-5, estava entre o material relativo à greve localizado no sindicato dos jornalistas por esta pesquisadora<sup>514</sup>.

O *Relatório preliminar sobre o movimento reivindicatório dos funcionários da EJCJ*, elaborado pelos grevistas no início de 1984 para ser distribuídos a autoridades, políticos e empresários em busca de apoio (especialmente financeiro), reúne cópias dos ofícios enviados pelo sindicato dos jornalistas à DRT comunicando atrasos de pagamentos mês a mês, de abril a novembro de 1983, e pedindo providências. Também apresenta reprodução de duas denúncias<sup>515</sup> encaminhadas pelo Sindicato dos Jornalistas à DRT contra a Caldas Júnior e a TV Guaíba, em 30 de setembro de 1983.

A inclusão, entre os documentos constantes do relatório, de dados levantados a respeito da qualificação legal da Caldas Júnior, de cópias das atas das assembléias que decidiram pela greve, de editais de convocação e das atas de reuniões de conciliação ocorridas em dezembro de 1983 no TRT indica que os grevistas tinham uma grande preocupação de provar ou demonstrar o enquadramento legal de seu movimento não apenas na Justiça, mas também para os setores da sociedade nos quais buscavam apoio.

A preocupação em justificar legalmente os atos dos trabalhadores mobilizados é externada na conclusão do texto de 23 páginas do relatório, o qual informa que, diante do atraso de salários, a empresa manteve-se “evasiva, nada disposta ao diálogo”, deixando os funcionários “sob o clima do terror e do receio de serem demitidos”. Portanto, frente a isto, continua o texto, “restava um único caminho: a busca dos seus direitos pela via legal”<sup>516</sup>.

---

<sup>513</sup> DO COMEÇO ao fim, só promessas. *Denúncia*, Porto Alegre, nº 28, edição extra especial, dezembro de 1983. p. 2 (ASJPRGS).

<sup>514</sup> O decreto-lei nº 368 foi assinado pelo então presidente general Artur da Costa e Silva seis dias depois do Ato Institucional nº 5, o AI-5. Entre outras arbitrariedades, o AI-5 facultava ao Presidente da República “legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios” em caso de recesso parlamentar (o que foi feito de imediato). O decreto-lei nº 368 previa que a empresa em débito salarial com seus empregados não poderia “pagar honorário, gratificação, pro labore ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual”, “distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos” ou “ser dissolvida”. Definia também a situação de “mora contumaz” (“o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento”) a ser apurada mediante denúncia do trabalhador ao sindicato à DRT, e que, configurada, sujeitava a empresa a uma série de penalidades.

<sup>515</sup> Em termos jurídicos, denúncia é a acusação formal contra alguém pela prática de um crime.

<sup>516</sup> RELATÓRIO preliminar... (APJBS)

Uma versão anterior deste mesmo texto, encontrada no sindicato dos jornalistas e datada de 12 de janeiro de 1984 (um mês antes do julgamento do TRT), trata as decisões judiciais como trunfo: “A Justiça reconhece a legalidade da nossa greve, que determinou inclusive que a EJCJ se abstinhasse de demitir os profissionais que estão parados, e que não contratasse qualquer outro profissional no lugar dos que estão lutando por seus direitos” (em referência à decisão do juiz Pereira Leite de 27 de dezembro). Ao final, o redator, certamente emocionado, reservou-se um tom épico: “esta é nossa história. Uma história de reivindicação pelo pagamento em dia dos salários, iniciada em março e que se estende até hoje. Esta é a nossa verdade”<sup>517</sup>.

Portanto, não só a via jurídica foi buscada estrategicamente desde o início, como esteve alicerçada numa idéia de direitos não só ética ou moral, mas fundamentalmente legal. O jornalista Marcelo Villas-Bôas dos Santos lembrou em 2006 o sentimento da época:

Na verdade, é o seguinte: tinha muita coisa romântica, tipo Robin Hood, assim. A gente não estava em greve porque queria aumentar o salário. A gente queria receber o salário. Então tinha uma coisa dos grevistas se sentirem extremamente injustiçados por aquilo. Até porque a gente via que corriam os vales do Francisco Antônio, que a empresa comprava caminhões de cavalos para o Haras do Arado [fazenda de Breno Caldas no bairro Belém Novo]... Aquele troço estimulava o nosso lado mais aguerrido neste sentido. As pessoas se sentiam desta maneira. Era uma greve justa. Agora, justiça e legalidade tem uma larga diferença. Mas acho que até a nossa despolitização da época levou a buscar na proteção jurídica de uma legislação autoritária a legalidade do movimento. Embora ele não fosse perder a legitimidade. Se fosse decretado ilegal, a gente não perderia legitimidade. Nós estávamos parados porque não recebíamos salários.<sup>518</sup>

O depoimento revela traços do horizonte cultural legalista que Paoli já identificara como característico dos trabalhadores no Brasil em sua tese de 1988 sobre as relações entre Estado e lei. Conforme esta autora, “a formação da classe operária brasileira não pode ser entendida sem considerar-se a intervenção legal do Estado nas relações de trabalho cotidianas”<sup>519</sup>. A lei, portanto, condicionaria a forma de agir e, principalmente, de pensar, do trabalhador brasileiro, não só em termos de limites, como de possibilidades.

---

<sup>517</sup> HISTÓRICO. Texto referente à greve na Caldas Júnior (ASJPRGS).

<sup>518</sup> VILLAS-BOAS DOS SANTOS, M. *Op. cit.* Ver dados biográficos na nota 273. A referência aos “vales do Francisco Antônio” é uma alusão à desconfiança generalizada dos grevistas em relação à gestão financeira dos recursos da empresa pelo filho do empresário Breno Caldas, Francisco Antônio, então diretor geral da EJCJ. Na perspectiva de muitos ex-funcionários, Francisco Antônio fazia gastos pessoais excessivos, mesmo durante o período de crise mais aguda da empresa.

<sup>519</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro-Machado. *Labor, Law and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese (Doutorado em História). Birbeck College, University of London, 1988. *apud* FRENCH, J. *Op.cit* p. 10.

Neste sentido, um folheto distribuído entre os trabalhadores ainda em outubro de 1983, numa assembléia que tinha como pauta a discussão da possibilidade de greve (decisão só tomada dois meses depois), ratifica a ênfase na atenção às minúcias da lei acenando com as vantagens de seu cumprimento:

[...] Nessa assembléia é exigida a presença de no mínimo 1/3 dos funcionários. O Ministério do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho devem ser notificados e é exigida a presença de um representante do Ministério do Trabalho. A votação será em cédula secreta e a decisão será comunicada à direção da empresa – se de greve ou não –, que terá um prazo de cinco dias para apresentar soluções, a greve poderá ser deflagrada somente depois de setenta e duas horas, ou seja, mais três dias, o que soma oito dias de prazo para que a direção da empresa se pronuncie. Cumpridas todas as exigências legais é deflagrada a greve legal. **Os grevistas têm os seguintes direitos: Não poderá haver prejuízo dos salários, a empresa não pode despedir o empregado por ter participado na greve e é proibido à empresa contratar novos empregados para assumir o cargo dos grevistas.**<sup>520</sup>

A proteção legal é acenada aqui como um incentivo à participação dos trabalhadores no movimento grevista. O respeito ao enquadramento jurídico pode ser lido como uma das argumentações utilizadas pelos dirigentes sindicais para promover a paralisação.

Conforme o andamento do movimento, o escudo protetor da Justiça tornou-se cada vez mais um objetivo para os grevistas, sem salários, demitidos por justa causa, atacados nas páginas dos jornais. Segundo Villas-Bôas:

Tudo o que pudesse fazer a gente fazia. Só não fazia mais piquete porque não tinha nem o que piquetear. Era uma greve que tava indo. Ela começou forte, tal... Se a gente não tivesse obtido a legalidade (talvez a coisa mais importante que eu vá dizer seja isto), a greve ia morrer por inanição.

**Pergunta - Se tornou uma meta final?**

No final, a coisa se tornou quase uma briga jurídica. Nos dêem uma saída também<sup>521</sup>.

Ao analisar o recurso aos meios jurídicos por parte dos trabalhadores brasileiros, French observa a disposição destes em optar pela lei, mesmo sem respeitá-la, caso não tenham escolha:

Em muitos aspectos, esse tipo de atitude revela como funciona o cálculo pragmático dos mais fracos. Para qualquer grupo social, é sempre melhor se você tem a lei e o poder ao seu lado. Se você só puder ter um dos dois, o poder é evidentemente preferível à lei. Se você não tem o poder, entretanto, não se discute que a lei é ainda inquestionavelmente melhor do que nada.<sup>522</sup>

---

<sup>520</sup> CALDAS Júnior urgente 3 – A greve é legal. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, outubro de 1983 (folheto). Destaque no original. ASJPRGS.

<sup>521</sup> VILLAS-BOAS DOS SANTOS, *Op.cit.*

<sup>522</sup> FRENCH, J. *Op.cit.*, p. 67

Uma das fontes de inspiração do historiador norte-americano são depoimentos colhidos por Leite Lopes entre os operários têxteis de Paulista (PE), que evidenciam a importância do recurso à Justiça do Trabalho “na constituição e interiorização da ilegitimidade da *companhia*”<sup>523</sup>. Leite Lopes vê transparecer nos relatos, referentes aos anos 50,

(...) esta ambigüidade de um grupo social tão subordinado quanto verbalmente atrelado à lei para sua ação de classe, mas ao mesmo tempo suficientemente realista para auxiliar-se da lei – historicamente fraca diante do poder patronal – a ela tendo o cuidado de vincular sempre sua ação coletiva direta mesmo quando incluindo as formas de luta “ilegais” como a greve.<sup>524</sup>

A violenta repressão policial e patronal a que está sujeito o trabalhador brasileiro é uma variável que ajuda a compreender melhor este posicionamento. Como mostra French em artigo no qual discute a visão da questão social como caso de polícia no Brasil, ao longo do século XX o alinhamento da polícia com os patrões sempre foi automático: “Para o regime de Vargas e para todos os seus sucessores, as leis trabalhistas, supostamente paternalistas e altamente protetoras, não se opunham à repressão policial, mas atuavam como seu complemento necessário, seu duplo inalienável”<sup>525</sup>. Buscar o amparo da lei sempre foi uma das formas utilizadas pelos trabalhadores para protegerem-se contra esta ação arbitrária e violenta dos governos, presente inclusive na chamada República populista.

Voltando ao caso da Caldas Júnior, é bom lembrar que havia no período legislações específicas, como o decreto 368, que puniam severamente empresas em atraso salarial. Nove meses antes da greve a Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul foi comunicada do não-pagamento em dia dos vencimentos, por meio de ofícios e de uma denúncia formal. Os funcionários procuraram ainda autoridades do Executivo estadual e federal, em busca de solução para a arbitrariedade flagrante. O governo, no entanto, nada fez, apesar de também ser credor da empresa. Quando a greve começou, os trabalhadores tiveram de enfrentar a repressão policial e patronal em diversas ocasiões, conforme já evidenciado nesta dissertação, inclusive com a mobilização de grande aparato em volta do prédio da Caldas Júnior.

---

<sup>523</sup> LOPES, J. S. L. *Op. cit.* p. 367.

<sup>524</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>525</sup> FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil – Ensaios de História social*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 409-410.

No período de emergência do novo sindicalismo, a ambigüidade detectada por Leite Lopes na indústria têxtil pernambucana nos anos 50 se transformou num aparente paradoxo. Violentemente criticada pelo movimento sindical “combativo” que então emergia, a lei 4.330 não deixou de ser utilizada por lideranças “autênticas” a seu favor quando houve oportunidade.

O próprio crescimento das demandas individuais nos anos 90, como indicado por Cardoso, tende a relativizar a idéia de um distanciamento dos trabalhadores brasileiros na época em relação ao arcabouço legal trabalhista, distanciamento este tradicionalmente empunhado como bandeira de luta do novo sindicalismo e diversas vezes apontado como característica dos “novos” sindicalistas. O sociólogo ressalta que muitos das conquistas dos trabalhadores no período foram “direitos legais tornados direitos contratuais por força da ação coletiva”<sup>526</sup>

Tanto a crítica feroz à legislação quanto a sua utilização (quando convinha) tinham, porém, o mesmo objetivo: ampliar e garantir os direitos dos trabalhadores numa sociedade de tradição extremamente autoritária e excludente. O “cálculo pragmático dos mais fracos” alimentava uma estratégia que também servia para aumentar a visibilidade e a influência política de representantes dos trabalhadores no jogo social, conforme French: “Como classe social, os trabalhadores brasileiros sempre souberam que as classes dominantes têm de ser pressionadas para reconhecê-los como cidadãos”<sup>527</sup>.

O novo sindicalismo surgiu em um ABC paulista que mantinha a “crença simbólica nos direitos”<sup>528</sup> e a visão da lei como campo de luta. Em seu estudo sobre a resistência operária na Grande São Paulo entre 1970 e 1980, Eder Sader analisou os primeiros números do *Tribuna Metalúrgica*, órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ressaltando que os textos de 1971

“tomam a lei a sério ou para solicitar sua mudança em nome das condições dos trabalhadores, ou para cobrar suas promessas. Explicam a alteração na legislação sobre acidentes de trabalho, a inadaptação do INPS e os prejuízos acarretados aos trabalhadores, mas concluem sugerindo possibilidades jurídicas a serem exploradas; explicam o funcionamento do ‘mais importante departamento do sindicato’ – o departamento jurídico – orientando sua utilização coletiva contra as manobras de chefes e patrões (...)”<sup>529</sup>.

---

<sup>526</sup> CARDOSO, A. M. *Op. cit.* p. 153.

<sup>527</sup> FRENCH, J. *Proclamando...* p. 410.

<sup>528</sup> O conceito é de Maria Célia Paoli, conforme SILVA, F. *Op.cit.*

<sup>529</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 187.

Esta consciência da lei ou “crença simbólica nos direitos” representa uma postura *ativa* diante da estrutura legal – a lei e suas instituições – no sentido de utilizá-la a seu favor. O que nos coloca uma questão, voltando aos grevistas da Caldas Júnior: até que ponto eles cumpriram tão obedientemente a lei conforme parece ter transparecido até aqui?

Em ata de assembléia lavrada e assinada por Villas-Bôas e pelo então presidente do sindicato dos jornalistas, Remi Baldasso, datada de 6 de dezembro de 1983, seis dias antes do início da greve, está anotado que

foi deliberado em *votação secreta*, na forma do disposto no *parágrafo segundo do artigo sexto da lei 4.330/64*, enviar-se imediatamente à direção da empresa ofício no qual se consigne as reivindicações dos empregados e a fixação de data para o atendimento das mesmas, sob pena de ser decretada definitiva e imediatamente a paralisação [sic] do trabalho. Esta votação, *tendo em vista a ausência do sr. representante da procuradoria regional do trabalho*, que estivera presente à [sic] assembléias anteriores, foi escolhida uma comissão integrada pelo jornalista Marcelo Villas-Bôas dos Santos, pelo gráfico Ademar Moura e pelo motorista Célio Pereira, que apurou 230 votos favoráveis e quatro contrários à proposição apresentada, ficou estabelecido que o prazo para esse atendimento será no dia 12 de dezembro próximo, às 18 horas, quando os empregados estarão reunidos novamente no mesmo local para tomarem conhecimento da resposta e, se declararem a greve, se for o caso. *Tudo na forma do artigo décimo da lei de greve.*<sup>530</sup>

Conforme as atas, diante da resposta negativa da empresa, houve nova assembléia no dia 12 que apenas ratificou a decisão. No entanto, nenhum dos depoentes entrevistados recorda desta primeira assembléia do dia 6, onde se teria decidido efetivamente pela greve em votação secreta. Ela também não é referida nos boletins de greve e nem no jornal *Denúncia*, segundo o qual a decisão pela paralisação foi tomada no dia 12. No texto do relatório, a assembléia aparece, mas como se tivesse ocorrido no dia 7 e não 6.

Pesquisei todos os exemplares do jornal *Zero Hora* entre 16 de novembro e 6 de dezembro de 1983 no MCSHJC e não encontrei o edital desta assembléia. No dia 5 de dezembro, no entanto, o sindicato dos jornalistas teve o cuidado de mandar publicar edital para a realização de assembléia no dia 10 seguinte, visando a incorporação da entidade de Santa Maria (no processo de extensão da base, já referido no capítulo anterior), fato sem qualquer relação com o movimento da Caldas Júnior.

É importante lembrar que a realização desta assembléia prévia, convocada a partir da publicação de editais em jornais, e a votação secreta eram requisitos muito

---

<sup>530</sup> ATA nº 402, 06/12/1983. In: RELATÓRIO preliminar... (Grifos meus, ASJPRGS).



importantes para que a paralisação fosse considerada legal pela Justiça. Outro fator decisivo era a presença do representante da procuradoria regional do trabalho para apurar o resultado da votação. Na ata do dia 6, a ausência deste é levantada (salientando-se, porém, a sua presença em assembléias anteriores), mas procura-se uma solução alternativa através de uma comissão de trabalhadores.

O texto da ata, porém, refere-se duas vezes a artigos da lei de greve, buscando evidenciar o cumprimento estrito da legislação.

Se os fatores citados levantam dúvidas sobre a realização efetiva da assembléia no dia 6, o mesmo ocorre em relação à votação secreta. Novamente, nenhum depoente citou a realização de votação secreta nas reuniões, operação que demanda um grande aparato: cédulas, urnas etc. Villas-Boas chegou a ser enfático em sentido contrário: “Nunca teve votação secreta nas nossas assembléias. Nunca. Tu vê nas fotos. Todo mundo levanta a mão. Como é que a gente ia perseguir os não-grevistas?”<sup>531</sup> No depoimento de Antonio Hohlfeldt, citado no primeiro capítulo, ele comenta: “E houve duas pessoas que votaram contra. Exclusivamente duas pessoas. (...) o Antoninho votou contra, e eu votei contra. Nós dois votamos contra”<sup>532</sup>.

O trecho do depoimento de Burmeister transcrito anteriormente permite perceber outros problemas no processo. Segundo o advogado, ele e Heron Araújo tinham medo “da ilegalidade por *falta de quórum*, da ilegalidade por *falta de edital*, da ilegalidade por *voto a descoberto*”<sup>533</sup>. Ou seja, estes eram requisitos legais especificados em minúcias na lei 4.330 que não estavam sendo contemplados em sua totalidade no processo da greve, e que poderiam levar à decretação da sua ilegalidade.

A preocupação em *provar* o cumprimento da lei, angariando as vantagens nela previstas, não significa que houve efetivamente uma obediência completa dos trabalhadores e de seus representantes legais à legislação impositiva. A lei foi entendida como arma de luta, numa compreensão até certo ponto cínica do Direito, visto não como uma diretriz de conduta, mas como um campo de estratégias e possibilidades. Perspectiva semelhante pode ser encontrada em outras paralisações de trabalhadores, como na greve dos metalúrgicos de Porto Alegre ocorrida em 1952

---

<sup>531</sup> VILLAS-BOAS DOS SANTOS, *Op.cit*

<sup>532</sup> HOHLFELDT, A. C. *Op. cit.*

<sup>533</sup> BURMEISTER, L. *Op. cit.*

e analisada por Alexandre Fortes. Naquela ocasião, para mobilizar a categoria e reforçar a confiança no sindicato, desgastado por intervenções, as lideranças decidiram por decretar uma greve legal conforme a já estrita regulamentação do então vigente Decreto nº 9.070: “A greve durou 32 dias, sendo o método seguido posteriormente por outras categorias”<sup>534</sup>.

Tais experiências indicam que a busca do enquadramento legal pelos trabalhadores da Caldas Júnior não foi um acontecimento extemporâneo condicionado por circunstâncias únicas, mas refletiu em parte a cultura política de um mundo do trabalho grandemente regulado por leis e instituições de controle e proteção muitas vezes ineficazes. Neste universo, cobrar o cumprimento da legislação protecionista ou buscar o seu amparo faz parte das estratégias de mobilização e da própria constituição do trabalhador brasileiro como classe, conforme já ressaltado por Paoli e French.

No dia seguinte ao julgamento favorável do TRT, o último boletim de greve da Caldas Júnior, que circulou quando os trabalhadores paralisados já voltavam ao trabalho, noticiava:

Nós sempre soubemos que a greve era justa, porque tinha como objetivo o recebimento de salários atrasados. *A decisão da Justiça, no entanto, tornou o movimento, mais do que justo, legal.* E contra isso, nem a reiterada intransigência do sr. Breno Alcaraz Caldas poderá fugir. E ele vai ter que nos aceitar de volta e pagar os nossos salários em dia, coisa que aliás nunca deveria ter deixado de fazer.<sup>535</sup>

Essa pequena citação afirma claramente uma distinção entre o justo e o legal, evidenciando a compreensão, pelos grevistas, de que tais noções faziam parte de esferas diferentes. Como a análise da documentação escrita e dos depoimentos mostrou, trata-se de uma visão pragmática da lei, encarada como arma capaz de garantir benefícios concretos aos trabalhadores contra o poder e o arbítrio do patronato. Por paradoxal que seja, lutar pelo cumprimento da legislação controladora porém protecionista não significou, no caso da greve aqui examinada, a submissão total a seus preceitos, mas uma estratégia de sobrevivência e de luta, na busca da preservação da dignidade em uma sociedade extremamente autoritária e excludente. O que alimentou esta estratégia, no entanto, foi o senso de justiça (ou de injustiça) interiorizado pelos trabalhadores, a consciência legal de seus direitos.

---

<sup>534</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto...* p. 409-410.

<sup>535</sup> GANHAMOS a greve. *Boletim da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior*. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1984. Grifo meu (ASJPRGS). Cópia deste boletim integra o anexo II desta pesquisa.

A análise do processo jurídico da greve da Caldas Júnior suscitou questões acerca da legislação e da conjuntura histórica da Justiça do Trabalho naquele período. O exame desses aspectos nos levou a identificar uma série de circunstâncias que tornava possível e factível a opção pela saída judicial por parte dos grevistas. Porém, este caminho foi construído a partir de uma consciência dos direitos própria dos trabalhadores, na qual a noção de legalidade era um elemento essencial.

Esta compreensão legalista, perceptível em outros episódios da história brasileira e já evidenciada por outros pesquisadores, parece ter um importante sentido pragmático. Se o ideal por Justiça move os trabalhadores e angaria legitimidade a seus movimentos de protesto, a percepção dos benefícios concretos se dá associada ao enquadramento legal.

A permanência desta consciência legal no período do novo sindicalismo, evidenciada não apenas por este caso específico, mas também por estudos quantitativos que apontam o crescimento do número de processos trabalhistas na época, obriga a relativizar a caracterização tradicional do grupo sindicalista em ascensão. Se o discurso do novo sindicalismo bradava por autonomia sindical e criticava a legislação trabalhista, em especial a lei de greve, os militantes não se negaram a usar as leis e a Justiça do Trabalho quando elas se revelaram armas eficazes ou possíveis no enfrentamento com o patronato. Da mesma forma, como visto no capítulo anterior, a construção de identidades próprias das diversas correntes sindicais, definidas especialmente no enfrentamento dos sindicalistas alinhados às diferentes tendências políticas nos congressos e encontros, não impediu alianças estratégicas e solidariedades em movimentos pontuais. Tal união também trazia em seu bojo a permanência de antigas práticas, muitas vezes condenadas nos discursos.

## Conclusão

Chega o momento de concluir o trabalho, retornando sobre o caminho percorrido e apontando para um novo horizonte.

A intenção primeira era explorar o que tornou possível a greve dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior, em Porto Alegre, deflagrada no dia 12 de dezembro de 1983 e encerrada 56 dias depois, em 6 de fevereiro de 1984. No bojo do trabalho, estava presente a intenção de compreender as conformações e circunstâncias do movimento, iluminando, no percurso, o seu contexto histórico, e observando de perto ações, personagens e configurações do período de retomada da mobilização sindical no país, ao final da ditadura militar.

A análise do objeto foi construída com o propósito de tentar resolver quatro problemas principais. A escolha deste itinerário de pesquisa implicava uma fragmentação analítica do acontecimento, deixando em segundo plano a preocupação cronológica. Tornou-se necessário, por isso, um primeiro capítulo onde fosse possível estabelecer alguns marcos factuais que permitissem ao leitor entender as concatenações internas do evento, possibilitando também o aprofundamento das questões enfocadas.

Neste capítulo, o movimento foi localizado no tempo e no espaço. A Caldas Júnior, palco da greve, era a editora do mais tradicional jornal do Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo*, que detinha uma imagem de imparcialidade e de credibilidade cultivada durante décadas. A visão de mundo e os interesses da empresa, naturalizados na medida que seus veículos a construía(m) como “neutra” e imparcial, sofreu abalos com a publicização dos conflitos nas relações de trabalho vigentes no seu interior.

O capítulo também aprofundou a reflexão teórica. Refutando o caráter de inevitabilidade dado pelas testemunhas ao passado, tentei compreender as experiências vividas pelos protagonistas da greve como inseridas no contexto econômico e político da época, sujeitas, portanto a suas determinações, mas também agindo sobre elas. A partir disto, aprofundei as questões a serem enfocadas. Ao final, refleti sobre o estudo de greves no âmbito acadêmico, na intenção de mostrar as possibilidades e as dificuldades despertadas pelo objeto. Tema visto primordialmente como relacionado à esfera econômica, as paralisações do trabalho são ricas também em significados sociais,

capazes de colocar em evidência a cultura dos trabalhadores, da classe patronal e a própria estrutura política da sociedade.

A seguir, buscou-se, finalmente, responder às perguntas previamente colocadas. A primeira delas foi despertada pela observação de um detalhe factual: o uso da chamada “oficina de chumbo” para as assembleias grevistas. A partir disto, indaguei-me sobre as **possíveis relações entre a mudança técnica no setor gráfico da empresa e o movimento de resistência dos trabalhadores.**

Para responder a esta questão, iniciei o segundo capítulo procurando mostrar como a imagem social, bem como a auto-imagem do trabalhador gráfico, está marcada por um papel de vanguarda operária, atribuído ainda nas origens do ofício e caracterizado pela posse do saber letrado e pela militância política e sindical. O exame do caso específico da Caldas Júnior, por meio de entrevistas e análise da documentação escrita, permitiu formar um quadro mais concreto da forma e dos valores envolvidos na maneira pela qual estes trabalhadores da empresa se viam e se construía como grupo.

Estavam presentes ali elementos como a valorização do *status*, da profissão, da necessidade de qualificação do trabalho, a capacidade de sobreviver a um cotidiano extremamente insalubre e a especialização do saber técnico. Imbuídos de uma vigorosa identidade de grupo, os gráficos eram suscetíveis a uma administração paternalista que buscava, entre outras formas de controle social, reforçar a concorrência entre eles e os jornalistas, oriunda da separação das profissões, no início do século XX.

O orgulho do ofício gráfico, bem como as condições objetivas de seu exercício, sofreram um violento abalo a partir da experiência da reestruturação produtiva em fins dos anos 70. A introdução da fotocomposição acabou com funções tradicionais, como a do linotipista, e modificou profundamente outras, favorecendo a dispensa de funcionários pelas empresas. Paulatinamente, o gráfico passou de operário especializado a trabalhador desqualificado, e tarefas antes desempenhadas por ele se tornaram atribuição de outras categorias.

Sem qualquer tipo de intermediação sindical – ou de mesmo, governamental – que amortecesse o impacto dessas mudanças no seu cotidiano, os gráficos da Caldas Júnior viviam, no início dos anos 80, um momento extremamente difícil, de transformação de sua identidade de classe conjugada à desespecialização e à ameaça de desemprego. Tal situação, paradoxalmente, favoreceu sua união com os jornalistas, enfraquecendo a

concorrência que apartava as duas categorias. O uso da oficina de chumbo configura-se como uma estratégia dos militantes para envolver os trabalhadores titubeantes numa lógica de solidariedade entre todos os funcionários da empresa. Se produziu alguns resultados, no entanto, esta tática não conseguiu cimentar uma união duradoura e massiva entre os trabalhadores separados em categorias distintas. A instabilidade da profissão e o engajamento tímido da entidade de classe dos gráficos na defesa de seus interesses reforçou, para muitos, um posicionamento estratégico individual em detrimento da luta coletiva.

O segundo conjunto de interrogações relacionava-se com **a forma pela qual a crise econômica abriu fraturas no sistema de dominação na Caldas Júnior e na imagem do empresário Breno Caldas**. Para isto, o terceiro capítulo buscou aprofundar a análise do paternalismo vigente na empresa. Centralizado na pessoa de Caldas, a autoridade patronal era mitificada por meio de elementos teatrais como o uso constante do “doutor”, o recurso à caneta verde e as aparições públicas do empresário com autoridades políticas. O acesso direto ao patrão contribuía para legitimar a dominação paternalista, permitindo, por vezes, a desautorização parcial das chefias intermediárias, reforçando o poder direto e pessoal de Caldas. Tal ligação era percebida, porém, pelos trabalhadores como reconhecimento de seus direitos e de seu valor pessoal e profissional.

Apesar de comportar ambigüidades, o sistema mantinha-se eficaz em sua capacidade de abafar os conflitos e garantir o controle social necessário à produção, com o auxílio da situação econômica estável da empresa. A partir da crise, porém, as contradições se acirraram. A fila de vales revelou-se uma experiência crucial para a construção de uma solidariedade de classe a partir da vivência comum da humilhação e do arbítrio patronal. A dominação recebeu como resposta o contrateatro dos dominados, com protestos na rua reivindicando direitos e o respeito do patrão.

O reconhecimento patronal dos direitos e da dignidade dos funcionários, antes percebido como dádiva individual, passou a ser reivindicado coletivamente, nas reuniões entre os representantes sindicais e a direção da empresa. Tal posicionamento foi interpretado pelo patrão como quebra da hierarquia. A cisão crescente nas relações de produção e a corrosão da legitimidade econômica da dominação resultaram no desgate da imagem de Caldas, base subjetiva da sujeição dos trabalhadores. Ao perder a confiança no “patriarca”, os funcionários sentiram-se no direito de tomar a si a empresa

e definir os rumos da “família”. Lutaram não como revolucionários, mas para preservar seu local de trabalho, seus direitos e sua dignidade.

A terceira questão se referia às características específicas da **união entre “velhos” e “novos” sindicalistas das entidades de classe envolvidas na articulação do movimento de resistência.**

O problema foi focado no capítulo IV, onde empreendi de início um apanhado sobre os conflitos políticos dos diversos grupos sindicais no final dos 70 e início dos 80. Procurei mostrar as profundas cisões entre tendências antes aliadas, bem como o papel ainda decisivo das lideranças conservadoras à frente de muitas entidades de classe na época.

Em relação aos três sindicatos envolvidos no movimento da Caldas Júnior, tanto jornalistas quanto rodoviários passavam por mudanças em suas cúpulas. Os primeiros, porém, vinham de administrações comunistas, já empenhadas em alinhar-se a uma perspectiva de mobilização e organização de classe, numa postura de forte e aberta oposição ao regime militar. Os rodoviários, por outro lado, tinham amargado uma cúpula não só conservadora, mas também estreitamente ligada aos órgãos de segurança e ao governo durante a ditadura. Ainda na oposição, os novos líderes dos motoristas haviam conseguido realizar uma greve extremamente significativa na capital gaúcha em 1979. O novo grupo que assumiu o sindicato dos jornalistas, ao contrário, era associado jocosamente a uma imagem de irresponsabilidade – “os porra-loucas” – e ainda não havia afirmado, na prática, sua “combatividade”.

A direção do sindicato dos gráficos posicionava-se do lado conservador, voltada essencialmente a questões administrativas e assistencialistas. O fato inclusive desta direção não ter se preocupado em mobilizar ou discutir com a categoria e com o patronato as profundas mudanças técnicas que afetavam o setor é um forte indício de seu imobilismo e seu distanciamento em relação aos problemas materiais da base.

Esta aliança de cúpulas tão diversas foi construída a partir da iniciativa dos sindicalistas jornalistas, interessados em parar a produção da empresa atingindo seus setores-chave, e dos próprios trabalhadores “comuns”, cuja solidariedade intra-categorias havia sido construída nas filas de vales e nas assembleias conjuntas. Paradoxalmente, um líder conservador como o presidente do sindicato gráfico representava para os novos sindicalistas também o acesso a uma imagem de

respeitabilidade necessária ao movimento. A atuação dos militantes do sindicato dos rodoviários, por sua vez, fermentou a mobilização, devido à sua experiência na organização da massa de trabalhadores em momentos de confronto com o patronato e às posturas aguerridas. Tais características moldaram ações dos grevistas, como os piquetes nas portas do “garajão” e em volta do prédio da Caldas Júnior. Piquetes que mostram a permanência, entre os “novos” sindicalistas, de formas de mobilização geralmente associadas ao sindicalismo populista.

A legitimidade dada por esta união e pela motivação imediata do movimento – o recebimento de salários atrasados – foi favorecida ainda pelo momento histórico, no qual havia um clima propício à solidariedade sindical e ao oposicionismo à ditadura. O papel do sindicato dos bancários, uma das entidades aglutinadoras das novas tendências sindicais no estado, foi crucial para a greve, tanto em termos de apoio material quanto político. Como ele, outros sindicatos, partidos e associações, além de artistas, emprestaram solidariedade aos grevistas, ajudando a transformar um movimento localizado e pontual pelo recebimento de salários em uma paralisação significativa do ponto de vista político e social para o estado. Tal sintonia esbarrou, porém, no extremo autoritarismo patronal e na pusilanimidade governamental, hesitante entre preservar os direitos básicos dos trabalhadores e evitar confrontos com expoentes da elite empresarial – decadentes economicamente, porém ainda robustos politicamente.

Foi assim que cheguei ao último capítulo. Nele, procurei examinar **a questão referente aos aspectos jurídicos do acontecimento, em especial ao uso da lei 4.330, conhecida pela alcunha nada elogiosa de lei “antigreve”, para embasar o processo que definiu pela legalidade da paralisação dos trabalhadores.** Desejava saber quais os elementos do contexto que embasaram essa opção e se tais elementos eram capazes de relativizar a imagem de ruptura tradicionalmente associada ao novo sindicalismo.

Parti de uma descrição do processo judicial e de um exame da lei 4.330, que estabelecia um grande número de requisitos para declarar uma greve legal e cuja derrubada foi defendida arduamente pelos sindicalistas que lideraram a retomada dos movimentos grevistas no final dos anos 70. A lei, no entanto, não proibia totalmente a greve – havia uma margem ínfima de legalidade, que, por ser tão diminuta, permitiu ao legislador facultar aos grevistas que a obtivessem uma série de garantias como aliciamento de trabalhadores, coleta de doativos e proibição de dispensa dos empregados paralisados.



O Direito, neste episódio, não é mera esfera de dominação de classe, mas campo de luta. Conforme já ressaltou Thompson, a idéia de justiça é crucial para legitimar a lei. Mesmo leis arbitrárias precisam atender a requisitos formais capazes de dar a *impressão* de justiça. Além disso, leis não são auto-aplicáveis. E no caso específico, observei uma movimentação entre juízes e advogados trabalhistas no sentido de defender um alinhamento das decisões da Justiça do Trabalho com as demandas populares e sociais da época.

No entanto, se a permeabilidade a uma visão mais progressista por parte dos operadores do Direito, específica do período, e as próprias brechas na 4.330 permitiram formular a hipótese de legalidade da greve (ou seja, havia condições de possibilidade para que isso ocorresse), houve também ações dos trabalhadores (e de seus representantes legais) neste sentido. Impulsionados por um ideal de Justiça, dado pelas circunstâncias do acontecimento já citadas (sua legitimidade econômica e social), eles tiveram uma compreensão do Direito não como modelo de conduta, mas como campo de estratégias e possibilidades. Não foram subservientes à lei; procuraram utilizá-la em benefício próprio, como participantes de um mundo do trabalho regido há décadas por centenas de leis tão protecionistas quanto ineficazes. Exigir seu cumprimento, mais do que submeter-se a uma estrutura jurídica controladora, integra a própria constituição do trabalhador brasileiro enquanto classe. O legal difere do justo neste universo, mas é o segundo que impulsiona a busca pelo primeiro.

O olhar que inicialmente concentrou-se sobre o processo de trabalho foi paulatinamente ampliando-se pelas relações de dominação, pela conjuntura sindical e finalmente, pelo próprio papel da esfera legal na constituição identitária do trabalhador brasileiro. Portanto, através do exame de um acontecimento singular, percebi aspectos do contexto histórico que enriquecem a imagem do novo sindicalismo.

Integrados ao momento no qual atuavam e submetidos às determinações sociais de suas classes e de sua época, os trabalhadores, advogados, juízes e empresários cujas experiências foram enfocadas nas páginas precedentes construíram, por suas ações, novas possibilidades e novas configurações para o período. Neste sentido, se o novo sindicalismo se constitui claramente num importante momento de retomada dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores ainda sob o regime militar, é também uma ocasião de formação de identidades políticas que seriam de extrema importância nas décadas seguintes no Brasil. Tais identidades buscaram firmar-se no panorama

nacional – sobretudo no movimento sindical – por meio de posições e ações específicas, mas também a partir de alianças pontuais com grupos opositores, tanto de direita quanto de esquerda. Portanto, se há uma ênfase retrospectiva na idéia de autenticidade, autonomia e numa acepção de purismo ideológico e renovação, tal imagem é facilmente contraditada na prática concreta dos movimentos sociais, quando a luta contra o autoritarismo político e patronal obrigava à junção de forças e à utilização de práticas condenadas nos discursos, inclusive o amparo na legislação da ditadura.

Em termos subjetivos, o exemplo dos grandes movimentos do ABC paulista e a intensa movimentação dos sindicalistas, bem como a ocorrência frequente de protestos sociais, tornava o trabalhador “comum” do início da década de 1980 mais receptivo às greves. Dotadas de legitimidade social, identificadas com a idéia de Justiça e oposição à ditadura, as paralisações do trabalho aglutinavam, para os proletários, a revolta por anos de dominação social e pela crescente exploração. O discurso da dignidade, apoiado na crise econômica e na ameaça crescente da informatização e do desemprego, abria flancos nas relações de dominação. O ambiente dava coragem para a luta. E nesta confluência entre determinações e ações, entre estruturas e sujeitos, construiu-se o momento histórico.

Esta dissertação se encerra num momento em que o ícone deste importante período do movimento sindical brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (agora já com o apelido incorporado ao nome) inicia seu segundo mandato como presidente da República. O símbolo da resistência dos trabalhadores à ditadura e ao arbítrio patronal consolidou-se no poder. Ao mesmo tempo, porém, o país assistiu recentemente ao drama dos empregados de um dos bastiões do paternalismo brasileiro, a Varig. Imbuídos da crença de que o trabalho ordeiro e sem greves poderia salvar a empresa, esses trabalhadores suportaram anos de atrasos salariais e de abusos patronais. Sacrifício ao fim do qual foram demitidos e privados de seus direitos trabalhistas, sob complacência governamental.

Num momento em que o discurso da flexibilização parece eclipsar por completo o da dignidade, parece adequado, como já observaram vários autores, pensar no novo sindicalismo não como um tempo de heróis e novidades, mas como um movimento histórico, humano e ambíguo e cujos frutos sentimos até hoje.

# Fontes e bibliografia

## Fontes

### 1. Documentos jurídicos, sindicais e pessoais

ACÓRDÃO do julgamento de dissídio coletivo, Processo TRT 9217/83. Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1984. (ATRT4).

ACÓRDÃO de julgamento de recurso da Caldas Júnior no TST, em 5 de setembro de 1984. Processo TST 3.716/84 - Despacho a pedido de efeito suspensivo. *Diário Oficial da União*, 1984 (ASJPRGS).

BOLETINS da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior, 13/01/83 a 06/02/84 (ASJPRGS).

BOLETINS de 1983 do Sindicato dos Jornalistas (ASJPRGS).

DIÁRIO de um jornalista da Caldas Júnior, anotações de outubro de 1983 a fevereiro de 1984 (APCE).

FOLHETOS da Comissão de Mobilização da Caldas Júnior (ASJP), anos 1983 e 1984, inclusive folhetos recolhidos (não distribuídos) - (ASJPRGS).

LIVRO de presenças nas assembléias do Sindicato dos Gráficos (ASTIGPA).

OFÍCIOS de entidades com moções de apoios à greve em 1983 (ASJPRGS).

PROCESSOS trabalhistas 2075-78/84, 280/84, 2352/85, 2363/84, 1806 a 1861/84, 1786 a 1799/84, 2008/84, 299-312/84, 314-21/84, 2019/84, 521/84, 1607 a 1609/84, período 1983-1985 (ATRT4).

RELATÓRIO preliminar sobre o movimento reivindicatório dos funcionários da EJCJ, Comissão de Mobilização dos Funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior, Porto Alegre, 1984 (APJBS) – com 23 páginas de texto e 27 documentos anexos:

- 1 – Cópia do artigo *Palmo e Meio*, de autoria de Breno Caldas, publicado em 6/2/83.
- 2, 3, 4, 5 – Cópias de páginas da *Folha da Tarde*, edições de fevereiro de 1983, com reportagens sobre as finanças do Banrisul e sobre o uso irregular de recursos públicos pelo governo Amaral de Souza, então governador do Estado.
- 6 – Cópia do apedido do Banrisul publicado em *Zero Hora* de 11/02/83 sobre a execução da dívida da Caldas Júnior.
- 7 – Comunicado da comissão de funcionários aos trabalhadores, depois da reunião com a direção da empresa, datado de 13/04/83.
- 8 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 11/04/83.

- 9 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 11/05/83.
- 10 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 16/06/83.
- 11 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 13/07/83.
- 12 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 16/08/83.
- 13 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 15/09/83.
- 14 – Cópia de duas denúncias encaminhadas pelo Sindicato dos Jornalistas à DRT contra a Caldas Júnior e a TV Guaíba, em 30/09/83.
- 15 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 18/10/83.
- 16 – Cópia da qualificação legal da Caldas Júnior, encaminhado pelo Sindicato dos Jornalistas à DRT.
- 17 – Carta aberta dos funcionários do Grupo Caldas Júnior à população, em 21/09/83.
- 18 – Edital de convocação de Assembléia Geral Extraordinária dos funcionários da Caldas Júnior, marcada para 05/10/83, assinado pelos presidentes dos sindicatos dos jornalistas, dos gráficos e dos motoristas, com data de 25/09/83, e publicado em *Zero Hora*, no dia 15/09/83 (página 16).
- 19 – Edital de 2ª convocação de Assembléia Geral Extraordinária dos funcionários da Caldas Júnior, marcada para 07/10/83, assinado pelos presidentes dos sindicatos dos jornalistas, dos gráficos e dos motoristas, com data de 27/09/83, e publicado em jornal não-identificado.
- 20 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Caldas Júnior em 11/11/83.
- 21 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da TV Guaíba em 11/11/83.
- 22 – Cópia de ofício do Sindicato dos Jornalistas à DRT comunicando atraso no pagamento de salários da Rádio Guaíba em 11/11/83.
- 23 e 24 – Cópia das atas das assembleias dos funcionários datadas de 05/10/83, 07/10/83, 06/12/83, 12/12/83, 24/12/83
- 25 – Cópia da ata de audiência no TRT, processo de dissídio coletivo, ocorrida em 23/12/83. Processo TRT 9217/83.
- 26 – Cópia da ata de audiência no TRT, processo de dissídio coletivo, ocorrida em 24/12/83. Processo TRT 9217/83.
- 27 – Cópia de trecho da decisão tomada pelo presidente do TRT, João Antônio Pereira Leite, em 26/12/83, garantindo direitos aos grevistas. Processo TRT 9217/83.

VERSÕES anteriores e posteriormente modificadas do texto do relatório (ASJPRGS).

RELATÓRIO do Banco Central 1985. Banco Central do Brasil, Brasília. (Bibeco).

RESOLUÇÕES do 1º Congresso Nacional da CUT, ocorrido em 24, 25 e 26 de agosto de 1984. In: *CUT 20 anos 1983-2003. Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/CUT, 2003. CD-ROM.

## 2. Jornais e revistas consultados

- Boletim do Dieese* – São Paulo, 1983 e 1984 (Bibeco).
- Coojornal* – Porto Alegre, 1976 a 1982 (BFabico e CDS/NPH).
- Correio do Povo* – Porto Alegre, 1964 a 1984 (MCSHJC e CDS/NPH).
- Denúncia* – Porto Alegre, 1983 (APCE).
- Diário do Sul* – Porto Alegre, 26 e 27 de setembro de 1987 (APCE).
- Em Tempo* – São Paulo, 1983 e 1984 (CDS/NPH).
- O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo* – São Paulo, dezembro de 1983 (SJPRGS).
- O Globo, Jornal do Brasil* – Rio de Janeiro, dezembro de 1983 (SJPRGS).
- Folha da Tarde* – Porto Alegre, 1970 e 80 (MCSHJC).
- Revista Imprensa* – São Paulo, setembro de 1989 (BFabico).
- Revista Isto é* – São Paulo, abril de 1980 (site Fundação Perseu Abramo).
- Revista Meio & Mensagem* – São Paulo, 1984 (BFabico).
- Revista O Sul* – Porto Alegre, 1984 e 1985 (APCE).
- Revista Veja* – São Paulo, junho de 1984 (APCE).
- Zero Hora* – Porto Alegre, 1984 (MCSHJC).

## 3. Entrevistas

ALMEIDA, Maria Nazaré Magalhães de. Depoimento [25 de janeiro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: uma hora e 30 minutos).

*Na época da greve: jornalista da Central do Interior do Correio do Povo, demitida antes da greve.*

*Na época da entrevista: diretora do sindicato dos jornalistas.*

BIAVASCHI, Magda. Depoimento [8 de junho de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

*Na época da greve: juíza da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento do TRT.*

*Na época da entrevista: juíza aposentada.*

BURMEISTER, Luis Lopes. Depoimento [27 de abril de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

*Na época da greve: advogado dos sindicatos dos jornalistas e dos motoristas.*

*Na época da entrevista: advogado trabalhista.*

CRUZ, Euclides Bento da. Depoimento [2 de outubro de 2004]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: uma hora e 30 minutos).

*Na época da greve: presidente do sindicato dos gráficos.  
Na época da entrevista: gráfico aposentado.*

FRAGA, José Antônio Guimarães de e SILVA, Solis Souza da. Depoimento [5 de setembro de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

*Na época da greve: trabalhadores gráficos (Fraga era linotipista e trabalhou na Caldas Júnior até 1980, Solis permaneceu na empresa até a interrupção da circulação dos jornais, em 1983).*

*Na época da entrevista: diretores do sindicato dos gráficos.*

GALVANI, Walter. Depoimento [20 de novembro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

*Na época da greve: jornalista, diretor de redação da Folha da Tarde.*

*Na época da entrevista: jornalista, escritor, assessor universitário.*

GONÇALVES, Manoel Loir. Depoimento [17 de dezembro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: uma hora e 30 minutos).

*Na época da greve: repórter fotográfico e vice-presidente do sindicato dos jornalistas.*

*Na época da entrevista: jornalista aposentado.*

HOHLFELDT, Antônio Carlos. Depoimento [10 de fevereiro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

*Na época da greve: jornalista especializado em Cultura do Correio do Povo e vereador de Porto Alegre pelo PT (Partido dos Trabalhadores).*

*Na época da entrevista: vice-governador do Rio Grande do Sul, filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).*

OLIVEIRA, Elena Quintana de. Depoimento [17 de outubro de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: 30 minutos).

*Na época da greve e na época da entrevista: diretora de teatro, sobrinha-neta do poeta Mario Quintana.*

RODRIGUES, Osvaldo Gomes. Depoimento [8 de agosto de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: 45 minutos).

*Na época da greve: presidente do sindicato dos motoristas.*

*Na época da entrevista: motorista aposentado e comerciante.*

SILVA, Antônio Adair Ferreira da. Depoimento [26 de setembro de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: 1 hora e 45 minutos).

*Na época da greve: trabalhador gráfico – linotipista da Caldas Júnior.*

*Na época da entrevista: gráfico aposentado e advogado. Foi presidente do sindicato dos gráficos entre 1988 e 1990.*

SILVA, Nilton Schergl da e VARGAS, João Alberto. Depoimento [9 de maio de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).

*Na época da greve: trabalhadores gráfico (Silva era tipógrafo e Vargas, linotipista)*

*Na época da entrevista: trabalhadores gráficos.*

SOUZA, João Borges de. Depoimentos [25 de maio de 2003 e 10 de setembro de 2005]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (três cassetes sonoros: 3 horas).  
*Na época da greve: jornalista (editor de política) da Folha da Tarde.*  
*Na época da entrevista: jornalista aposentado.*

VILLAS-BOAS DOS SANTOS, Marcelo. Depoimento [21 de junho de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (um cassete sonoro: uma hora).  
*Na época da greve: jornalista da Folha da Tarde e secretário-geral do sindicato dos jornalistas.*  
*Na época da entrevista: jornalista na coordenação do PTB na Assembléia.*

WEYNE, Rubens Constantino Volpe. Depoimento [27 de março de 2006]. Entrevistadora Clarice Esperança. Porto Alegre (dois cassetes sonoros: 1 hora e 30 minutos).  
*Na época da greve: diagramador do Correio do Povo e suplente da diretoria do sindicato dos jornalistas.*  
*Na época da entrevista: professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.*

## Bibliografia

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade – Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Imprensa oficial, 1999.

ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.  
\_\_\_\_\_. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas de trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações*. São Paulo/Fortaleza: Cortez/Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 109-161.

ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991.

\_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980)*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Ensaio, 1988.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

- BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal*. Porto Alegre: Já Editores, 1999.
- BATALHA, Claudio H.M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BACZKO, Bronislau. *Los imaginários sociales*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1979.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, EDUCS, v. 2, nº 4, 2004.
- BERLIN, Isaiah. A inevitabilidade histórica. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BIAVASCHI, Magda. *O Direito do Trabalho no Brasil 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese (doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Direito do Trabalho: um direito comprometido com a Justiça*. Revista TRT4, Porto Alegre, Ano XXVI, nº 25, 1992, p. 22.
- \_\_\_\_\_. *Magistratura e transformação social: teses coletivas dos juízes gaúchos*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917 – As origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: LPM, s/d.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Unicamp, 1991.
- \_\_\_\_\_. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: \_\_\_\_\_. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. P. 43-91.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. A televisão, o jornalismo e a política. In: \_\_\_\_\_. *Contrafogos – Dicas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRITES, Vítor de. *Enfim, dignidade – os 20 anos da greve dos jornalistas da Caldas Júnior*. Projeto de conclusão de curso. Departamento de Jornalismo, Centro de Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), semestre 2003/2.
- CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal - depoimento a José Antônio Pinheiro Machado*. Porto Alegre: LPM, 1987.
- CAMPILONGO, Maria Assunta. Corpo e simbólico: enunciados, representações, matrizes e cartografias de risco. *Saúde*, Porto Alegre, v.1, p.5-18, 1996.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.



- CARVALHO, Amilton Bueno de. *Direito alternativo na jurisprudência*. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- CATTANI, Antonio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMCultura/Palmarinca, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Greves – um instrumento político* (trabalho apresentado no GT Classe Operária e Sindicalismo, no 8º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1984). Porto Alegre: Iespe/CDS, 1984.
- \_\_\_\_\_. Movimento sindical – o permanente desafio da renovação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.14, nº 2, p. 667-686.
- \_\_\_\_\_. (org). *Sindicalismo: Ação-reflexão*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.
- CATTANI, Antonio D. e HOLZMANN, Lorena (orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- CHAGAS, Emílio e NABARRO, Edilson. *SINDICATO dos gráficos de Porto Alegre – 73 anos de luta*. Publicação comemorativa. Porto Alegre: Sindicato dos Gráficos, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- COCKBURN, Cynthia. *Brothers – Male dominance and technological change*. Londres: Pluto Press, 1991.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CUSTÓDIO, Sueli Sampaio Damin. *O movimento do Direito Alternativo e a redefinição da cultura político-jurídica no sistema brasileiro*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas (SP), 2003.
- DARNTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, p. 290-304, julho de 2005.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo: Toda notícia que couber a gente publica. In: *O beijo de Lamourette – Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. Os trabalhadores se revoltam: O Grande Massacre de Gatos na Rua Saint-Severin. In: \_\_\_\_\_. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 3, nº 6, p. 47-79, setembro de 1983.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- DORNELES, Leandro do Amaral D. *A transformação do direito do trabalho da lógica da preservação à lógica da flexibilidade*. São Paulo: LTR, 2002.
- DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 1992.

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. *Hei de vencer, mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do RS (1972-1979)*. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, nº 31, 2003 (dossiê “Mídia”).

ELMIR, Cláudio Pereira. *O crime da Última Hora: Porto Alegre na passagem dos anos cinqüenta*. Dissertação (mestrado em história) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. *Em Questão* (Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS), v. 12, nº 2, p. 235-251, junho-dezembro de 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

\_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social*. SP: Difel, 1976.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FONSECA, Joaquim da. *Comunicação Visual: Glossário*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

FORTES, Alexandre. O Direito na obra de E.P. Thompson. *História social*, Campinas, IFCH-Unicamp, nº 2, 1995.

\_\_\_\_\_. et al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004.

FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil – Ensaio de História Social*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 379-416.

GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

\_\_\_\_\_. *Olha a Folha: amor, traição e morte de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GERMANO, Erika, MARONA, Leonardo et al. *O dia em que o jornal não saiu – a greve que parou o Correio do Povo*. Trabalho apresentado na disciplina de História da Imprensa no Brasil, Departamento de Comunicação Social, PUCRJ, Rio de Janeiro, maio de 2003.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. p. 171-178.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. Os direitos do trabalho em início do século XXI: depoimento de Arnaldo Sussekind. *História Oral*. São Paulo, nº 5, p. 71-87, junho 2002.

ENTREVISTA com Arnaldo Sussekind [Entrevista concedida a Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo]. *Estudos Históricos – Os anos 20*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p. 113-127, 1993.

- GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- GRAFTON, Anthony. *Los orígenes trágicos de la erudición – Breve tratado sobre la nota al pie de página*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUANABARA, Ricardo. Visões alternativas do Direito no Brasil. *Estudos Históricos*, nº 18, p. 403- 416.
- HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*, São Paulo, nº 5, p. 96-120, 1985.  
\_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.
- HALL, Michael. Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras. In: Ângela Araújo. (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13-28.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho – Novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.  
\_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.  
\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOLZMANN, Lorena. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos (SP): Edufscar, 2001.
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.  
\_\_\_\_\_. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1985.
- LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil – Ensaio de História social*. Campinas: Unicamp, 2006.
- LEITE, João Antonio G. Pereira. Direito coletivo do Trabalho (?). *Revista TRT4*, Porto Alegre, ano XX, nº 19, p. 11-12, 1986.  
Discurso de posse do juiz João Antônio Pereira Leite na presidência do TRT-4, *Revista do TRT-4*, Porto Alegre, ano XVII, nº 16, 1983, p. 301-304.
- LEQUIN, Y. Greve. In: BURGUIÈRE, André (org). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- LEITE, Márcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LEMOS, Dinah Beatriz Souza. *Tempos e Tutelas – Contribuição à História do Direito e Justiça do Trabalho no Brasil*. Dissertação (mestrado em História) – PUCRS, 1997.

LONER, Beatriz. A história operária no RS. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. esp., p. 53-79, 2001.

\_\_\_\_\_. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel/Unitrabalho, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UNB – MCT/CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. Uma teatralização tradicional da dominação industrial. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). *Trabalho, cultura e cidadania – um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: edição do autor, 2004.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*. São Paulo: Objetiva, 2005.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral Marques. Nos tempos do novo sindicalismo: os trabalhadores gaúchos no olho do furacão. In: *Histórias do Trabalho 1996/1997*. Porto Alegre: Unidade Editorial (Prefeitura Municipal de Porto Alegre), p. 192-238, 1998.

MARTÍN, Enunciano. *La composicion en artes gráficas – tomo segundo*. Barcelona: Ediciones Don Bosco, 1974.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil; discutindo dicotomias. *História*. Unesp, São Paulo, v. 17/18, p. 315-337, 1999.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista – O diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1990.

MELLO, Maildes Alves de. *A greve no Direito Positivo Brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1980.

MESQUITA, Humberto. *Tupi – A greve da fome*. São Paulo: Cortez, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos retratos da história política do Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 20, nº 39, 2000.

MOISÉS, José Álvaro. Qual é a estratégia do novo sindicalismo? In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Cedec, 1982. p. 11-39.

\_\_\_\_\_. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Polis, 1978.

MONATTE, Pierre. Em defesa do sindicalismo. In: WOODCOCK, George (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1990.

- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.  
\_\_\_\_\_. *O lugar do movimento operário*. In: IV Encontro regional de História de São Paulo, 1980, Araraquara. *Movimentos sociais (Anais do IV Encontro regional de História de São Paulo)*. Araraquara: ANPUH/UNESP, 1978. v. 1. p. 61-81.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Comentários à lei de greve*. São Paulo: LTR, 1989.
- NEFFA, Julio César. *Crisis y emergencia de nuevos modelos productivos*. In: LA GARZA, Enrique. *Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI*. Buenos Aires: Clacso, 1999. p. 69-115.
- PACHECO, Eliezer Moreira. *Sindicato e projeto pedagógico: a organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul (1945-1991)*. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1993.
- PAOLI, Maria Celia e SADER, Eder. *Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*. In: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.
- PAOLI, Maria Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 3, nº 6, p. 129-149, setembro de 1983.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.  
\_\_\_\_\_. *Jeunesse de la grève*. Paris: Seuil, 1984.
- PETERSEN, Aurea Terezinha Tomatis. *Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983)*. Dissertação (mestrado em Sociologia) - IESPE/ PUCRS, Porto Alegre, 1984.
- PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis; CADÓ, Elizabeth Maria Pedroso *et al.* *Movimento Grevista no Rio Grande do Sul (1945-1979)*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, 1980.
- PETERSEN, Sílvia. *El proletariado urbano en Rio Grande do Sul: 1888-1919*. Dissertação (mestrado em História – Estudos Latino-Americanos) – UNAM, México, 1977.  
\_\_\_\_\_. *As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (org). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.  
\_\_\_\_\_. *Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira*. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). *Trabalho, cultura e cidadania – um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.  
\_\_\_\_\_. *“Que a união operária seja a nossa pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre/Santa Maria: Ed. UFRGS/UFMS, 2001.
- PICCININI, Valmíria Carolina, HOLZMANN, Lorena et al. *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- PIRES, Elson Luciano Silva. *Crise econômica, reestruturação produtiva e emprego: transformações nas montadoras da indústria automobilística no Brasil*. In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 375-398.

- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, PUCSP, nº 14, p 25-39, fev. 1997.
- PROST, Antoine. Histoire, verités, méthodes. Des structures argumentatives de l'histoire. *Le Débat*, Paris, Gallimard, nº 92, nov.-dez. 1996.
- PRUNES, José Luiz Ferreira. *A greve no Brasil*. São Paulo: LTR, 1986.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs). *História e imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 426-447.
- RODRIGUES, Iram Jácome. (org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- \_\_\_\_\_. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. P. 11-42.
- ROJAS, Fernando e PALACIO, Germán. Tecnologia de la información: una nueva estrategia capitalista de subordinación de los trabajadores. *Cuadernos de Economía*. Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, nº 11, p. 17-73.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Visões da dominação. *Revista de História*, Mariana, nº 7, p. 227-228, 1997.
- SCHMIDT, Benito Bisso (coord.). *História e memórias do PT gaúcho (1978-1988)*. Porto Alegre: Diretório Estadual do PT do RS/Fundação Perseu Abramo, 2002 (inédito).
- \_\_\_\_\_. *De Mármore e de Flores – A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Um socialista no Rio Grande do Sul – Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- SEGUIN des HONS, André de. *Le Brésil – Presse et histoire 1930-1985*. Paris: Editions L'Harmattan, 1985

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *Povo! Trabalhadores! Tumulto e movimento operário: Porto Alegre, 1917*. Dissertação (mestrado em história) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 1994.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971)*. Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, junho de 2005, Universidade Estadual de Londrina.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa – Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Marco Antônio Roxo da. *A greve dos jornalistas de 1979*. Dissertação (mestrado em Comunicação, imagem e informação) - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Shirlei Inês Mendes da. *Reconstruindo a democracia: a experiência dos bancários de Porto Alegre/RS*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 1999.

SIROT, Stéphane. *La grève en France – Une histoire sociale (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002.

SOARES, Marcos Flávio. *As greves de 1979 no RS*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, [1980?].

SOUZA, Marcelo Papaleo de. *Efeitos da falência na execução trabalhista*. São Paulo: LTR, 2004.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. *Crise econômica e interesses organizados: O sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B. et al. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 191- 214.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa (3 vol.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Tradicion, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1984.

WAINBERG, Jacques. *Império das palavras*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 167-203.

ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. *A greve no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

# Anexo I

## Cronologia de acontecimentos relacionados ao movimento dos trabalhadores da Caldas Júnior (fevereiro/1983 a maio/1986)

1983

### **Fevereiro**

6 – Publicação do artigo “Palmo e Meio”, assinado pelo empresário Breno Caldas, no *Correio do Povo*, com referências à estatura física e política do então governador Amaral de Souza.

11 – Apedido “À opinião pública” do Banrisul é publicado na capa do jornal *Zero Hora*, relatando execução de dívida de Cr\$ 3,2 bilhões da Caldas Júnior com o banco e qualificando como retaliação o artigo de Breno Caldas e reportagens da *Folha da Tarde* e do *Correio do Povo* que trazem denúncias de irregularidades administrativas do governo Amaral de Souza.

12 – Publicação da nota “À opinião pública”, assinada por Breno Caldas, no *Correio do Povo* e na *Folha da Tarde*, na qual o empresário afirma estar sendo usado como “bode expiatório” da crise do estado.

### **Março**

Começam os atrasos salariais na Empresa Jornalística Caldas Júnior (EJCJ).

15 – Assume Jair Soares, primeiro governador eleito depois do golpe militar de 1964.

18 – Caldas Júnior anuncia que processará o Banrisul e o seu presidente por quebra de sigilo bancário.

19 – Capa do *Correio do Povo* traz foto de Jair Soares cumprimentando Breno Caldas.

24 – Termina eleição no sindicato dos jornalistas. Remi Baldasso (chapa 2, de oposição) é eleito, em segundo turno.

### **Abril**

11 – Sindicato dos jornalistas comunica à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) o atraso no pagamento dos salários de março dos jornalistas da Caldas Júnior. O ofício é assinado pelo presidente em final de mandato, Lauro Hagemann.

13 – Reunião da comissão do sindicato dos jornalistas com Breno Caldas. Segundo nota emitida pela entidade, a empresa informou não dispor de recursos para pagar os salários de março e que não havia previsão de normalização dos vencimentos. A direção acenou ainda com mais atrasos, demissões e possibilidade de fechamento da *Folha da Tarde*.

29 – Nova reunião da comissão com Breno Caldas e com Walter Galvani (diretor-secretário da *Folha da Tarde*). Queixas em relação aos atrasos no pagamento, demissões, sobrecarga de horário e acúmulo de funções. Galvani informa sobre um plano de contenção de despesas na *Folha da Tarde* que incluiria mais demissões.



## **Maio**

11 – Funcionários postam-se durante duas horas e meia na fila, à espera de seus salários. Breno Caldas informa a uma comissão que será divulgado um cronograma de pagamento no dia seguinte. O sindicato dos jornalistas comunica à DRT atraso no pagamento dos salários da segunda quinzena do mês de abril na EJCJ e na TV Guaíba.

12 – Cronograma é anunciado por Carlos Gastaud, diretor da empresa, no guichê de pagamento. O pagamento seria parcial por faixas salariais, sem previsão de quitação dos salários da faixa mais alta.

## **Junho**

13 – Comissão de trabalhadores se reúne com Francisco Antônio Caldas, diretor-geral da Caldas Júnior e filho de Breno Caldas. Segundo texto da comissão de mobilização, “o diretor da EJCJ reconhecia que reivindicar salários atrasados é um direito de quem trabalha, mas que ‘dentro da minha casa mando eu. Aqui ninguém vai fazer agitação’”. Caldas informa que havia sido pago 30% do valor da folha de pagamentos (de um total de Cr\$ 123 milhões). O restante não tem perspectiva de pagamento.

16 – Sindicato dos jornalistas comunica à DRT atraso no pagamento dos salários de maio na TV Guaíba.

29 – Funcionários paralisam, no horário de baixamento, em protesto pelos atrasos. Ocorre uma reunião na oficina de chumbo.

## **Julho**

1º - *Correio do Povo* publica matéria informando que o jornal passou a adotar o processo de fotocomposição, o que significava o fim da linotipia na empresa.

2 - Eleições no sindicato dos motoristas. Eleita a chapa 3 (“Carga Pesada”), de oposição, tendo como liderança Osvaldo Gomes Rodrigues.

13 – Sindicato dos jornalistas comunica à DRT atraso no pagamento dos salários na EJCJ.

## **Agosto**

12 – O sindicato dos jornalistas entra com processo sumário junto à DRT denunciando o atraso de pagamento. Boletim informa que uma comissão eleita em assembléia geral obteve de Breno Caldas a promessa de fazer um relatório por escrito sobre as perspectivas financeiras da empresa.

15 – Reunião com Breno e sindicatos. Entrega de documento firmado pelo dono da empresa. Os salários começam a ser substituídos por vales (Cr\$ 10 a 30 mil).

16 – DRT recebe ofício comunicando atraso no pagamento dos salários de julho na EJCJ e na TV Guaíba.

## **Setembro**

8 – Assembléia geral na oficina de chumbo, com a presença de representante da direção, jornalista Edgar Lisboa.

15 – DRT é comunicada oficialmente pelo sindicato dos jornalistas de atraso no pagamento dos salários de agosto na EJCJ e na TV Guaíba. Na Rádio Guaíba, o pagamento dos salários de agosto foi concluído no dia 14 de setembro.

21 – Carta aberta à população e nota interna aos funcionários é divulgada pelos sindicatos dos jornalistas, dos radialistas, dos motoristas, dos gráficos e da administração. Direção da Caldas Júnior proíbe a realização de uma assembléia dentro

da empresa, mas volta atrás quando a mesma é transferida para a rua. A assembléia, com a presença dos presidentes dos cinco sindicatos de trabalhadores e de um representante da DRT, ratifica a decisão de marcar uma assembléia de greve.

23 – Protocolado junto à DRT uma denúncia contra a EJCJ por mora (atraso) salarial.

Final do mês – Mais três demitidos (somam-se a outros oito dispensados anteriormente).

## **Outubro**

5 – É realizada uma assembléia de gráficos, jornalistas e motoristas na sede do sindicato dos bancários, com a presença de 151 pessoas, “número insuficiente para a deliberação prevista em edital”. O edital previa a discussão e deliberação sobre proposta de decretação de greve na Caldas Júnior, em face de “atrasos continuados de pagamentos de salários e ameaças de despedida coletiva de empregados”.

7 – Segunda chamada da assembléia, na sede do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Os funcionários declaram-se “em convocação permanente”.

13 – Em nova assembléia, funcionários decidem não entrar em greve.

18 – Sindicato dos jornalistas envia ofício à DRT comunicando atraso no pagamento dos salários de setembro na EJCJ, Rádio Guaíba e TV Guaíba.

25 – Em reunião com comissão de funcionários, Breno Caldas afirma: “Já contemporizei além dos limites”.

27 – Na véspera da abertura da Feira do Livro, funcionários se concentram no lado de fora da empresa para receber os salários, formando uma fila na calçada. Cartazes são presos nas paredes com os dizeres: “Queremos nossos salários”. Por volta das 19h, os trabalhadores sobem as escadas batendo palmas como protesto pelos atrasos salariais.

31 – Quatorze funcionários são demitidos em represália à fila.

## **Novembro**

1º – Criação de uma comissão pelos funcionários.

3 – Aviso colocado em uma coluna de sustentação no meio da redação da *Folha da Tarde* informa que os vales estão suspensos.

4 – Caldas Júnior libera vales de Cr\$ 50 mil para quem não recebera o mês de setembro e de Cr\$ 10 mil para quem já recebera.

11 – Sindicato dos jornalistas comunica à DRT atraso no pagamento dos salários de novembro na EJCJ e na TV Guaíba, e de outubro na Rádio Guaíba.

15 e 16 – Exibição do filme *Inverno*, de Carlos Gerbase, para arrecadar fundos para os demitidos

## **Dezembro**

6 – Ata informa a realização de assembléia na oficina de chumbo nesta data. Conforme o documento, os trabalhadores decidem enviar à direção da empresa ofício com reivindicações e fixação de data para o atendimento das mesmas, sob pena de greve. As reivindicações são: pagamento imediato dos salários atrasados e da primeira parcela do 13º salário, formação de uma comissão mista para acompanhar o faturamento diário da empresa, separando um percentual destinado ao pagamento dos empregados, mediante acesso aos livros contábeis.

12 – Assembléia na oficina de chumbo, com cerca de 300 pessoas, decide por uma greve de três dias de advertência diante da negativa patronal em atender as reivindicações. Segundo ata, Breno Caldas afirmou que “não aceitava a reivindicação de formação de uma comissão mista para acompanhar o faturamento diário da empresa, considerando isso intromissão indébita no poder de comando empresarial”.

13 – Mobilizações e violência nos piquetes de madrugada e durante o dia. *Folha da Tarde* não circula. Nota na capa do *Correio do Povo* pede desculpas por falhas na edição e “proporções reduzidas” do periódico.

14 – Na capa do *Correio do Povo*, texto em uma coluna diz: “Suspensa greve de gráficos”, sobre movimento trabalhista na Inglaterra.

15 – *Folha da Tarde* e *Correio do Povo* trazem reportagens sobre violência em piquetes. Na mesma edição do *Correio do Povo*, página 4, é publicado editorial enaltecendo o golpe militar e a necessidade de ordem social. Nota oficial do Sindicato dos Jornalistas contesta violência.

16 – Distribuição de ranchos e vales a grevistas pelas comissões de greve.

19 – Show de solidariedade aos grevistas no Auditório Araújo Vianna. Criação do fundo de paralisação. Publicação do Jornal *Denúncia*, edição especial sobre a greve, produzido pelos grevistas para venda em bancas. Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) emitem nota conjunta de solidariedade ao movimento grevista. Realizadas reuniões em busca de apoio com os governadores gaúcho, Jair Soares, e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

20 – Publicada nota “Porque ficamos” na capa do *Correio do Povo*, assinada por Antônio Carlos Ribeiro (secretário de redação), que escreve em nome dos não-grevistas. Na página 3 da *Folha da Tarde*, também é publicada nota semelhante, intitulada “Porque não paramos” e assinada por vários jornalistas que não aderiram à greve. Breno Caldas comunica à DRT que demitirá todos os funcionários grevistas por justa causa. Assembléia decide pela continuação do movimento.

21 – Nota na capa do *Correio* e da *Folha da Tarde* anuncia que a empresa “deliberou demitir por justa causa todos os que se afastaram do trabalho desde a semana anterior e partiram para o impropério, o desrespeito e a violência”. Grevistas começam a receber em casa telegramas neste sentido. Assembléia dos jornalistas decide que cada membro gaúcho da categoria deve contribuir com um dia de salário para o fundo de greve. Processo de dissídio é encaminhado pelos advogados dos três sindicatos ao TRT, que notifica a empresa para reunião no dia 23. Funcionários pedem pagamento dos salários atrasados, recolhimento do FGTS, recolhimento à Previdência Social das parcelas descontadas dos funcionários e garantia de que não haverá punições. Encontro dos grevistas com o senador Carlos Alberto Chiarelli.

22 – Grevistas promovem um “piquete de Natal” na Rua Caldas Júnior. Conflito entre trabalhadores paralisados e brigadianos, e entre fura-greves e grevistas. Presidente do sindicato dos jornalistas se reúne com chefe do Estado Maior da Brigada Militar. Show dos músicos Cláudio Levitan e Beto Meimes em benefício do fundo de paralisação. Começa a circular bônus para arrecadação de fundos ao movimento. Bancada estadual do PMDB doa Cr\$ 625 mil aos grevistas e bancada do PDT, Cr\$ 130 mil. Passeata de grevistas pelo centro de Porto Alegre.

23 – Primeira audiência de conciliação no TRT. Presidente do Tribunal, juiz João Antônio Pereira Leite, propõe retorno imediato ao trabalho, pagamento dos salários de outubro e novembro até o fim do mês e dos salários de dezembro e do 13º salário até o dia 15 de janeiro, possibilidade de dispensa dos empregados que tiveram dada justa causa pela prática de atos de violência durante a greve. Proposta é aceita pela categoria em assembléia.

24 – Na véspera de Natal, ocorre o prosseguimento da audiência no TRT. Na oportunidade, a Caldas Júnior comunica não aceitar a proposta do juiz. Assembléia dos funcionários na sede do Sindicato dos Bancários decide pela manutenção do movimento e a abertura imediata de uma conta bancária em nome do Fundo de Solidariedade aos funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Reportagem “Empresa Caldas

Júnior recebe solidariedade” é publicada na página 40 do *Correio do Povo* (edição conjunta de 24 e 25 de dezembro), relatando apoios recebidos de religiosos e entidades de classe (proprietários de empresas de comunicação).

26 – Comissão de funcionários e sindicalistas pede apoio ao movimento na reunião da Executiva Estadual do PMDB.

27 – A 5ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho determina que todo o produto das vendas avulsas do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, bem como das assinaturas e renovações seja recolhido à Justiça do Trabalho. Diariamente um oficial de justiça deve comparecer à empresa para recolher os valores resultantes dos anúncios feitos no balcão da Caldas Júnior. Em despacho, o juiz Pereira Leite, presidente do TRT, atende a um pedido dos sindicatos de jornalistas, de gráficos e de motoristas com base na lei 4.330 e oficia a Secretaria da Segurança Pública determinando que seja assegurado aos grevistas o direito de “aliciamento pacífico de colegas” e de “manifestações ordeiras”. Além disso, intima a empresa que se abstenha de demitir empregados em greve.

28 – Notícias sobre as decisões jurídicas são publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora*.

29 – Cassada parte da liminar concedida pela 5ª Junta, no que se refere ao recolhimento do produto diário da venda dos pequenos anúncios da Caldas Júnior. Piquete nativista (show) no Auditório Araújo Vianna em apoio à greve.

## 1984

### **Janeiro**

2 – Boletim de greve anuncia distribuição de CR\$ 750 mil entre os grevistas e mais um rancho para cada família. Novos atritos entre a Brigada Militar e os piquetes de grevistas.

4 – O poeta Mario Quintana recebe alta do Hospital São Lucas e reafirma seu apoio e adesão à greve.

5 – Boletim dos grevistas noticia mobilização dos funcionários que não aderiram ao movimento, revoltados com a manutenção dos atrasos salariais.

7 – Show de solidariedade aos grevistas na Praça Saldanha Marinho, em Santa Maria.

10 – Nova audiência de conciliação no TRT, sem acordo. Comissão de grevistas se reúne, em Brasília, com os ministros Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil da Presidência da República, Murilo Macedo, do Trabalho e Jarbas Passarinho, da Prvidência Social.

11 – Grevistas promovem passeata pelo centro de Porto Alegre.

12 – Ato público de solidariedade na Assembléia Legislativa, no dia em que se completa um mês da greve, com apoio de centrais sindicais, entidades estudantis e partidos políticos (PMDB, PDT e PT). Depois do ato, às 23h, ocorre uma passeata até a Caldas Júnior. Funcionários contratados durante a greve começam a receber aviso prévio, depois que o TRT intima a empresa a não admitir novos empregados e a cessar o trabalho dos admitidos.

13 e 14 – Bailão da greve, no sindicato dos metalúrgicos.

16 – Negociação no TRT. A empresa pede 48 horas para dizer como fará o pagamento dos salários atrasados. Em troca do pagamento, o TRT propõe o retorno ao trabalho. Em assembléia, grevistas decidem aguardar a resposta da empresa.

18 – Empresa propõe o pagamento em três parcelas: 20% (23 de janeiro), 40% (31 de janeiro) e 40% (15 de fevereiro), sem juros ou correção. Além disso, a proposta prevê a

permanência da demissão dos grevistas. Proposta é rejeitada em assembléia e há manifestações de repúdio à noite em frente à empresa.

19 – Recusa é comunicada em audiência no TRT. Empresa informa à Justiça que ocorreram “incidentes que agravaram o relacionamento entre as partes”. Representantes dos trabalhadores impugnam as acusações de violência, alegando que os fatos “foram fabricados unilateralmente e em nada demonstram ter havido a participação dos grevistas”.

20 – Reportagem “Minoria grevista volta a apelar para a violência” é publicada nas capas da *Folha da Tarde* e do *Correio do Povo*. O texto diz que na noite do dia 18, “em movimento de força, e empregando artefatos de guerrilha urbana, [os grevistas] furaram os pneus de caminhões da empresa, quando do início do movimento para a entrega dos jornais. Fechaduras foram obstruídas, assim como tentaram impedir a entrada no prédio daqueles que vinham para trabalhar”.

22 – Nota na capa do *Correio do Povo* informa que a Secretaria da Segurança Pública determinou abertura de inquérito para apurar os “fatos denunciados pela Empresa Jornalística Caldas Júnior, como delitos de danos ao patrimônio, lesões corporais e ameaças”.

23 – Nova audiência do TRT, sem acordo. Representantes dos trabalhadores negam ter pedido a dispensa dos funcionários contratados durante a greve. Caldas Júnior afirma que dará aviso prévio aos novos admitidos.

25 – Reportagem “Caldas Júnior confirma denúncia em inquérito” é publicada nas capas da *Folha da Tarde* e do *Correio do Povo* com foto de Francisco Antônio Caldas, diretor-geral da Caldas Júnior, na 1ª delegacia da Polícia Civil, ratificando denúncias contra os grevistas.

30 – DRT faz levantamento sobre as novas contratações, a ser entregue ao TRT.

## **Fevereiro**

6 – TRT julga e declara a legalidade da greve, com base na lei 4.330, dando garantia de emprego aos grevistas até o efetivo pagamento dos salários e do FGTS, que deve ocorrer em 10 dias da publicação do acórdão, sob pena de multa de 50%. Assembléia, seguida de passeata pelas ruas do centro de Porto Alegre, decide pelo fim da greve.

7 – Grevistas voltam ao trabalho.

15 – Show de Gonzaguinha na UFRGS em apoio à greve.

## **Março**

20 – Atendendo recurso impetrado pela Caldas Júnior, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concede liminar e suspende temporariamente a decisão do TRT, inclusive o pagamento dos dias de greve.

## **Junho**

16 – *Correio do Povo* e *Folha da Tarde* deixam de circular. Comunicado é divulgado pela Rádio Guaíba.

## **Setembro**

5 – TST julga o mérito do recurso impetrado pela Caldas Júnior e declara a greve legal.

29 – *Zero Hora* (página 31) noticia a não-realização de dois leilões de máquinas e equipamentos da Caldas Júnior no dia anterior (28 de setembro) por falta de interessados. O primeiro leilão beneficiaria 45 funcionários (entre eles o poeta Mário Quintana) que reivindicam o pagamento de dívidas trabalhistas da ordem de Cr\$ 63.474.000,00. O segundo beneficiaria quatro empregados (Cr\$ 2.187.000,00). Os

leilões foram transferidos para 15 de outubro. Outro leilão estava marcado para os próximos dias (12 funcionários, Cr\$ 27.515.000,00).

### **Novembro**

23 – Direção da Caldas Júnior oferece aos advogados dos funcionários o prédio da garagem da empresa (Avenida Getúlio Vargas, 765) e terrenos vizinhos, no Menino Deus, como garantia do pagamento de salários e vantagens trabalhistas.

### **Dezembro**

14 – No tabelionato de Viamão, Breno Caldas oficializa venda à firma agropecuária Incobrasa de terras em Viamão (26 frações). A venda teria sido feita em 30 de novembro, mas só foi inscrita no Registro Imobiliário de Viamão no dia 14 de dezembro. O valor da venda foi de Cr\$ 25 bilhões. Destes, Cr\$ 13 bilhões ficam retidos pela compradora para liquidação dos débitos de Caldas com o Banco do Brasil. Testemunhas: João Antônio Velho Cirne Lima e Luiz Fernando Cirne Lima.

16 – Breno Caldas faz pronunciamento na *Rádio Guaíba* e na *TV Guaíba* informando que o *Correio do Povo* voltaria a circular em dois meses, pois estaria fazendo uma mobilização de recursos neste sentido: “vendi uma fazenda minha, não para levar os recursos para o estrangeiro, esconder o dinheiro, mas para reativar o *Correio do Povo*. Estou vendendo esta fazenda com o dobro de fé e de confiança”.

20 – Acordo entre Breno Caldas e Banrisul, nos seguintes termos: pagamento no ato de Cr\$ 12 bilhões, por meio de cheque de Renato Bastos Ribeiro, endossado por Caldas, e obrigação de alienar terras em Guaíba para o banco.

## **1985**

### **Janeiro**

11 – Justiça do Trabalho leiloa prédio da Caldas Júnior localizado na Avenida Getúlio Vargas, avaliado em CR\$ 3 bilhões. O imóvel é arrematado pela Caixa Econômica Federal por CR\$ 2 bilhões. A instituição pretende abater o valor do imóvel de parte da dívida da Caldas Júnior com a própria CEF.

### **Fevereiro**

22 – O advogado Heron Araújo, representante de parte dos trabalhadores da Caldas Júnior, envia ofício para a Justiça do Trabalho, qualificando a CEF de “maliciosa ingerência” e afirmando que a EJCJ vem procedendo de forma a “fraudar o leilão, bem como se opondo maliciosamente à realização do leilão, empregando ardis e meios artificiosos”. Pede a prisão de Breno Caldas, depositário fiel, e a não-homologação do leilão. A juíza Magda Biavaschi decide que a Caldas Júnior deve ser oficialmente advertida em audiência e ordena a presença de Breno Caldas na ocasião.

### **Abril**

2 – Audiência na Justiça do Trabalho é realizada sem a presença de Breno Caldas. Requeridas prestações de informações escritas à empresa.

### **Mai**

15 – Trabalhadores da Caldas Júnior fazem reunião na Assembléia Legislativa para discutir o andamento das ações trabalhistas. Segundo a *Revista Sul*, “a reunião quebrou

o maior pau entre quem fez greve e quem furou: dos 500 [funcionários] que apareceram, duzentos saíram antes do fim (a maioria dos que saíram foi de grevistas)”.

### **Junho**

13 – Trabalhadores da Caldas Júnior fazem acordo com o presidente da CEF, Marcos Freire, no sentido de permitir o pagamento das dívidas trabalhistas. Pelo acordo, fica reservado o direito da CEF sobre o prédio central da empresa, na Caldas Júnior, entre Sete de Setembro e Andradas. Os demais prédios podem ser leiloados para pagamento dos funcionários.

### **Setembro**

30 – Justiça decreta a falência da Caldas Júnior. Acordo entre funcionários e CEF fica suspenso.

### **Outubro**

25 – Assinado acordo entre os advogados dos trabalhadores e o síndico da massa falida, para a realização de leilão dos bens da Caldas Júnior e pagamento das dívidas trabalhistas.

1986

### **Maio**

4 – O empresário Renato Bastos Ribeiro compra a Caldas Júnior e quita as dívidas. Suspenso o leilão do prédio-sede da Caldas Júnior, marcado para o dia 6.

## Anexo II

### Cópias de boletins de greve





O escassos exemplares do Correio do Povo saíram protegidos pela Brigada Militar

**A Folha não foi às bancas. O Correio saiu mal das pernas**

# CALDAS PARADA

A Assembléia Geral dos Funcionários da Empresa Jornalística Caldas Junior reuniu cerca de 300 pessoas na oficina do chumbo, das 19 às 21 horas de ontem. Com apenas 4 votos contrários, a decisão foi de paralisar totalmente as atividades por 3 dias, numa advertência à empresa, e manter-se em assembléia geral permanente. Caso a direção da EJCJ não pague os salários nesse período, a paralisação poderá ser por tempo indeterminado.

No começo da assembléia, dirigentes dos sindicatos dos jornalistas, motoristas e gráficos relataram aos funcionários o resultado do encontro que, pouco antes, tiveram com o diretor-presidente Breno Caldas, que se limitou a renovar o pedido de mais um prazo para colocar em dia os salários. O empresário disse que estavam sendo "ultimadas gestões", para obtenção de dinheiro para a normalização financeira da empresa, que não tem pago salários inclusive de setembro para alguns trabalhadores.

Gráficos, motoristas e jornalistas disseram que estavam cansados de dar novos prazos à empresa, desde maio, quando os salários mensais começaram a atrasar, e surgiu a proposta de paralisação imediata. Foi aprovada, com a exigência para a volta ao trabalho da atualização integral dos salários para todos os funcionários e de garantia de emprego

## FOLHA NÃO SAI

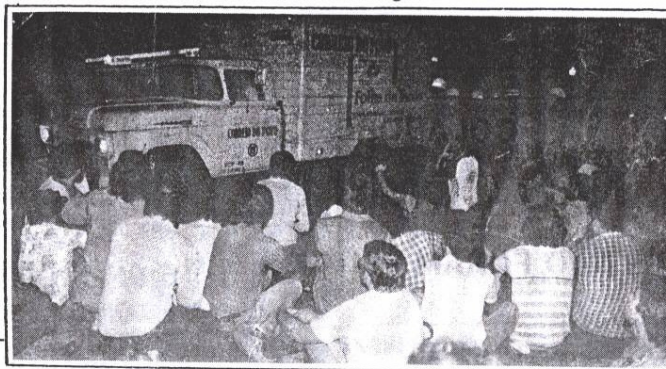
Imediatamente após, ninguém mais trabalhou. Todos os setores aderiram ao movimento, sendo que apenas alguns funcionários patronais permaneceram em atividade. E o fato do Correio do Povo ter saído com apenas 16 páginas e bastante atrasado (às duas horas da madrugada ainda estava em fase de composição) e da Folha da Tarde não ter circulado, comprovam o sucesso do nosso movimento.

Foi graças a união de todas as categorias — gráficos, jornalistas e motoristas — que já no primeiro dia de paralisação se obteve a vitória de impedir a circulação

da Folha da Tarde. A luta continua e a adesão de "TODOS" funcionários da EJCJ é fundamental para que a paralisação por mais 2 dias atinja seus objetivos.

Os resultados da paralisação foram além das expectativas, comprovando o nível de mobilização da categoria e o acerto da decisão da assembléia. Os acontecimentos da madrugada (leia matéria no verso) serviram para mostrar que os patrões respondem com violência e repressão às reivindicações legítimas dos trabalhadores, e que temos muito trabalho pela frente nesses 2 dias que faltam. Devemos nos manter unidos e mobilizados trabalhando até a vitória final do movimento.

## Trabalhadores se mobilizaram durante toda a madrugada



**Comissão de Mobilização - Jornalistas-Gráficos-Motoristas**

Foto/Eneida Serrano

Manifestação mostrou a força e a unidade do movimento

**CALDAS JR**

# VOZ FIRME, CABEÇA ERGUIDA

Mais uma vez os funcionários da Caldas Júnior demonstraram a unidade do movimento, realizando uma manifestação diante do prédio da empresa, às 18 horas de ontem, seguida de uma passeata pelo centro da cidade. A manifestação das categorias, que estão com os salários atrasados há dois meses e não recebem o 13º, teve como características o "bate-panels" e a confraternização de Natal, sendo esta última um procedimento que se repetia a cada ano nas redações dos jornais "Correio do Povo" e "Folha da Tarde".

## REPRESSÃO

Até para confraternizarmos foi necessário muito esforço da comissão de mobilização, junto à Secretaria de Segurança Pública e Brigada Militar, no sentido de evitar a repressão policial. A direção da Caldas Júnior estava até mandando na força policial, ditando ordens para que fizesse isso ou aquilo, a fim de reprimir a manifestação dos funcionários.

Nossa manifestação chamou a atenção da população e muita gente parou na rua para ouvir a voz firme dos funcionários dizendo: "Paga!", "Salário é um direito, tem que dar um jeito!"; "Outubro, novembro e o 13º!". Também chamou a atenção dos colegas que insistem em trabalhar na Empresa sem receber em dia (talvez o salário não lhes faça falta). Eles vieram para as sacadas e janelas do prédio da Caldas Júnior, ouvir aqueles que não vacilavam em gritar: "Se não tem salário, trabalho também não!"

A população, que está ao lado dos funcionários paralisados, presenciava a manifestação com vivo interesse. Algumas pessoas até buzinavam seus carros e acenavam com as mãos, demonstrando assim o apoio que o movimento está recebendo. Esse interesse da população tornava-se mais concreto no momento em que as pessoas vinham ao encontro dos funcionários, em busca de mais um boletim informativo da categoria, no 12º dia de paralisação.

## Comissão de Mobilização - Jornalistas-Gráficos-Motoristas



FOTO: LVIS TAJAS

Para entrar em sua empresa, Breno Caldas teve que passar pelo piquete dos funcionários

# BRIGADA É PARCIAL

Em seus noventa anos, nunca o Grupo Caldas Júnior passou tamanho vexame como o de ontem e de hoje de manhã. O descendente da família Caldas que atualmente dirige os negócios, o empresário-fazendeiro Breno Caldas, foi obrigado a entrar na sua empresa, furando um piquete de funcionários que há dois meses não recebem salários, sofrendo ainda a humilhação de ser vaiado e chamado de caloteiro.

Nunca também em toda história da Caldas Júnior a polícia foi chamada para permitir a impressão e a ida às bancas do Correio do Povo. E, por isso, o centro de Porto Alegre, durante a tarde de ontem, assistiu perplexo a um grandioso contingente policial em manobras na Rua Caldas Júnior, entre a rua dos Andradas e a Sete de Setembro. É que a Brigada Militar defendia uma empresa em falta com seus empregados, ao invés de defender as vítimas de uma má administração que levou os trabalhadores a uma situação dramática, sem dinheiro para pagar as contas, alugueis e, até mesmo, para se dirigirem ao local de trabalho.

Essa desonra da família Caldas Júnior, personificada na incompetência dos atuais administradores, deve-se à saturação de todos nós funcionários — jornalistas, gráficos e motoristas que decidimos paralisar as atividades por três dias. Estamos parados desde às 21 horas de segunda-feira, dia 12, porque há sete meses nossos salários atrasam, somos pagos em vales irrisórios e, o que é pior, somos humilhados por uma direção prepotente e arredia ao diálogo. E isso trouxe, o policiamento ao centro, centenas de soldados da Força Pública, mas não para garantir nossos direitos e sim proteger uma empresa quase falida e inadimplente.

Desde a segunda-feira todos os setores da empresa cessaram suas atividades. Apenas meia dúzia de funcionários patronais e pessoas requisitadas à última hora, de outras empresas, conseguiram rodar precariamente o Correio do Povo. Ontem, a Folha da Tarde não circulou e o Correio só chegou em algumas cidades porque um esquema mafioso com empregados particulares de Breno Caldas armados com revólver na cintura e tudo conseguiram liberar seis caminhões com minguados exemplares.

### REPRESSÃO

Hoje, tanto o Correio como a Folha saíram, protegidos pelo mesmo esquema mafioso, mas de péssima qualidade, feito não por profissionais, com assuntos "de gaveta", com menos páginas, na tentativa desesperada de iludirem assinantes, anunciantes e a população em geral. E com a proteção da polícia. Nessa madrugada e até a manhã de hoje, repetiu-se a violência. Nós, funcionários da Caldas Junior, ficamos surpresos com essa absurda repressão ao nosso justo e legal movimento que reivindica apenas o pagamento em dia dos salários. Mais de 400 brigadianos foram requisitados e patrulharam a sede no centro e a garagem no Menino Deus. Caiu, assim, a máscara liberal de Breno Caldas, um latifundiário que dá maçãs aos seus cavalos e vales de cinco mil aos funcionários. E ficou evidenciado a falta de controle do Secretário de Segurança, Romeu Martineli, sobre os efetivos da Brigada Militar, ou então, o que seria pior, o seu apoio ao caloteiro patrão. Afinal, onde já se viu uma Secretaria

mantida pelo dinheiro do povo trabalhar para uma pessoa que está infringindo a lei e reprimir trabalhadores e contribuintes que estão sendo lesados em seus direitos?

Na nossa Assembléia Geral de ontem à noite, mantivemos a paralisação e repudiamos essa repressão. Recebemos apoio de todos os partidos de oposição, que se fizeram representar por suas lideranças, e o apoio de todos segmentos da sociedade, entidades civis, de direitos humanos e sindicais, numa das mais significativas assembleias de trabalhadores de todos os tempos no Rio Grande do Sul.

### QUEM DIVULGA

Tudo isso, certamente, não sairá nos tradicionais veículos de comunicação. A nossa versão dos fatos não é impressa. E nós, que sempre batalhamos para que as lutas de toda sociedade venham a público, mesmo contra o ranço e a vontade dos patrões, não temos outro canal que não este boletim que editamos com nossos próprios recursos. Por isso, pedimos o apoio da população para a nossa luta: NÃO COMPREM OS JORNAIS DA CALDAS JÚNIOR. NÃO ANUNCIEM NOS CLASSIFICADOS. PASSEM ADIANTE ESTE BOLETIM, pois a nossa divulgação depende do apoio de todos vocês.

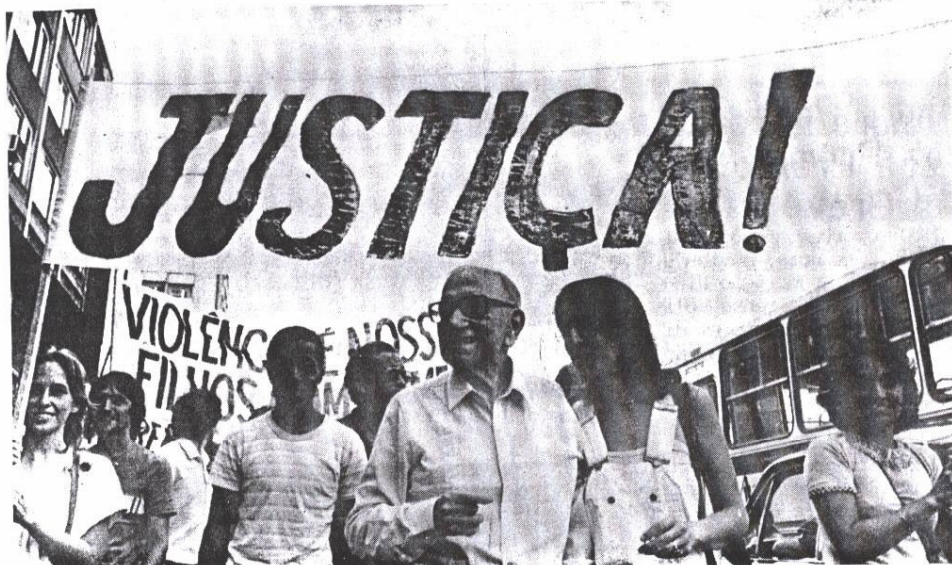
Vocês não lerão em lugar algum que continuamos com os salários atrasados, que continuamos sendo reprimidos pela Secretaria de Segurança, agredidos pela polícia da Caldas Junior. E não lerão a triste situação de 1.600 funcionários de uma empresa que tentou apregoar uma certa independência frente a regimes anti-populares e que se vale dos mesmos para encobrir a sua incompetência administrativa.



COLABORE COM OS TRABALHADORES  
NÃO COMPRE CORREIO, NEM FOLHA

**Comissão de Mobilização. Jornalistas-Gráficos-Motoristas**

Foto/Loir Gonçalves



Depois do resultado no Tribunal, Mario Quintana liderou a passeata da vitória

# GANHAMOS A GREVE

A Justiça do Trabalho confirmou, ontem, o que nós, funcionários em greve da Caldas Junior, entendíamos e sustentávamos ser um movimento legal. Numa decisão amplamente favorável a todas as nossas reivindicações, os juízes integrantes do 1º Grupo de Turmas do TRT, por unanimidade, consideraram nulas todas as preliminares levantadas pela empresa.

Nós sempre sabemos que a greve era justa, por que tinha como objetivo o recebimento de salários atrasados. A decisão da Justiça, no entanto, tornou o movimento, mais do que justo, legal. E contra isso, nem a reiterada intransigência do sr. Breno Alcazar Caldas poderá fugir. Ele vai ter que nos aceitar de volta e pagar os nossos salários em dia, coisa que aliás nunca deveria ter

deixado de fazer.

## AS DERROTAS

Foram as seguintes as preliminares levantadas pela EJCJ e literalmente consideradas nulas pelo Tribunal: a) as nossas reivindicações teriam que ser requeridas em reclamações individuais; b) os Sindicatos não teriam competência para instaurar o Dissídio de Greve; c) os pedidos feitos pelos trabalhadores eram matéria estranha a dissídios; d) a greve era ilegal; e) a empresa pedia o arquivamento do processo por entender que todos os funcionários em greve estavam demitidos desde o dia 21 de dezembro.

A única decisão do 1º Grupo de Turmas que não teve unanimidade referiu-se à pena e ser aplicada à

empresa, caso não pague a dívida salarial. Por cinco votos a nossa favor e três contra, os juízes decidiram dar a Caldas Junior um prazo de dez dias, a contar da data da publicação do acórdão (o que deverá ocorrer dentro de uma semana) para saldar todos os salários atrasados, sob pena de pagar uma multa de 50%.

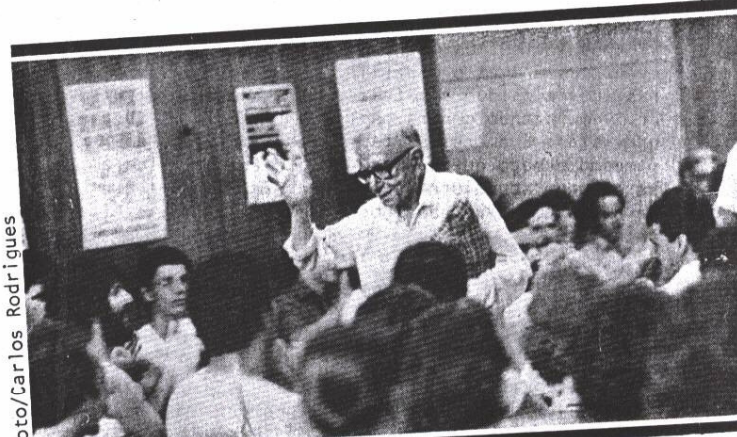
O importante desta decisão é que, apesar de só os grevistas terem arriscado o seu pescoço para sustentar uma causa absolutamente digna, os fura-greve e os pelegos (são classes distintas) também serão beneficiados. Finalmente, o Grupo de Turmas decidiu garantir o emprego de todos os funcionários em greve, até o efetivo pagamento de salários e do Fundo de Garantia. Valeram a pena os 56 dias de greve.

# AS FOTOS DA GREVE

Será inaugurada nesta segunda-feira, às 17 horas, no acampamento montado pelos grevistas na frente da Assembleia Legislativa, uma exposição de fotografias que mostram alguns dos momentos mais importantes do movimento.

Em três painéis, poderão ser vistas fotos feitas por diversos profissionais em greve e por outros que estão apoiando a nossa luta.

Depois de alguns dias a mostra será itinerante, sendo apresentada nos pontos de maior movimento no centro da cidade, junto aos postos de distribuição de boletins e venda do Jornal da Greve.



Foto/Carlos Rodrigues

O poeta Mario Quintana deu um exemplo a ser seguido por todos



Foto/Daniel de Andrade



Foto/Jorge Baumann

Foto/Carlos A. Silva

Nossos filhos também sofreram



Um dos grandes momentos da greve: passeata no centro da cidade